

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)



Colonialidade do poder e dominação imperial estadunidense no Haiti: práticas coloniais, resistência e anti-imperialismo no período Jean-Bertrand Aristide (1991–2004)

PATRICK JOSEPH

Foz do Iguaçu 2026

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)

Colonialidade do poder e dominação imperial estadunidense no Haiti: práticas coloniais,
resistência e anti-imperialismo no período Jean-Bertrand Aristide (1991–2004)

PATRICK JOSEPH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Integração Contemporânea da América Latina
da Universidade Federal da Integração Latino-Americana,
como requisito para à obtenção do título
de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

J83c

Joseph, Patrick.

Colonialidade do poder e dominação imperial estadunidense no Haiti: práticas coloniais, resistência e anti-imperialismo no período Jean-Bertrand Aristide (1991–2004) / Patrick Joseph. – Foz do Iguaçu, 2026.
175 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu, 2026.

Orientador: Félix Pablo Friggeri.

1. Haiti – Política e governo. 2. Imperialismo – Estados Unidos. 3. Colonialidade do poder. 4. Aristide, Jean-Bertrand, 1953- 5. Relações internacionais. 6. Resistência - Política. I. Friggeri, Félix Pablo. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 327.8(729.4)

Patrick Joseph

Colonialidade do poder e dominação imperial estadunidense no Haiti: práticas coloniais, resistência e anti-imperialismo no período Jean-Bertrand Aristide (1991–2004)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Integração Contemporânea da América Latina da
Universidade Federal da Integração Latino-Americana,
como requisito para à obtenção do título de
Mestre em Integração Latino-Americana
Dissertação de Mestrado apresentado(a) ao

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri PPGICAL / UNILA

Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira PPGICAL / UNILA

Prof. Dr. Carlos Francisco Bauer / UNILA

Prof. Dra. Marina Bolfarine Caixeta / UFG

Foz do Iguaçu, 28 de julho de 2026

DEDICAÇÃO

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha querida mãe Jusleine Pierre, pela confiança depositada em mim como sempre, acreditando que a educação é o melhor caminho.

Dedico também a todos aqueles e aquelas do meu país Haiti que, apesar das dificuldades sociais e das desigualdades continuam lutando por um país melhor. Que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir para fortalecer essas lutas e inspirar novos caminhos de reflexão e esperança.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado representa a conclusão de um percurso acadêmico marcado por desafios, aprendizados e encontros significativos. Ao longo desse processo, muitas pessoas e instituições contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho se tornasse possível.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão ao meu orientador Dr. Felix Pablo Friggeri, pela orientação cuidadosa, pela disponibilidade constante e pelas contribuições intelectuais fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa. Sua confiança, paciência e rigor acadêmico foram essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço também aos professores e professoras do programa de pós-graduação, cujos ensinamentos e debates acadêmicos enriqueceram significativamente minha formação intelectual e contribuíram para a construção das reflexões apresentadas nesta dissertação. Minha sincera gratidão à instituição e à agência de fomento PROBIU que possibilitou a realização deste mestrado, oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de curso e de pesquisa, agradeço pelas trocas de ideias, pela solidariedade e pelo companheirismo ao longo desta caminhada acadêmica. Expresso ainda meu profundo reconhecimento à minha família, minha companheira Elisangela e minha filha Isabella, cujo apoio incondicional, incentivo e compreensão foram fundamentais durante todo esse percurso. A eles devo grande parte da motivação que me permitiu perseverar até a conclusão desta etapa. Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa e para a minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Este trabalho analisa a política imperial dos Estados Unidos no Haiti a partir do conceito de colonialidade do poder, buscando compreender as dinâmicas históricas e contemporâneas de dominação, intervenção e controle exercidas sobre o país. O estudo parte da ocupação americana do Haiti (1915–1934), destacando a criação da Gendarmerie d’Haiti posteriormente Gare d’Haiti como instrumento central da estratégia imperial de controle, repressão e neutralização das resistências populares, em estreita colaboração com elites e agentes locais. A pesquisa aprofunda a relação entre o imperialismo estadunidense, as forças armadas haitianas e a renúncia progressiva da soberania nacional, examinando como o consentimento à dominação externa foi construído não apenas no plano político e econômico, mas sobretudo no campo militar. Com foco no período de 1991 a 2004, marcado pela trajetória política de Jean-Bertrand Aristide, a dissertação interpreta o golpe de Estado de 1991, a intervenção internacional de 1994 e a deposição de Aristide em 2004 como expressões da limitação estrutural da soberania haitiana diante de projetos populares de transformação social. A partir de uma perspectiva teórica descolonizadora e anti-colonial, o trabalho analisa como as heranças do colonialismo se reatualizam por meio de intervenções externas, mecanismos de tutela internacional, dependência econômica e da atuação de elites alinhadas a interesses estrangeiros, sob o discurso da incapacidade do Haiti de se autogovernar. Por fim, o estudo examina se essas relações de colonialidade foram transformadas, intensificadas ou reconfiguradas com a entrada de novos atores da comunidade internacional, particularmente a MINUSTAH a partir de 2004. Ao destacar também as formas de resistência política e social desenvolvidas no período, o estudo compreende o anti-imperialismo como prática histórica e horizonte político, contribuindo para uma leitura crítica do Estado haitiano e dos limites da democracia liberal em contextos pós-coloniais.

Palavras-chave: Resistência política; Haiti; Dominação imperial; Jean-Bertrand Aristide; Dependência política

REZIME

Travay sa a analize politik enperyal Etazini ann Ayiti apati pèspektiv konsèp kolonyalite pouvwa a, pou chèche konprann dinamik istorik ak kontanporen dominasyon, entèvansyon ak kontwòl ki te egzèse sou peyi a. Etid la kòmanse ak okipasyon ameriken ann Ayiti (1915–1934), li mete aksan sou kreyasyon Jandamri d'Ayiti a, pita Gare d'Ayiti, kòm yon enstriman santral nan estrateji enperyal kontwòl, represyon ak netalizasyon rezistans popilè a, an kolaborasyon sere avèk elit yo ak ajan lokal yo. Rechèch la fouye nan relasyon ki genyen ant enperyalis ameriken an, fòs ame ayisyèn yo ak renonsiyasyon pwogresif souverènte nasyonal la, li egzamine kijan konsantman pou dominasyon ekstèn te konstwi non sèlman sou nivo politik ak ekonomik, men sitou nan domèn militè a. Konsantre sou peryòd 1991 rive 2004 la, make pa trajektwa politik Jean-Bertrand Aristide, disètasyon sa a entèprete koudeta 1991 la, entèvansyon entènasyonal 1994 la, ak depozisyon Aristide an 2004 kòm ekspresyon limit estriktirèl souverènte ayisyèn nan fas a pwojè popilè transfòmasyon sosyal yo. Apati yon pèspektiv teyorik dekolonizadòl, travay la analize kijan eritaj kolonyalis yo re-aktualize atravè entèvansyon ekstèn, mekanis titèl entènasyonal, depandans ekonomik, ak aksyon elit ki aliye ak enterè etranje yo, anba diskou enkapasite Ayiti pou gouvène tèt li. Finalman, etid la egzamine si relasyon kolonyal sa yo te transfòme, entansifye, oswa rekonfigure ak antre nouvo aktè ki soti nan kominote entènasyonal la, patikilyèman MINUSTAH apati 2004. Lè l mete aksan tou sou fòm rezistans politik ak sosyal ki te devlope pandan peryòd sa a, etid la konprann anti-enperyalis kòm yon pratik istorik ak yon orizon politik, sa ki kontribye nan yon lekti kritik sou leta Ayisyen an ak limit demokrasi liberal nan kontèks pòs-kolonyal yo.

Mo kle: Rezistans politik; Haiti; Dominasyon enperyal; Jean-Bertrand Aristide; Depandans politik

RESUMEN

Este trabajo analiza la política imperial de Estados Unidos en Haití desde la perspectiva del concepto de colonialidad del poder, buscando comprender las dinámicas históricas y contemporáneas de dominación, intervención y control ejercidas sobre el país. El estudio comienza con la ocupación estadounidense de Haití (1915-1934), destacando la creación de la Gendarmería de Haití, posteriormente Garde d'Haiti, como instrumento central de la estrategia imperial de control, represión y neutralización de la resistencia popular, en estrecha colaboración con las élites y los agentes locales. La investigación profundiza en la relación entre el imperialismo estadounidense, las fuerzas armadas haitianas y la progresiva renuncia a la soberanía nacional, examinando cómo se construyó el consentimiento a la dominación externa no solo en el ámbito político y económico, sino sobre todo en el ámbito militar. Centrada en el período de 1991 a 2004, marcado por la trayectoria política de Jean-Bertrand Aristide, esta tesis interpreta el golpe de Estado de 1991, la intervención internacional de 1994 y la destitución de Aristide en 2004 como expresiones de las limitaciones estructurales de la soberanía haitiana frente a los proyectos populares de transformación social. Desde una perspectiva teórica decolonizadora y anti-colonial, el trabajo analiza cómo los legados del colonialismo se reactualizan a través de intervenciones externas, mecanismos de tutela internacional, dependencia económica y las acciones de élites alineadas con intereses extranjeros, bajo el discurso de la incapacidad de Haití para autogobernarse. Finalmente, el estudio examina si estas relaciones coloniales se transformaron, intensificaron o reconfiguraron con la entrada de nuevos actores de la comunidad internacional, en particular la MINUSTAH a partir de 2004. Al destacar también las formas de resistencia política y social desarrolladas durante este período, el estudio comprende el antiimperialismo como una práctica histórica y un horizonte político, contribuyendo a una lectura crítica del Estado haitiano y los límites de la democracia liberal en contextos poscoloniales.

Palabras-clave: Resistencia política; Haití; Dominación imperial; Jean-Bertrand Aristide; Dependencia política

ABSTRACT

This work analyzes the imperial policy of the United States in Haiti from the perspective of the concept of coloniality of power, seeking to understand the historical and contemporary dynamics of domination, intervention and control exercised over the country. The study begins with the American occupation of Haiti (1915-1934), highlighting the creation of the Haitian Gendarmerie, later the Garde d'Haiti, as a central instrument of the imperial strategy of control, repression and neutralization of popular resistance, in close collaboration with the elites and local agents. The investigation delves into the relationship between the American imperialism, the Haitian armed forces and the progressive renunciation of national sovereignty, examining how consent to external domination on the ground in the political and economic sphere, especially in the military sphere, was constructed. Centered on the period from 1991 to 2004, marked by the political trajectory of Jean-Bertrand Aristide, this thesis interprets the coup d'état of 1991, the international intervention of 1994 and the dismissal of Aristide in 2004 as expressions of the structural limitations of Haitian sovereignty in the face of popular transformation projects social. From a decolonizing theoretical perspective and anti-colonialism, the work analyzes how the legacies of colonialism are updated through external interventions, international guardianship mechanisms, economic dependence and the actions of elites aligned with foreign interests, under the discourse of Haiti's incapacity to self-govern. Finally, the study examines whether these colonial relations were transformed, intensified or reconfigured with the entry of new actors from the international community, in particular the MINUSTAH from 2004. By also highlighting the forms of political and social resistance developed during this period, the study understands anti-imperialism as a historical practice and a political horizon, contributing to a single critical reading of the Haitian State and the limits of liberal democracy in postcolonial contexts.

Keywords: Political resistance; Haiti; Imperial domination; Jean-Bertrand Aristide; Political dependence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DINÂMICA DE PODER E INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NO HAITI.....	29
1.1 O EXÉRCITO INDÍGENA/ EXÉRCITO DA INDEPENDÊNCIA.....	30
1.2 O IMPERIALISMO	41
1.3 O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE DO SÉCULO XIX-XX.....	51
1.4 OCUPAÇÃO AMERICANA E LA GENDARMERIE D'HAITI.....	60
1.5 O PAPEL DAS ELITES E SUA COLABORAÇÃO	72
1.6 O PAPEL DO POVO E DA SOCIEDADE CIVIL NA RESISTÊNCIA.....	75
2. A CONSTITUIÇÃO DE 1987: A RUPTURA COM O AUTORITARISMO DUVALIERISTA	82
2.1. OS BENEFÍCIOS DA DEMOCRACIA.	93
2.2 HEGEMONIA: A “ACEITAÇÃO” DA DOMINAÇÃO AMERICANA.....	97
2.3 A FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO HAITIANO.	104
2.4 FATORES EXPLICATIVOS DA FRAGILIDADE DO ESTADO HAITIANO.....	107
2.5 A MARCHA FORÇADA RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO: FATORES EXTERNOS	109
2.6 A MOBILIZAÇÃO DOS DOMINADOS, A VONTADE DE MUDANÇA.....	112
3 RACIONALIDADE DA INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO HAITI.....	116
3.1 JEAN BERTRAND ARISTIDE 1990.	117
3.2 O GOLPE DE ESTADO DE 29 DE SETEMBRO 1991.	121
3.3 INTERVENÇÃO MILITAR AMERICANA DE 1994.....	125
3.4 ATOR EXTERNO: INTERVENÇÃO MEDIANTE SOLICITAÇÃO.....	130
3.5 DISCURSO DE TRANSIÇÃO: VESTIMENTA DEMOCRÁTICA.	134
3.6 O ESTADO: ÓRGÃO CENTRALIZADOR, AS ELITES: INTERESSE ECONÔMICOS	137
3.7 HAITI E SUA SOBERANIA.....	142
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
6. REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel do imperialismo americano na configuração das dinâmicas políticas, econômicas e institucionais do Haiti, com especial atenção ao período dos governos de Jean-Bertrand Aristide, entender como as intervenções imperiais dos Estados Unidos influenciaram a soberania política do Haiti durante o período de Jean-Bertrand Aristide (1991–2004) Parte-se da premissa de que as experiências políticas vividas durante esse período revelam, de maneira particularmente explícita, os mecanismos contemporâneos de intervenção e controle exercidos pelos Estados Unidos sobre o Estado haitiano. Assim, a pesquisa busca compreender como, no contexto do pós-Guerra Fria, o imperialismo americano continuou a moldar os limites da soberania haitiana, utilizando instrumentos políticos, econômicos, militares e diplomáticos que reproduzem padrões históricos de dominação sobre o país.

Nesse sentido, o estudo examina inicialmente as formas de intervenção direta e indireta que marcaram a relação entre os Estados Unidos e o Haiti desde o Golpe de Estado no Haiti de 1991, que derrubou Aristide poucos meses após sua eleição, até sua deposição final em 2004. Ao longo desse período, a política externa americana articulou diferentes mecanismos de influência incluindo pressões diplomáticas, sanções econômicas, programas de ajuste estrutural e intervenções militares que condicionaram profundamente a capacidade de ação do Estado haitiano. Tais práticas foram frequentemente justificadas por discursos de promoção da democracia, dos direitos humanos e da estabilidade regional, mas, na prática, contribuíram para reforçar relações profundamente assimétricas de poder no sistema internacional. Além disso, a pesquisa analisa como essas intervenções se inserem em uma tradição histórica mais ampla da política imperial dos Estados Unidos no Haiti, que remonta à Ocupação dos Estados Unidos no Haiti (1915–1934). A partir dessa perspectiva histórica, o período abordado pode ser interpretado não como uma ruptura, mas como uma reconfiguração contemporânea de formas mais antigas de dominação imperial, agora mediadas por instituições multilaterais, organizações internacionais e dispositivos de governança global.

Por outro lado, o estudo também busca compreender as respostas políticas e simbólicas elaboradas por Aristide e por diversos setores da sociedade haitiana diante dessas pressões externas. Inspirados pela memória histórica da Revolução Haitiana, movimentos populares,

organizações comunitárias e lideranças políticas mobilizaram discursos anti-imperialistas¹ e projetos de soberania nacional que procuravam afirmar a autonomia política do país frente às ingerências externas. Assim como o renomado José Martí. No ensaio "Nuestra América" (1891), o autor alertava sobre os riscos da influência dos Estados Unidos sobre os povos latino-americanos, defendendo que o governo deve nascer do país e que os povos da América Latina deveriam traçar seu próprio percurso histórico, sem intervenções externas (Martí, 1891).

No começo do século XX, o peruano José Carlos Mariátegui ampliou a crítica ao imperialismo ao vinculá-lo às estruturas do capitalismo global. De acordo com Mariátegui (1928), o imperialismo simbolizava a expansão global do capital e mantinha as nações latino-americanas em um estado de dependência econômica. Segundo o autor, a emancipação da América Latina demandava uma mudança revolucionária nas estruturas sociais e econômicas legadas pelo colonialismo.

Essas iniciativas revelam a persistência de uma tradição de resistência profundamente enraizada na história política haitiana. Ao analisar o período 1991–2004 sob a perspectiva do imperialismo americano, esta pesquisa pretende contribuir para uma reflexão mais ampla sobre os limites estruturais da soberania no Haiti contemporâneo. O caso haitiano permite evidenciar como, mesmo após o fim formal do colonialismo, persistem formas renovadas de dominação que restringem a autodeterminação de Estados periféricos. Dessa forma, o estudo insere-se nos debates críticos sobre imperialismo, dependência e neocolonialismo no Sul Global, buscando compreender por que, ao longo da história moderna, o Haiti permanece um dos exemplos mais emblemáticos das tensões entre projetos de emancipação nacional e a ordem internacional hierárquica.

A política externa dos Estados Unidos pode ser compreendida por meio de doutrinas formuladas após a independência do país em 1776. Uma dessas doutrinas, conhecida como Doutrina Monroe, foi proclamada pelo presidente James Monroe que ocupou o cargo de 1817

¹ Neste estudo, o conceito de anti-imperialismo se relaciona com várias tradições teóricas. Vladimir Lenin considerava o imperialismo como a etapa monopolista do capitalismo, caracterizada pela exportação de capitais e pela competição entre grandes potências (Lenin, 1917). Kwame Nkrumah expande essa visão ao mostrar que a dominação pode continuar por meio do neocolonialismo, mesmo depois da independência oficial dos países (NKRUMAH, 1965). Aníbal Quijano, ao abordar a perspectiva latino-americana, destaca que as relações de poder imperial perpetuam a colonialidade do poder, combinando exploração econômica, hierarquias raciais e dominação epistêmica (Quijano, 2005). Frantz Fanon destaca que o anti-imperialismo abrange ao mesmo tempo a emancipação política, econômica e cultural dos povos que foram colonizados (FANON, 1961). Moniz Bandeira, por sua vez, examina o anti-imperialismo como uma forma de resistência às táticas de expansão geopolítica e econômica das potências globais, especialmente dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe (Bandeira, 2005).

a 1825) em sua mensagem ao Congresso no dia 2 de dezembro de 1823. O presidente Monroe anunciou ao Congresso dos Estados Unidos que as Américas não seriam mais alvo de colonização por potências europeias e não estariam envolvidas em conflitos europeus. Com o lema América para os americanos, a doutrina visava resguardar as nações recém-independentes da América de intervenções externas, embora posteriormente, tenha sido empregada para justificar o imperialismo estadunidense no continente.

A política externa dos Estados Unidos no século XIX passou por uma transformação significativa que redefiniu seu papel no continente americano e no sistema internacional. Inicialmente formulada como um princípio de defesa anti-colonial continental a Doutrina Monroe (1823) estabelecia que as potências europeias não deveriam interferir nos assuntos do continente americano. Apresentada como um mecanismo de proteção das recém-independentes nações latino-americanas contra novas tentativas de colonização europeia, essa doutrina possuía, em sua formulação original, um caráter essencialmente defensivo. Conforme observa LaFeber (1993), embora tenha sido apresentada como um princípio de proteção regional, a Doutrina Monroe progressivamente se tornou um instrumento central da política externa norte-americana, servindo de base para a afirmação de sua influência política e estratégica no hemisfério ocidental.

Ao longo do século XIX, contudo, esse princípio foi reinterpretado e progressivamente mobilizado como fundamento ideológico para a expansão territorial e para a consolidação do poder norte-americano. O ponto de inflexão dessa transformação encontra-se na emergência da ideologia do Destino Manifesto, conceito que ganhou força a partir da década de 1840 e que defendia a ideia de que os Estados Unidos estavam historicamente destinados a expandir suas instituições, valores e território por todo o continente. Segundo Merk (1963), o Destino Manifesto representou uma poderosa narrativa política e cultural que legitimou a expansão territorial norte-americana ao apresentá-la como uma missão civilizatória inevitável.

O auge dessa inflexão manifesta-se na formulação da política do “*Big Stick*”, doutrina proclamada por Theodore Roosevelt, que sintetiza de maneira emblemática a passagem de uma diplomacia de persuasão para uma estratégia explícita de poder coercitivo nas relações internacionais. Ao afirmar o princípio de “fale suavemente e carregue um grande porrete”, Roosevelt institucionaliza uma racionalidade imperial que legitima o uso da força como instrumento de garantia de interesses estratégicos, sobretudo na América Latina e no Caribe. Nesse sentido, a política do Big Stick não apenas radicaliza os pressupostos da Doutrina Monroe, como também inaugura uma nova fase de intervencionismo sistemático, na qual a soberania dos Estados periféricos passa a ser continuamente relativizada em nome da

estabilidade, da ordem e da proteção dos interesses estadunidenses.

Essa visão expansionista materializou-se na chamada “expansão para o Oeste”, processo que envolveu a incorporação de vastos territórios e a consolidação do poder territorial dos Estados Unidos. Nesse contexto, a anexação da Texas em 1845 e a subsequente Guerra Mexicano-Americana (1846–1848) marcaram momentos decisivos na transformação da política externa norte-americana. Como argumenta Zinn (2003), esse conflito não pode ser compreendido apenas como uma disputa territorial, mas como parte de um projeto expansionista mais amplo que buscava ampliar o controle econômico e político dos Estados Unidos sobre territórios estratégicos do continente.

Esse movimento expansionista não se limitou ao avanço em direção ao oeste. Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos ampliaram suas ambições territoriais e estratégicas para outras regiões. A aquisição do Alasca em 1867 simbolizou a expansão para o extremo norte do continente, enquanto projetos geopolíticos passaram a considerar também territórios estratégicos como a Groenlândia. De acordo com Stephanson (1995), a lógica do Destino Manifesto não se restringia à expansão continental, mas expressava uma visão mais ampla de missão histórica e de projeção internacional do poder norte-americano.

Paralelamente, a política externa dos Estados Unidos passou a direcionar sua atenção para o Caribe e a América Latina, regiões consideradas fundamentais para sua segurança e para seus interesses econômicos. Esse processo atingiu um novo patamar com a Guerra Hispano-Americana de 1898, frequentemente interpretada como o momento de consolidação do imperialismo norte-americano. A guerra contra a Espanha constituiu um ponto de inflexão na formação do império americano, ao possibilitar a expansão estratégica dos Estados Unidos no Caribe e no Pacífico (Bandeira, 2005).

Assim, a transformação da Doutrina Monroe, sob a influência do Destino Manifesto, não apenas redefiniu a política externa dos Estados Unidos, mas também estabeleceu as bases ideológicas e estratégicas de sua atuação imperial nas Américas, viabilizando a construção do que viria a ser a política do “Big Stick”. Como observa Grandin (2006), essa trajetória revela como o expansionismo norte-americano foi construído a partir da articulação entre discursos de missão civilizatória, interesses econômicos e estratégias geopolíticas, elementos que continuariam a moldar a política externa dos Estados Unidos nas décadas seguintes. Na obra “O poder americano e a América Latina no pós-guerra fria”, Santos (2007) descreve que os Estados Unidos, então um país periférico no sistema mundial, priorizava a segurança nacional por meio de uma política isolacionista em relação à Europa. Gradualmente, os ianques estenderiam essa atitude por todo o continente, consolidando sua hegemonia na região. É nesse

momento que a doutrina adquire o caráter imperialista pelo qual é lembrada até hoje. O termo "Big Stick", que em inglês significa grande porrete, alude à estratégia diplomática empregada pelo presidente Theodore Roosevelt Jr. (1901 a 1909), fundamentada na Doutrina Monroe (1823). A fim de resguardar os interesses econômicos dos EUA na América Latina e caribe, o presidente implementou uma política de diplomacia externa conhecida como "Big Stick". Essa ideologia levou à expansão da Marinha dos Estados Unidos e fez com que o país se envolvesse em mais assuntos internacionais. É importante lembrar que a estratégia ou, mais precisamente, a política do "*Big Stick*", substituiu completamente as versões anteriores da Doutrina Monroe, e a Doutrina de "Thedy Roosevelt" se tornou a dominante no século XX e continua dominante até hoje. Um critério importante para averiguar isso é o desaparecimento do "isolacionismo" que ainda havia na Doutrina Monroe.

A afirmação dos Estados Unidos como uma potência marítima no final do século XIX não pode ser entendida apenas como um processo de modernização militar. Ela está firmemente arraigada no ciclo de expansão territorial que começou com a Guerra Mexicano-Americana (1846–1848) e foi intensificado no período após a Guerra Civil Americana (1861–1865). A concepção de uma poderosa Marinha surgiu como desdobramento estratégico da expansão continental e como ferramenta essencial para a projeção imperial ultramarina. A política externa dos Estados Unidos no século XIX foi fortemente influenciada pela expansão territorial e pela necessidade de assegurar o acesso seguro aos mercados internacionais. Conforme aponta Walter LaFeber, isso levou, gradualmente, à valorização do poder naval como um instrumento central para a projeção geopolítica do país (LaFeber, 1963).

A Guerra contra o México foi um marco importante na afirmação do Destino Manifesto como uma ideologia estatal. Ao anexar extensos territórios como Califórnia, Novo México, Arizona, Nevada, Utah e partes do Colorado, os Estados Unidos expandiram sua fachada pacífica e fortaleceram sua presença no comércio transpacífico. Frederick Merk observa que o Destino Manifesto foi "uma combinação de nacionalismo messiânico e expansão territorial justificada como missão providencial", servindo como uma justificativa ideológica para a expansão territorial dos Estados Unidos (Merk, 1963).

Nesse contexto, a expansão territorial não significava apenas um crescimento geográfico, mas também a criação de um projeto geopolítico que demandava proteção marítima e habilidade de projeção naval, especialmente em face do aumento do comércio com a Ásia. De acordo com William Appleman Williams, a expansão econômica e comercial dos Estados Unidos no século XIX esteve intimamente relacionada à procura por rotas marítimas seguras e mercados internacionais, um processo que levou gradualmente à criação de uma política externa

de caráter imperial (Williams, 1959).

Depois da Guerra Civil, o expansionismo tomou formas mais claras de projeção sobre os oceanos. A vitória da União fortaleceu o governo federal e possibilitou uma política externa mais firme. Nesse cenário, a aquisição do Alasca em 1867 representa a mudança de uma expansão majoritariamente continental para uma perspectiva geopolítica que abrange o hemisfério e os oceanos. O Secretário de Estado William H. Seward, o arquiteto da compra do Alasca, apoiava abertamente a expansão da presença dos Estados Unidos no Atlântico Norte. Seward defendia que os Estados Unidos deveriam adquirir ou anexar a Groenlândia e a Islândia, considerando-as essenciais para o controle das rotas marítimas entre a América do Norte e Europa. Essa perspectiva demonstrava uma compreensão antecipada da relevância geoestratégica das rotas marítimas do Atlântico Norte para a segurança e projeção internacional dos EUA.

De acordo com Thomas A. Bailey, Seward por meio do Alasca como parte de um projeto mais abrangente de expansão marítima, afirmando que os Estados Unidos estavam destinados a se tornar a grande potência dominante do Pacífico Norte (Bailey, 1940). A ambição de anexar a Groenlândia e a Islândia demonstrava uma percepção antecipada da relevância das rotas do Atlântico Norte, prevendo questões estratégicas que se tornariam fundamentais no século XX, especialmente durante a consolidação da presença militar dos Estados Unidos no Atlântico e no Ártico.

No entanto, não foi Seward o primeiro a defender tal expansão setentrional. Robert J. Walker, ex-secretário do Tesouro (1845–1849) e mais tarde governador do Território do Kansas, defendia, durante as décadas de 1840 a 1860, que o futuro econômico dos Estados Unidos estava atrelado à expansão territorial e ao controle das rotas marítimas. Walker defendia que o comércio mundial demandava uma marinha robusta e pontos estratégicos nos oceanos Atlântico e Pacífico. Sua defesa de uma política expansionista integrava interesses econômicos, doutrina comercial e poder naval, antecipando pontos que posteriormente seriam organizados na literatura estratégica a respeito do poder marítimo.

A partir desse momento, o conceito de uma grande Marinha começa a ganhar uma fundamentação doutrinária mais organizada. Apesar de Alfred Thayer Mahan ter publicado *The Influence of Sea Power upon History* somente em 1890, suas teses reforçam uma lógica geopolítica que já vinha sendo desenvolvida desde o meio do século XIX. Segundo Mahan, o poder marítimo é um dos pilares essenciais para a grandeza de uma nação, pois possibilita a proteção das rotas comerciais, o controle de pontos estratégicos e a projeção de poder militar em escala global. O autor afirma que o controle do mar e das rotas comerciais é um fator crucial

para a ascensão das grandes potências (Mahan, 1890). Nesse contexto, a doutrina mahaniana não dá início ao pensamento estratégico naval dos Estados Unidos, mas organiza e valida intelectualmente um processo histórico mais extenso de expansão territorial, comercial e marítima do país.

Essa dinâmica também se alinha à lógica do imperialismo moderno, segundo a descrição de Hannah Arendt. De acordo com ela, a expansão imperial do século XIX estava relacionada à demanda por crescimento econômico e ao excedente de capital (Arendt, 1951). No cenário dos Estados Unidos, o poder naval converteu-se no instrumento de salvaguarda dos mercados e de afirmação geopolítica. A projeção marítima não se limitava somente ao Pacífico ou ao Atlântico Norte. Além disso, ela teria um efeito considerável na política do Caribe e da América Central nas décadas posteriores, resultando na Guerra Hispano-Americana de 1898 e nas intervenções no Caribe, incluindo o Haiti, ao longo do século XX.

Kennedy (1987) afirma que “*great powers are distinguished by their ability to combine economic strength with naval reach*” A trajetória dos Estados Unidos confirma essa conexão entre crescimento econômico e supremacia marítima. Portanto, a defesa da anexação da Groenlândia e da Islândia por Seward e Walker não deve ser considerada apenas uma curiosidade diplomática. Ela retrata um período de transição histórica em que os Estados Unidos começam a se ver como uma potência marítima global.

A Guerra contra o México proporcionou a base territorial; a vitória na Guerra Civil fortaleceu o Estado nacional; e a compra do Alasca representou a abertura para uma estratégia marítima no hemisfério. É fundamental destacar que a Guerra Hispano-Americana de 1898 foi um ponto crucial na transição para um imperialismo ultramarino. Walter LaFeber indica que, após 1898, os Estados Unidos deixaram de ser apenas uma potência continental para se tornarem uma potência imperial com interesses globais (LaFeber, 1993).

Nesse contexto, o Caribe tornou-se uma região estratégica de grande importância. Alfred Thayer Mahan, um teórico do poder naval, defendia que a grandeza de uma nação estava relacionada ao controle das rotas marítimas e à aquisição de bases estratégicas (Mahan, 1890). O Caribe, que servirá como entrada para o novo Canal do Panamá, teve um papel essencial nesse projeto. Essa expansão foi justificada por um discurso civilizatório. Kristin Hoganson ressalta que a retórica de 1898 estava impregnada de uma masculinidade imperial, apresentando a intervenção como uma missão de regeneração (Hoganson, 1998).

A guerra era apresentada como um caminho para a libertação, mas acabava gerando dominação. Nesse mesmo sentido, o Haiti é muito desejado pelos Estados Unidos, que o veem tanto como um lugar a ser subordinado na ordem econômica e geopolítica regional. Vale

ressaltar que os Estados Unidos só reconheceram a independência do Haiti em 1861, pois nunca tiveram o desejo de ver o país livre e soberano. De acordo com uma avaliação profundamente racista, a República do Haiti provocava tanto desprezo quanto medo entre as elites escravistas do Ocidente.

O Haiti, ao tornar-se o primeiro Estado negro independente e a primeira nação a abolir definitivamente a escravidão, representou um desafio sem precedentes à ordem colonial e escravista do Atlântico. Sua independência foi percebida pelas elites escravistas das Américas, especialmente dos Estados Unidos, como uma ameaça política e ideológica, alimentando o temor de que o exemplo da Revolução Haitiana estimulasse novas insurreições de pessoas escravizadas e comprometesse a estabilidade das sociedades fundadas na escravidão (Trouillot, 1995, p. 70–88; Dubois, 2004, p. 1–7, 294–300; James, 1989, p. 391–394).

Para Trouillot (1990), a consolidação do regime autoritário no Haiti aconteceu em íntima relação com os interesses internacionais. Plummer (1992) mostra que os Estados Unidos mantiveram relações de cooperação com François Duvalier por motivos geopolíticos, colocando o anticomunismo como prioridade em vez da democratização. Farmer (2006) afirma que a política dos Estados Unidos contribuiu para a longevidade do regime, enquanto Fatton Jr. (2002) argumenta que a continuidade dessa política fortaleceu estruturas de dominação que persistiram após as mudanças de governo.

De acordo com Andrade (2015), a relação entre os Estados Unidos e o regime de François Duvalier no Haiti foi profundamente influenciada pelo contexto da Guerra Fria. O governo norte-americano via na ditadura haitiana um instrumento para conter o avanço do comunismo na América Latina, especialmente a influência da Revolução Cubana. O fim de um regime autoritário fortemente ligado aos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos foi marcado pela queda de Fulgencio Batista em 1º de janeiro de 1959. Cuba teve um papel importante na geopolítica dos Estados Unidos desde o início do século XX, inserindo-se na Doutrina Monroe (1823) e, mais tarde, no Corolário Roosevelt (1904), que justificava intervenções preventivas para garantir a estabilidade regional. Segundo Moniz Bandeira, a ocupação do Haiti no início do século XX integrou a estratégia dos Estados Unidos de consolidar sua hegemonia no Caribe, combinando controle militar, financeiro e institucional sobre Estados considerados instáveis (Bandeira, 2005).

De acordo com Louis A. Pérez Jr. afirma que a relação de Cuba com os Estados Unidos havia sido há muito estruturada por assimetria, dependência e intervenção (Pérez Jr., 2015). A Revolução, comandada por Fidel Castro, surgiu primeiramente como um movimento nacionalista e reformista, porém, diante das tensões com Washington, rapidamente adotou uma postura anti-imperialista e socialista. Hobsbawm aponta que a Revolução Cubana foi a primeira

revolução socialista bem-sucedida no hemisfério ocidental e teve um impacto desproporcional em relação ao tamanho do país (Hobsbawm, 1995).

O efeito foi especialmente intenso na América Latina, onde Cuba passou a representar uma possibilidade concreta de ruptura com estruturas oligárquicas e dependentes, ao desafiar a hegemonia dos Estados Unidos e oferecer um modelo alternativo de organização política e econômica (Bandeira, 2005). A reação imediata dos Estados Unidos foi provocada pela radicalização do processo revolucionário, que incluiu a reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras. A tentativa de isolar e enfraquecer o novo regime foi por meio do embargo econômico, que começou em 1960 e foi ampliado em 1962. Noam Chomsky (1993) enfatiza que Os Estados Unidos não podiam tolerar um regime nacionalista independente que pudesse servir de modelo para outros no hemisfério. Desse modo, a Revolução Cubana não foi somente um acontecimento interno, mas também um desafio à supremacia dos Estados Unidos no Caribe.

A mal-sucedida invasão da Baía dos Porcos, ocorrida em abril de 1961 e planejada pela Agência Central de Inteligência (CIA) em parceria com exilados cubanos, marcou um momento decisivo na Guerra Fria no continente americano. Ao invés de depor o governo revolucionário de Fidel Castro, a operação fortaleceu os laços políticos, militares e econômicos entre Cuba e União Soviética. Isso consolidou a posição da ilha no bloco socialista e intensificou a rivalidade entre Washington e Moscou na América Latina (Bandeira, 1998).

A tentativa de depor Castro intensificou a sensação de uma ameaça constante e acelerou o processo de militarização da ilha. Westad (2007) argumenta que a Guerra Fria deve ser entendida como um conflito global de projetos ideológicos, que se manifestou em disputas no denominado "Terceiro Mundo". Cuba se transformou em um dos principais cenários desse conflito, representando a propagação do socialismo nas periferias do sistema internacional. A aliança entre Cuba e União Soviética não foi somente uma tática militar para assegurar a continuidade do regime revolucionário após o insucesso da invasão da Baía dos Porcos (1961).

Acima de tudo, isso significou uma declaração da soberania de Cuba em face da crescente pressão política, econômica e militar imposta pelos Estados Unidos. Moniz Bandeira sustenta que a aproximação de Havana com Moscou foi uma reação à política intervencionista dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Apesar de essa decisão ter convertido o Caribe em um dos principais pontos da disputa nuclear entre as superpotências, resultou na Crise dos Mísseis de 1962 (Bandeira, 2005).

A descoberta de bases soviéticas de mísseis nucleares em Cuba, em outubro de 1962, provocou uma das crises mais sérias da Guerra Fria. O mandatário John F. Kennedy anunciou

uma "quarentena", um bloqueio naval para impedir a entrada de novos armamentos. De acordo com Graham Allison, a crise evidenciou a complexidade do processo decisório em situações de alta tensão estratégica, destacando que a política externa não é produto de um único ator racional, mas resultado de processos organizacionais e disputas burocráticas (Allison, 1971).

O impasse foi resolvido por meio de um acordo confidencial, a União Soviética retiraria os mísseis de Cuba, em contrapartida, os Estados Unidos se comprometeriam a não invadir a ilha e a remover os mísseis da Turquia. Contudo, Cuba não esteve diretamente envolvida nas negociações finais, o que evidenciou as restrições de sua autonomia frente às superpotências nuclear, assim como em outubro de 1962 (Hobsbawm, 1995). A crise reforçou a ideia de que o Caribe é uma fronteira crucial para a segurança do hemisfério norte-americano. A Revolução Cubana teve um impacto significativo na América Latina. Inspirou movimentos guerrilheiros, alterou as discussões sobre reforma agrária e desenvolvimento e aumentou a presença de vigilância dos Estados Unidos na área. Segundo o que descreve Bandeira:

A formação da Aliança para o Progresso foi uma resposta estratégica dos Estados Unidos ao impacto da Revolução Cubana, buscando promover reformas controladas que preservassem a ordem capitalista e a hegemonia norte-americana na América Latina. Paralelamente, Washington intensificou o apoio a governos autoritários e legitimou intervenções políticas e militares sob o argumento da contenção do comunismo durante a Guerra Fria (Bandeira, 2005, pp. 285–300)

Por exemplo, no Haiti, o regime de François Duvalier (1957–1971) se consolidou durante a Guerra Fria, posicionando-se como um bastião anticomunista. As questões de democracia e direitos humanos foram frequentemente deixadas de lado em favor da lógica de segurança hemisférica. Nesse sentido, a Revolução Cubana redefiniu o cálculo estratégico norte-americano: qualquer mobilização popular poderia ser interpretada como ameaça geopolítica. A soberania dos pequenos Estados do Caribe foi profundamente influenciada pela lógica bipolar da Guerra Fria.

A relevância geopolítica desses Estados fez com que os Estados Unidos priorizassem a contenção do comunismo em vez da promoção da democratização. Nesse cenário, o governo de François Duvalier recebeu considerável suporte financeiro, militar e diplomático de Washington, estabelecendo-se como um Estado policial-militar alinhado aos objetivos estratégicos da política externa dos Estados Unidos. De acordo com Bandeira (2013) a lógica bipolar condicionou a soberania dos pequenos Estados do Caribe", afirma Moniz Bandeira, favorecendo o fortalecimento de governos autoritários vistos como aliados na disputa geopolítica contra a União Soviética.

Apesar de algumas tensões, como a suspensão da ajuda durante a administração

Kennedy devido a alegações de que Duvalier desviava recursos para fortalecer sua milícia particular, os “*tontons-macoutes*”, em vez de treinar o exército, o apoio foi restabelecido e a relação continuou estreita, assegurando um contraponto ao regime cubano na área. O apoio à ditadura dos Duvalier, portanto, não representa um desvio, mas sim a continuação da política intervencionista estadunidense adaptada ao contexto da Guerra Fria. Com o fim do regime duvalierista em 1986 e o subsequente colapso do bloco soviético, a justificativa anticomunista para a ingerência no Haiti perdeu sua força. Contudo, o legado de dependência estrutural e de um aparato de segurança moldado por interesses externos persistiu, fornecendo a base para novas formas de dominação.

Foi exatamente essa reestruturação do poder imperialista, agora expressa sob o discurso de promover a democracia, os direitos humanos e a estabilidade institucional, que começou a direcionar as relações entre os Estados Unidos e Haiti no período após a Guerra Fria. Nesse cenário, as ações políticas, econômicas e militares foram muitas vezes justificadas como parte de uma agenda global de promoção da democracia. No entanto, na prática, essas intervenções acabaram por perpetuar estruturas de dependência e subordinação política (Fatton, 2002; Dupuy, 2014; Hallward, 2007).

É nesse contexto geopolítico que se estabeleceu o cenário complexo em que os governos de Jean-Bertrand Aristide se desenvolveram, caracterizados tanto por esforços de transformação social quanto por intensas pressões internas e externas (Farmer, 2003; Hallward, 2007). Uma análise do imperialismo americano revela sua trajetória durante as primeiras fases de expansão para o Oeste em seu próprio continente. As colônias norte-americanas e, posteriormente, os Estados Unidos em formação impuseram um imperialismo territorial e direto extremamente brutal contra os povos indígenas das Américas. Em seguida, ocorreu a guerra contra o México de 1846 a 1848, na qual o país perdeu quase metade de seu território. Entendemos que é de suma importância a análise a intervenção militar dos EUA no Haiti, também o cenário pre-intervenção e averiguar se a incapacidade do Estado haitiano de se consolidar como uma nação moderna e estável entre 1804 e 1915 é, de fato, uma das razões para a intervenção americana, conforme sustentam Etienne (2007) e Castor (1987).

A influência dessa lógica de segurança pode ser vista tanto na organização das forças armadas do Haiti quanto na maneira como as crises políticas foram interpretadas e gerenciadas. Depois da queda da ditadura de Jean Claude Duvalier em 1986, o país passou por um período de grande instabilidade política. A eleição de Jean Bertrand Aristide em 1990 simbolizou uma tentativa de romper com as estruturas autoritárias herdadas do regime duvalierista. Contudo, o Golpe de Estado no Haiti em 1991, que depôs Aristide poucos meses após sua posse, evidenciou

a continuidade de uma cultura política militarizada e fortemente influenciada pelos paradigmas de segurança característicos da doutrina da segurança Nacional (DSN).

A resposta internacional ao golpe resultou na intervenção dos Estados Unidos no Haiti em 1994, justificada com o argumento de restaurar a democracia. No entanto, muitos analistas veem essa intervenção como parte de uma estratégia mais ampla para preservar a influência dos Estados Unidos na região. Nesse contexto, a DSN não se restringe ao período clássico das ditaduras na América Latina, mas segue atuando de maneira adaptada, mesclando ferramentas militares, diplomáticas e institucionais para formar a ordem política nos países tidos como estratégicos.

Dessa forma, ao examinar o Haiti, a Doutrina de Segurança Nacional possibilita entender como a ideia de "estabilidade" muitas vezes prevaleceu sobre a soberania política do país. A lógica de segurança hemisférica ajudou a justificar intervenções externas e a fortalecer estruturas de poder que, em várias situações, restringiram processos democráticos e iniciativas de transformação social. Assim, a análise da doutrina de segurança nacional demonstra que o imperialismo moderno dos EUA se manifesta tanto por meio de ocupações diretas quanto por mecanismos institucionais e discursivos que restringem a soberania dos Estados periféricos.

Dessa forma, este trabalho analisa as relações de colonialidade através do imperialismo estadunidense no Haiti em tempo de Jean Bertrand Aristide 1991-2004. Identificar as técnicas de controle e os agentes implicados; explorar tais técnicas em meio ao processo de intervenções estrangeiras passadas e recentes, ou de outra forma ainda desconhecida que pode nos surpreender; entender e descrever as estratégias de resistência dos oprimidos, movimentos sociais das massas que juram lutar por a soberania do país.

As perguntas a serem respondidas são as seguintes: Como as práticas coloniais se executaram durante e após a ocupação americana e quais são as técnicas utilizadas para manter as políticas de controle? Como é construído/fabricado o consentimento dos governantes na ideia de instrumentalizar as políticas de controle sobre a população? Como os movimentos sociais foram criminalizados pela força estrangeira e governos locais, e como as resistências do povo foram capazes de vencer as formas de controle? Como as estratégias e a racionalidade pós-ocupação com as intervenções estrangeiras reforçam, rompem, reestruturam a colonialidade exercida pelos Estados Unidos? Buscamos analisar e explorar a racionalidade da influência americana no Haiti, e a insistência dos Estados Unidos em influenciar as decisões no país. Ao explorar as subjetividades modernas, analisamos como isso possibilita intervenções recentes no Haiti. Compreender como foi fabricado o consentimento nas forças armadas, dos governantes e elites e líderes políticos em aceitar a dominação estrangeira, e abrir mão da soberania nacional

e sempre prontos para usar os aparatos repressivos contra qualquer movimento popular de resistência.

As mudanças significativas na maneira como os Estados percebem sua soberania e estruturam seus ordenamentos constitucionais têm sido influenciadas pela configuração do sistema internacional nas últimas décadas. Embora a soberania tenha sido entendida como um poder absoluto e indivisível exercido nas fronteiras territoriais do Estado por séculos, o desenvolvimento do direito internacional contemporâneo tem levado a uma redefinição gradual desse conceito. No cenário da globalização política e jurídica, diversos países começaram a ajustar suas constituições para facilitar uma maior integração com a ordem internacional. Isso ocorre em reconhecimento ao fato de que a soberania estatal se tornou progressivamente mais relativa, interdependente e suscetível às normas, instituições internacionais e pressão imperialista.

A consolidação do direito internacional dos direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial está diretamente relacionada a esse processo de transformação. As graves violações da dignidade humana que ocorreram durante o conflito levaram à criação de uma nova estrutura jurídica internacional destinada à proteção universal dos direitos fundamentais. Nesse cenário, a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 pela ONU foi um marco importante na criação de um sistema normativo internacional voltado para a promoção da paz, justiça e dignidade humana. A partir desse ponto, ficou claro que a proteção dos direitos humanos não é apenas uma questão interna dos Estados, mas uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional.

A literatura política e jurídica atual destaca que a universalização dos direitos humanos resultou em uma reconfiguração do conceito tradicional de soberania. Segundo Norberto Bobbio, a evolução histórica dos direitos humanos constitui um dos fenômenos políticos mais relevantes da modernidade, pois demonstra a transição de uma ordem focada unicamente na autoridade estatal para um sistema normativo que considera a dignidade humana como base do direito. De acordo com o autor, o principal desafio atual não é mais fundamentar filosoficamente a existência dos direitos humanos, mas assegurar sua proteção institucional efetiva (Bobbio, 2004).

Ferrajoli, de forma semelhante, defende que a ampliação dos direitos fundamentais no âmbito internacional favoreceu a criação de um constitucionalismo global, em que os direitos humanos estabelecem limites legais para o exercício do poder estatal. Na teoria do garantismo jurídico, o autor defende que os direitos fundamentais devem ser considerados como normas obrigatórias que impõem deveres concretos aos Estados, demandando a implementação de

mecanismos institucionais que garantam sua eficácia (Ferrajoli, 2001). Nesse contexto, a soberania não pode mais ser entendida como um poder sem limites, mas como uma autoridade que respeita as garantias fundamentais dos seres humanos.

Antônio Augusto Cançado Trindade, um dos principais juristas do direito internacional contemporâneo, também analisa essa transformação. Para ele, reconhecer a centralidade da pessoa humana no direito internacional constitui uma mudança paradigmática na estrutura da ordem jurídica global. De acordo com o autor, o direito internacional dos direitos humanos muda o foco tradicional do sistema internacional, que historicamente se concentrou nos Estados, para a salvaguarda da dignidade humana. Assim, o indivíduo é reconhecido como sujeito de direitos no âmbito internacional, tendo a possibilidade de utilizar mecanismos internacionais de proteção quando seus direitos são infringidos (Trindade, 2006).

Assim, a inclusão dessas normas internacionais nas constituições nacionais passou a ser um aspecto fundamental do constitucionalismo atual. Vários países alteraram suas constituições para incorporar catálogos mais abrangentes de direitos fundamentais e reconhecer a hierarquia normativa dos tratados internacionais de direitos humanos. Esse fenômeno indica o surgimento de um constitucionalismo que se abre ao direito internacional, em que as constituições nacionais criam mecanismos para a integração normativa e institucional com os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.

Nesse cenário, a interação entre o direito interno e o direito internacional é marcada por uma dinâmica de interdependência e diálogo normativo. Para que os compromissos assumidos pelos Estados no âmbito internacional tenham efeitos jurídicos concretos, é necessário incorporá-los ao direito interno. A incorporação de tratados internacionais de direitos humanos no âmbito interno possibilita que esses acordos sejam utilizados em tribunais nacionais, convertendo obrigações internacionais em direitos que os cidadãos podem exigir juridicamente.

Essa perspectiva também se relaciona com a análise crítica de Boaventura de Sousa Santos a respeito da globalização do direito e do surgimento de novas modalidades de pluralismo jurídico. Segundo o autor, o reconhecimento global dos direitos humanos é um dos componentes fundamentais de um processo mais abrangente de mudança da ordem jurídica mundial, em que diversos sistemas normativos nacionais, internacionais e locais interagem de maneira cada vez mais complexa. De acordo com Santos (2002), a universalização dos direitos humanos não deve ser vista apenas como um procedimento jurídico formal, mas também como uma construção política e social que requer a participação ativa de movimentos sociais, instituições democráticas e agentes internacionais.

Nesse contexto, os Estados assumem responsabilidades crescentes em relação à

promoção, proteção e garantia dos direitos humanos. O direito internacional atual determina que os Estados não só devem respeitar os direitos fundamentais, mas também protegê-los de violações e tomar medidas proativas para assegurar sua efetivação. Isso abrange a execução de políticas públicas, o estabelecimento de mecanismos institucionais de proteção e a responsabilização dos agentes estatais em situações de violação.

A inclusão dessas responsabilidades no plano constitucional ajuda a reforçar a legitimidade democrática das instituições e a consolidar o Estado de Direito. Ao afirmar a primazia dos direitos humanos como base do sistema jurídico, as constituições atuais impõem restrições ao exercício do poder estatal e instituem mecanismos legais que garantem a proteção da dignidade humana. Nesse contexto, os direitos humanos não são apenas declarações normativas, mas também princípios fundamentais da ordem constitucional.

Em conclusão, a crescente interligação entre o direito constitucional e o direito internacional dos direitos humanos é um reflexo de uma mudança mais abrangente na governança global. Em um mundo caracterizado pela interdependência entre os países, a salvaguarda da dignidade humana passou a ser um componente fundamental para a criação de uma ordem global fundamentada na cooperação, justiça e paz. Nesse cenário, a relativização da soberania estatal não resulta na perda da autonomia dos Estados, mas na reconfiguração de suas obrigações em uma comunidade internacional dedicada a promover os direitos humanos e proteger a dignidade humana.

Para prevenir ambiguidades na análise, este estudo diferencia os termos colonialismo, imperialismo e hegemonia, assim como suas respectivas formas de resistência: anticolonialismo, anti-imperialismo e anti-hegemonia. Embora muitas vezes usados como sinônimos, esses conceitos representam diferentes formas de dominação histórica e política, o que requer uma definição teórica clara. Primeiramente, o colonialismo é definido como um tipo de dominação que se baseia na ocupação direta de um território, na subordinação política e administrativa de um povo por outro e na exploração sistemática de seus recursos humanos, econômicos e culturais.

Césaire (1978) afirma que o colonialismo é um sistema de violência que desumaniza tanto os colonizadores quanto os colonizados. Fanon (1968) mostra que o colonialismo gera alienação política, econômica e psicológica, o que torna a luta pela independência uma condição essencial para a restauração da dignidade nacional. Como resultado, o anticolonialismo é a luta pela libertação nacional contra a dominação imperialista territorial, com o objetivo de recuperar a soberania política, a autodeterminação dos povos e o controle do território nacional.

Em segundo lugar, este estudo entende o imperialismo como uma fase histórica do

capitalismo, marcada pela expansão global do capital, concentração monopolista, exportação de capitais e subordinação econômica, política e militar dos países periféricos em relação aos interesses das grandes potências. De acordo com Lenin ([1917] 2012), o imperialismo constitui a etapa avançada do capitalismo, caracterizada pelo domínio do capital financeiro e pela competição entre potências por mercados, recursos estratégicos e áreas de influência. Segundo Amin (2005), o imperialismo cria uma estrutura global desigual que desvia riqueza da periferia para o núcleo do sistema capitalista.

Bandeira (2005) mostra que os EUA estabeleceram mecanismos permanentes de intervenção econômica, militar e diplomática na América Latina para manter sua posição dominante no continente. Dessa forma, o anti-imperialismo é visto como uma resistência às atuais formas de dominação capitalista global, promovendo a independência econômica, a soberania política, o desenvolvimento nacional e a autodeterminação em relação às relações desiguais do sistema mundial.

Finalmente, o conceito de hegemonia é utilizado na acepção proposta por Gramsci (2002), na qual a dominação não se mantém apenas por meio da coerção estatal, mas também pela criação de consenso por meio das instituições, educação, religião, mídia e produção cultural. A hegemonia é a habilidade de um grupo dominante em transformar seus interesses específicos em interesses gerais, conseguindo assim o apoio dos grupos subordinados. Nesse sentido, Foucault (1979) destaca que o poder se manifesta por meio de dispositivos discursivos e institucionais que geram conhecimentos, legitimidades e subjetividades.

Adicionalmente, Quijano (2005) mostra que a colonialidade do poder perpetua formas de hegemonia mesmo após o término do colonialismo formal, mantendo as hierarquias raciais, epistemológicas e econômicas. Nesse cenário, a anti-hegemonia refere-se ao conjunto de ações políticas, culturais e intelectuais destinadas a desafiar a dominação ideológica, cultural e simbólica, criando narrativas alternativas, reconhecendo saberes historicamente marginalizados e promovendo projetos coletivos de emancipação.

Para o estudo atual sobre o Haiti, é essencial diferenciar esses três pares de conceitos. O anticolonialismo explica a luta histórica pela independência nacional iniciada em 1804, enquanto o anti-imperialismo ajuda a entender as resistências às atuais formas de dependência econômica, financeira, militar e diplomática que afetam a soberania do Haiti. Por outro lado, a perspectiva anti-hegemônica permite examinar as contendas relacionadas à memória coletiva, identidade nacional e narrativas históricas, destacando que a soberania não se baseia apenas no domínio do território e das instituições estatais, mas também na habilidade de um povo criar e manter seus próprios referenciais culturais, políticos e epistemológicos.

1. DINÂMICA DE PODER E INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA NO HAITI

Este capítulo analisa a dinâmica de poder e as formas históricas de intervenção estrangeira no Haiti, compreendendo-as como expressão de um processo duradouro de dominação que articula colonialismo, racialização e controle político. Parte-se da noção de que a soberania haitiana foi sistematicamente limitada por mecanismos externos e internos inscritos naquilo que Aníbal Quijano definiu como colonialidade do poder, isto é, uma matriz global que organiza as hierarquias sociais, raciais e epistêmicas no mundo moderno. Como afirma Quijano, “a colonialidade do poder se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do padrão de poder” (Quijano, 2005, p. 117).

Neste capítulo, analisa-se a gênese, e o significado histórico do exército indígena, destacando seu papel na ruptura colonial e na fundação do primeiro Estado negro moderno.

A análise inicia-se com o exército indígena posteriormente o exército da independência, entendido como sujeito político fundador de uma ruptura radical com a ordem colonial moderna. A Revolução Haitiana (1791–1804) não apenas destruiu o regime escravista, mas produziu um evento histórico que desafiou as bases morais, raciais e políticas do Ocidente. Aimé Césaire permite compreender essa ruptura ao afirmar que o colonialismo não é uma missão civilizadora, mas um sistema que “desumaniza até o mais civilizado dos homens” (Césaire, 2000, p. 42). O isolamento internacional imposto ao Haiti após a independência deve ser lido, portanto, como punição exemplar a um projeto emancipatório negro que ameaçava o sistema colonial atlântico.

No século XIX e, sobretudo, no início do século XX, o Haiti passa a integrar de forma subordinada a zona de influência dos Estados Unidos. A ocupação americana do Haiti (1915–1934) constitui um momento central desse processo. Mary Renda demonstra que essa ocupação não pode ser reduzida a uma intervenção militar, mas deve ser compreendida como um projeto cultural e racializado de poder imperial. Segundo a autora, “*the U.S. occupation of Haiti was as much about culture as it was about military control; it was an imperial project deeply shaped by race*” (Renda, 2001, p. 10). A dominação foi legitimada por discursos de tutela, atraso e incapacidade política dos haitianos, reinscrevendo hierarquias raciais no interior do Estado ocupado.

Inspirando-se na análise foucaultiana do poder, este capítulo interpreta a ocupação como um dispositivo disciplinar, no qual soberania, violência e normalização operam de forma combinada. A criação da Gendarmerie d’Haïti, sob comando direto dos ocupantes americanos, é analisada como tecnologia central desse dispositivo, responsável pela repressão das

resistências camponesas (cacos) e pela institucionalização da violência estatal. O papel das elites haitianas é abordado a partir de uma leitura crítica da colonialidade internalizada.

Em consonância com Quijano, argumenta-se que essas elites atuaram como mediadoras locais do poder imperial, apropriando-se das estruturas estatais para garantir seus interesses econômicos e políticos. Tal processo contribuiu para a consolidação de um Estado formalmente independente, mas estruturalmente dependente e socialmente excludente. Em contrapartida, o capítulo enfatiza o papel do povo haitiano e da sociedade civil na resistência, recuperando experiências historicamente silenciadas. Trouillot (1995) alerta que o poder opera também no campo da produção do saber histórico, definindo o que pode ou não ser narrado. Para o autor a história do Haiti, marcada por intervenções e resistências, foi frequentemente narrada a partir desses silêncios, que invisibilizam a agência popular e reforçam leituras externas e estigmatizantes.

Assim, ao articular imperialismo, elites locais e resistência popular, este capítulo sustenta que a história haitiana é atravessada por uma tensão permanente entre projetos imperiais de controle e projetos populares de emancipação. A soberania haitiana é compreendida não como um atributo jurídico estável, mas como um campo de disputa histórica, política e epistemológica, continuamente desafiado pelas forças da colonialidade do poder.

1.1 O EXÉRCITO INDÍGENA/ EXÉRCITO DA INDEPENDÊNCIA

O exército é uma força armada terrestre estruturada, duradoura e subordinada ao Estado, com a principal responsabilidade de assegurar a defesa nacional, se é necessário fazer guerra para proteger a soberania e a integridade territorial do país, além de poder atuar em casos de emergência interna, calamidade ou missões de paz. Indo além de uma definição meramente funcional, o exército deve ser compreendido como o principal instrumento do poder político militar do Estado.

O Exército Indígena surgiu durante a Revolução Haitiana, uma revolta massiva contra o sistema colonial francês em Santo Domingo. O primeiro Exército que lutou na Revolução Haitiana, composto por escravos fugitivos, mulatos e negros livres, uniu-se para derrubar o colonialismo francês e abolir a escravidão. Esse exército era conhecido como 'L'armée indigène'. De acordo com Soukar (1997), sob a liderança de Toussaint Louverture, foi formado o Exército Indígena. Quando foi destituído pelas forças francesas enviadas por Napoleão para retomar a ilha, Jean Jacques Dessalines foi nomeado comandante das tropas do Sul.

Assim entendemos que a insurreição geral que começou em agosto de 1791, no norte

da colônia de Saint-Domingue, (atual Haiti), não ocorreu sem contexto. Ela foi precedida por diversas formas de resistência, tanto cotidiana quanto armada, desde o marronnage até conspirações coletivas, que criaram uma cultura política de combate. Dubois (2004) aponta que a revolta dos escravos rapidamente adquiriu uma característica militar organizada, convertendo grupos dispersos em efetivos corpos armados. Tanto a brutalidade sem limites do sistema plantation quanto a difusão das ideias da Revolução Francesa contribuíram para a militarização da resistência. No entanto, como enfatiza James, os insurgentes não se limitaram a imitar modelos europeus: eles reinventaram a guerra com base em sua própria situação histórica (James, 1938/2001).

O conceito de exército indígena ganha relevância principalmente nos últimos anos da guerra de independência, particularmente após a expedição napoleônica de 1802. O conceito de "indígena" se referia aos povos ameríndios dizimados durante o período colonial, e funcionava como uma categoria política de resistência radical contra o estrangeiro e o colonizador. De acordo com Casimir (2000), isso representava uma reapropriação simbólica do território, declarando que os combatentes eram os autênticos filhos da terra haitiana. Dessa forma, o exército indígena simbolizava uma quebra com a ordem colonial racializada, ao se estabelecer como uma força autóctone, negra e popular, em oposição aos exércitos europeus metropolitanos.

Toussaint Louverture (1743–1803) foi o principal líder da Revolução Haitiana (1791–1804), um movimento que resultou na transformação de Saint-Domingue na primeira república negra independente do mundo moderno e na abolição da escravidão na colônia francesa (James, 1989). Ele nasceu escravo e tornou-se livre ainda jovem em 1776, aprimorando suas habilidades de leitura, escrita e tática militar (Popkin, 2012). A revolta dos escravizados teve início em 1791, e Louverture se destacou como líder da resistência negra. Dependendo do contexto militar, ele se aliou de forma estratégica a espanhóis e franceses, demonstrando destreza tanto diplomática quanto militar (Geggus, 2002). Para Fick (1990), o Toussaint reestruturou a economia e a gestão da colônia, mantendo a produção agrícola fundamental (açúcar e café) sob supervisão haitiana.

É digno notar que a competição entre as potências colônias também beneficiou os rebeldes, pois o exército popular de libertação nacional liderado por Toussaint Louverture lutou ao lado dos franceses contra os espanhóis, e vice-versa. Após sua queda, a luta continuou com outros líderes, como Jean-Jacques Dessalines, Alexandre Pétion e Henry Christophe, perseverando até o estabelecimento da primeira nação negra do mundo. Os primeiros dez dias da revolta geral tiveram consequências significativas, tanto em termos humanos quanto

materiais. Quase mil brancos foram mortos, incluindo mulheres e crianças, sem mencionar os muitos brancos envenenados bem antes da revolta geral, a planície norte estava quase em chamas. Quase 161 engenhos de açúcar e 1.200 plantações de café foram incendiadas. Toussaint Bréda, nome posteriormente alterado para Toussaint Louverture, foi o primeiro que formalizou um exército para a guerra da independência, mesmo que ele não tenha chegado a ver o país livre (Lherisson, 1906).

Graças ao seu conhecimento profundo dos interesses dos que não estavam diretamente envolvidos no conflito iminente, Toussaint Louverture pôde orquestrar meticulosamente os fundamentos desta vitória deslumbrante na primeira guerra de libertação contra a ideia universal da servidão humana. Na história haitiana, são muitas vezes erradamente designadas por inversões de marcha de Toussaint. Estas manobras estratégicas tinham como objetivo, e foram bem-sucedidas, permitir que os futuros membros do exército indígena treinassem com as forças espanholas, francesas e inglesas. Os escravos aprenderam a lidar com a morte por razões que não eram as suas.

O conhecimento tático dos métodos operacionais do inimigo potencial e real e a dura provação do combate fortaleceram os homens e mulheres indígenas que faziam parte do primeiro exército negro a triunfar sobre um exército racista e escravagista. Sob comando de personalidades como Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines e Henri Christophe, o exército revolucionário atingiu um elevado nível de organização. Em particular, Toussaint se destacou ao unir a disciplina militar moderna a um profundo entendimento do território e das dinâmicas sociais locais. Segundo (James, 1938/2001) Toussaint foi “um gênio político e militar moldado pelas contradições do mundo atlântico” (James, 1938/2001).

A transformação do exército revolucionário em exército da independência aconteceu em meio a uma radicalização intensa do conflito. A tentativa de restabelecer a escravidão por parte da França, durante o governo de Napoleão Bonaparte, transformou a guerra em uma luta pela sobrevivência. Aimé Césaire afirma que o colonialismo europeu sempre teve uma lógica genocida, que se manifestou de maneira explícita no Haiti (Césaire, 1955).

A tentativa de restaurar a escravidão no Haiti foi uma gota de água de derrubou o vaso, em 1802, quando Napoleão Bonaparte enviou a expedição liderada por seu cunhado, o general Charles Leclerc, o discurso oficial mencionava a necessidade de reafirmar a soberania francesa e conter movimentos autonomistas. Porém, o contexto atlântico indicava uma intenção diferente. Napoleão promulgou uma lei em 20 de maio de 1802 que reestabelecia a escravidão nas colônias em que havia sido abolida durante a Revolução Francesa, especialmente na Martinica e, posteriormente, na Guadalupe. Como bem descreve o historiador Laurent Dubois:

“The restoration of slavery in Guadeloupe sent shock waves through Saint-Domingue. It made clear that the expedition was not simply about political authority but about the re-enslavement of the population” (Dubois, 2004).

Em Guadalupe, o general Richepanse reprimiu brutalmente a resistência comandada por Louis Delgrès e restabeleceu a escravidão oficialmente. Esse incidente gerou uma grande repercussão entre os oficiais e soldados de Saint-Domingue. C. L. R. James enfatiza: *“News of the restoration of slavery in Guadeloupe convinced the black generals that Bonaparte’s intentions were clear. There would be no security for them except in independence.”* (James, 1938). Desse modo, a experiência guadalupense serviu como um aviso concreto: a reconciliação com a França implicava, em última análise, o retorno ao cativeiro. Apesar de ter ampla autonomia, Toussaint Louverture buscou manter formalmente o vínculo com a França. Embora a Constituição de 1801 tenha declarado Saint-Domingue como parte do império francês, foi concedido a ele o direito de autogoverno, o Napoleão Bonaparte não aceitou.

Isso demonstra que apesar de a Revolução Francesa (1789) ter proclamado os princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade, esses ideais não foram aplicados de forma eficaz aos povos que estavam sob domínio colonial. A igualdade proclamada pelos revolucionários franceses permaneceu, em grande parte, restrita ao território metropolitano, ao passo que as colônias continuaram estruturadas com base em uma lógica de exploração econômica, hierarquia racial e violência política. Essa contradição demonstra que o universalismo republicano francês coexistiu com a manutenção do colonialismo e da escravidão, evidenciando a seletividade dos direitos e da cidadania moderna. Como James argumenta na obra *The Black Jacobins*:

A Revolução Haitiana foi a radicalização mais intensa dos ideais iluministas. Isso ocorreu porque foram os escravizados de Saint-Domingue que concretizaram os princípios de liberdade e igualdade proclamados na França. Ao passo que a metrópole relutava em romper de vez com a escravidão, em virtude dos interesses econômicos das plantações coloniais, os revolucionários haitianos converteram o universalismo abstrato em uma ação concreta de emancipação. (James, 1963).

Buck-Morss (2009) também ressalta essa contradição, afirmando que a filosofia política do Iluminismo europeu só pode ser completamente entendida quando colocada no contexto da Revolução Haitiana. Segundo a autora, a pretensão universal da liberdade moderna escondia a dependência econômica da Europa em relação ao sistema escravista atlântico, demonstrando que a modernidade europeia foi erguida ao mesmo tempo sobre discursos emancipatórios e práticas coloniais. Césaire (1955) também argumenta que o colonialismo foi uma negação sistemática dos valores humanistas que a Europa dizia defender. No *Discours sur le*

colonialisme, o autor evidencia uma significativa contradição entre os ideais de progresso da civilização europeia e suas práticas coloniais, fundamentadas na desumanização dos povos colonizados. Portanto, o colonialismo não representou uma derrocada da modernidade, mas uma de suas manifestações constitutivas.

Fanon (1961) aprofunda essa perspectiva, argumentando que o colonialismo cria um mundo dividido entre colonizadores e colonizados, sustentado por violência tanto material quanto simbólico. Fanon, em *Os Condenados da Terra*, defende que o discurso universalista europeu encobria uma estrutura racial que impedia os povos colonizados de alcançar a plena condição de humanidade e cidadania. Nesse contexto, a luta anticolonial, como aconteceu no Haiti, não se limitou apenas à conquista da independência política, mas também à demanda pela universalidade efetiva dos direitos humanos.

Trouillot (1995) aponta que a Revolução Haitiana foi sistematicamente silenciada pela historiografia ocidental, pois desafiou os alicerces políticos e intelectuais do colonialismo europeu. De acordo com o autor, reconhecer completamente a revolução dos escravizados exigiria aceitar que aqueles considerados incapazes de fazer história foram os protagonistas da revolução democrática mais radical da era moderna. No âmbito geopolítico, Bandeira (2016) destaca que as principais potências ocidentais têm apoiado os princípios liberais somente quando estes estão alinhados com seus interesses estratégicos e econômicos. Essa lógica, que foi primeiramente vista nas potências coloniais europeias, foi depois replicada pelos Estados Unidos em sua política para as Américas, evidenciando a conexão histórica entre colonialismo, imperialismo e dominação global.

Nesse contexto, a Revolução Haitiana não só confrontou a dominação colonial francesa, como também expôs as limitações do universalismo europeu, ao evidenciar que liberdade, igualdade e soberania só poderiam se tornar verdadeiramente universais se fossem concedidas aos povos colonizados. Dessa forma, o Haiti se transformou em um símbolo da luta anticolonial e um marco da crítica ao colonialismo moderno, influenciando vários movimentos de emancipação durante os séculos XIX e XX. Podemos observar ao ser preso e deportado para a França, Toussaint afirma: "Ao me derrubarem, apenas cortaram o tronco da árvore da liberdade dos negros; ela voltará a crescer a partir das raízes, que são profundas e abundantes. A deportação foi vista como um ato de traição e evidência de que não havia possibilidade de coexistência no império napoleônico.

Foi nesse período que ocorreu a união entre negros e mulatos, pois até então havia tensões significativas entre os líderes negros e mulatos, especialmente após a guerra no Sul do país entre Toussaint e André Rigaud. No entanto, frente à ameaça compartilhada da

reescravização, essas divisões foram minimizadas, explica Dubois: “*The French invasion and the specter of re-enslavement ultimately unified the colony’s formerly divided leadership. Independence became not an abstract ideal but a necessary condition for survival.*” (Dubois, 2004)

Jean Jacques Dessalines, que a princípio havia apoiado Leclerc, rompeu de vez com os franceses quando ficou claro o destino reservado aos negros e oficiais de cor. A narrativa agora é sobre a defesa da autonomia em relação à independência. O foco principal é que a Revolução Haitiana não teve início como um movimento de independência, mas como uma batalha por liberdade e igualdade no contexto da Revolução Francesa.

A política de Napoleão, particularmente a reintrodução da escravidão na Guadalupe, alterou o panorama político. Como sintetiza James: “It was Bonaparte who made independence inevitable.” (James, 1938). Dessa forma, a prisão de Toussaint não pôs fim à revolução; pelo contrário, ela tornou seus objetivos mais radicais. A ameaça real de voltar à escravidão resultou na união entre negros e mulatos e na mudança da luta: de autonomia colonial para independência total, declarada em 1º de janeiro de 1804.

Após a captura de Toussaint Louverture em junho de 1802, que foi deportado para a França e encarcerado no “*Fort de Joux*”, onde faleceu em 1803, a Revolução Haitiana passou por uma mudança significativa. A tentativa de Napoleão de restabelecer o domínio colonial e, por conseguinte, o sistema escravista, intensificou o conflito e alterou as alianças internas. Nesse cenário, Jean-Jacques Dessalines se destacou como o principal líder da resistência armada, reestruturando as forças rebeldes e liderando a batalha contra o exército francês expedicionário (Popkin, 2007).

Como aponta Jeremy D. Segundo o autor, a prisão de Toussaint não pôs fim à revolução, mas mudou a natureza do conflito, que deixou de ser uma luta por autonomia dentro do império francês e passou a ser uma guerra aberta pela independência. Dessalines, que era general sob o comando de Louverture, rompeu de forma definitiva com a França quando ficou claro o plano de restabelecimento da escravidão nas colônias do Caribe. A partir desse momento, a resistência adotou uma postura claramente anticolonial e independentista. Sob sua direção, o conflito se tornou mais radical e com uma estratégia militar.

Dessalines fortaleceu alianças com outros generais negros e mulatos, como Henri Christophe e Alexandre Pétion, e liderou a campanha que resultou na derrota das forças francesas em Vertières, em novembro de 1803. A independência foi proclamada em 1º de janeiro de 1804, marcando não só o surgimento do Haiti, mas também a primeira república negra do mundo moderno e a única revolução escrava bem-sucedida na história atlântica.

Assim, a ascensão de Dessalines após a captura de Louverture marca um ponto fundamental da revolução: a transição de um projeto autonomista no contexto do império francês para um projeto soberano, radicalmente antiescravista e anticolonial.

Sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines, o Exército Indígena (*Armée Indigène*) conquistou uma série de vitórias significativas contra as forças expedicionárias francesas enviadas por Napoleão Bonaparte. A Batalha de *Vertières* (18 de novembro de 1803) foi a vitória final e mais simbólica, mas antes dela houve uma série de combates essenciais para a independência do Haiti. As principais batalhas como Batalha de *Crête-à-Pierrot* (4–24 de março de 1802), sob o comando de Jean-Jacques Dessalines e Lamartinière, embora os haitianos tenham se retirado, a resistência causou grandes perdas ao exército francês e mostrou a habilidade militar dos revolucionários. Na Batalha de *Petit-Goâve*, ocorrida em 1802, as forças revolucionárias venceram as tropas francesas na região oeste. Ajudou a reduzir o domínio francês sobre a costa. Batalha de *Fort-Dauphin* (1803): as forças comandadas por Dessalines retomaram pontos estratégicos no norte da colônia.

Na Batalha de *Port-de-Paix* (1803), os insurgentes venceram as tropas francesas e firmaram o controle sobre a área noroeste. A Batalha de Saint-Marc (1803) foi crucial para interromper as linhas de comunicação e suprimento das forças francesas. Após a Batalha de *Vertières*, ocorrida em novembro de 1803, os franceses deixaram Cap-Français, que era a principal capital colonial de Saint-Domingue. Essa evacuação simbolizou o colapso final do domínio francês na região. Lá, as forças haitianas infligiram uma derrota decisiva às tropas do General Rochambeau (Popkin, 2007). Essa vitória marcou o fim da resistência francesa e abriu caminho para a independência do Haiti (Cauna, 2004). Após a batalha de *Vertières* em janeiro de 1803, ele declara a independência de Saint-Domingue sob o nome de "*Hayti*", marcando o fim do colonialismo francês na área (Le Glauca, 2010).

Mas em 01 de janeiro 1804 Dessalines converteu Saint Domingue em Haiti independente. Esse foi o primeiro exército a abolir a escravidão e, ao final da Guerra da Independência do Haiti, recebeu o nome de "Exército Inca". Em 1803, o nome foi alterado para "Exército Indígena" ou "L'Armée Indigène". De acordo com o autor, esse exército era aquele que defendia a soberania, e a liberdade de todos, porém, lamentavelmente, seus objetivos terminaram em 1806 com a morte de Jean Jacques Dessalines.

De maneira precisa, podemos afirmar que as origens do exército indígena e dos escravos importados de diferentes lugares da África levaram trezentos anos a ultrapassar os vários desafios que impediam a homogeneidade essencial, o nascimento e o funcionamento de uma força revolucionária na colônia de Saint Domingue. Foi, portanto, necessário integrar todos

estes aspectos, juntamente com as culturas, línguas e tradições próprias dos colonizadores, para transformar esta reunião de indivíduos de diferentes origens étnicas, falando línguas diferentes e possuindo crenças religiosas heterogêneas, numa nova entidade social. E a aliança de Negros e Mulatos foi também uma ilustração da mistura de saberes. É inegável que as diversas formas de conhecimento dos escravizados foram a base da Revolução Haitiana.

Na realidade, a independência do Haiti foi alcançada pela colaboração de negros e mulatos. Essa unidade não era apenas material, mas também, e acima de tudo, uma mistura de conhecimento tradicional, acadêmico e científico. De fato, muitos libertos e mulatos, possuíam riqueza comparável à dos brancos e tiveram a oportunidade de acessar o ensino superior na metrópole. Essa competência intelectual foi mobilizada durante a revolução. É importante notar que o marronage permitiu que os escravos adquirissem um profundo conhecimento da geografia local. Mesmo antes da revolta generalizada de escravos, os libertos de Saint-Domingue lutaram ao lado dos americanos na Batalha de Savannah, em 1779. Ao retornar à sua terra natal, os sobreviventes, sem dúvida, usaram suas experiências em campo para contribuir para a revolução haitiana.

A história mostra que uma das formas mais frequentes de resistência era o marronage, ou seja, a fuga de escravos para áreas montanhosas ou florestais, onde estabeleciam comunidades independentes. Essas comunidades de escravos fugitivos preservavam tradições culturais africanas, mantinham redes de solidariedade e realizavam ataques frequentes contra propriedades coloniais. Segundo Carolyn E. Fick, o marronage foi uma forma fundamental de resistência coletiva e um relevante precursor para as mobilizações revolucionárias subsequentes (Fick, 1990).

Uma das primeiras grandes revoltas documentadas aconteceu em 1757, sob a liderança de um escravo africano chamado François Makandal que escapou das plantações, montou uma extensa rede de escravos e marrons no norte da colônia. Ele é comumente ligado ao uso de venenos para exterminar colonos e enfraquecer a escravidão. De acordo com Dubois (2004), Makandal conseguiu estabelecer uma rede secreta que percorria diversas plantações, evidenciando a habilidade organizacional dos escravos africanos. Embora tenha sido capturado e executado pelos colonos em 1758, sua ação teve grande impacto simbólico e reforçou o imaginário de resistência entre os escravizados.

Os escravos não apenas se revoltavam abertamente, mas também adotavam diversas formas de resistência no dia a dia, como sabotagem do trabalho, destruição de ferramentas e preservação de práticas culturais africanas proibidas. Segundo Michel-Rolph Trouillot, essas práticas representavam formas de resistência silenciosa que enfraqueciam a autoridade colonial

e mantinham as identidades culturais africanas (Trouillot, 1995). Em diversos casos, essas práticas estavam relacionadas a rituais religiosos que mais tarde foram vinculados ao vodú, religião que teve um papel fundamental na união social das comunidades escravizadas.

A experiência militar de muitos africanos trazidos para Saint-Domingue constituiu outro aspecto relevante. Alguns haviam participado de conflitos bélicos ou faziam parte de sociedades muito estruturadas na África. Fick (1990) ressalta que essa vivência ajudou a desenvolver estratégias de resistência e organização coletiva, o que facilitou a mobilização de grandes grupos de escravos nas décadas anteriores à revolução.

Importante destacar que a convenção, formada em Paris imediatamente após a Revolução de 1789, que declarou a emancipação dos escravos nas colônias francesas, essa notícia da proclamação se espalhou rapidamente em Saint Domingue. Os escravos definem um lugar para formalizar a luta, e a Cerimônia de *Bois-Caïman*: um verdadeiro pacto de Sangue pela Liberdade Universal. O ritual de Bois-Caïman, realizado na noite de 14 de agosto de 1791, marcou o início da revolta geral que ocorreu na noite de 22 para 23 de agosto de 1791. Levou ao reconhecimento do Haiti como a primeira república negra do mundo e a segunda nação das Américas, depois dos Estados Unidos. Segundo Diop (2014), essa cerimônia vodú é vista como uma união fraternal sagrada formalizada por um pacto de sangue, que desencadeia a reivindicação da liberdade como símbolo da dignidade humana.

Como é citado anteriormente, 1791, teve início da revolta dos escravizados, que deixam as plantações, destroem engenhos e atacam os brancos, resultando na morte de diversos proprietários. A revolta não possui uma liderança definida e cria uma situação caótica na ilha. Segundo Madiou (1988), as forças francesas aceitam assim a derrota, esmagadas pela determinação e superioridade estratégica e tática do exército indígena.

Com Jean Jacques Dessalines no comando, Haiti adquiriu uma bandeira em 18 de maio de 1803, e constituída principalmente por antigos escravos, esta tropa derrotou o contingente expedicionário enviado por Napoleão Bonaparte na batalha de Vertières, em 18 de novembro de 1803. O resultado desta guerra levou à rendição do exército francês, à soberania do Haiti e ao abandono da maior e mais rentável colônia do império colonial francês da época. De acordo com Madiou, na data, 23 de junho de 1803, Dessalines informa o governador da Jamaica da separação de Saint Domingue da França: "Em nome deste povo profundamente humilhado, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que todos os vínculos entre São Domingos e França foram rompidos " (Madiou, 1988).

Assim, o exército indígena é o produto da crueldade da escravatura. É a característica e o caráter da colonização que obriga os oprimidos a unir forças para se livrarem do seu tirano.

A guerra de independência do Haiti, ainda hoje chamada Revolução Haitiana, mesmo pelas potências mundiais atuais, reuniu todas as condições estratégicas e táticas conhecidas e observadas nos conflitos contemporâneos: Espionagem, infiltração, desinformação, contraespionagem, análise dos hábitos e costumes do adversário, compreensão e respeito pela topografia das zonas de ação, astúcia e diplomacia.

Jean-Pierre Le Glaunec em seu livro “L’armée indigne: *La défaite de Napoléon en Haiti*”, o autor considera que a batalha de Vertières, ocorrida em 18 de novembro de 1803, é fundamental para a análise do impacto que teve sobre a França. Este argumento permite classificar esta Revolução como uma “Guerra de Libertação Nacional”. A batalha resultou na vitória dos antigos escravos de São Domingos, forçando o exército francês a se render. Isso abriu caminho para a independência do Haiti e levou ao desaparecimento da colônia mais lucrativa do império francês da época, Le Glaunec (2014) descreve também como prisioneiros negros foram executados pelas forças francesas por meio de enforcamento, fuzilamento e afogamento em massa.

Eis as disposições do acordo de rendição do exército francês:

Neste dia 27 de Brumário (19 de novembro de 1803), o Comandante Adjunto Duveyrier, que representa o General-em-Chefe Rochambeau, comandante do exército francês para negociar a rendição da cidade do Cabo, e eu, Jean-Jacques Dessalines, acordamos as seguintes cláusulas.

Art. 1. No prazo de dez dias a contar do dia 28 do corrente mês, a cidade de Cabo haitiano e os fortes que lhe estão subjacentes serão entregues ao general-chefe Dessalines.

Art. 2. As munições militares atualmente nos arsenais, as armas e a artilharia permanecerão no seu estado atual.

Art. 3. Todos os navios de guerra e outras embarcações indispensáveis, segundo o general Rochambeau, tanto para a deslocação de tropas e civis como para a evacuação, poderão zarpar livremente na data fixada.

Art. 4. Os oficiais, militares ou civis, bem como as tropas que constituem a guarnição do Cabo, partirão com honras militares e levarão consigo as armas e objetos pertencentes às suas demibrigadas.

Art. 5. Os doentes e feridos que não puderem ser evacuados serão tratados nos hospitais até a sua recuperação. Serão recomendados à humanidade pelo general Dessalines.

Art. 6. O general Dessalines, prometendo a sua proteção aos habitantes que permanecerão no local, exige ao general Rochambeau que se faça justiça, libertando os cidadãos do país, qualquer que seja a sua cor. Estes últimos não devem, sob nenhum pretexto, ser obrigados a embarcar com o exército francês.

Art. 7. As forças dos dois exércitos manterão as suas posições respectivas até ao décimo dia previsto para a retirada do Cabo.

Art. 8. Para garantir a segurança dos presentes acordos, o General Rochambeau delegará o Oficial Urbain Deveau, em troca, o General Dessalines designará um oficial de patente equivalente.

Assinado em duplicado e de boa fé, no quartel-general situado no cume do Cabo. Até o dia, mês e ano acima referidos, inclusive. (Iniciado): Dessalines. Duveyrier ((Le Glaunec, 2014).

O exército indígena liderado por Dessalines continuou a ser um exército que defendia a soberania territorial, mas após o assassinato do pai da independência, Haiti seguiu um caminho diferente do ideal de Dessalines. Assim que a guerra terminou, Jean Jacques Dessalines começou a trabalhar para consolidar a vitória. Ao mesmo tempo, criou as comissões encarregadas de conceber a organização política, social, econômica e jurídica do novo Estado. Após a euforia da declaração de independência, 1º de janeiro de 1804, em *Gonaïves*, Jean Jacques Dessalines ordenou aos seus generais que reforçassem as defesas do novo país.

A sua perspectiva humanista da liberdade e da repartição das riquezas esbarra com os verdadeiros motivos que levam os oficiais da expedição de Leclerc a inverter a sua posição de apoio à causa indígena. Estes reclamavam as terras de Saint Domingue como heranças dos seus antepassados coloniais. Dessalines opõe-se, exclamando: "Mas aqueles cujos pais estão em África, esses não receberiam nada" (Dessalines, 1804). Perante a determinação de Dessalines em estabelecer a equidade como fundamento do novo país, os oficiais mulatos que já tinham como objetivo substituir os colonos brancos uniram forças e mataram Dessalines, disfarçando o seu ato com a tragédia do *Pont Rouge*, a 17 de outubro de 1806. Na realidade, o projeto dessalinista ia muito além do simples problema interno da nova República. Era a prática da escravatura que era contestada e, conseqüentemente, a exploração da força produtiva dos negros em benefício dos brancos.

Nós guerreamos pelos outros; antes de pegarmos em armas contra Leclerc, homens de cor, filhos de brancos, não recebiam as heranças de seus pais; como é possível que, desde que expulsamos os colonos, seus filhos estejam reivindicando suas propriedades? Os negros cujos pais estão na África não terão nada então?... os Vasteys, os Blanchets terão colocado os filhos dos colonos na posse da propriedade do Estado às custas dos meus pobres negros. Tome cuidado, negros e mulatos, todos nós lutamos contra os brancos; a propriedade que conquistamos com o derramamento de nosso sangue pertence a todos nós; pretendo que seja compartilhada equitativamente. (Madiou, 1989, t. III, p. 310). Tradução nossa

Para Soukar (1997), após o assassinato de Dessalines, este exército indigenista sofreu uma transformação. Tornou-se um simples instrumento ao serviço dos grandes proprietários,

comerciantes e generais, militares, bem como dos comerciantes estrangeiros. E esse período vai de 1807 até 1915, onde os americanos desmobilizaram esse exército e formaram outro exército que eles controlavam e usaram contra opositores, e teve seu fim por eles mesmos em 1994.

O Exército popular de libertação nacional simboliza a luta feroz do povo escravizado e o desejo de se libertar do colonialismo. No entanto, sua narrativa tem sido amplamente ignorada, especialmente na França, devido ao constrangimento causado pela derrota de Napoleão (Le Glaunec, 2014). Atualmente, o Exército Nativo é homenageado no Haiti como um emblema de emancipação e orgulho nacional, e o dia 18 de novembro é comemorado anualmente como o Dia da Vitória (Cauna, 2004).

1.2 O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE DO SÉCULO XIX-XX

O termo imperialismo descreve uma condição na qual um Estado mais forte exerce domínio ou poder sobre entidades estrangeiras com a finalidade de conquistar ou manter sua hegemonia. Embora o imperialismo seja tradicionalmente associado à expansão militar e à conquista colonial, o conceito moderno foi fundamentalmente moldado pela análise econômica do capitalismo no início do século XX. Apesar de colonialismo, imperialismo e hegemonia terem uma relação histórica, eles constituem formas diferentes de dominação política, econômica e cultural. Para entender as várias formas de exercício do poder internacional, especialmente no caso do Haiti, é essencial distinguir esses conceitos.

O colonialismo é definido pela ocupação e pelo domínio direto de um território por uma potência externa. Sua principal forma de dominação é territorial, política e militar, fundamentada na conquista, na gestão colonial e na imposição da soberania da metrópole sobre a colônia. A utilização da força é um componente fundamental dessa relação, pois a dominação das populações colonizadas depende da presença militar e da violência institucionalizada. Por outro lado, o neocolonialismo representa a continuidade dessa dependência após a declaração formal de independência dos países. Apesar de o controle territorial direto ser substituído por métodos indiretos, a coerção militar permanece como um instrumento constante para assegurar a manutenção da ordem política e econômica benéfica às potências dominantes (Nkrumah, 1965; Fanon, 1968).

O imperialismo se diferencia do colonialismo por não exigir, em sua principal forma de dominação, a ocupação contínua de um território. De acordo com a tradição marxista, particularmente em Lênin (2012), o imperialismo é visto como uma fase do capitalismo marcada pela expansão global do capital financeiro, dos monopólios e do poder econômico das

grandes potências. Sua principal forma de dominação é econômica, financeira e geopolítica, manifestada por meio do endividamento externo, controle dos mercados, instituições financeiras internacionais, sanções econômicas e dependência estrutural. No entanto, o uso da força militar não é excluído por essa dominação. Por outro lado, ações armadas, ocupações temporárias, golpes de Estado e operações militares costumam ser usadas como ferramentas para garantir interesses econômicos e estratégicos. Isso é evidenciado pelas intervenções dos Estados Unidos no Haiti ao longo do século XX e início do século XXI.

Por outro lado, a hegemonia diz respeito principalmente ao exercício do poder por meio do consenso, e não somente por meio da coerção. Inspirado por Gramsci (2002), o termo refere-se à habilidade de um grupo ou Estado em apresentar seus interesses específicos como se fossem interesses universais, conseguindo assim o apoio dos grupos subordinados. A principal forma de dominação é cultural, ideológica, política e simbólica, propagada por meio da educação, da mídia, das instituições internacionais, da produção científica, da diplomacia e dos discursos acerca da democracia, do desenvolvimento, dos direitos humanos e da segurança internacional. Ao invés de confiar principalmente na ocupação militar, a hegemonia procura tornar certas perspectivas de mundo naturais, fazendo com que as relações de poder sejam vistas como legítimas ou inevitáveis.

Como aponta Gramsci (2002), toda hegemonia envolve tanto consenso quanto coerção, sendo o consenso o seu elemento característico. Essas três formas de dominação costumam coexistir. No Haiti, o colonialismo caracterizou o período de dominação francesa até 1804; o neocolonialismo se evidenciou pela continuidade de estruturas externas de dependência após a independência; o imperialismo americano se estabeleceu por meio do domínio econômico, financeiro, político e de intervenções militares. Nesse contexto, o economista John Atkinson Hobson destaca-se como um pioneiro. Em sua obra seminal, *Imperialismo: Um Estudo* (1902), ele transcende a ideia de um simples empreendimento nacionalista para analisá-lo sob uma ótica financeira, econômica e ética.

Para Hobson (1902), o imperialismo não era apenas uma política de Estado, mas uma consequência direta do capitalismo avançado. Ele argumentava que a necessidade de encontrar novos mercados para o consumo e, principalmente, oportunidades de investimento mais rentáveis para o capital excedente, impulsionava as nações a exercerem domínio sobre outros territórios e populações. Ao longo de séculos, a história moderna do poder imperial foi caracterizada pela expansão territorial e pela incorporação oficial de territórios conquistados. Na sua forma clássica, o império estava intrinsecamente ligado à conquista de novos territórios e à expansão da soberania metropolitana sobre essas áreas. No entanto, a configuração atual do

poder global parece seguir uma lógica diferente. A expansão não desaparece, mas adota formas mais dispersas, menos focadas na anexação de territórios e mais voltadas para a regulamentação econômica, financeira, jurídica e de segurança.

No entanto, para entender completamente o caso haitiano, essa análise deve ser integrada ao conceito de colonialidade do poder, proposto por Aníbal Quijano. Enquanto Hardt e Negri nos apresentam uma teoria da soberania global atual, Quijano nos recorda que a modernidade capitalista sempre se baseou em hierarquias raciais e coloniais que organizam o sistema-mundo. O Haiti, primeira república negra independente, ocupa um lugar único nessa genealogia.

Sua trajetória possibilita a análise da transição entre: a dominação territorial clássica (ocupação norte-americana de 1915-1934); a dominação financeira e institucional durante o período neoliberal; a tutela securitária internacional após 1994 e, principalmente, após 2004 (MINUSTAH). Na concepção clássica, o império está intrinsecamente ligado ao território. Sua lógica é expansionista: o poder soberano se justifica pela habilidade de conquistar, incorporar e gerir novos territórios. A soberania imperial é centrípeta, emanando de um núcleo metropolitano e se estendendo para as periferias subordinadas.

Essa estrutura possui características essenciais: centralização política; hierarquia entre metrópole e colônia; controle militar direto; reestruturação administrativa do território conquistado; subordinação jurídica formal. Essa lógica é amplamente refletida no imperialismo do final do século XIX e início do XX. A ocupação dos Estados Unidos no Haiti em 1915 exemplifica esse padrão: a Constituição foi alterada para permitir a propriedade estrangeira, as finanças públicas foram controladas, o exército foi reestruturado e o trabalho forçado (*corvée*) foi imposto. Refere-se a uma dominação territorial clara. Nesse contexto, a soberania do Haiti não só foi restringida, mas também suspensa na prática.

Aprofundando essa análise, Lênin (2008) descreveu o imperialismo não apenas como uma política, mas como um estágio econômico específico, caracterizado pela acumulação e exportação de capital financeiro por parte dos monopólios. Essa era a "fase superior do capitalismo", que, segundo sua perspectiva, representava a etapa final do sistema. Embora Lênin não pudesse prever sua existência, instituições financeiras internacionais como o FMI ou a hegemonia de um Estado dominante como os Estados Unidos podem ser analisados hoje como manifestações contemporâneas dos mecanismos de poder que ele descreveu a evolução da noção de imperialismo vai para além da expansão militar, a ideia de imperialismo foi progressivamente alargada às esferas econômica, política e mesmo cultural. No contexto da descolonização, o termo é também frequentemente utilizado para caracterizar o

“neocolonialismo”, que se define como a continuação da hegemonia sobre as antigas colônias por outros meios, nomeadamente econômicos e comerciais.

Com efeito, o imperialismo já não se limita à expansão territorial, mas pode também representar uma dominação nos domínios políticos, econômico, tecnológico e cultural. E bem nesse mesmo sentido que Claudio Katz (2018) sustenta que os três pilares do imperialismo contemporâneo são a expropriação econômica, a recolonização política e o intervencionismo militar. Esses pilares estão profundamente conectados, de modo que a tensão que caracteriza a economia política internacional no capitalismo está relacionada às disputas entre estados que levam às guerras imperialistas.

De acordo com uma interpretação marxista do imperialismo, é considerada uma das principais correntes das teorias internacionais que criticam o imperialismo. Uma crítica ao que se baseia na noção de que o capitalismo, intrinsecamente, conduz à expansão territorial e à exploração de outras nações. De acordo com a teoria marxista, essa expansão é motivada pela demanda por mercados, recursos naturais e investimento de capital. Assim, o imperialismo é considerado uma etapa avançada do capitalismo, marcada pela competição entre potências capitalistas e pela subjugação de países menos desenvolvidos.

Para Marx, o que mais tarde foi denominado imperialismo representa a manifestação concreta do processo de "globalização" do capital dos países dominantes. Apesar de Karl Marx não ter utilizado o termo "imperialismo" nos moldes sistematizados no começo do século XX, os alicerces teóricos do fenômeno estão claramente expressos em sua análise da dinâmica expansiva do capital. Em Marx, o que mais tarde será caracterizado como imperialismo surge como uma expressão indispensável do processo de globalização intrínseco ao sistema de produção capitalista. No Manifesto do Partido Comunista (1848), Marx e Engels reconhecem o impulso intrínseco da burguesia para a expansão global: "A demanda por um mercado em constante crescimento leva a burguesia a explorar todo o planeta. Ela deve se estabelecer, explorar e criar conexões em todos os lugares " (Marx; Engels, 2010).

À medida que sua análise avançava, Marx passou a ter uma compreensão mais profunda das implicações econômicas e políticas do imperialismo. Essa visão se resume na célebre palavra de Lenin (2012), quando argumenta que o imperialismo deve ser visto como uma nova fase do capitalismo, caracterizada pelo surgimento de monopólios e sua internacionalização, pelo capital financeiro, pela exportação de capitais e, também, pelo conflito contínuo decorrente da divisão do mundo entre as potências dominantes.

Dentro do pensamento marxista, a teoria formulada por Lênin (2008) consolidou-se como a principal referência para a análise do imperialismo. Sua perspectiva define o

imperialismo como a etapa final do capitalismo, um estágio no qual as relações internacionais são orientadas pela divisão do mundo entre as grandes potências, que expandem seus territórios e impõem um novo sistema de produção econômica. O autor argumenta que o capitalismo em uma nova fase se caracteriza por cinco aspectos cruciais. Primeiro, a concentração de produção e capital gerou monopólios. Segundo a junção de capital bancário e industrial, liderada pelo capital financeiro, formou uma oligarquia financeira. Terceiro, a exportação de capitais superou a exportação de mercadorias. Quarto, surgiram associações monopolistas internacionais que dividem o mundo. Finalmente, a divisão territorial do mundo entre as potências capitalistas. Já no próprio no Manifesto Comunista, publicado em 1848, apontou-se que o capital metropolitano busca expandir seus mercados globalmente, derrubando as barreiras de sociedades previamente isoladas (Marx; Engels, 2010).

Para analisar as consequências dessa dominação para além da esfera puramente econômica, a teoria do sociólogo norueguês Johan Galtung oferece uma ferramenta conceitual poderosa. Famoso por seus estudos sobre paz e conflito, Galtung reexamina a questão da dominação ao sugerir que o imperialismo não se baseia necessariamente na violência direta (física ou militar), é a forma mais visível de violência, como assassinatos, estupros, agressões físicas ou verbais, possui um perpetrador claro e um agente visível.

A violência estrutural, não tem um agente concreto, mas emerge das próprias estruturas e instituições sociais, como o sistema econômico, político ou familiar. Impede as pessoas de satisfazer suas necessidades básicas, como saúde, moradia, educação e trabalho. Exemplos incluem o racismo, o sexismo, o classismo e o preconceito de idade. Enfim a violência cultural, refere-se aos aspectos da cultura (crenças, valores, costumes) que são utilizados para justificar e legitimar a violência direta e estrutural. Normaliza a agressão, o preconceito e a discriminação, muitas vezes de forma inconsciente. Ele formulou uma teoria que diferencia a violência em direta, estrutural e cultural, e é dentro dessa estrutura que a divisão do mundo entre nações centrais e periféricas, ecoando a divisão descrita por Lênin, se manifesta como uma forma de opressão sistêmica, mantida pela própria organização do poder global (Galtung, 1969).

Na visão do autor, a violência estrutural refere-se à capacidade dos governos e das sociedades de gerar opressão. Ele conceitualizou a violência estrutural em 1969, definindo-a como “qualquer constrangimento ao potencial humano devido a estruturas econômicas e políticas”. No caso do Haiti, isto faz todo o sentido, se olharmos para trás, ao longo de vários séculos, vemos que a maioria vive em condições precárias, enquanto as elites têm controle total sobre tudo o que poderia levar a uma existência melhor e o próprio estado é controlado pela

elite econômica e grupos intelectuais que aceitam aproveitar ganhos econômicos em detrimento da massa.

Como salienta o supracitado autor, estas restrições resultam em um acesso desigual aos recursos, ao poder político, à educação, à saúde e até ao sistema judicial. Trata-se, portanto, de uma forma de violência gerada por instituições governamentais ou práticas sociais, norma social excludente), que impedem a capacidade de indivíduos ou grupos de satisfazerem as suas necessidades básicas. Esta violência manifesta-se, por exemplo, através da xenofobia, da homofobia, do sexismo, do nacionalismo ou mesmo do elitismo, como já foi referido a propósito do nosso país, o Haiti.

Enquanto Galtung vê a violência direta como um fato e a violência cultural como uma constante, a violência estrutural é vista como um processo. Através das suas estruturas complexas, é um processo gradual que gera desigualdade, dor e pode levar a uma condição de constante miséria ou morte. Esta violência autoperpetua-se, neutralizando as forças motrizes da luta contra esta exploração, criando um obstáculo à tomada de consciência da própria situação e ao empenhamento. Conduz à violência explícita ou ao abandono. Observando a situação no Haiti, as pessoas de muitos lugares parecem resignadas, por isso os líderes usam a luta da população marginalizada com facilidade para benefícios próprios, porque as pessoas abandonadas na miséria sempre precisam de alguém para incentivar.

É importante ressaltar que, no Haiti, essa violência está profundamente arraigada nas estruturas sociais. Isso se deve ao fato de que o país foi governado exclusivamente por mulatos, que não compartilhavam o mesmo desejo dos escravos. Foram feitos esforços para impedir o crescimento dos descendentes de antigos escravos e, mesmo com a chegada de governantes negros, nada mudou. Isso ocorre porque os que controlam a política são os mesmos que controlam a economia, e aqueles que tentam mudar essa estrutura acabam sendo derrubados, exilados ou assassinados.

É evidente que essa violência é persistente, as instituições nacionais, assim como as normas e procedimentos sociais, são entidades de longa duração que evoluem de forma bastante gradual. A violência é, assim, duradoura, e essa persistência também sustenta o conflito, intensificando a sensação de injustiça e, como resultado, o descontentamento e a ira. Massias (2011) ressalta que a violência estrutural diz respeito à forma como as instituições e normas sociais são estruturadas para justificar e, por fim, intensificar o efeito social da violência. Em outras palavras, trata-se de uma forma de violência que não é provocada diretamente por uma pessoa, mas sim pela configuração da sociedade em si, abrangendo suas instituições políticas, econômicas e culturais.

David Harvey possibilita a atualização teórica da discussão em relação ao capitalismo atual. Em *The New Imperialism* (2003), (Novo imperialismo), Harvey utiliza Marx para argumentar que o imperialismo não é uma anomalia do capitalismo, mas uma de suas modalidades estruturais de reprodução durante períodos de crise. O autor conecta duas lógicas que atuam ao mesmo tempo: a lógica territorial do poder (geopolítica, militar, estatal) e a lógica capitalista da acumulação, expansão do capital e busca por novos espaços de valorização.

De acordo com Harvey, o imperialismo atual surge da articulação contraditória entre essas duas lógicas. Ele declara: “O imperialismo capitalista surge da relação dialética entre a lógica territorial do poder e a lógica capitalista da acumulação” (Harvey, 2003). A principal contribuição de Harvey consiste na reinterpretação do que Marx denominou “acumulação primitiva”. Segundo Harvey, esse processo não se limita à origem do capitalismo, mas surge de forma recorrente na forma de “acumulação por espoliação” (*accumulation by dispossession*, Acumulação por espoliação²).

Segundo Harvey (2003), o novo imperialismo (ou neo-imperialismo) não constitui uma ruptura total com o imperialismo clássico, mas sim uma reestruturação das formas de dominação no cenário da globalização neoliberal. Sua principal formulação pode ser encontrada no livro *The New Imperialism* (2003), em que examina a expansão do capitalismo contemporâneo sob a liderança dos Estados Unidos após o término da Guerra Fria. Harvey sustenta que o imperialismo atual é o resultado da combinação de duas lógicas: A lógica territorial do poder está ligada ao Estado, à geopolítica e à utilização da força militar para dominar áreas estratégicas, recursos naturais e vias comerciais. A lógica de acumulação capitalista está ligada à expansão do capital, dos mercados, das finanças e dos investimentos em nível global.

Apesar de essas duas lógicas poderem convergir, elas nem sempre se encontram. O Estado trabalha para estabelecer condições propícias à expansão do capital, utilizando-se, quando necessário, da coerção militar, sanções econômicas ou pressão diplomática. Harvey, inspirado na noção de acumulação primitiva de Marx, argumenta que o capitalismo atual segue se expandindo por meio da apropriação de riquezas preexistentes, ao invés de depender exclusivamente da criação de novas mercadorias.

Esse mecanismo abrange: privatização de bens públicos; financeirização;

² Acumulação por espoliação refere-se ao processo pelo qual o capitalismo amplia a acumulação de capital mediante a expropriação de recursos, terras, bens públicos e direitos sociais, por meio de privatizações, financeirização e outras formas de desapropriação, constituindo um dos mecanismos centrais do imperialismo contemporâneo (Harvey, 2004/2003)

endividamento coercitivo; desapropriação de terras; liberalização comercial imposta; intervenções jurídicas e institucionais que beneficiam o capital transnacional. Harvey sustenta que, em situações de sobreacumulação, o capital procura solucionar suas contradições por meio da criação forçada de novos espaços de valorização: “A acumulação por espoliação tornou-se uma característica central do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2003).

Ao contrário do imperialismo clássico descrito por Lênin, que se caracteriza pela exportação de capitais e partilha formal de territórios, o neoimperialismo atua principalmente por meio de: instituições financeiras globais; políticas de ajuste estrutural; endividamento; ONGs e missões de “estabilização”; retórica de direitos humanos e democracia. O controle não requer necessariamente a anexação direta de território, mas ocorre por meio da subordinação econômica e institucional.

Nesse contexto, o Haiti serve como um exemplo representativo do novo imperialismo: ocupação militar (1915–1934) imperialismo tradicional; intervenções multilaterais e controle político (1994, 2004); imposição de políticas neoliberais; dependência crônica de assistência externa; perda da soberania decisória. Nota-se a mudança de um imperialismo de ocupação direta para um sistema de governança internacional da periferia, em que a soberania formal é mantida, mas a habilidade material de autodeterminação é restringida.

A ideia de "ajuste espacial" (*spatial fix*³) é outro aspecto fundamental, para superar crises, o capital transfere seus excedentes para novos territórios, seja por meio de infraestrutura, zonas francas ou imposição de abertura comercial. No cenário haitiano, isso se evidencia: na conversão do país em um centro de mão de obra barata; na reestruturação agrícola que arruinou a produção local de arroz após as liberalizações forçadas; na reconfiguração do território de acordo com interesses estrangeiros. Assim, o espaço passa a ser um instrumento para a absorção das crises do centro capitalista. Se Marx apontou a tendência expansiva do capital e Lênin examinou sua fase monopolista, Harvey mostra que: o imperialismo continua; a espoliação se transforma em um mecanismo constante; a soberania das periferias é reestruturada em formas "democráticas" e multilaterais. Dessa forma, o novo imperialismo não substitui o antigo, mas o transforma sob a predominância do capital financeiro e das entidades globais. De acordo com Hardt e Negri (2002) a transição atual não representa o término do imperialismo, mas sua transformação. A anexação de territórios não é mais a principal forma de poder global. Ele atua por meio de: redes transnacionais; instituições multilaterais; regimes jurídicos internacionais;

³ Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332426834_Spatial_Fix acesso 20 maio 2025.

fluxos financeiros; normatizações econômicas globais.

Os autores afirmam que o Império não tem fronteiras definidas. Ele incorpora, controla e orienta os Estados dentro de uma estrutura global. A soberania nacional não é oficialmente extinta; ela é reestruturada e incorporada a uma estrutura normativa superior. Ao contrário do império territorial, não é necessário ocupar permanentemente, nem realizar uma anexação formal; a dominação se dá por meio da integração estrutural. No caso haitiano, a crise persistente do Estado pode ser compreendida a partir da articulação entre estruturas históricas de dependência, dinâmicas de colonialidade do poder e formas contemporâneas de captura oligárquica das instituições.

Desde a independência, o Haiti permaneceu inserido em uma ordem internacional marcada por relações desiguais, nas quais sua soberania política e econômica foi constantemente limitada por mecanismos externos de dominação e por alianças internas entre elites locais e interesses estrangeiros. A teoria da dependência permite interpretar esse processo como parte de uma estrutura global em que países periféricos são integrados ao sistema capitalista mundial em posição subordinada, reproduzindo padrões de exploração e de vulnerabilidade econômica (Cardoso e Faletto, 1970; Dos Santos, 1970).

Nesse contexto, a fragilidade institucional do Estado haitiano também pode ser analisada à luz da reflexão de Frantz Fanon, que destacou como as elites nacionais nos países pós-coloniais frequentemente assumem um papel intermediário entre o capital internacional e as populações locais, reproduzindo formas de dominação herdadas da ordem colonial (Fanon, 1961). Essa dinâmica se articula com o que Aníbal Quijano denominou de colonialidade do poder, isto é, a persistência de hierarquias raciais, econômicas e políticas originadas no colonialismo, que continuam a estruturar as relações sociais e institucionais mesmo após o fim formal do domínio colonial (Quijano, 2000).

A crise duradoura do Estado no Haiti pode ser compreendida pela intersecção entre estruturas históricas de dependência, dinâmicas de colonialidade do poder e métodos atuais de apropriação oligárquica das instituições. Desde a independência, o Haiti continuou inserido em uma estrutura internacional altamente desigual, na qual sua autonomia política e econômica foi constantemente afetada por mecanismos externos de controle e por alianças internas entre as elites locais e interesses estrangeiros. A teoria da dependência ajuda a entender esse processo como parte de uma estrutura global na qual países periféricos são incorporados ao sistema capitalista mundial em uma posição subordinada, o que resulta na reprodução de padrões de vulnerabilidade econômica, dependência financeira e restrição da autonomia política (Cardoso & Faletto, 1970; Dos Santos, 1970; Dupuy, 2014).

Nesse cenário, a fragilidade institucional do Haiti pode ser examinada à luz da reflexão de Frantz Fanon. Ele afirma que, em diversas sociedades pós-coloniais, a burguesia nacional tende a assumir uma posição intermediária entre o capital internacional e as populações locais, perpetuando formas de dominação herdadas do colonialismo (Fanon, 1961). Vários autores mostraram como essa dinâmica se manifestou historicamente no Haiti, por meio da criação de uma elite econômica intimamente ligada às estruturas de comércio exterior e aos interesses internacionais, muitas vezes em prejuízo da construção de instituições estatais inclusivas (Trouillot, 1990; Fatton, 2002).

Essa configuração institucional está intimamente ligada ao conceito de colonialidade do poder, proposto por Aníbal Quijano. Isso se refere à continuidade das hierarquias raciais, econômicas e políticas que surgiram durante o colonialismo e que ainda moldam as relações sociais e os sistemas de governança, mesmo após o término oficial da dominação colonial (Quijano, 2000). Essas dinâmicas se manifestam, no cenário político atual, nas disputas pelo poder estatal e na constante interferência de agentes externos na política haitiana. Pesquisas acerca dos governos de Jean-Bertrand Aristide indicam que os projetos de mobilização popular e reforma social frequentemente colidiram diretamente com os interesses das elites locais e potências estrangeiras, resultando em ciclos de instabilidade política e intervenções internacionais (Hallward, 2007; Dupuy, 2007).

Nesse contexto, alguns analistas veem a estrutura do poder econômico e político no Haiti como semelhante ao que é conhecido como "capitalismo mafioso". Esse sistema é marcado pela interconexão entre as elites econômicas, redes clientelistas e práticas corruptas que usam o aparato estatal para interesses privados (Bayart, Ellis & Hibou, 1999; Hibou, 2004; Fatton, 2014). Simultaneamente, o conceito de "colonialismo interno" pode ajudar a entender a continuidade de profundas desigualdades sociais e territoriais. Esse conceito descreve situações em que relações de dominação típicas do colonialismo são reproduzidas dentro do próprio Estado nacional, geralmente por meio de elites locais que atuam como intermediárias de interesses externos (González Casanova, 1965; Quijano, 2000).

Assim, a crise do Estado haitiano não pode ser vista apenas como consequência de fragilidades administrativas ou institucionais internas. Ela deve ser contextualizada na interseção entre a história do imperialismo, as estruturas globais de dependência e a continuidade de formas de colonialidade que influenciam tanto as relações internacionais quanto as hierarquias sociais e políticas internas, impedindo a construção de um projeto estatal soberano e democrático (Trouillot, 1990; Fatton, 2002; Dupuy, 2014).

1.3. O IMPERIALISMO DOS EUA

Ao longo dos séculos XIX e XX, o imperialismo estadunidense na América Latina e Caribe se apresentou como uma força altamente destrutiva. Para Ayerbe, no início do século XX, os Estados Unidos aparecem como uma potência econômica de primeira ordem, com uma política externa que define como objetivo prioritário a hegemonia⁴ no continente americano (Ayerbe, 2002. p. 54).

Nesse cenário, a utilização do termo "estadunidense" é uma precisão indispensável para distinguir a ação dos Estados Unidos da América da identidade de todo o continente americano. Durante o período da Guerra Fria, essa política imperialista foi frequentemente mascarada por uma intensa retórica anticomunista.

O comunismo era apresentado à população como um inimigo absoluto e uma ameaça iminente à configuração política do continente, embora raramente se explicasse o que de fato significava. Dessa forma, enquanto o debate público era dominado pela suposta ameaça comunista, a agenda de dominação e intervenção dos Estados Unidos na região era convenientemente ofuscada e legitimada. Para fornecer mais uma definição do imperialismo, refere-se à estratégia de um país que pretende dominar outros países. Essa política pode se manifestar de várias maneiras, sendo o imperialismo militar o aspecto mais grave. O imperialismo político e diplomático, seguido pelo imperialismo econômico, que geralmente é a origem das duas formas anteriores. Embora ainda represente um grande perigo, este pode ser considerado mais brando. Em última análise, o imperialismo cultural⁵.

Nosso trabalho aborda o imperialismo estadunidense, que Haesbaert (2014) caracteriza como uma expressão da busca dos Estados Unidos por hegemonia mundial e pela disseminação de sua influência política, econômica e cultural.

Para analisar o imperialismo norte-americano, é necessário recorrer à tradição marxista clássica. Lenin considerava o imperialismo como “a fase superior do capitalismo”, marcada

⁴ Hegemonia refere-se à capacidade de um Estado, grupo social ou classe dirigente de exercer liderança e obter o consentimento dos demais por meio da difusão de valores, ideias, instituições e normas que passam a ser reconhecidos como legítimos. Na tradição gramsciana, a hegemonia resulta da combinação entre consenso e coerção, sendo a força utilizada quando o consentimento se mostra insuficiente (Gramsci, 2002). No campo das relações internacionais, o conceito também designa a capacidade de uma potência de estruturar e dirigir a ordem internacional de acordo com seus interesses políticos, econômicos e ideológicos (Cox, 1987; Nye, 2004).

⁵ ⁵ Imperialismo cultural é a forma de dominação pela qual uma potência difunde seus valores, crenças, língua, práticas culturais e modelos de vida, influenciando a visão de mundo de outras sociedades e legitimando relações de poder. Essa dominação opera sobretudo por meio da educação, dos meios de comunicação, da cultura e da produção do conhecimento, constituindo uma dimensão da hegemonia (Gramsci, 2002; Schiller, 1976; SAID, 1995).

pela concentração de capital, integração entre capital bancário e industrial e exportação de capitais como elemento fundamental (Lenin, 2012). É um momento em que a expansão deixa de ser somente comercial e passa a ser sistêmica, estruturada por monopólios e pelo Estado.

Luxemburgo (1985) enriquece essa perspectiva ao declarar que o imperialismo não é um mero acidente da política externa, mas uma exigência estrutural da acumulação capitalista, que necessita constantemente da integração de espaços não capitalistas. Portanto, a expansão para o Caribe, América Central e Pacífico não deve ser vista apenas como um desvio ideológico, mas como um componente da dinâmica de reprodução do capital dos Estados Unidos. David Harvey atualiza essa definição ao caracterizar o imperialismo atual como uma mescla entre a “lógica territorial do poder” e a “lógica capitalista da acumulação” (Harvey, 2004). Nos Estados Unidos, essas duas lógicas geralmente se encontram: a expansão militar assegura as condições institucionais para o fluxo de capital.

Além da dominação econômica, é fundamental analisar outra manifestação do poder imperialista. Após a Segunda Guerra Mundial, a ênfase no imperialismo cultural e fortaleceu significativamente. Essa forma de dominação desempenha um papel crucial ao disseminar, através do cinema e de séries televisivas, um modelo político e social que gradualmente é percebido como a norma a ser adotada. Um exemplo claro ocorre com as inúmeras séries policiais, que familiarizam o público global com o sistema judicial estadunidense a ponto de esse se tornar mais reconhecível.

Da Doutrina Monroe ao Destino Manifesto, ou seja, da postura defensiva para a ofensiva. A Doutrina Monroe (1823) proclamava oficialmente um princípio defensivo: “a América para os americanos”. Contudo, conforme aponta LaFeber (1993), essa doutrina logo se converteu em uma ferramenta de hegemonia regional. No século XIX, o Destino Manifesto trouxe uma perspectiva providencialista e racial à expansão das terras. Horsman (1981) afirma que a ideologia expansionista foi apoiada por uma convicção na superioridade anglo-saxônica. Assim, o imperialismo americano surge integrando economia e racialização.

Aimé Césaire já alertava que a colonização nunca foi um ato filantrópico, mas sim uma “aventura comercial, empresa de pirataria, acumulação de riquezas” (Césaire, 1978). Apesar de se referir ao colonialismo europeu, sua formulação se aplica completamente ao expansionismo dos Estados Unidos no Caribe. A missão civilizatória foi uma das formas mais comuns do imperialismo dos EUA. Mary Renda mostra que a ocupação de 1915 no Haiti foi também um “projeto cultural”, em que oficiais americanos transformaram o Haiti em um espaço de racialização infantil (Renda, 2001). Não se limitava apenas ao controle militar, mas também à

criação simbólica de uma sensação de inferioridade⁶. Aníbal Quijano (2005) possibilita uma análise mais profunda ao introduzir o conceito de "colonialidade do poder". Ainda que o colonialismo tenha terminado oficialmente, o sistema-mundo continua sendo organizado por estruturas raciais e hierarquias globais. Essa lógica foi reproduzida pelo imperialismo americano no Caribe, vinculando a modernização à tutela branca. Nesse contexto, as práticas de dominação estrutural foram frequentemente encobertas pelo discurso da estabilização, da ordem e da democracia. Noam Chomsky aponta que a política externa dos Estados Unidos geralmente apoia regimes que estão alinhados com seus interesses econômicos estratégicos, a despeito de sua legitimidade democrática (Chomsky, 2003).

O Haiti desempenha um papel fundamental na história do imperialismo dos Estados Unidos. O controle financeiro e institucional do país foi consolidado durante a ocupação de 1915 a 1934. Schmidt (1995) afirmou que a intervenção foi justificada pela necessidade de estabilidade, porém resultou na reestruturação da economia do Haiti sob interesses estrangeiros. Mary Renda ressalta que a ocupação criou uma narrativa de incapacidade haitiana que justificou a intervenção prolongada (Renda, 2001). O imperialismo atuou simultaneamente nos âmbitos militar, administrativo e cultural.

É preciso esclarecer que essa crítica não busca endossar um nacionalismo cultural reativo no Haiti. O questionamento central é, na verdade, direcionado à hegemonia de um modelo civilizatório que, ao se apresentar como universal, sufoca a imaginação de outras formas de existência social. Esse paradigma, economicamente fundamentado no consumismo, revela a natureza multifacetada do imperialismo. Suas diversas dimensões, a saber: cultural, política e econômica, operam de forma integrada para consolidar uma visão de mundo na qual o modo de vida dos centros de poder é naturalizado.

Em contrapartida, das nações periféricas espera-se a internalização dessa ordem global como inevitável, uma dinâmica que transcende a mera perspectiva e se materializa em sistemas estatais e relações internacionais assimétricas. A complexidade do fenômeno reside no fato de que os países mais vulneráveis a essa influência, como o Haiti, se encontram em uma posição de subalternidade estrutural. Conforme argumenta Losurdo (2018), são justamente essas nações que se tornam alvos preferenciais da exploração de recursos e da imposição de acordos

⁶ Hegemonia ideológica refere-se à capacidade de um grupo ou Estado dominante de obter consenso e legitimidade para sua dominação por meio da difusão de valores, ideias, crenças e normas apresentadas como universais e naturais. Diferentemente da coerção direta, a hegemonia opera principalmente pela persuasão, influenciando instituições como a escola, a mídia, a religião e a produção cultural. O conceito foi desenvolvido por Antonio Gramsci, para quem a estabilidade do poder depende da combinação entre coerção e consenso (Gramsci, 2000; 2001).

comerciais desvantajosos, perpetuando o ciclo de dominação.

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina no século XX é a continuação de uma doutrina de hegemonia com raízes no século XIX. O primeiro pilar foi a Doutrina Monroe (1823), que estabeleceu o continente como esfera de influência exclusiva dos EUA, justificando a como uma proteção contra o colonialismo europeu, um fenômeno com profundas raízes históricas, segundo Machado (2015). Posteriormente, no início do século XX, Theodore Roosevelt expandiu essa premissa com seu Corolário, que afirmava o direito de intervenção militar e política nos países vizinhos para manter a ordem e os padrões de civilização (Díaz, 2020).

É importante destacar que a Doutrina Monroe foi originalmente criada como uma medida de segurança para proteger os Estados Unidos da ameaça de uma invasão europeia em seu território, uma possibilidade concreta no início do século XIX. Na obra "O poder americano e a América Latina no pós-guerra fria", Santos (2007) descreve que os Estados Unidos, então um país periférico no sistema mundial, priorizava a segurança nacional por meio de uma política isolacionista em relação à Europa. Gradualmente, os americanos estenderiam essa atitude por todo o continente, consolidando sua hegemonia na área. É nesse longo processo que a doutrina adquire o caráter imperialista pelo qual é lembrada até hoje.

A fala ideológica de Franklin D. Roosevelt não aboliu a lógica intervencionista dos Estados Unidos, mas a reconfigurou. Em grande parte, a ocupação militar direta foi substituída pela Política da Boa Vizinhança por meio de mecanismos de influência diplomática, econômica e política. No entanto, essa estratégia foi reestruturada após 1945, durante a Guerra Fria, quando a contenção do comunismo começou a justificar novas ações unilaterais dos Estados Unidos em várias partes do mundo, principalmente na América Latina e no Caribe. Com Harry Truman e o início da Guerra Fria, a política externa foi redefinida pela oposição à União Soviética. A Doutrina da Segurança Nacional (DSNC) surgiu durante a Guerra Fria como uma estratégia dos EUA para evitar a propagação do comunismo na América Latina, promovendo o alinhamento ao liberalismo. Essa tática foi uma resposta à competição entre os EUA e a URSS, mas teve consequências negativas em contextos de desigualdade e autoritarismo.

Os EUA emergiram da Segunda Guerra Mundial como uma superpotência e ingressaram no novo sistema internacional com ambições igualmente grandiosas. Estavam preocupados com o fortalecimento da URSS e com a possibilidade de uma mudança no equilíbrio de poder. No entanto, a rivalidade entre as duas superpotências, na verdade, pouco provável de resultar em um confronto militar (Hobsbawm, 2005). A Doutrina da Segurança Nacional ou Doutrina Truman (1947), manifestou-se por meio de uma retórica

liberal democrática e anticomunista para negociar uma variedade de acordos de segurança, econômicos, tecnológicos e militares na esfera de influência dos Estados Unidos. Foi então estabelecido um curso de ação para “um rápido fortalecimento político, econômico e militar do mundo livre (Truman, 1950, p. 54): uma estratégia de contenção do comunismo nas Américas Latina, que teve seu auge entre 1947 e 1970.

Segundo Moniz Bandeira (2005, 2017), a Doutrina de Segurança Nacional constituiu um elemento fundamental da política imperial dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Sua tarefa envolveu a subordinação das políticas de defesa dos países da América Latina aos interesses estratégicos de Washington, convertendo as Forças Armadas em agentes da contenção do comunismo e manutenção da ordem capitalista. Nesse contexto, a segurança nacional passou a ser um instrumento de combate ao "inimigo interno", em vez de representar a defesa da soberania do Estado. Isso justificou golpes de Estado, regimes autoritários e repressão às forças sociais que desafiavam a hegemonia dos Estados Unidos na região (MONIZ Bandeira, 2005, 2017).

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) não teve seu início durante a Guerra Fria. Comblin (1978) aponta que a principal inovação desse período foi a inclusão do conceito de segurança nacional dos Estados Unidos na "linguagem comum", transformando-o em uma categoria aparentemente aceita e raramente contestada, apesar de continuar sendo um conceito abstrato e indefinido, sem limites ou parâmetros estabelecidos. Desse modo, a Guerra Fria não foi o ponto de partida da DSN, mas o cenário histórico em que ela foi organizada, oficializada e espalhada mundialmente.

Apesar de sua consolidação e ampla aplicação terem sido favorecidas pela rivalidade entre os Estados Unidos e União Soviética de 1947 a 1991, os princípios teóricos, institucionais e ideológicos da DSN precedem esse período. Suas origens estão no pensamento geopolítico do final do século XIX e começo do século XX, elaborado por escritores como Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén e Karl Haushofer. Para esses pensadores, o Estado era visto como um organismo vivo, cuja sobrevivência e fortalecimento estariam ligados à expansão de seu território, à acumulação de poder e à proteção constante de seus interesses estratégicos. Essa perspectiva organicista e geopolítica do Estado precede a lógica bipolar da Guerra Fria e ofereceu o fundamento conceitual que, mais tarde, seria apropriado e ajustado pelos Estados Unidos para elaborar a Doutrina da Segurança Nacional no âmbito do combate ao comunismo.

A Doutrina Monroe (1823) estabeleceu a ideia de que o hemisfério ocidental era uma área estratégica sob a influência dos Estados Unidos. Gaddis Smith (1994) aponta que, desde o início, a política norte-americana para o hemisfério combinou a defesa preventiva com a

legitimação de intervenções. O chamado "Corolário Roosevelt" (1904) expandiu esse conceito ao justificar intervenções diretas para manter a "ordem" e a "estabilidade". Nesse contexto, a ocupação do Haiti (1915–1934) demonstra que as práticas de segurança regional são anteriores à Guerra Fria. Mary Renda argumenta que a ocupação foi retratada como uma missão civilizatória, combinando poder militar, hierarquia racial e pedagogia imperial (Renda, 2001).

Nesse cenário, a Doutrina Truman deu início à estratégia de contenção do comunismo e da expansão soviética. Com um caráter intervencionista, essa doutrina marcou uma mudança significativa na política externa dos EUA. Até a fala do presidente Harry S. Em março de 1947, a estratégia de contenção era principalmente implementada por meio de ferramentas diplomáticas por Truman. Com a nova diretriz da política de segurança, que foi posteriormente integrada à Doutrina de Segurança Nacional, os Estados Unidos começaram a se distanciar progressivamente de sua habitual posição de isolamento.

Na América Latina e no Caribe, essa doutrina resultou em uma vigilância contínua para evitar a ascensão de governos vistos como comunistas, que os Estados Unidos viam como extensões da influência soviética. Durante a Guerra Fria, essa lógica foi usada como justificativa para várias ações políticas, militares e diplomáticas na região. No entanto, o principal fundamento ideológico dessas intervenções perdeu força com a dissolução da União Soviética em 1991, o que levou a uma nova configuração das relações internacionais.

Antes de mais, é o fim do século XX que é visto como o início de uma nova era. Podemos considerar que o ano de 2001, em particular o famoso 11 de setembro, marca um ponto de viragem na história da política externa e militar dos Estados Unidos. A literatura sustenta amplamente que o 11 de setembro de 2001 foi um ponto de inflexão na política externa e militar dos Estados Unidos. Essa interpretação é defendida por vários autores de distintas perspectivas teóricas. A seguir estão os autores principais e suas respectivas teses, acompanhadas de referências bibliográficas: Na obra *Surprise, Security, and the American Experience* (2004), Gaddis sustenta que os ataques de 11 de setembro possibilitaram a formação de uma nova doutrina estratégica fundamentada na guerra preventiva, semelhante a momentos cruciais anteriores da história dos Estados Unidos, como 1812 ou 1941.

Segundo Gaddis (2004), a "Doutrina Bush" constitui uma ruptura evidente com o paradigma de contenção da Guerra Fria. Gaddis afirma que o ano de 2001 reconfigurou a grande estratégia dos Estados Unidos ao estabelecer a ação preventiva como um princípio fundamental de segurança. Em *American Foreign Policy in a New Era*, (2005), Robert Jervis argumenta que o 11 de setembro mudou significativamente a percepção de ameaça nos Estados Unidos, resultando em uma mudança na política externa caracterizada pelo unilateralismo,

fortalecimento do poder executivo e foco na segurança. Segundo Jervis, o 11 de setembro não foi somente um ataque terrorista, mas um acontecimento estruturante que reestruturou as prioridades estratégicas e institucionais.

Segundo Bandeira (2005), a Doutrina Bush estabeleceu o princípio da supremacia estratégica dos Estados Unidos ao declarar que nenhuma potência deveria obter capacidade suficiente para contestar sua liderança. A adoção de uma política de guerra preventiva, o unilateralismo e a prontidão para intervenções militares em qualquer parte do mundo demonstraram a transição de uma política de contenção para uma estratégia clara de preservação da supremacia global, típica do imperialismo contemporâneo.

Na obra *"The High and the Mighty"* (Foreign Affairs, 2003), Stanley Hoffmann defende que os ataques terroristas permitiram o surgimento de um imperialismo assertivo, no qual os Estados Unidos começaram a adotar uma postura mais unilateral e militarizada, abandonando algumas das práticas multilaterais anteriores. Na obra *"The Sorrows of Empire"* (2004), Chalmers Johnson vê o 11 de setembro como um catalisador para a expansão do império militar dos Estados Unidos. Segundo ele, o acontecimento acelerou a formação de um "império de bases militares" e a militarização da política externa.

Na obra *"The New Imperialism"* (2003), David Harvey reflete sobre como o 11 de setembro foi usado para intensificar um novo ciclo de imperialismo, particularmente no Oriente Médio, vinculado à lógica da acumulação por espoliação. Niall Ferguson na obra *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire* (2004). Embora sob uma perspectiva liberal-imperial, Ferguson sustenta que o 11/9 marcou o momento em que os EUA assumiram explicitamente seu papel imperial, especialmente com as intervenções no Afeganistão e Iraque.

Mary Kaldor, em sua obra *"New and Old Wars"* (edição pós-2001), defende que o 11 de setembro representa a consolidação das "novas guerras", conflitos assimétricos, transnacionais e associados a redes não estatais, o que demanda uma mudança estratégica por parte dos Estados. Michael Cox, em sua obra *"From 9/11 to the Iraq War"* (2002), argumenta que o 11 de setembro redefiniu o sistema internacional ao legitimar a "Guerra ao Terror" como um eixo central da política global dos Estados Unidos.

Essa data é sumamente importante 1898, que marca o início do imperialismo, e 2001, que simboliza o início de uma nova era. Vejamos as relações entre os Estados Unidos e o México, seu vizinho imediato, bem como a América Central e o Haiti que é o foco de nosso trabalho. A primeira fase da intervenção militar estadunidense na região, de 1848 a 1934, foi marcada pela conquista territorial direta. O marco inicial é a Guerra Mexicano-Americana de 1848, um conflito que resultou em uma perda desastrosa para o México: a cessão de metade de

seu território, incluindo áreas que hoje compreendem a Califórnia, Nevada e Texas.

A origem desse conflito remonta à política do próprio México que, após sua independência da Espanha, incentivou a migração de colonos americanos para o Texas visando o desenvolvimento econômico. No entanto, a massiva colonização anglo-saxã gerou tensões crescentes, culminando em um desfecho inevitável que havia sido profetizado por observadores como Alexis de Tocqueville, que alertou que o México perderia a província se não controlasse a ambição dos colonos. Segundo uma obra em seu capítulo IV. *la guerra con los Estados unidos*⁷, que faz parte *del acervo de la Biblioteca Juridica Virtual del instituto de investigaciones de la UNAM*.

O que ocorreu entre México e Estados Unidos, em alguns aspectos se parece com o que aconteceu com o Haiti, quando os Estados Unidos optaram por ocupar a ilha de Navase⁸ também pertencente ao país. Trata-se de uma pequena ilha de 5 km² situada aproximadamente cinquenta quilômetros a sudoeste de Jérémie, no Haiti. Poucos conhecem a ilha de Navase que é o cenário de uma disputa territorial que se estende por mais de um século. Desde a fundação da república do Haiti, em 1801, a ilha foi reconhecida como parte essencial do território haitiano, conforme estabelecido na primeira constituição de Toussaint Louverture.

Contudo, em 1857, os Estados Unidos tomaram posse da ilha, declarando-a como território americano com base no Guano Islands Act, uma lei que permitia a reivindicação de terras que possuíssem guano (Haiti Inter, 2024). Essa definição é explicitada no Capítulo II da Constituição haitiana de 1987, que aborda o território da República do Haiti. O artigo 8 determina que o território nacional inclui a porção ocidental da ilha do Haiti, além das ilhas adjacentes, como *La Gonâve*, *La Tortue*, *Île à Vache*, *Les Cayemittes*, *La Navase*, *La Grande Caye* e outras ilhas localizadas no mar territorial. Essa formulação juridicamente confirma os limites e a integridade territorial do Haiti. Nesse contexto mais amplo de relações entre os hemisférios, nota-se que, ao longo da história, os povos da América Latina foram muitas vezes vistos de forma estigmatizada por segmentos da elite política e intelectual dos Estados Unidos. Isso teve impacto nos discursos e nas práticas de política externa na região. Assim desde o século XIX, do México para América Latina e Caribe, as pessoas são consideradas inferiores em todos os aspectos, o que os torna alvo de intervenções culturais, religiosas, políticas, sociais

⁷ Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/12/5683/10.pdf> acesso 10 março 2025

⁸ Disponível em: <https://www.haitiinter.com/lile-de-la-navase-comment-les-etats-unis-ont-confisque-ce-territoire-haitien/> acesso em: 15 jan. 2025

⁸ Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/admin,+279.pdf> acesso em 10 jan. 2026

e econômicas, os americanos proferiram descrições racistas de maneira desumana intencionalmente.

John Quincy Adams, o sexto presidente dos Estados Unidos, teve uma visão extremamente negativa dos povos latino-americanos, referindo-se a eles como “vagabundos, sujos e grosseiros, comparáveis a um bando de porcos”⁹. Essa afirmação é registrada por Lars Schoultz em sua análise das percepções históricas das elites políticas norte-americanas (Schoultz, 2000). Essa afirmação demonstra como alguns discursos raciais e civilizatórios foram utilizados para justificar comportamentos de superioridade e legitimar políticas de controle e intervenção na América Latina.

A política externa dos Estados Unidos para a América Latina e o Caribe, com foco particular no Haiti, evidencia uma transição clara: de uma defesa pan-americana para uma doutrina de segurança interna. Essa evolução pode ser periodizada em três fases: a de intervenção militar direta até 1934; um período de relativa não intervenção entre 1934 e 1960, com exceções notáveis como na Guatemala; e um retorno ao intervencionismo a partir de 1960, sob a lógica da Guerra Fria. Historicamente, essas ações se concentraram na América Central e no Caribe, região que, com base nas doutrinas Monroe e Roosevelt, os EUA sempre consideraram seu “quintal”, controlando suas políticas internas e externas. Este paradigma, contudo, foi radicalmente alterado após o colapso soviético em 1991.

Os objetivos dos Estados Unidos permanecem inalterados, ou seja, assegurar a estabilidade e/ou instabilidade política e social dos regimes em vigor na região. Dependendo da conjuntura, entendemos que se seus interesses estão ameaçados, eles apoiam a instabilidade desde que isso jogue a favor deles, visando diretamente os interesses americanos. Para o efeito, estão a ser utilizadas várias estratégias, incluindo o apoio a ditaduras. É importante notar que, em 1980, apenas três nações sul-americanas tinham um sistema democrático. O apoio aos opositores políticos e militares dos regimes democráticos, para além da ajuda financeira, também se traduziu na formação de elites.

Apesar de as raízes ideológicas do expansionismo dos Estados Unidos remontarem à Doutrina Monroe (1823), a política imperialista americana só se firmou como uma prática sistemática de projeção externa de poder no final do século XIX. De acordo com Moniz Bandeira, a Guerra Hispano-Americana de 1898 foi o ponto crucial dessa mudança, pois possibilitou que os Estados Unidos ocupassem Cuba e anexassem Porto Rico, além de tomarem o controle das Filipinas e de Guam. Nesse ponto, o país passou de uma potência continental

⁹ Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/admin,+279.pdf> acesso em 10 jan. 2026

para uma potência imperial global, utilizando intervenção militar, ocupação territorial e imposição de protetorados como ferramentas constantes de sua política externa (Bandeira, 2005).

O início do século XX foi marcado por um imperialismo militar explícito, resultando na ocupação de países como Haiti e República Dominicana. Essa abordagem foi reconfigurada após 1945, com o advento da Guerra Fria: a justificativa para a intervenção mudou, e o objetivo primordial, sob a Doutrina Truman, passou a ser a contenção do comunismo. Com o colapso da União Soviética em 1991, a ameaça comunista desapareceu, exigindo uma nova justificativa para a continuidade da política intervencionista. Este vácuo foi preenchido pela "Guerra contra as Drogas", que se tornou o novo pretexto para ações militares na região. A invasão do Panamá em 1989 para depor Manuel Noriega, sob a acusação de apoiar o narcotráfico, é o exemplo mais emblemático dessa nova doutrina.

1.4 OCUPAÇÃO AMERICANA: DA GENDARMERIE HAITIANA ÀS FORÇAS ARMADAS

A agressão sofrida pelo Haiti em 1915 foi obra do imperialismo estadunidense, e a origem secreta desse ataque estava nos interesses privados americanos. O Departamento de Estado americano e os fuzileiros navais estavam simplesmente a cumprir as instruções do capital americano já investido no Haiti ou à procura de lucros no Haiti. Primeiro, o banco nacional do Haiti, sob o controle do *First National City Bank* de Nova Iorque e da companhia ferroviária nacional, tudo estava diretamente associado à agressão contra o Haiti em julho de 1915. Quando se observa numa comunicação do embaixador dos EUA no Haiti ao Departamento de Estado dos EUA, em julho de 1914:

[...]se o Banco se recusar a renovar a Convenção até ao fim do ano fiscal no próximo dia 3 de setembro, o governo ficará sem fundos e sem receitas. Neste caso, é certo que a situação será muito crítica. Na ausência de um acordo orçamental, o governo ficará privado de todas as receitas, por força do contrato de empréstimo ratificado em 1910 [...] (Kako, 1972, p.6).

Nos termos deste contrato, o Banco detém exclusivamente a tesouraria do Governo e, como tal, recebe todos os seus fundos. Tem também autoridade para manter todos os montantes inalterados até ao final do ano fiscal, ou seja, até 30 de setembro de 1915. Um fator decisivo para a ocupação do Haiti foi o contrato com a *National Railroad Co.*, companhia ferroviária haitiana. Em 1910, o empresário americano James P. McDonald recebeu do Estado a concessão para criar novas linhas, como a que ligaria *Port-au-Prince* a *Cap-Haïtien*, além de integrar e unificar trilhos já existentes. Um financista americano chegou a afirmar que esse foi o contrato mais desastroso já firmado pelo governo haitiano. Apesar das reservas manifestadas por vários

sectores da vida nacional, os legisladores haitianos aprovaram o contrato. Assim, na sua edição de 13 de janeiro de 1910, um jornal haitiano da época chamado *l'Impartial* publicou o seguinte: [...] seria extremamente imprudente confiar a construção de 500 km a um único indivíduo, o Sr. MacDonald [...] não esqueçamos que desde 1904, estes mesmos indivíduos, com algumas mudanças de nome, só conseguiram completar 20 km [...] (Francisque, 2019).

Em 1913, os Caminhos de Ferro Nacionais emitiram obrigações de cerca de 3,5 milhões de dólares, o que elevou os custos para o Estado haitiano a mais de 8 milhões, valor expressivo diante das receitas anuais, que não ultrapassavam 6,8 milhões entre 1913 e 1924. Apesar dos lucros, a empresa não cumpriu o contrato, e até o projeto agrícola de McDonald fracassou, levando o governo a iniciar a rescisão. A má gestão levou à falência iminente da companhia. McDonald foi afastado em 1911 e o controle passou a W. R. Grace, com apoio do *National City Bank* de Nova York e da Speyer Company. Samuel McRoberts e Frank A. Vanderlip tornaram-se acionistas, e Roger L. Farnham assumiu a presidência. A nova administração tornou-se um dos fatores da intervenção americana no Haiti. Os projetos avançaram lentamente: apenas 174 km de trilhos foram construídos, ligando *Port-au-Prince* ao norte. Em 1914, diante dos resultados insatisfatórios, o governo suspendeu os pagamentos, alegando instabilidade política e revoluções constantes.

Os EUA procuravam formas de reprimir o governo haitiano e forçá-lo a atender às suas demandas. Outra disputa econômica envolvia o governo haitiano e os empresários americanos que detinham a concessão para construir a ferrovia entre *Port-au-Prince* e *Cap-Haitien*. Esta prévia oferece à empresa consideráveis benefícios em termos de taxas e terras. A empresa alegou que as obras não foram concluídas devido a agitações políticas, mesmo assim quis receber dividendos antes de terminar três setores da ferrovia. O governo do Haiti se negou a efetuar o pagamento antes da conclusão das obras (Bellegarde, 1990).

A decisão de suspender os pagamentos causou grande algazarra, dado o poder dos investidores americanos. Roger L. Farnham, diretor da National Railroad, procurava regularmente a intervenção do governo americano no Haiti, essencialmente para pressionar e salvaguardar os interesses dos seus cidadãos. Estes interesses não se limitavam às ferrovias mas estendiam-se também a outros domínios. O Departamento de Estado norte-americano apoiou os seus cidadãos contra o governo haitiano. O 19 de julho de 1915, desembarcaram os marines americanos, justificados oficialmente pela necessidade de manter a estabilidade do país. Como já foi referido, a interrupção dos pagamentos previstos na Convenção conduziria muito provavelmente o governo a uma situação em que não haveria qualquer ganho. É exatamente isso que o Banco pretende, pois considera que, em caso de crise, o Governo seria obrigado a

pedir ajuda aos Estados Unidos para sair do impasse financeiro, o que conduziria a um controle direto das alfândegas haitianas por parte dos Estados Unidos.

A ocupação dos Estados Unidos no Haiti pode ser vista tanto como uma grave violação da soberania nacional quanto como um elemento de uma estratégia imperial mais ampla de dominação na América Latina e no Caribe. Desde que se tornou independente em 1804, o Haiti enfrentou muitos desafios para ser reconhecido plenamente no sistema internacional, especialmente pelas potências ocidentais.

Essas potências viam com desconfiança o surgimento de uma república negra decorrente de uma revolução escrava. Nesse cenário, a intervenção dos Estados Unidos em 1915 aconteceu durante uma séria crise política e institucional, situação que foi utilizada para justificar a ocupação militar e a reestruturação das instituições políticas e administrativas do país sob supervisão estrangeira. Dessa forma, a intervenção não deve ser vista apenas como uma resposta à instabilidade interna, mas como um componente de uma estratégia geopolítica destinada a fortalecer a presença dos Estados Unidos na região.

A partir de uma visão crítica baseada em Frantz Fanon, a ocupação pode ser interpretada como uma expressão da persistência das estruturas coloniais no período pós-independência.

Fanon (1968) argumenta que o colonialismo vai além da dominação territorial direta, pois se perpetua por meio de estruturas políticas, econômicas e simbólicas que mantêm relações de subordinação, mesmo após a conquista da independência. Nesse contexto, a intervenção dos Estados Unidos no Haiti simbolizou um processo de reestruturação dessas estruturas, restringindo a autonomia política do Haiti e intensificando os mecanismos de dependência. Isso teve um impacto significativo na capacidade do país de estabelecer instituições estáveis e um projeto nacional soberano.

Aníbal Quijano desenvolveu o conceito de "colonialidade do poder", que também apoia essa interpretação. Segundo Quijano (2005), o término do colonialismo formal não resultou na eliminação das hierarquias globais estabelecidas durante a época colonial. Em vez disso, essas hierarquias ainda estruturam o sistema internacional, mantendo as relações de dominação econômica, política e epistêmica entre países centrais e periféricos. Nesse contexto, a ocupação do Haiti demonstra como um país oficialmente independente continuou inserido em uma ordem global caracterizada por profundas desigualdades de poder.

A teoria da dependência, especialmente nas contribuições de Gunder Frank (1967) e Cardoso (1970), permite um aprofundamento da análise. De acordo com essa perspectiva, o subdesenvolvimento dos países periféricos não deve ser visto como uma fase

inicial do desenvolvimento, mas como uma consequência histórica de sua posição subordinada na economia global. A ocupação dos Estados Unidos no Haiti fortaleceu os mecanismos de dependência econômica e política, reestruturando as instituições governamentais, as estruturas fiscais e as forças armadas para assegurar a estabilidade necessária aos interesses externos. Como resultado, a instabilidade política constante, a fragilidade institucional e os obstáculos persistentes ao desenvolvimento econômico e social podem ser entendidos não só como fenômenos internos, mas também como consequências históricas de uma trajetória caracterizada por intervenções externas e por uma inserção desproporcional no sistema internacional.

No início do século XX, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia na América Central e no Caribe, impulsionados pela necessidade capitalista de garantir investimentos e bases seguras. Essa política intervencionista, conhecida como "Big Stick" sob Roosevelt e sucedida pela Diplomacia do Dólar de Taft, manifestou-se de diversas formas: desde acordos desiguais, como a Emenda Platt que subjugou Cuba, até violentas ocupações militares na Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Foi nesse cenário de expansionismo que a crise haitiana se tornou um alvo. A crônica instabilidade política e o abandono da população rural, analisados por Etienne (2007), criaram um vácuo de poder. O assassinato do presidente Vilbrun Guillaume Sam em 28 de julho de 1915 foi o estopim que serviu como justificativa para a ocupação militar do país, que se estenderia por quase duas décadas.

A estratégia dos Estados Unidos para consolidar seu domínio no Haiti consistiu em minar a hegemonia financeira europeia para então assumir o controle. O episódio da reorganização do Banco Nacional em 1910 é um exemplo paradigmático dessa estratégia no nível tático. Enquanto o governo de Antoine Simon negociava um vultoso contrato com financistas franceses, o Departamento de Estado americano utilizou sua influência, já estabelecida por meio de projetos como o contrato da ferrovia McDonald¹⁰, para pressionar o Haiti. Essa manobra garantiu que os EUA fossem incluídos como parceiros de pleno direito na nova estrutura do banco, ao lado de seus rivais europeus. Com isso, Washington assegurou um avanço fundamental em seu projeto de controlar as alfândegas e, eventualmente, todo o país.

O confisco das reservas de ouro do Haiti em 1914, foi outro exemplo de operacionalização tática da estratégia de dominação. Foi de fato um fato de força que demonstrou a determinação dos Estados Unidos em assegurar seu controle sobre o país, em detrimento da influência europeia. Em 17 de dezembro de 1914, marinheiros americanos

¹⁰ 10 Disponível em: <https://ayibopost.com/lhistoire-palpitante-des-chemins-de-fer-en-haiti/> acesso 18 fev. 2024.

desembarcaram em Porto Príncipe e retiraram aproximadamente 500.000 dólares em ouro do Banco Nacional do Haiti. Esse montante foi transportado a bordo do USS Machias para os cofres do National City Bank em Nova Iorque. Essa operação deu aos Estados Unidos uma influência significativa sobre as finanças do Haiti (Healy, 1976; Hudson, 2017).

Pierre-Charles (1975), ressalta que depois de alcançar a independência, o Haiti persistiu enfrentando problemas de instabilidade política e intensos conflitos socioculturais e econômicos internos, além de golpes de Estado e guerras civis. Essa circunstância se deu, em grande parte, em resultado da interferência das principais potências como França, Inglaterra e Estados Unidos e Alemanha que, em alguns momentos, forneciam armas ao governo haitiano, e, em outros, aspirantes ao poder, quando isso favorecia seus interesses imperiais.

O movimento camponês recuperou sua força entre 1911 e 1915 devido ao aumento da instabilidade econômica e ao declínio social das classes populares. Foi essa circunstância que deu início à chamada "Guerra dos Cacos". Movimento social que refletia a mobilização das massas populares e suas demandas econômicas específicas, como a diminuição do custo de vida e a promoção da democracia econômica e social. A classe dominante se viu incapaz de reprimir os indivíduos, e isso se manifestou no aumento da "instabilidade política", (Benoit, 1979). Isso ocorreu porque a crise política no Haiti, que se intensificou com o assassinato do presidente Vilbrun Guillaume Sam, foi usada como justificativa para a intervenção militar. Com o pretexto de restabelecer a ordem e evitar a instabilidade.

A invasão do Haiti em 1915 não foi um ato de pacificação, mas uma manobra para proteger e consolidar os interesses dos Estados Unidos na região. Embora o pretexto oficial, como aponta Abbott (1988), fosse a falha das autoridades haitianas em garantir a segurança de estrangeiros, as ações subsequentes revelaram a verdadeira agenda. A imposição de uma nova Constituição em 1918, elaborada por F.D. Roosevelt, é o exemplo mais claro desse projeto de dominação. Como citou Dayan (2004), os Estados Unidos demonstraram interesse no Haiti desde o final do século XIX, considerando-o um local de relevância estratégica para a geopolítica da área.

No início do século XX, a vulnerabilidade do Haiti o transformou em um palco para a acirrada competição imperialista entre potências europeias e os Estados Unidos. Nesse cenário, a Alemanha rapidamente se tornou o principal ator, chegando a dominar 80% do comércio internacional haitiano em 1910 (Haggerty, 1991). Essa penetração estrangeira foi facilitada por mais de um século de instabilidade política crônica e pela falha das elites locais em modernizar as estruturas do país. A crescente influência econômica alemã, somada à sua expansão militar, gerou um temor estratégico em Washington: a possibilidade de uma base naval alemã no

Caribe. Essa ameaça foi o catalisador para a intervenção americana.

A ocupação militar manifestou-se inicialmente por meio da dominação econômica e financeira: o capital americano substituiu o anterior, como evidenciado pela veloz expansão de inúmeras empresas e bancos americanos na capital haitiana. No entanto, o restante do país encontrava-se em estado de abandono e desespero. Como a coesão social permanecia, as massas eram esmagadas pela pobreza e pela miséria. Os fazendeiros do norte e nordeste uniram-se aos Cacos e camponeses armados que tomaram a capital durante dias de anarquia violenta. Foi aproveitando a desordem interna e com o desejo de proteger potenciais investimentos e modernizar o país que os Estados Unidos alcançaram o controle militar do Haiti. Em 1915, Woodrow Wilson deu a ordem para a ocupação, que durou mais de uma década (Wargny, 2004).

O ano de 1915 marcou a ocupação do território haitiano pelo Estado americano. A ocupação fazia parte do discurso político específico que defendia que os Estados Unidos da América tornassem o mundo seguro para a democracia. Uma ocupação interrompida ou uma ordem social precisaria ser estabelecida de uma nova maneira, a classe dominante, o que motivaria uma parte da população, incluindo os Cacos, a se rebelar. Embora tenha sido um fracasso social, a companhia ferroviária nacional abandonou as autorizações de construção para vários projetos de infraestrutura, por exemplo, quando os americanos partiram, sem ter dado nenhum treinamento às instalações para que pudessem administrá-las de forma independente. Deixou também o legado de um período de exclusão social que não condizia com os conceitos democráticos. Do ponto de vista estratégico, foi um sucesso parcial para os Estados Unidos, pois permitiu-lhes manter a vigilância sobre o Canal do Panamá.

De acordo com Solarz, que escreveu o prefácio do livro de Hans Schmidt "A ocupação do Haiti pelos Estados Unidos 1915-1934", a intervenção americana teve como objetivo principal impedir a criação de uma base naval alemã no Haiti, pois isso dificultaria o acesso dos EUA ao Canal do Panamá. A suspensão das eleições legislativas no Haiti, quando o legislativo se recusou a tomar decisões em favor dos Estados Unidos, levou à nomeação de um presidente nominal que não tinha o apoio do povo (Schmidt, 1971). Essa ação unilateral, baseada na lei marcial americana, desafiou o povo haitiano, que recebeu as forças armadas com animosidade. Essa intervenção foi, em parte, marcada pelo racismo institucional, visto que autoridades de alto escalão não conseguiam compreender seus colegas haitianos. A experiência de discriminação sistêmica durante a escravidão e após sua abolição conferiu a essa intervenção um significado simbólico particular para eles, (Girard, 2010).

A ocupação americana começou com o envio de forças americanas: elas não

enfrentaram nenhum movimento de resistência estruturado. Sob o comando do Almirante Caperton, as forças tomaram locais-chave e edifícios emblemáticos: quartéis, portos, alfândega e impostos, o palácio presidencial, edifícios ministeriais e judiciais. Também se estabeleceram nas cidades portuárias do país, empenhando-se no desarmamento da população e na eliminação dos remanescentes do exército haitiano. O envolvimento do governo americano nessa intervenção consistiu na supervisão centralizada dos assuntos haitianos, (Schmidt, 1971). Segundo o historiador Philippe Girard, a abordagem crítica à ocupação é um tanto distorcida. Ele acredita que as acusações de que os americanos saquearam as riquezas do Haiti são infundadas, visto que o país era devastado. No entanto, o relato do Major-General da Marinha Smedley D. Butler, desse período, citado por Lyonel Paquin em 1988, parece sugerir o contrário:

Passei 30 anos e quatro meses como membro ativo da nossa força militar mais dinâmica, os Fuzileiros Navais." Ocupei todas as patentes, de segundo-tenente a major-general. E, durante esse tempo, dediquei a maior parte do meu tempo a ser assistente de alto nível de profissionais de negócios, de Wall Street e banqueiros. Em suma, eu era um gangster capitalista (...). Assim, estabeleci Tampico, no México, como um porto seguro para os petroleiros americanos em 1914. Ajudei a criar um local adequado no Haiti e em Cuba para os financiadores do National City Bank. Que eles possam ir buscar seus lucros (...) contribuí para a purificação da Nicarágua para o banco internacional Brown Brothers entre 1909 e 1912. Em 1913, trabalhei para conduzir Honduras "na direção certa", beneficiando as empresas frutíferas americanas. Em 1927, na China, assegurei que a Standard Oil pudesse continuar suas operações sem impedimentos. Em 1916, atuei como guia para usinas de açúcar americanas na República Dominicana. Naqueles anos, como diriam meus amigos, eu tinha uma grande rede de negócios. Recebi Medalhas de Honra e promoções como recompensa. Quando olho para trás, sinto que poderia ter dado bons conselhos a Al Capone. A melhor coisa que ele poderia ter feito era administrar sua rede em três pequenas áreas urbanas. "Nós, fuzileiros navais, operávamos em três continentes." (Butler, 1935, p. 5-7).

A revista *Le Monde Diplomatique* também publicou em junho 1983, « *J'ai été un racketteur* »... O Major-General da Marinha dos EUA, Smedley Butler, um dos arquitetos originais da operação militar na América Latina, ilustrou brilhantemente a lógica por trás dessa iniciativa e a simbiose entre as Forças Armadas e a oligarquia econômica americana. Assim, em 1935, atormentado pelo remorso, ele se expressou em sua autobiografia. Segundo Mintz (1995), a ocupação favoreceu consistentemente os haitianos que entendiam o dialeto do lucro e do progresso econômico, deixando assim os haitianos comuns para trás. Isso permitiu que o poder tradicional fosse mantido mesmo após a retirada dos americanos. Uma entidade local sob controle dos EUA.

O primeiro passo legal nos Estados Unidos foi sugerir um acordo haitiano-americano, que, em essência, visava legitimar a ocupação e facilitar o investimento americano. Schmidt

(1971). Este tratado não foi aceito por unanimidade, visto que os políticos haitianos expressaram explicitamente sua oposição. Isso não impediu o governo americano de ignorar as críticas e a rebelião em curso dos Cacos. Para combater as alegações de colonialismo, os Estados Unidos mantiveram seus senadores e nomearam um haitiano Philippe Sudre Dartiguenave como presidente. (Girard, 2010). Ele foi substituído por Louis Borno em 1922, que permaneceu no poder até 1930. No entanto, o domínio dos americanos sobre o Tesouro era tal que dificultava qualquer pensamento independente da parte deles. O oficial americano que liderou a ocupação, o Almirante Caperton, recebeu um telegrama diplomático do Secretário da Marine Josephus Daniels, que dizia:

Tenho a honra de informar ao Presidente do Haiti e aos membros de seu gabinete que estou pessoalmente satisfeito que o sentimento público continua favorável ao tratado: que há uma forte demanda de todas as classes por imediata ratificação e que o tratado será ratificado na quinta-feira. Tenho certeza de que senhores entenderão meu sentimento a respeito deste assunto, e estou confiante de que, se o tratado não for ratificado, meu governo tem a intenção de manter o controle no Haiti até que o objetivo desejado seja alcançado, e que irá imediatamente prosseguir para a completa pacificação do Haiti, a fim de garantir a tranquilidade interna necessária para o desenvolvimento do país e de sua indústria, o que proporcionará alívio à população faminta atualmente desempregada. Enquanto isso, o governo atual será apoiado no esforço para garantir condições estáveis e paz duradoura, enquanto aqueles que oferecem oposição só podem esperar o tratamento que sua conduta merece. . . Rumores de suborno para derrotar o tratado são abundantes, mas não são acreditados. No entanto, caso se prove verdade, aqueles que aceitarem ou oferecerem subornos serão processados vigorosamente. (New York, 1922, p. 11–12,. Tradução nossa).

Aprovado sob a ameaça implícita de um golpe militar, o tratado de 1915 estabelecia uma soberania meramente simbólica para o Haiti. Embora permitisse a existência de um presidente, os Estados Unidos nomearam unilateralmente os responsáveis por cinco áreas-chave: gendarmaria, finanças, tributação, saúde e infraestrutura (Girard, 2010). Na prática, a retórica de colaboração era desmentida por um rígido controle militar, com o poder de fato exercido pelo Alto Comissário americano, John H. Russell, e um assessor financeiro, Dr. W. W. Cumberland, no controle das alfândegas, tudo isso garantido pela presença de fuzileiros navais no palácio presidencial.

O controle americano se estendia a todas as esferas vitais do Estado haitiano. A *Gendarmerie*, atuando como força policial e militar, era liderada por oficiais americanos, assim como os serviços de obras públicas e educação agrícola (Douglas, 1927). Essa dominação não era meramente administrativa, mas imposta por coação, como demonstra a retenção dos salários dos parlamentares haitianos até que ratificassem o tratado de 1915. Essa realidade expunha a farsa dos processos políticos sob ocupação, como a aprovação da Constituição, que Montague, corroborado por Paquin (1983), descreveu como um processo cínico no qual se pedia ao

eleitorado para votar em um documento sob a premissa de que eram incapazes de eleger representantes para discuti-lo.

Em suma, os objetivos da intervenção eram restaurar o monopólio da coerção física legítima. Isso envolvia o estabelecimento da ordem e da tranquilidade por meio da implantação de um sistema repressivo eficiente, distribuído por todo o território, centralizado e dotado de um sistema de comando capaz de garantir a sincronização de suas operações no terreno. Falava-se também em reformar e modernizar a administração pública, essas políticas garantiam ao Estado o monopólio tributário, uma centralização administrativa que culminou na promulgação da lei que instituiu a Administração Geral de Contribuições em 6 de junho de 1924. Do ponto de vista de Étienne (2007), a arrecadação de impostos possibilitou o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura aduaneira, acompanhados de uma melhoria na organização e gestão do comércio internacional, garantindo assim um aumento significativo da arrecadação tributária para o Estado.

O governo na época retomou “*la corvée*”, estabelecida por uma lei haitiana de 1863, que exigia que os agricultores mantivessem as estradas locais, cobrando impostos ou participando de obras públicas sem remuneração. Essa lei havia sido negligenciada até ser redescoberta pelas autoridades americanas com o objetivo de otimizar a rede de comunicações a um custo reduzido. A maioria dos agricultores foi forçada a trabalhar por falta de dinheiro. Para evitar o descontentamento, os funcionários foram inicialmente bem tratados. Assim, a extensão das rodovias aumentou de 5 km em 1915 para 750 km em 1918. No entanto, o risco de abuso aumentou consideravelmente: os gendarmes usavam a força para obrigar os agricultores a trabalhar, amarrando-os. Tal imagem tinha um significado simbólico muito forte e lembrava violentamente a dominação brutal da era colonial.

Importante também lembrar que Haiti já contava com uma elite agroexportadora que reproduzia parcialmente o sistema colonial-escravista, no qual grandes propriedades senhoriais eram cultivadas por arrendatários e peões domésticos não remunerados (Pierre-Charles, 1975). O autor argumenta que era uma forma de colonialismo interno que emergia a partir da subjugação de uma reduzida elite agroexportadora que, por outro lado, não tinha acesso às tecnologias agrícolas de maior produtividade nem a uma conexão mais forte com o mercado capitalista global. Apesar de ter o domínio do aparato estatal, a oligarquia agrária e o mercantilismo ainda coexistia e competia com outro sistema produtivo de natureza mais popular, resultante da ocupação de terras estatais por famílias envolvidas na economia de subsistência.

A ocupação do Haiti foi publicamente justificada por um discurso benevolente que

prometia paz, ordem e desenvolvimento, enquadrado no conceito de "imperialismo indispensável"¹¹. Na realidade, a intervenção assentava-se nos pilares da política externa americana: a Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt e a Diplomacia do Dólar. Essa estrutura doutrinária servia para garantir interesses estratégicos, econômicos e políticos, visando o controle total do país e a imposição de uma ordem social hierárquica sob a hegemonia dos EUA.

A política externa dos Estados Unidos é guiada por uma doutrina de excepcionalismo, embora esta não esteja formalizada em lei. Sua pedra angular é a Doutrina Monroe (1823) que, apesar de rejeitada por nações latino-americanas, fundamentou a ação unilateral americana por mais de um século (Friedmann, 1968). A justificativa para essa política externa é a crença de que o poder americano é indispensável para promover a democracia e a prosperidade globais.

Essa lógica é defendida por influentes teóricos como Robert Kagan e William Kristol, que argumentam que a liderança dos EUA exige a derrubada de regimes considerados prejudiciais aos interesses americanos e à ordem mundial, uma ideia que remonta à era de Woodrow Wilson (David et al. 2008). Na prática, essa doutrina força as nações vizinhas a arcarem com as consequências de uma política que se coloca acima da soberania alheia, chegando ao ponto de justificar intervenções, como a "Política Ístmica" de Henry L. Stimson, em nome do paradoxal princípio da autodeterminação.

De acordo com o Corolário Roosevelt, a estabilidade política das nações caribenhas era vista como essencial para a segurança dos Estados Unidos, principalmente devido à proteção das rotas marítimas estratégicas e, posteriormente, do Canal do Panamá. Na sua Quarta Mensagem Anual ao Congresso, Theodore Roosevelt declarou que a presença de "*chronic wrongdoing*" ou de ineficiência governamental nos países da América Latina poderia levar os Estados Unidos, de acordo com a Doutrina Monroe, a exercer "*an international police power*" no Hemisfério Ocidental (Roosevelt, 1904). Essa doutrina estabeleceu a percepção de que o Caribe era uma área de interesse estratégico para os Estados Unidos, autorizando intervenções para evitar a influência de potências estrangeiras e assegurar a proteção das rotas marítimas consideradas essenciais. Schmidt (1971) aponta que essa lógica guiou diretamente a ocupação do Haiti em 1915, vista pelos criadores da política externa dos EUA como um componente da proteção do Canal do Panamá e da supremacia americana no Caribe.

¹¹ ¹¹ Imperialismo indispensável designa a doutrina que atribui aos Estados Unidos o papel de "nação indispensável" na condução da ordem internacional, justificando intervenções políticas, econômicas e militares em nome da democracia, da segurança e da estabilidade global. Sob uma perspectiva crítica, essa narrativa funciona como mecanismo ideológico de legitimação do imperialismo contemporâneo, encobrindo relações de dominação e de dependência (Bandeira, 2016; Chomsky, 2003; harvey, 2005).

Adjuntos à constituição haitiano-americana, redigida por Franklin Roosevelt e assinada em 16 de setembro de 1915, esses princípios permitiram organizar o Estado haitiano sob o controle do Estado americano por 19 anos. Esta mesma constituição declara que a República do Haiti é uma e indivisível, livre, soberana e independente. Seu território é inviolável e não pode ser alterado por qualquer tratado ou convenção. Na realidade, outro discurso denegrindo e circundante promove a ideia de que a cultura dos haitianos, o vodú em particular, é a fonte dos problemas do Haiti: o que geralmente se designa como superstição estaria na base da cultura da violência que obstrui o desenvolvimento (Schuller, 2007).

Na época, o discurso do ocupante é denunciado por acusações de imperialismo oportunista, que legitima suas ações ilegais por meio de desvios estratégicos. No entanto, quando o discurso da oposição, tanto no Haiti quanto em outros lugares, acusa precisamente aquilo que o governo americano se defende de fazer, ele é mesmo assim compartilhado pela maioria. Existe, portanto, uma maneira comum de enfrentar o ocupante, de falar e pensar sobre um inimigo facilmente reconhecível. Em 1929, Dantès Bellegarde escreve:

Os haitianos "não são tolos para essas grandes palavras sob as quais se dissimulam as ambições e as cobiças mais sordidas". Ele ressalta que se uma boa parte do povo "acreditava que os americanos vieram a seu país com o plano elevado e desinteressado de ajudá-lo política e economicamente a alcançar um nível mais alto", sua confiança foi rapidamente substituída por "desapontamento e desespero mais amargos". Os Estados Unidos da América, "o ocupante ianque", potência "imperialista" em ascensão, "demonstram um apetite e uma agressividade crescentes". Eles organizaram, assim que desembarcaram, "uma mascarada eleitoral", que permitiu colocar à frente do país um fantoche, "um homem totalmente a seu serviço". Para esmagar a resistência armada, os americanos "redobram a fúria e a selvageria na repressão". Eles se entregam a uma "exploração feroz" das massas populares haitianas, a um "saque" de riquezas, a exações "inumeráveis" e a "imiscuições grosseiras em todos os domínios da vida nacional". Em resumo, "sob o manto dessa legalidade imposta à ponta de baionetas e destinada a preservar o mito de sua missão civilizatória, os americanos, enquanto desferem golpes decisivos à presença econômica de seus rivais europeus no Haiti, se entregam a uma exploração desenfreada das massas populares haitianas e a uma dilapidação sem medida [dos] recursos do Haiti (Bellegarde, 1929).

O Exército Haitiano, conhecido como Exército Nativo na época, foi formado durante a Revolução Haitiana. Lutou pela independência, que foi oficialmente declarada em 1º de janeiro de 1804. Com o passar das décadas, o Haiti tornou-se um país militarizado, comprometido em proteger sua independência contra uma possível reentrada das tropas francesas. Como consequência, o exército tomou o controle do governo e das instituições estatais, formando uma elite militar que possuía o poder político e econômico do país. O exército haitiano que surgiu durante a Revolução de Independência (1791–1804), tornando-se a principal entidade encarregada da conquista e proteção da soberania nacional frente às tentativas francesas de

reocupar a antiga colônia de Saint-Domingue (Soukar, 1997). Composto principalmente por ex-escravizados e oficiais revolucionários sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines, Henri Christophe e Alexandre Pétion, o Exército Indígena simbolizava mais do que uma simples força militar: era a manifestação armada do novo Estado haitiano e do projeto político de emancipação anticolonial. Nas primeiras décadas após a independência, sua principal função era defender a jovem República de ameaças externas, especialmente da França, que se negava a reconhecer a independência do Haiti e fomentava planos de recolonização.

No entanto, durante o século XIX, conforme o risco de invasão estrangeira diminuía e as disputas internas pelo controle do Estado se intensificavam, o exército passou por um processo de transformação gradual. A instituição transformou-se gradualmente em um protagonista da política nacional, passando a ser o principal mediador das crises de poder que se sucederam. Com o fortalecimento do aparato militar em áreas como administração pública, arrecadação de impostos e controle territorial, generais começaram a assumir a presidência da República com maior regularidade. A fragilidade das instituições civis facilitou a militarização da política haitiana, segundo Trouillot (1990) e Nicholls (1979). As forças armadas assumiram um papel central na estruturação do Estado e na manutenção das elites no poder.

Essa trajetória sofreu uma interrupção significativa com a ocupação militar dos EUA (1915–1934). Sob o pretexto de estabilizar a política e modernizar a administração, as autoridades dos Estados Unidos desmantelaram o antigo Exército haitiano, visto como um possível foco de resistência nacionalista. Em seu lugar, foi criada a Gendarmerie d'Haïti, estruturada, treinada, financiada e comandada por oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais americano. Ao contrário do Exército Indígena, que tinha legitimidade baseada na luta pela independência nacional, a nova força foi criada principalmente como um mecanismo de controle interno para garantir a estabilidade política, proteger os investimentos estrangeiros e garantir a execução das reformas exigidas pela administração ocupante (Renda, 2001; Schmidt, 1995).

A formação da Gendarmerie representou uma significativa reestruturação do monopólio estatal da violência. Ao invés de uma instituição dedicada à defesa da soberania nacional, foi estabelecido um dispositivo de segurança baseado nos interesses geopolíticos dos Estados Unidos. Hans Schmidt (1995) mostra que a ocupação procurou criar um Estado mais centralizado e eficaz para atender às demandas estratégicas dos EUA no Caribe, subordinando as instituições haitianas à lógica da segurança do hemisfério e à expansão da influência americana. Nesse contexto, a reestruturação militar se tornou um dos alicerces mais duradouros do projeto imperial dos Estados Unidos no Haiti.

Essa estrutura institucional permaneceu intacta após o fim oficial da ocupação, em 1934. A Gendarmerie recebeu vários nomes ao longo do tempo, incluindo Guarda Haitiana (*Garde d'Haïti*) e Exército do Haiti. Em 1958, durante a presidência de François Duvalier, foi oficialmente renomeada como Forças Armadas do Haiti (*Forces Armées d'Haïti* – FAd'H). Apesar das mudanças nas nomenclaturas, a estrutura organizacional herdada da ocupação se manteve, marcada pela centralização do poder coercitivo e pela ênfase na segurança interna em vez da defesa externa. Sob Duvalier, essa estrutura foi incorporada ao sistema autoritário do regime, coexistindo e, em várias ocasiões, competindo com os Voluntários da Segurança Nacional (*Tontons Macoutes*). Esses últimos executavam funções de repressão política que eram paralelas às das Forças Armadas.

Após muitos anos de intervenção militar na política, incluindo vários golpes e tentativas de golpe, o exército foi dissolvido em 1995 e substituído naquele mesmo ano pela Polícia Nacional Haitiana. Um interesse estrangeiro e a falta de um projeto nacional dessa jovem República, com a debilidade do novo Estado conduziu à derrota da triunfante vitória da independência e fim da escravidão. Para voltar atrás e cair na trama dos Ianques, com a ocupação americana que transformou os restos do exército indígena numa organização desorganizada, que foi a Gendarmerie haitiana. No coração da história e dos impulsos políticos, o exército representa uma entidade que é mobilizada e manobrada dentro do corpo social. O exército que foi aniquilado gerou e suportou algumas das circunstâncias da sua aniquilação. O exército foi um instrumento de controle e de opressão num domínio político que infligiu todo o tipo de violências históricas, sempre dirigidas contra a população civil.

1.5 O PAPEL DAS ELITES E SUA COLABORAÇÃO COM A PRESENÇA DA ESTADUNIDENSE

A ocupação americana do Haiti provocou uma profunda cisão na elite do país, frequentemente alinhada a divisões raciais preexistentes. De um lado, uma facção, majoritariamente mulata, essa elite entreguista optou pela colaboração, vendo na presença americana uma oportunidade para garantir estabilidade e preservar seu status político e econômico. A elite entreguista colaborou com as autoridades estrangeiras e pela proteção de seus próprios interesses políticos e econômicos, apoiando a reorganização das instituições do Estado e participando dos mecanismos de repressão dirigidos contra as resistências camponesas.

Nesse cenário, setores da elite colaboraram para a neutralização de movimentos rebeldes, como o liderado por Charlemagne Peralte, personagem central da resistência caco

contra a ocupação. Esse grupo encarou a intervenção como uma chance de fortalecer seu poder, preservar suas propriedades e negociar condições mais favoráveis de exploração econômica, buscando o respaldo da potência ocupante. Do outro lado, grupos nacionalistas, em grande parte negros, formaram uma oposição ativa, resistindo à intervenção por a considerarem uma violação da soberania nacional e uma fonte de injustiça. Sobre a resistência e preservação da soberania do país: alguns setores da elite haitiana, motivados por um sentimento nacionalista, opuseram-se ativamente à ocupação e suas consequências para a soberania do Haiti. Alguns líderes condenaram a intervenção dos EUA. Com o apoio de figuras como o líder nacionalista Pauléus Santo, essa elite criou um movimento de resistência que pedia o término do embargo e dos privilégios econômicos estadunidenses que comprometiam a soberania do país.

A presença militar dos Estados Unidos no Haiti alterou significativamente o panorama político do país, mudando as dinâmicas históricas de conflito entre as elites negras e mulatas. Desde o século XIX, essas duas facções da elite competem pelo domínio do Estado, fomentando antagonismos fundamentados não apenas em interesses políticos e econômicos, mas também em divisões raciais herdadas do período colonial. No entanto, a intervenção dos Estados Unidos trouxe um elemento novo e altamente simbólico: a presença direta de um poder estrangeiro branco no governo do país. Mais de um século após a independência do Haiti, obtida em 1804 por meio de uma revolução antiescravista, a reintrodução de uma autoridade branca no governo foi vista por muitos haitianos como um desrespeito à soberania nacional e ao legado da revolução.

Nesse cenário, as disputas internas entre as elites negras e mulatas foram em parte suspensas ou atenuadas. Onde diversos segmentos da elite expressaram resistência à presença estrangeira, embora por razões diferentes. Sobressaíam-se entre essas elites, principalmente, a elite política e intelectual urbana, uma parcela da elite econômica vinculada ao comércio e alguns integrantes da antiga elite rural. Intelectuais nacionalistas, como Jean Price-Mars, que defendiam a soberania nacional e a valorização da cultura haitiana, denunciando o racismo e o paternalismo da administração americana. Setores da elite política tradicional, ligados ao antigo sistema estatal, também enxergavam a ocupação como uma ameaça direta à independência do Estado e à sua própria posição de poder. Como relata Renda (2001) elite econômica temia que a crescente presença de empresas estrangeiras na economia haitiana poderia prejudicar seus próprios interesses comerciais.

Assim os grupos tradicionalmente rivais uniram-se de forma inesperada diante de um inimigo comum que é o domínio político e militar dos Estados Unidos. Essa convergência parcial de interesses levou à criação de um discurso nacionalista antiocupação, que se articulou

principalmente na década de 1920. Esse discurso denunciava a perda de soberania e as formas de dominação estabelecidas pela administração militar dos Estados Unidos. Malfan (1981) aponta que a ocupação teve um papel importante ao catalisar um sentimento nacionalista que transcendeu as divisões de cor e classe, incentivando diversos setores da sociedade haitiana a se mobilizarem em prol da soberania nacional. Esse processo incentivou o desenvolvimento de discursos intelectuais e políticos que exaltavam a identidade haitiana, a herança africana e a lembrança da revolução, componentes que se tornaram fundamentais nas estratégias de resistência política e cultural ao controle estrangeiro.

Contudo, os americanos rapidamente desmantelaram tudo, a chegada do "homem branco" após um século forjou uma unidade momentânea, intensificando o nacionalismo entre todas as classes (Malfan, 1981). Contudo, os ocupantes rapidamente implementam aliança ao explorar as divisões preexistentes. Implementaram uma estratégia de favoritismo, colocando a elite mulata, como o presidente Sudre Dartiguenave, em posições administrativas chave. Essa tática reacendeu as uma estratégia de "dividir para governar". Ao nomear predominantemente membros da elite mulata para cargos administrativos, como a presidência de Sudre Dartiguenave, os estadunidenses reacenderam as antigas rivalidades internas.

No entanto, essa supremacia era ilusória. A nova hierarquia era clara: os americanos brancos nas tensões internas, mas o poder concedido era ilusório. A nova hierarquia era rigidamente racial: no topo estavam os americanos brancos, seguidos pela elite mulata cooptada e, na base, os negros. Essa estrutura topo, seguidos pela elite mulata colaboracionista, com os demais haitianos na base. Essa tática se apoia era perfeitamente alinhada à mentalidade dos fuzileiros navais sulistas, escolhidos, segundo a visão de mundo racista dos fuzileiros navais, muitos do sul dos EUA, que, mal-informados, frequentemente não distinguiam entre as nuances sociais e de cor da sociedade haitiana, tratando a todos, por sua capacidade de reprimir a população negra e por sua ignorância das nuances mesmo desprezo (Paquin, 1988).

Sob esta direção, a intervenção foi uma experiência marcada por conflitos entre as diferentes classes sociais que se tinham formado. Isto conduziu não só à oposição entre um povo dominado por uma elite dirigente de outro Estado, mas também entre dois grupos "raciais" distintos. No entanto, o ocupante contou com o apoio ativo de uma grande parte da burguesia comercial, da alta hierarquia dos funcionários do Estado, do alto clero católico e dos oficiais da gendarmaria, que encontraram uma oportunidade para concretizar as suas ambições pessoais. Segundo Castor (1987), uma grande parte da elite colaborou: políticos tradicionais, atores do mundo dos negócios, a administração e o alto clero, maioritariamente de origem francesa. Esta colaboração tem várias dimensões: corrupção, nomeações, promessas etc. Movida por

interesses essencialmente de classe e económicos.

Vale ressaltar que nas classes exploradoras: existem integrantes da elite haitiana que, frente à Ocupação, pensam que o dever de um patriota (regente) é aproveitar ao máximo essa situação. Sobretudo a classe dominante tem sempre medo de instabilidade, quando grupos marginalizados querem fazer valer os seus direitos de viver dignamente. É evidente que na mente do pequeno grupo que controla todo, apenas membros da elite haitiana têm a capacidade de conduzir o país de maneira sustentável. Assim, Ministros, Legisladores, Magistrados e Policiais devem ser selecionados dessa classe. Esses homens são os líderes naturais do povo, e a contribuição dessa minoria instruída é fundamental para qualquer progresso significativo na situação (Kako, 1972).

Do lado haitiano, falando de negros, sem privilégios totalmente igual a classe dominante, havia quem, mais tarde, agiu de maneira distinta, mas que, inicialmente, recebeu os americanos de braços abertos, pois acreditavam que o Haiti estava preso em um ciclo interminável de revoluções e não conseguiria se libertar por conta própria. Alguns deles haviam estado nos Estados Unidos, seja para negócios, em relação à Legação Haitiana em Washington, para estudos ou por outros motivos. Retornaram ao Haiti encantados, elogiando os valores professados nos Estados Unidos, embora não vividos. Convidaram oficiais americanos para seus clubes e os trataram com muita cordialidade.

Por fim, as classes dominantes reconheceram que a intervenção não podia mais ser postergada. Na verdade, estavam muito contentes em contar com proteção militar contra as ações recorrentes dos Cacos. Durante a intervenção, as classes privilegiadas e seus líderes, já revoltados com a situação, estavam dispostos a qualquer acordo dos americanos, desde que assegurasse a ordem e a paz. Assim, receberam a intervenção com entusiasmo, mas tinham expectativas irreais quanto aos resultados. A elite haitiana adotou uma postura complexa e ambígua durante a ocupação dos Estados Unidos no Haiti (1915–1934). Enquanto uma parte colaborou com as autoridades ocupantes para preservar seus privilégios econômicos e políticos, outra parte resistiu, defendendo a soberania nacional e os interesses do país.

1.6 O PAPEL DO POVO E A SOCIEDADE CIVIL NA RESISTÊNCIA

O papel do povo e da sociedade civil na resistência à dominação estrangeira constitui um elemento central para compreender a trajetória histórica do Haiti. A resistência popular pode ser interpretada como um processo cíclico de retomada da luta de libertação nacional, no qual diferentes gerações reativam tradições políticas anti-coloniais e anti-imperialistas diante de

novas formas de intervenção externa. Nesse sentido, a história haitiana oferece exemplos particularmente significativos dessa dinâmica de resistência contínua.

Um primeiro momento fundamental é a revolução que levou à independência do país em 1804. A luta conduzida por líderes como Toussaint Louverture e posteriormente por Jean-Jacques Dessalines representou uma ruptura radical com o sistema colonial escravista. A independência haitiana não foi apenas uma vitória militar contra a França, mas também um processo de mobilização social protagonizado por escravizados e ex-escravizados que se organizaram coletivamente para destruir a ordem colonial. Como demonstra James (1989), a Revolução Haitiana constituiu o exemplo mais radical de revolução social no mundo atlântico, na qual as massas escravizadas tornaram-se sujeitos históricos da emancipação. A experiência de 1804 criou, assim, uma memória política duradoura que alimenta até hoje as tradições de resistência haitianas.

Um segundo momento importante ocorreu durante a ocupação militar dos Estados Unidos entre 1915 e 1934, conhecida como *United States occupation of Haiti*. A presença militar norte-americana reorganizou profundamente o aparelho estatal haitiano, particularmente por meio da criação de forças armadas treinadas e controladas pelos ocupantes, utilizadas para consolidar a autoridade do novo regime político. Contudo, essa intervenção também gerou intensas formas de resistência popular, especialmente por meio da insurgência camponesa dos chamados Cacos. Um dos principais líderes desse movimento foi Charlemagne Péralte, cuja luta se transformou em símbolo da defesa da soberania nacional. De acordo com estudos históricos sobre o período, para Schmidt (1995), a resistência dos Cacos refletia não apenas uma reação militar, mas também uma defesa das formas locais de organização social e econômica frente à imposição de um projeto de modernização subordinado aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Um terceiro momento emblemático da resistência popular haitiana pode ser observado nas mobilizações políticas que se seguiram à destituição do presidente Jean-Bertrand Aristide em 2004, no contexto do 2004 *Haitian coup d'état*. A queda de Aristide foi interpretada por diversos setores da sociedade haitiana e por parte da literatura acadêmica como resultado de uma combinação de conflitos internos e pressões internacionais. Em resposta, movimentos populares, organizações comunitárias e setores da sociedade civil mobilizaram-se para denunciar o que consideravam uma violação da soberania nacional. Como observa Hallward (2007), essas mobilizações expressavam a tentativa das classes populares de ampliar sua participação política e desafiar estruturas históricas de exclusão social e econômica. Para muitos militantes e organizações de base, a defesa da democracia estava profundamente ligada

à defesa da autodeterminação nacional e à rejeição da intervenção externa.

Esses três momentos, a independência de 1804, a resistência à ocupação norte-americana entre 1915 e 1934 e as mobilizações, após a crise política de 2004 demonstram como a resistência à dominação estrangeira constitui um elemento estruturante da história política haitiana. Como argumenta Trouillot (1995), a história do Haiti foi frequentemente silenciada ou marginalizada nas narrativas dominantes da modernidade ocidental, precisamente porque desafia os pressupostos raciais e coloniais que estruturaram o sistema mundial moderno. Dessa forma, as mobilizações populares haitianas devem ser compreendidas não apenas como episódios de contestação política, mas como parte de um processo histórico mais amplo de luta por soberania, dignidade e emancipação social.

A resistência à ocupação americana emergiu rapidamente em duas frentes distintas nos centros urbanos. Segundo Moise (1990), a partir do começo de agosto de 1915, começou a surgir uma resistência política à ocupação americana no Senado e na Câmara dos Deputados. Alguns parlamentares tinham a intenção de se opor ao processo que resultaria na adoção da Convenção Haitiano-Americana de 16 de setembro de 1915. Mais tarde, em várias ocasiões, também se opuseram às medidas do Executivo Presidencial destinadas a normalizar a ocupação. O ocupante empregou intimidação, ameaça de recurso e uso da força para suprimir a rebelião parlamentar (Etienne, 2007).

No entanto, a verdadeira oposição política foi realizada por alguns intelectuais da pequena burguesia liberal. Efetivamente, nessa mesma data 10 de agosto de 1915, por solicitação de Georges Sylvain, ex-ministro plenipotenciário em Paris e advogado da Ordem dos Advogados de Porto Príncipe, um conjunto de haitianos contrários à presença de fuzileiros navais no país a maioria desempenhando atividades liberais estabeleceu a União Patriótica, a qual proclamou sua criação com o intuito de combater a ocupação e auxiliar na recuperação da soberania nacional (Etienne, 2007).

Pauléus (1921) argumenta que, sob a liderança de, entre outros, Georges Sylvain, Pauléus H. Sannon, Sténio Vincent e Jean Price-Mars, a União Patriótica exigiu o fim imediato da lei marcial, a revogação da Convenção de 1915 que legalizou a ocupação, o estabelecimento de uma assembleia constituinte e a retirada das tropas americanas do país em um curto período. Os intelectuais nacionalistas da classe média lideraram uma campanha de denúncia por meio da imprensa, com jornais como *“La Patrie, Haiti Intégrale,”* organizaram a resistência pacífica através de movimentos como a *“Union Patriotique”* de Georges Sylvain. Simultaneamente, no campo, a resistência armada dos camponeses, conhecidos como “Cacos”, tornou-se o confronto mais significativo contra as forças de ocupação.

Sob a liderança de Charlemagne Peralte e Rosalvo Bobo, os cacos organizaram uma resistência armada considerável contra a ocupação dos Estados Unidos. A mobilização desses grupos insurgentes forçou as forças dos Estados Unidos a iniciar uma extensa campanha militar de repressão e desarmamento, principalmente nas áreas ao norte do país, onde a resistência camponesa era mais organizada e duradoura (Renda, 2001; Schmidt, 1995). Nesse cenário, as autoridades de ocupação ampliaram as operações militares e as políticas de controle territorial com a finalidade de neutralizar a insurgência e reestabelecer a ordem sob a administração estrangeira.

Charlemagne Peralte, comandante militar em *Léogâne*, tornou-se o símbolo da resistência armada haitiana após se recusar a entregar seu posto aos invasores estadunidense. Sua insubmissão lhe custou o cargo e o levou à condenação a trabalhos forçados, mas, após fugir em 1917, ele transformou sua resistência individual em um movimento de libertação. Refugiado nas montanhas, Peralte organizou os "Cacos", um exército de milhares de camponeses insurgentes que rapidamente lançou uma ofensiva contra as tropas de ocupação no Norte e no planalto central do Haiti. Os Cacos conseguiram apoderar-se de uma parte da cidade, mas foram obrigados a recuar perante uma poderosa força combinada de marinheiros e Gendarmerie (exército organizado pelos americanos e ao seu serviço), formando um exército mais numeroso do que o de Peralte e equipado com metralhadoras, tanques blindados. No entanto, para muitos resistentes, os homens de Peralte eram um novo tipo de Cacos. Não estamos a falar de bandidos ou mercenários, muito menos de um grupo de pistoleiros manipulados por pequenos senhores feudais.

Os Cacos de Peralte entendem as razões de suas lutas e sacrifícios (Malfan, 1981). Desde o início, o movimento liderado por Charlemagne Peralte e Benoit Batrville fixou um objetivo específico: repelir os invasores e libertar a nação. Estes camponeses estavam armados apenas com catanas e pistolas antiquadas, mas possuíam uma excelente agilidade tática e sabiam desaparecer no campo quando eram perseguidos (Schmidt, 1971). Isso porque os cacos inicialmente tinham uma história, A trajetória dos Cacos no Haiti está relacionada às batalhas camponesas e nacionalistas que caracterizaram o país entre o século XIX e início do século XX, culminando na resistência contra a ocupação norte-americana (1915–1934). O termo "Cacos" se referia, em um primeiro momento, a grupos de guerrilheiros rurais formados principalmente por camponeses pobres, que se organizavam em torno de líderes locais para se envolver em revoltas políticas ou resistir ao governo central.

Os Cacos apareceram no século XIX como grupos armados de camponeses provenientes do Norte e do centro do Haiti. De acordo com o historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot,

durante momentos de instabilidade, líderes políticos locais costumavam mobilizar esses grupos, que atuavam como milícias informais formadas por trabalhadores rurais marginalizados (Trouillot, 1990). O termo "caco" provavelmente tem origem em uma ave local que costuma atacar em bandos, sendo essa uma metáfora para ilustrar o modo de combate coletivo desses insurgentes. Eles apareceram, historicamente, no contexto dos conflitos entre as elites regionais após a independência do Haiti em 1804. Laurent Dubois aponta que o Estado haitiano do século XIX tinha pouca capacidade de controle sobre o interior do país, o que permitia a formação de grupos armados autônomos entre os camponeses (Dubois, 2012).

Embora tenham sido inicialmente ligados a disputas políticas entre grupos da elite, os Cacos gradualmente começaram a simbolizar também formas de resistência camponesa. Muitos desses combatentes eram originários das áreas montanhosas e mantinham vínculos estreitos com as comunidades rurais que se opunham à centralização do poder e às políticas fiscais governamentais. Segundo Alex Dupuy, os Cacos refletiam as tensões estruturais entre o Estado haitiano e o campesinato, que lutava para manter formas autônomas de produção agrícola e organização comunitária (Dupuy, 1989).

A luta dos Cacos ganhou relevância especial durante a ocupação militar norte-americana no Haiti. Após um período de instabilidade política, tropas dos Estados Unidos invadiram o Haiti em 1915 e tomaram o controle da administração do país. O exército, a economia e as instituições do país foram reestruturados durante a ocupação para atender aos interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos. A oposição mais expressiva a essa ocupação foi conduzida por Charlemagne Peralte, ex-policial do exército haitiano que se transformou no comandante das forças Cacos. Peralte liderou uma grande revolta camponesa contra as forças americanas e a recém-formada "Gendarmerie d'Haiti" entre 1918 e 1919, uma força militar organizada e comandada por oficiais dos EUA.

De acordo com o historiador Laurent Dubois, milhares de camponeses se uniram ao movimento comandado por Peralte, convertendo a revolta dos Cacos na principal manifestação de resistência nacional contra a ocupação (Dubois, 2012). Os insurgentes realizavam ataques a bases militares, comprometiam as comunicações e empregavam táticas de guerrilha nas áreas montanhosas. Os Cacos de Peralte entendem as razões de suas lutas e sacrifícios (Malfan, 1981). Desde o início, o movimento liderado por Charlemagne Peralte e Benoit Batraville fixou um objetivo específico: repelir os invasores e libertar a nação.

Segundo Malfan (1981), o fracasso da resistência dos Cacos deveu-se a uma combinação de fragilização internas e isolamento externo. Geograficamente fragmentado, o movimento não conseguiu unificar a luta armada camponesa com a oposição urbana, uma vez

que os nacionalistas das cidades, mesmo os mais radicais, limitaram sua atuação a canais legais. A luta também perdeu fôlego político ao se concentrar excessivamente na questão do trabalho forçado, sem conectar as reivindicações agrárias a um projeto nacional mais amplo. Essa desarticulação interna, somada à ausência de apoio concreto de forças anti-imperialistas internacionais, selou o destino da insurgência.

Péralte foi assassinado em 1919, após ser traído por um informante que havia sido infiltrado pelas tropas americanas. Os ocupantes mostraram seu corpo em público para tentar desestimular a resistência. No entanto, a revolta persistiu sob o comando de Benoît Batrville, outro líder Caco, até ser finalmente derrotada em 1920. Segundo o historiador Hans Schmidt, a repressão contra os Cacos foi brutalmente intensa. As forças americanas empregaram metralhadoras, aviões e operações militares intensivas, o que levou à morte de milhares de camponeses haitianos (Schmidt, 1995).

Com o desaparecimento dos líderes dos Cacos, incluindo Peralte, os Estados Unidos intensificaram a sua intervenção em vários domínios da sociedade. Para além da resistência física dos camponeses, a luta foi também política, intelectual e ideológica. De facto, pensadores da pequena burguesia liberal manifestaram-se contra os invasores. Além disso, o movimento estudantil haitiano, iniciado em 1929, foi crucial, pois levou ao afastamento da guarda presidencial e à retirada precipitada dos ocupantes. Foi graças aos estudantes que nasceu o vasto movimento nacionalista que culminou com a chegada ao poder de Stenio Vincent, em 18 de novembro de 1930. Tudo começou com um acontecimento bastante banal: a redução dos subsídios atribuídos à Escola Central Agrícola de Damien.

O que começou como uma greve localizada na Escola de Agricultura, motivada pela recusa do diretor estadunidense em dialogar, rapidamente se transformou em uma ampla revolta contra a ocupação. A pauta dos estudantes denunciava a arrogância dos ocupantes, os salários exorbitantes pagos a falsos peritos e as medidas vexatórias a que eram submetidos. O movimento ganhou rápida adesão de outras faculdades e escolas, e as tentativas de contenção, como o aumento das bolsas de estudo pelo General Russell, mostraram-se ineficazes. A agitação culminou em manifestações na capital, forçando o Presidente Bono a fazer concessões, incluindo a promessa de não se candidatar à reeleição, o que demonstrou como a mobilização estudantil serviu de catalisador para um movimento nacionalista e democrático mais amplo.

No ano de 1928, Jean Price Mars lançou o livro *"Ainsi parle l'oncle,"* dando início ao movimento indigenista e sugerindo uma reavaliação da cultura nacional com o objetivo de valorizar e reconhecer sua ascendência africana a (Scaramal, 2006). O movimento indigenista, do ponto de vista de Trouillot (1990) gerou novas respostas: nenhuma cultura era superior, e o

haitiano mais ocidentalizado não era necessariamente o melhor ou o mais útil para o seu país. Embora não tenham sido políticas de imediato, essas respostas tiveram um impacto significativo. Embora o indigenismo não tivesse um programa político definido, atraiu intelectuais de diversas correntes políticas, incluindo alguns socialistas.

Amplificada pela imprensa nacionalista, a mobilização estudantil catalisou a formação de uma ampla frente política¹², unindo diversos estratos sociais contra a hegemonia americano e a atitude racista dos ocupantes. As manifestações escalaram para uma insurreição popular que as forças americanas, apesar das ações repressivas, não conseguiram conter. A resposta do General Russell foi a imposição da lei marcial, do recolher obrigatório e a censura à imprensa da oposição. Essa escalada de violência atingiu seu ápice no massacre de Marchaterre, onde fuzileiros navais abriram fogo contra a multidão, resultando em dezenas de mortos e feridos (Castor, 1987).

O massacre de Marchaterre teve repercussão internacional, gerando protestos até mesmo em cidades americanas como Nova Iorque e Washington. Pressionado, o presidente Herbert Hoover enviou uma nova comissão de inquérito ao Haiti, que, ao contrário das anteriores, foi recebida por massivos protestos que exigiam o fim da ocupação. Diante dessa mobilização, a comissão reverteu as recomendações anteriores e concluiu pela necessidade de retirar as tropas. Essa decisão abriu caminho para as eleições de 1930, que resultaram em uma Assembleia de maioria nacionalista e na eleição de Sténio Vincent para a presidência. Contudo, Malfan (1981) argumenta que, na ausência de um movimento revolucionário estruturado, essa vitória popular foi cooptada pelos representantes das classes dominantes tradicionais. O processo culminou com a retirada dos últimos fuzileiros estadunidenses em agosto de 1934.

Em fim a análise da dinâmica de poder e intervenção estrangeira no Haiti revela tensões entre soberania nacional e dominação externa. Desde a independência, o Haiti resistiu ao colonialismo, mas as potências imperiais, especialmente os Estados Unidos, estabeleceram controle econômico, político e militar, como evidenciado pela ocupação americana de 1915 e a criação da Gendarmerie d'Haïti. As elites haitianas também colaboraram com intervenções externas para manter suas posições de poder, reforçando dependências e desigualdades sociais.

¹² A frente ampla formada em 1929 não correspondeu a uma organização política formal, mas a uma coalizão circunstancial de diferentes segmentos da sociedade haitiana — estudantes, intelectuais, trabalhadores, jornalistas, profissionais liberais, setores da pequena burguesia e lideranças nacionalistas — unidos pela oposição à ocupação norte-americana. Essa convergência expressou a transformação do movimento estudantil em um movimento nacional de defesa da soberania, articulando reivindicações políticas, econômicas e simbólicas contra a dominação imperial. A ampla repercussão das manifestações na imprensa nacionalista fortaleceu a identidade coletiva da resistência e contribuiu para ampliar a legitimidade social da luta antiocupação (Castor, 1987; Renda, 2001; Trouillot, 1990).

Contudo, a tradição de resistência popular, através de movimentos camponeses e mobilizações, mostra a luta pela soberania e justiça social. A história política haitiana é, portanto, um campo de disputas de autonomia e transformação social, essencial para entender os desafios atuais do Estado haitiano.

2 A CONSTITUIÇÃO DE 1987: RUPTURA COM O AUTORITARISMO DUVALIERISTA

Este capítulo analisa o processo de transição política no Haiti a partir da ruptura com o autoritarismo duvalierista, compreendendo esse momento não como uma passagem linear rumo à democracia, mas como um período de reconfiguração profunda e contraditória das relações de poder. A queda dos regimes de François e Jean-Claude Duvalier, embora tenha suscitado expectativas de renovação política e institucional, não representou uma ruptura radical com as estruturas autoritárias e excludentes herdadas do passado. Ao contrário, inaugurou um campo de disputas em torno da redefinição do Estado, da democracia e da soberania nacional, no qual continuidades estruturais coexistiram com novas formas de

Robert Fatton aponta que a transição do Haiti após 1986 ocorreu em um cenário em que as elites políticas e econômicas permaneceram no poder, monopolizando os recursos estatais e impedindo reformas estruturais que poderiam aumentar a participação popular (Fatton, 2002). Essa continuidade institucional e política também deve ser entendida considerando as dinâmicas históricas de dependência e ingerência externa que caracterizaram a história do Estado haitiano. Desde o começo do século XX, especialmente após a ocupação militar dos EUA de 1915 a 1934, estabeleceu-se um padrão de intervenção que ligou as instituições políticas e militares do Haiti aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Hans Schmidt ressalta que a ocupação americana não só reestruturou o aparelho estatal haitiano, como também instituiu as bases de um sistema de controle indireto que continuaria a afetar a política do país nas décadas posteriores (Schmidt, 1995). Nesse contexto, a ditadura de Duvalier deve ser entendida não só como um regime autoritário interno, mas também como um elemento de uma configuração geopolítica mais extensa, na qual os Estados Unidos, durante a Guerra Fria, frequentemente toleraram ou apoiaram regimes anticomunistas no Caribe (Renda, 2001). Como resultado, o fim da dinastia Duvalier não significou o fim dessas relações estruturais de dependência. As mudanças políticas que se sucederam à queda do regime aconteceram dentro de limites estabelecidos tanto por estruturas internas de poder quanto por influências externas. Alex Dupuy sustenta que a fragilização das instituições democráticas do Haiti no período pós-1986 está diretamente relacionada à manutenção de uma economia política dependente e à constante intervenção de atores internacionais, principalmente dos Estados

Unidos, nos processos políticos haitianos (Dupuy, 2014).

Desse modo, a transição pós-Duvalier revelou-se menos como uma ruptura histórica e mais como um processo ambíguo de reconfiguração do poder, em que estruturas autoritárias herdadas e relações de dominação externa seguiram moldando os limites da soberania política do Haiti. Nesse contexto, a democracia passou a ser mobilizada como promessa de reconstrução institucional e de inclusão política, tanto no plano interno quanto no discurso internacional. No entanto, os chamados benefícios da democracia revelaram-se profundamente ambíguos no caso haitiano. Se, por um lado, a abertura política ampliou os espaços de participação e favoreceu a emergência de mobilizações populares, por outro, esse processo esteve articulado a formas renovadas de tutela externa e de dependência política, especialmente em relação aos Estados Unidos.

A aceitação da dominação estrangeira muitas vezes forçada ou naturalizada como a dominação estadunidense inscreve-se, assim, no próprio coração da experiência democrática haitiana, evidenciando as tensões persistentes entre soberania, intervenção e governança internacional. Paralelamente, o capítulo problematiza a fragilização do Estado haitiano, recusando interpretações que o caracterizam como um simples Estado ausente ou como resultado de uma suposta incapacidade interna. Trata-se, antes, de um Estado historicamente debilitado, marcado por instituições frágeis, baixa capacidade administrativa e limitada legitimidade social. Essa debilidade deve ser compreendida à luz de processos estruturais e históricos de longa duração, que incluem a herança colonial, a centralização autoritária do poder, a dependência externa, a fragmentação das elites e a exclusão sistemática das maiorias sociais dos processos decisórios.

Como já vimos em outro capítulo anterior sobre o imperialismo, de modo geral, o imperialismo pode ser definido como um sistema de expansão e domínio político, econômico, militar e cultural realizado por Estados ou potências sobre outros territórios e povos. Vladimir Ilyich Lenin, no início do século XX, descreveu o imperialismo como a etapa avançada do capitalismo, marcada pela concentração de capital, pela união entre capital bancário e industrial e pela procura por novos mercados e áreas de influência. De acordo com o autor, “o imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquirindo grande importância a exportação de capitais e iniciando-se a partilha do mundo entre as grandes potências” (Lenin, 1916).

Essa dinâmica de crescimento não se restringe ao domínio econômico. O imperialismo também atua por meio de mecanismos políticos e militares que asseguram a continuidade da supremacia das potências dominantes. Segundo Samir Amin, o sistema capitalista global é

organizado em uma estrutura de centro e periferia, onde os países centrais acumulam riqueza, enquanto as regiões periféricas permanecem em condição de subordinação e dependência. Nesse contexto, o imperialismo não se limita a ser um fenômeno histórico associado ao colonialismo clássico, mas representa um processo constante de perpetuação das desigualdades globais (Amin, 1976).

De acordo Quijano, as estruturas de dominação permanecem nas formas de conhecimento, nas hierarquias raciais e na organização do sistema mundial, mesmo após o término oficial do colonialismo. Quijano (2000) sustenta que a colonialidade do poder constitui o eixo fundamental do padrão de poder global, articulando exploração econômica, dominação política e classificação racial das populações. Dessa forma, o imperialismo atual reproduz as lógicas coloniais que organizam as relações entre os hemisférios Norte e Sul. Frantz Fanon também fez uma análise aprofundada da dimensão cultural e psicológica do imperialismo. Fanon, em sua crítica ao colonialismo, mostra que a dominação imperial se impõe não só sobre os territórios, mas também sobre as identidades dos povos colonizados. Segundo o autor, o colonialismo estabelece uma estrutura de violência contínua que visa desumanizar o colonizado e justificar a supremacia do colonizador. Fanon afirma que o colonialismo não se contenta em explorar o povo colonizado; ele transforma o colonizado em uma coisa (Fanon, 1961).

Immanuel Wallerstein, no âmbito da economia política internacional, enriqueceu a análise do imperialismo com sua teoria do sistema-mundo. Segundo essa perspectiva, o capitalismo histórico se estrutura em uma divisão global do trabalho que mantém as regiões periféricas em estado de dependência. Nesse modelo, os Estados centrais empregam ferramentas econômicas, financeiras e militares para manter sua posição de destaque, assegurando a transferência constante de recursos da periferia para o centro (Wallerstein, 2004).

Assim, a questão do poder imperialista se mostra complexa, abrangendo aspectos econômicos, políticos, culturais e epistemológicos. O imperialismo, além de ser um fenômeno do passado colonial, ainda se faz presente nas intervenções militares atuais, no controle financeiro, na imposição de modelos de desenvolvimento e na criação de hierarquias globais de poder. Entender essas dinâmicas é essencial para examinar os processos de dependência, resistência e luta por soberania que caracterizam a história de vários países do Sul global, especialmente na América Latina, África e Caribe. A análise dialoga com Michel Foucault ao conceber o poder não como algo concentrado exclusivamente no aparelho estatal, mas como uma rede de relações que atravessa instituições, discursos e práticas sociais. Como afirma Foucault (1976/1988), de que o poder está em toda parte, não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares.

Essa perspectiva permite compreender a democratização haitiana como um processo atravessado por novas tecnologias de governamentalidade, nas quais a democracia opera simultaneamente como promessa emancipatória e como mecanismo de regulação política, produzindo normas, saberes e subjetividades ajustadas a uma ordem internacional hierarquizada. Nesse sentido, a experiência democrática haitiana não pode ser dissociada de uma inserção subordinada na ordem internacional, na qual modelos políticos apresentados como universais são impostos, enquanto saberes, práticas e trajetórias históricas locais são sistematicamente deslegitimados.

Essa lógica contribui para explicar a aceitação frequentemente naturalizada da dominação estadunidense no Haiti. Tal aceitação não se produz apenas por meio da coerção direta, mas também pela internalização de um discurso civilizatório que legitima a intervenção externa em nome da ordem, do progresso e da estabilidade. Aimé Césaire denunciou de forma contundente essa racionalidade ao afirmar que “ninguém coloniza inocentemente; ninguém coloniza impunemente ” (Césaire, 1955/1978). Para o autor, a colonização e suas formas contemporâneas produz uma violência estrutural que desumaniza tanto o colonizado quanto o colonizador, perpetuando-se sob novas roupagens, como o imperialismo humanitário e a tutela internacional.

A fragilização do Estado haitiano, portanto, deve ser compreendida como resultado histórico de processos prolongados de dominação, dependência e violência política. Em diálogo com Frantz Fanon, argumenta-se que o Estado pós-colonial tende a se constituir como um aparato distante das massas populares. Fanon observa que a burguesia nacional frequentemente assume o poder sem condições reais de exercer uma liderança efetiva sobre a nação, limitando-se a reproduzir estruturas herdadas do colonialismo e a atuar como intermediária dos interesses externos (Fanon, 1961/2002). Essa análise ilumina a debilidade do Estado haitiano, marcada por baixa legitimidade social, fragilidade institucional e profunda desconexão entre Estado e sociedade.

Por fim, o capítulo destaca a mobilização dos dominados como eixo central do período pós-duvalierista. Movimentos populares, organizações de base, setores camponeses e urbanos expressaram uma clara vontade de transformação, desafiando tanto o legado autoritário do duvalierismo quanto os limites impostos por uma democratização tutelada e periférica. Contra a normalização da dependência e da governamentalidade externa, essas mobilizações revelam o Haiti como um espaço de intensa luta política. Retomando Fanon, cada geração deve, numa relativa opacidade, descobrir sua missão, cumpri-la ou traí-la (Fanon, 1961/2002). Nesse sentido, a democracia no Haiti não se reduz a uma forma institucional, mas é continuamente

resignificada como prática de resistência, disputa e emancipação.

A ruptura com o autoritarismo não é apenas um evento jurídico-institucional, mas um processo histórico, social e simbólico altamente conflituoso. Hannah Arendt aponta que o autoritarismo, particularmente em suas manifestações totalitárias, baseia-se na destruição da pluralidade e na supressão da política como espaço de ação coletiva. O objetivo do domínio totalitário não é apenas a tirania sobre as pessoas, mas a erradicação da liberdade humana (Arendt, 2012). Portanto, superar o autoritarismo envolve mais do que simplesmente substituir regimes; é necessário reconstruir as condições que permitem a ação política e a autonomia social.

Norberto Bobbio ressalta que a transição para a democracia não acontece de forma automática com o término de um regime autoritário, uma vez que os mecanismos de poder tendem a se reproduzir em novas formas. De acordo com o autor, a questão das democracias não se resume apenas à sua origem, mas também à sua capacidade de sobreviver às heranças autoritárias que ainda carregam (Bobbio, 2000). Essa herança se revela tanto nas instituições quanto nas práticas sociais, gerando persistências autoritárias em cenários que se dizem democráticos.

A análise da persistência é enriquecida por Michel Foucault, que desloca o foco da análise do poder estatal para as diversas relações sociais. Segundo o autor, o autoritarismo não se limita apenas ao aparelho estatal, mas permeia uma rede capilar de práticas, discursos e conhecimentos. O poder está presente em todos os lugares; não por abranger tudo, mas por originar-se de todos os lugares (Foucault, 1976). Assim, para romper com o autoritarismo, é necessário criticar de forma radical as práticas de normalização, vigilância e disciplina que ainda estão presentes no dia a dia social. Jürgen Habermas, sob a perspectiva da teoria crítica, vincula a superação do autoritarismo à revitalização do espaço democrático público. Segundo ele, regimes autoritários colonizam o mundo da vida ao trocar o diálogo pela coerção. A dominação se consolida quando a comunicação é constantemente deturpada (Habermas, 1987). Assim, a ruptura envolve a revalorização da deliberação, da participação cidadã e da legitimidade baseada no consenso comunicativo, em vez de na coerção.

Césaire adverte que o autoritarismo moderno está intimamente relacionado à experiência colonial em contextos caracterizados pela colonialidade. De acordo com Césaire (1978), a colonização trabalha para descivilizar o colonizador, brutalizá-lo no sentido literal da palavra. Nesses casos, a ruptura com o autoritarismo não pode ser pensada sem uma crítica ao legado colonial que deu origem a Estados autoritários, elites excludentes e práticas políticas violentas. Pierre Bourdieu, por sua vez, enfatiza que o autoritarismo se perpetua também por

meio da violência simbólica, isto é, pela internalização da dominação como algo natural. Segundo Bourdieu (1989) o poder simbólico consiste em uma força invisível que só pode ser praticada com a conivência daqueles que preferem ignorar que a ela estão submetidos.

Assim, a ruptura com o autoritarismo demanda um trabalho crítico de desnaturalização das hierarquias sociais e políticas. A ruptura com o autoritarismo deve ser entendida como um processo inacabado, marcado por avanços e retrocessos. Lefort (1986) recorda que a democracia surge exatamente da indeterminação do poder, sendo o lugar do poder um espaço vazio. O autoritarismo ressurgirá sempre que esse vazio for preenchido por uma autoridade que busca ser absoluta. Assim, a vigilância democrática, a memória histórica e a participação social são condições indispensáveis para que a ruptura seja verdadeiramente emancipatória e não apenas formal.

A promulgação da Constituição de 1987 no Haiti foi amplamente comemorada como um marco histórico no rompimento com o autoritarismo duvalierista e como o início de uma nova era democrática. No entanto, quando confrontada com a continuidade das elites econômicas, políticas e simbólicas que sustentaram o poder autoritário durante o século XX, essa ruptura se mostrou bastante restrita. Michel-Rolph Trouillot aponta que o Estado haitiano moderno foi historicamente formado como um Estado oposto à maior parte da população, em que o poder político se estrutura para reprimir, neutralizar ou silenciar as massas populares (Trouillot, 1990).

Nesse contexto, a ruptura após 1987 não pode ser entendida somente no âmbito jurídico-institucional. A formalização do fim do autoritarismo não resultou na desintegração das conexões estruturais entre o Estado e as elites econômicas urbanas, comerciais e financeiras. Hurbon (2001) destaca que a democracia no Haiti surge com ambiguidade, uma vez que as elites que se apropriam do discurso democrático são, em sua maioria, aquelas que sempre temeram a soberania popular. Desse modo, o constitucionalismo pós-1987 coexistiu com práticas contínuas de exclusão política e social.

A análise de Michel Foucault possibilita a compreensão de como essa continuidade se expressa por meio de mecanismos de poder que vão além do Estado formal. O autor declara que o poder não reside em uma instituição, mas nas estratégias e nas conexões que permeiam o corpo social (Foucault, 1976). No Haiti, essas táticas se manifestam na apropriação das instituições públicas pelas elites financeiras, no domínio dos recursos estatais e na utilização da violência seja ela estatal ou paraestatal como ferramenta de controle político. Michel-Rolph Trouillot aprofunda essa análise ao mostrar que o autoritarismo no Haiti não é uma anomalia, mas um método habitual de administração da desigualdade extrema.

De acordo com Trouillot (1994), a crise política no Haiti está intrinsecamente ligada a uma crise na distribuição de poder e riqueza. Nesse cenário, a ruptura com o autoritarismo representa uma ameaça direta aos interesses das elites econômicas, o que explica sua tendência em ser bloqueada, desviada ou esvaziada. Aimé Césaire proporciona um contexto essencial ao vincular autoritarismo e colonialidade. Segundo o autor, a dominação colonial gera elites locais que replicam internamente as lógicas do colonizador, uma burguesia que não cria nem inventa, apenas imita e administra (Césaire, 1978). Após 1987, no Haiti, as elites econômicas exercem esse papel intermediário, conciliando os interesses globais ao mesmo tempo em que se distanciam estruturalmente das massas populares.

Laënnec Hurbon ressalta também a função do medo coletivo na perpetuação do autoritarismo. Segundo o autor, as elites do Haiti sempre relacionaram a participação popular ao caos, à violência e à desestabilização da ordem. As classes dominantes do Haiti têm um imaginário político marcado pelo medo da multidão (Hurbon, 1993). Esse medo justifica ações autoritárias, mesmo em regimes que são oficialmente democráticos, por meio de golpes institucionais, governos excepcionais e repressão de movimentos sociais. Pierre Bourdieu possibilita a compreensão de como essa dominação se consolida de forma simbólica. A violência simbólica atua quando a desigualdade é vista como algo natural ou inevitável. De acordo com o autor, as estruturas de dominação se perpetuam porque estão presentes nos esquemas de percepção dos agentes (Bourdieu, 1989). No Haiti, a narrativa de que o povo é incompetente e de que há a necessidade de uma tutela interna ou internacional ajuda a justificar a exclusão política das maiorias.

A intervenção internacional após 1987 intensifica esse processo. Com o discurso de democratização, estabilização e desenvolvimento, organismos internacionais e potências estrangeiras começaram a interferir diretamente nas escolhas políticas e econômicas do país. Trouillot é enfático ao declarar que a soberania do Haiti é continuamente negociada em prol de uma ordem que nunca considera o povo haitiano como sujeito pleno (Trouillot, 2003). Essa tutela externa está alinhada aos interesses das elites econômicas locais, fortalecendo uma democracia de baixa intensidade. No Haiti, a rejeição dessa indeterminação se evidencia na individualização do poder e na apropriação do Estado por grupos limitados, geralmente associados ao capital financeiro e comercial.

Assim, a ruptura com o autoritarismo no Haiti após 1987 deve ser vista como um processo impedido pela convergência entre as elites econômicas, legados coloniais e intervenções internacionais. Apesar de a Constituição de 1987 ser considerada uma conquista histórica, não houve uma mudança estrutural nas relações de poder. Foucault recorda que onde

há poder, há resistência (Foucault, 1976). No Haiti, essa resistência se manifesta nas mobilizações populares e nas batalhas por soberania, mesmo que seja constantemente reprimida por um Estado e por elites que continuam sendo extremamente autoritárias.

A promulgação da Constituição haitiana de 1987 foi um ponto crucial na trajetória política do Haiti, simbolizando o esforço conjunto para romper com quase três décadas de autoritarismo duvalierista (1957–1986). Depois da queda de Jean-Claude Duvalier em fevereiro de 1986, a sociedade haitiana começou um processo de reconstrução institucional fortemente influenciado pelo trauma das ditaduras de François e Jean-Claude Duvalier, que foram marcadas pela repressão, clientelismo e centralização extrema do poder (Dorvilier, 2013). Vale ressaltar que a Assembleia Constituinte de 1986-1987 surgiu como um espaço para a expressão plural e a reapropriação popular do poder político. A mobilização de diversos setores sociais, como sindicatos, camponeses, estudantes, movimentos feministas e religiosos, foi um fator determinante no processo constituinte. Esses grupos buscavam estabelecer uma nova ordem política fundamentada na participação, descentralização e direitos humanos (Chalmers, 1994).

De acordo com Trouillot (1990), a Constituição de 1987 representa a mais ampla tentativa de democratização do Estado haitiano desde a independência de 1804, uma vez que buscava devolver o poder ao povo e romper com o modelo centralizador herdado do duvalierismo e do colonialismo francês. Dessa forma, o texto constitucional incluiu cláusulas que restringiam a autoridade presidencial, fortaleciam o Parlamento e asseguravam novas liberdades civis e políticas. A descentralização administrativa e política foi um dos eixos fundamentais da Constituição de 1987, considerada uma condição indispensável para superar o autoritarismo centralista de Porto Príncipe. O artigo 61 determinou a formação de coletividades territoriais autônomas, como comunas, departamentos e seções comunais, que possuem autonomia política e financeira.

Segundo Fatton Jr. (2002), a descentralização constitucional visava democratizar o poder local e aproximar o Estado da população historicamente marginalizada. Ademais, a Constituição implementou mecanismos inéditos para controlar o poder executivo, como a restrição do mandato presidencial a cinco anos sem possibilidade de reeleição imediata (art. 134) e a separação estrita das funções do Executivo, Legislativo e Judiciário (art. 59). Esses mecanismos visavam prevenir o ressurgimento de práticas autoritárias e do personalismo político típico do período duvalierista (Dorvilier, 2013).

Uma inovação da Constituição de 1987 foi colocar os direitos humanos e a dignidade humana no núcleo da nova ordem republicana. No preâmbulo, o documento declara o compromisso do Estado haitiano com a liberdade, a igualdade e a justiça social, além de o

respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana (HAÏTI, 1987). Essa ênfase demonstra o impacto dos movimentos sociais e da teologia da libertação, que, nas décadas de 1970 e 1980, fomentaram uma consciência política voltada para a defesa dos pobres e marginalizados (Hurbon, 1995). O capítulo II da Constituição assegura uma variedade de direitos, incluindo a liberdade de expressão, associação e imprensa (arts. 28–29); o direito à educação e à saúde (arts. 32–33); e a proteção contra tortura e prisão arbitrária (art. 25). Esses direitos representam uma quebra ética e jurídica com o Estado de terror de Duvalier, em que a violação constante das liberdades individuais fazia parte da governança.

Embora tenha grande relevância simbólica e política, a Constituição de 1987 enfrentou muitos obstáculos desde o começo para ser efetivamente implementada. A consolidação das instituições democráticas foi dificultada pela instabilidade política crônica, golpes de Estado e intervenções estrangeiras (Fatton Jr., 2002). Segundo Charles (2010), a Constituição foi mais uma promessa do que uma realidade, pois a fragilidade das estruturas econômicas e o peso das elites tradicionais impediram uma verdadeira redistribuição do poder. Desse modo, a Constituição de 1987 marcou uma ruptura formal com autoritarismo duvalierista, embora não tenha provocado uma mudança estrutural imediata no Estado haitiano. No entanto, seu legado continua sendo um símbolo da batalha pela democratização e pela soberania popular em uma nação marcada por séculos de dominação interna e externa.

Como mencionado anteriormente a Constituição de 1987 marcou uma ruptura formal com o autoritarismo duvalierista, mas permanece como uma transição inacabada e caótica para a democracia. O colapso do regime autoritário de Duvalier pai e filho, comumente conhecidos como Papa Doc e Baby Doc, foi considerado um importante ponto de virada sociopolítica, bem como o início de uma nova fase democrática, após a adoção da Constituição de 1987 (Deshommes, 2011). Contudo, é inegável que uma crise institucional se instalou. Segundo Étienne Pierre Gérard, a queda dos Duvaliers em fevereiro de 1986 facilitou a ascensão de novas elites políticas e acelerou o processo de mudança e desintegração do Estado haitiano, a disputa pelo poder e a deterioração das instituições estatais (Étienne, 2007).

Grupos armados prejudicaram significativamente os preparativos para as primeiras eleições, em 29 de novembro de 1987, e as de janeiro de 1988 também foram inconclusivas. O presidente eleito, Leslie François Manigat, teve que deixar o cargo após apenas quatro meses, sendo forçado ao exílio. Henri Namphy o sucedeu. Ele só deteve o poder por três meses. Consequentemente, a transição para a democracia demorou muito tempo. O estabelecimento de um novo regime político e a elaboração de uma constituição democrática não resultaram na implementação de instrumentos legais robustos ou de estruturas institucionais suficientemente

sólidas para promover o fortalecimento da ordem democrática (MENFP, 2007). Desde a saída de Jean-Claude Duvalier, apelidado de "Baby Doc", em fevereiro de 1986, até a eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1991, o Haiti viu seis presidentes após sucessivas mudanças de poder. Como indica Étienne (2007), a história do Haiti sempre foi marcada por uma sucessão de ditaduras duradouras, fases de intensa instabilidade, momentos de frágil equilíbrio, conjunturas críticas e cenários de crise oculta, semelhantes aos vivenciados pela população haitiana entre 1996 e 2004.

Um marco significativo na reestruturação do Estado haitiano estabeleceu-se uma conexão de dependência que continuaria a influenciar os regimes políticos subsequentes. Nesse cenário, os governos de François Duvalier, Jean-Claude Duvalier, Leslie Manigat e Prosper Avril (sobrenome que, em algumas análises políticas, é associado ao general Namphy) exemplificam diversas maneiras de conexão entre as elites do Haiti e os interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

Essas relações não devem ser vistas somente como intervenções diretas, mas como componentes de uma estrutura mais extensa de dominação, a qual a literatura crítica chama de colonialidade do poder. De acordo com Aníbal Quijano, a colonialidade representa um modelo de poder que continua existindo após o término oficial do colonialismo, reestruturando as hierarquias políticas, econômicas e raciais no sistema global (Quijano, 2005). No contexto haitiano, essa lógica se revela por meio de mecanismos de tutela política, condicionamento econômico e influência militar imposta por Washington.

Os Estados Unidos “preferiram lidar com a brutalidade do regime de Duvalier a correr o risco de instabilidade política que pudesse favorecer movimentos radicais”, aponta o historiador Laurent Dubois (Dubois, 2012). Essa tolerância possibilitou que o regime estabelecesse um sistema autoritário fundamentado na repressão política, na concentração do poder e na formação da milícia paramilitar chamada “*Tontons Macoutes*”.

Segundo Paul Farmer, a conexão entre Washington e o regime de Duvalier foi marcada por uma ambiguidade pragmática. Apesar de condenar publicamente as violações dos direitos humanos, o governo dos Estados Unidos manteve o apoio econômico e militar ao Haiti durante a maior parte dos anos 1960 (Farmer, 2003). A continuidade desse suporte demonstra como a política externa dos Estados Unidos priorizava a estabilidade geopolítica em vez da democratização. Nesse contexto, o regime de Duvalier atuou como um intermediário local em uma estrutura regional controlada pelos Estados Unidos.

Após a morte de François Duvalier em 1971, seu filho Jean-Claude Duvalier assumiu o poder, inaugurando uma fase de aparente liberalização econômica. Durante esse período, o

Haiti foi integrado de maneira mais intensa à economia regional dominada pelos Estados Unidos, particularmente por meio da expansão das zonas industriais de montagem voltadas para exportação. Segundo o cientista político Robert Fatton, essa estratégia transformou o país em um laboratório de políticas neoliberais precoces,

O governo de Jean-Claude Duvalier implementou um modelo de desenvolvimento dependente, fundamentado em mão de obra barata e investimento estrangeiro, consolidando a posição periférica do Haiti na economia mundial (Fatton, 2002). As instituições financeiras internacionais e as agências de desenvolvimento dos Estados Unidos incentivaram esse modelo econômico, enxergando no Haiti uma plataforma para produção a baixo custo. Portanto, apesar da aparência de modernização, a economia do país continuou fortemente dependente dos interesses estrangeiros.

Depois da queda da ditadura de Duvalier em 1986, o Haiti passou por um período de instabilidade política, caracterizado por governos militares e tentativas de democracia frágeis. Nesse cenário, Leslie Manigat foi eleito presidente em 1988, em um pleito realizado sob a forte presença das Forças Armadas. Apesar de Manigat ser um intelectual respeitado, seu mandato durou apenas alguns meses antes de ser deposto por um golpe militar comandado pelo general Henri Namphy. A fragilização desse governo evidencia a importância das forças armadas, uma instituição fortemente formada durante a ocupação dos Estados Unidos de 1915-1934. Segundo Michel-Rolph Trouillot, “um aparelho de Estado concebido não para defender a soberania nacional, mas para controlar a população e garantir a estabilidade política favorável aos interesses externos” foi o que se tornou o exército haitiano (Trouillot, 1990). Nesse cenário, a curta presidência de Manigat simbolizou uma tentativa restrita de institucionalização democrática em um sistema ainda controlado por estruturas provenientes da intervenção dos Estados Unidos.

A continuidade da presença militar na política haitiana é exemplificada pelo general Henri Namphy, que tomou o poder após a queda de Jean-Claude Duvalier. Sua presidência do Conselho Nacional de Governo (1986–1988) aconteceu em um período em que Washington procurava guiar a transição política no país sem permitir alterações estruturais significativas. De acordo com Robert Fatton, a política dos Estados Unidos nesse período estava fundamentada no conceito de uma “transição controlada”, em que a democratização deveria ser progressiva e não comprometer os interesses estratégicos americanos no Caribe (Fatton, 2002). A permanência do exército como núcleo da política haitiana, uma instituição reestruturada durante a ocupação de 1915-1934, evidencia como as estruturas estabelecidas pelo poder imperial continuaram a influenciar o funcionamento do Estado mesmo décadas após o término da

intervenção direta.

A análise desses regimes mostra que a presença dominante dos Estados Unidos no Haiti não pode ser entendida apenas como consequência de ações militares. Ela também atua por meio da articulação entre interesses externos e elites políticas locais. Nesse contexto, a teoria da dependência proporciona um quadro analítico relevante. Segundo Dos Santos (1970), a dependência se caracteriza pela incorporação subordinada das economias periféricas ao sistema capitalista global, em que as elites nacionais exercem um papel intermediário na manutenção dessa estrutura.

Essa dinâmica também pode ser compreendida por meio da análise de Frantz Fanon, que caracterizou a burguesia pós-colonial como uma classe geralmente incapaz de fomentar mudanças estruturais, restringindo-se a gerir os interesses do capital global. No Haiti, as administrações de Duvalier, Manigat e Namphy exemplificam variadas maneiras dessa intermediação política. Ao passo que o duvalierismo estabeleceu um regime autoritário alinhado à Guerra Fria, os governos subsequentes evidenciaram os desafios de criar uma soberania política eficaz em um sistema internacional marcado por profundas desigualdades.

2.1. OS BENEFÍCIOS DA DEMOCRACIA

A democracia é amplamente considerada o sistema político que mais efetivamente assegura a liberdade individual, a igualdade de direitos e a participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos. De acordo com Dahl (2001), a democracia moderna é marcada pela presença de instituições que garantem a contestação pública e a participação política, possibilitando que o poder seja exercido de maneira legítima e representativa. Essa organização institucional possibilita que as decisões políticas reflitam, de forma mais abrangente, os interesses da população. A salvaguarda das liberdades civis é um dos principais benefícios da democracia. Em democracias, os cidadãos têm o direito de expressar suas opiniões, se organizar politicamente e monitorar o governo.

Norberto Bobbio (2000) enfatiza que a democracia é, primeiramente, um conjunto de normas para o jogo político que busca assegurar o controle do poder por meio da transparência e da alternância de governantes. Desse modo, a liberdade de expressão, a diversidade de partidos e o acesso à informação são fundamentais para o bom funcionamento das instituições democráticas. Ademais, a democracia promove a igualdade política. Amartya Sen (2010) defende que a democracia não deve ser vista somente como um sistema eleitoral, mas como um processo de fortalecimento social que possibilita às pessoas exercerem influência sobre as decisões que impactam suas vidas. Nesse contexto, a democracia expande as habilidades

humanas e impulsiona o progresso, tanto no âmbito econômico quanto no social e cultural.

Assim, a inclusão política e o respeito às minorias se tornam elementos essenciais para uma sociedade democrática. A estabilidade e a resolução pacífica de conflitos são outros benefícios significativos. Segundo Lipset (1960), as democracias geralmente exibem maior estabilidade política, pois legitimam o dissenso e direcionam as diferenças por meio de instituições representativas. Ao promover o diálogo e a negociação, os sistemas democráticos diminuem as chances de rupturas violentas e golpes de Estado, estabelecendo um ambiente mais estável e seguro para o avanço social. Além disso, a democracia gera efeitos positivos no desenvolvimento econômico.

Na reflexão de Przeworski et al. (2000), os países democráticos têm maior habilidade para se adaptar às transformações econômicas, uma vez que o sistema político democrático promove a responsabilidade fiscal e a transparência no governo. Ou seja, a responsabilidade de prestar contas, é um princípio essencial que previne a corrupção e favorece uma administração mais eficaz dos recursos públicos. Em suma, a democracia promove a coesão social e a participação cidadã ativa. Para Habermas (1997), o espaço público democrático é um ambiente onde se forma a opinião e a vontade coletivas, permitindo que os cidadãos exerçam sua autonomia comunicativa e construam consensos fundamentados no diálogo e na razão. Essa dimensão deliberativa da democracia ajuda a criar uma cultura política participativa e a fortalecer o tecido social.

Importante frisar que a história política do Haiti teve um marco importante em 1986. A derrubada da ditadura de Jean-Claude Duvalier, sucessor do regime autoritário de François Duvalier, possibilitou a criação de um novo modelo político fundamentado na participação dos cidadãos, na diversidade partidária e na busca pela consolidação de um Estado de direito. Apesar das instabilidades e desafios, a transição para a democracia representou uma ruptura com décadas de autoritarismo e repressão (Fatton, 2002).

A democratização no Haiti não se restringiu à troca de elites políticas; também envolveu o surgimento de novas formas de mobilização social e a expansão do espaço público (Charles, 2010). Segundo a análise de Dubois (2012), o caminho tenha sido irregular e frequentemente interrompido por crises políticas e intervenções externas, essa transformação trouxe benefícios tanto tangíveis quanto simbólicos para o país. Depois do colapso do duvalierismo, o Haiti começou um processo de reconstrução institucional com o objetivo de legitimar o poder político e fortalecer a soberania do povo. Um marco importante foi a Constituição de 1987, que instituiu um regime republicano, democrático e participativo, assegurando explicitamente os direitos civis, políticos e sociais (CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI, 1987).

Segundo Fatton (2002), a Constituição de 1987 representou o primeiro esforço consistente para criar instituições de controle e limitar a concentração de poder no Executivo, permitindo assim o pluralismo partidário e a alternância democrática. Uma sociedade civil mais engajada surgiu graças a essa nova estrutura institucional, com sindicatos, organizações de direitos humanos e movimentos comunitários exercendo funções fundamentais na esfera política. O fortalecimento de uma cultura política fundamentada na participação e na cidadania foi favorecido pela democratização.

Para Dupuy (2014), as eleições periódicas, ainda que marcadas por irregularidades, consolidaram a ideia de que o poder deve emanar do voto popular. Essa alteração simbolizou uma quebra significativa com o autoritarismo anterior, no qual o poder era transmitido por meio de herança ou coerção. No âmbito social, a democratização facilitou o desenvolvimento de novas políticas públicas focadas na educação, saúde e descentralização da administração. Charles (2010) aponta que a década de 1990 viu um aumento significativo no número de ONGs e movimentos sociais que começaram a trabalhar em áreas que o Estado historicamente ignorou. Essas entidades desempenharam um papel essencial na promoção dos direitos humanos e no fortalecimento da governança local.

Ademais, a liberdade de imprensa e de associação possibilitou o aparecimento de uma esfera pública diversificada e crítica. Trouillot (1990) aponta que a democratização do discurso público foi um dos ganhos mais significativos da era pós-duvalierista, o que possibilitou o reconhecimento de diversas vozes e identidades no âmbito nacional. Embora tenha havido progressos, a democracia no Haiti após 1986 tem se deparado com limitações estruturais. A soberania popular plena ainda é restringida pelas fragilidades institucionais, instabilidade política e dependência econômica de potências estrangeiras (Fatton, 2014).

A continuidade de golpes de Estado e a intervenção de entidades internacionais, como ONU e OEA, evidenciam a permanência de um Estado fragilizado (Dubois, 2012). Contudo, conforme destaca Schuller (2016), apesar das crises, a democracia haitiana conseguiu formar uma sociedade civil mais ciente de seus direitos e mais ativa politicamente. Um dos principais benefícios do processo democrático é essa consciência coletiva, embora sua realização completa dependa do fortalecimento de instituições autônomas e transparentes.

Como indica Dupuy (2019), essa abertura democrática “permitiu o surgimento de uma sociedade civil dinâmica e crítica, a força motriz por trás da renovação política e cultural. O fim da repressão sistemática realizada pelos Tonton Macoutes também possibilitou a reconstrução de uma esfera pública independente, onde os cidadãos pudessem participar de discussões nacionais sem medo de represálias. De acordo com Fatton (2002), o despertar

democrático do Haiti foi possibilitado pelo fim do controle autoritário sobre a fala e a ação coletivas.

A Constituição de 1987 estabeleceu um quadro legal que incentiva o pluralismo político e a livre concorrência eleitoral. Foi a primeira vez que vários partidos políticos puderam participar das eleições gerais, pondo fim ao monopólio do Partido da Unidade Nacional (PUN), de orientação duvalierista. Segundo Jean-Pierre (2015), essa abertura permitiu o surgimento de uma cultura política pluralista, na qual os cidadãos se identificam com diversos projetos ideológicos, fortalecendo, assim, a representatividade do poder. Além disso, a criação de um Conselho Eleitoral Permanente (artigo 192 da Constituição) visava assegurar a clareza e a autonomia do processo eleitoral, fundamento essencial para o funcionamento da democracia.

Essa dinâmica pluralista, embora por vezes precária, ajudou a consolidar o conceito de soberania popular, restituindo ao povo haitiano o poder de escolher seus líderes por meio do sufrágio universal. Como observa Charles (2007), "o ato de votar tornou-se um emblema da dignidade recuperada e do engajamento cívico ativo". A reavaliação do papel do Estado e a ênfase na justiça social. Outra vantagem notável da democracia após 1987 é a reconsideração do papel do Estado em termos de justiça social e progresso humano. De acordo com o Artigo 19 da Constituição, é responsabilidade do Estado garantir o direito à vida, à saúde, à educação e ao trabalho, afirmando, assim, um compromisso com a governança voltada para o bem-estar coletivo.

Bell (2013), enfatiza que a Constituição "estabelece uma visão social da democracia que transcende o contexto institucional para abranger os aspectos econômicos e culturais da cidadania". Essa abordagem reflete o desejo de construir um Estado democrático a serviço de seu povo, capaz de corrigir as desigualdades estruturais decorrentes do passado colonial e autoritário. O fortalecimento da sociedade civil e das instituições. Observou-se também, após 1987, o surgimento de uma sociedade civil dinâmica, incluindo sindicatos, mídia independente, organizações comunitárias e associações de direitos humanos. Esses atores desempenharam um papel crucial no fortalecimento do controle cidadão sobre as instituições públicas.

A partir da análise de Marcelin (2006), a vitalidade da sociedade civil a partir de 1987 evidencia a recuperação da cidadania pelos próprios cidadãos, um pré-requisito fundamental para qualquer democracia participativa. O aumento da participação dos cidadãos em questões públicas permitiu conter abusos autoritários e fortalecer a cultura democrática a longo prazo. Embora tenha enfrentado desafios significativos, como instabilidade política, intervenção estrangeira e fragilidade institucional, a democracia estabelecida em 1987 continua sendo um importante símbolo na história do Haiti. Como observa Dorsinvil (2020), a Constituição de

1987 não apenas reestruturou o poder; ela também restaurou a própria ideia de soberania popular. Apesar das sucessivas crises, o marco democrático de 1987 permanece um ponto de referência essencial para os movimentos cívicos e as subseqüentes reformas constitucionais. Ele simboliza a esperança de uma governança baseada na participação, na justiça e na liberdade.

2.4 HEGEMONIA: A “ACEITAÇÃO” DA DOMINAÇÃO AMERICANA

A aceitação da dominação estrangeira refere-se à postura adotada por um povo, uma elite ou um Estado que tolera, integra ou valida a subjugação a uma autoridade estrangeira, seja por coerção, interesse próprio ou alienação cultural. Esse conceito está presente no pensamento pós-colonial, na filosofia política e na sociologia do poder. O termo acordo utilizado aqui normalmente se refere a um arranjo oficial entre instituições ou elites políticas, frequentemente alcançado sob pressão externa ou em situações de desequilíbrio de poder. Em relação ao Haiti, alguns segmentos das elites políticas e econômicas colaboraram ou aceitaram a presença americana por motivos estratégicos, como preservação de privilégios, estabilidade política, proteção econômica. Isso pode ser interpretado como um pacto restrito, geralmente intermediado pelas autoridades ocupantes e pelos governos haitianos subordinados.

Um exemplo histórico da ocupação americana no Haiti é a reestruturação do Estado haitiano e a formação da Gendarmerie d’Haïti pelos Estados Unidos, que implicaram cooperação institucional, mas não contaram com o respaldo da população. Ao contrário de um consenso que possui uma ampla legitimidade social, o consenso implica aceitação generalizada e legitimidade social. No caso do Haiti, podemos afirmar que esse consenso não esteve presente a ocupação foi objeto de ampla contestação por parte de diversos setores da sociedade. Um exemplo de resistência é a revolta camponesa comandada por Charlemagne Peralte contra as tropas americanas, bem transformando em movimento dos cacos, que mobilizou uma resistência armada contra a ocupação. Essas ações demonstram que a dominação americana foi tanto imposta quanto contestada, e não aceita de forma consensual. E o movimento dos intelectuais que desde o princípio da ocupação que se mobilizou.

A história do Haiti é fortemente caracterizada por um conflito perpétuo entre a busca pela independência nacional e diversas formas de controle estrangeiro. Embora o período de ocupação americana, de 1915 a 1934, permaneça um capítulo emblemático na perda da soberania haitiana, ele também destaca outra faceta, frequentemente negligenciada a concordância dos oprimidos. Esse conceito, derivado dos estudos de Gramsci sobre hegemonia

cultural¹³, ajuda-nos a compreender como a supremacia política e econômica dos Estados Unidos conseguiu se estabelecer permanentemente na sociedade haitiana, não apenas por meio da coerção, mas também graças à aprovação implícita ou explícita de um segmento das elites locais.

Segundo Gramsci (1971) a dominação baseia-se não apenas na coerção, mas também na capacidade de uma classe dominante obter o consentimento ativo das classes inferiores por meio de processos culturais e ideológicos. Essa supremacia se revela quando os subordinados assimilam os valores, crenças e instituições dos dominantes, considerando-os naturais ou vantajosos. Ao contrário do colonialismo, que se baseia na ocupação territorial direta e no uso sistemático da força militar, e do imperialismo, cuja expansão ocorre principalmente por meio de mecanismos econômicos, financeiros e político-militares, a hegemonia representa uma forma de poder mais ampla. Essa é caracterizada pela habilidade de uma potência em conquistar a adesão de outros Estados e sociedades aos seus interesses, mesclando coerção e consenso. Nesse contexto, Arrighi (1996), em *O Longo Século XX*, caracteriza a hegemonia internacional como a habilidade de um Estado de exercer funções de comando e liderança sobre o sistema global, apresentando seus interesses específicos como se fossem interesses universais.

Essa liderança não se apoia apenas na superioridade militar, mas principalmente em fundamentos materiais que asseguram a continuidade do poder hegemônico. Dentre esses fundamentos, sobressai-se a supremacia financeira, que garante fundos para sustentar aliados, atrair elites e neutralizar opositores, além do domínio de uma extensa infraestrutura econômica, político-diplomática e comunicacional apta a disseminar normas, valores e instituições que favoreçam a ordem imposta pela potência dominante. Segundo Arrighi, a hegemonia é o estágio mais avançado da dominação no sistema interestatal, pois mescla poder coercitivo com liderança ideológica e institucional. Isso faz com que a subordinação internacional dependa menos da força direta e se baseie mais na construção de consensos.

Em relação ao Haiti, a intervenção americana não apenas estabeleceu o controle militar, mas também implementou uma reorganização cultural e administrativa com o objetivo de alinhar o país aos modelos políticos e econômicos dos Estados Unidos. Trouillot (1990) ressalta que a ocupação americana não foi apenas uma demonstração de força, mas também um esforço

¹³ A hegemonia cultural corresponde à direção política, intelectual e moral exercida por um grupo social sobre os demais, combinando consenso e coerção. O consenso é produzido principalmente na sociedade civil, por meio de instituições como a escola, a igreja, a imprensa e os meios de comunicação, enquanto a coerção permanece como recurso do Estado quando necessário. Nesse sentido, o Estado deve ser compreendido como a articulação entre sociedade política e sociedade civil, isto é, "hegemonia protegida pela armadura da coerção" (Gramsci, 1971, p. 12, 57, 263).

para normalizar a esfera política. Buscou convencer os haitianos de que a modernização só poderia ser alcançada seguindo o exemplo americano.

A Presença Americana (1915-1934) explica essa relação entre restrição e cooperação quando as forças americanas chegaram a Porto Príncipe em julho de 1915, o pretexto oficial era restaurar a ordem e salvaguardar os interesses econômicos dos EUA. No entanto, desde o início, essa dominação assumiu uma dimensão mais complexa, incorporando processos de cooperação interna. As elites mulatas e alguns funcionários haitianos viam a presença estadunidense como uma oportunidade para estabilizar o Estado, acessar recursos econômicos e obter status dentro da nova ordem imposta. Dantès Bellegarde por exemplo, embora criticasse certos excessos da ocupação, admitiu que ela oferecia uma possibilidade de reorganização nacional (Bellegarde, 1929).

Assim, surgiu um acordo pragmático: as elites urbanas, em geral, preferiam a estabilidade e a prosperidade prometidas pela ocupação à duvidosa soberania de um Estado haitiano enfraquecido. Como indica Casimir (2001), a preeminência estrangeira não poderia ter persistido sem a colaboração de grupos internos convencidos de que sua sobrevivência dependia da preservação da ordem vigente. A aceitação dessa continuidade e legado de consentimento é reforçada; por exemplo, após a retirada das forças americanas em 1934, as estruturas estabelecidas persistiram.

A dependência econômica e ideológica do Estado haitiano em relação aos Estados Unidos permanece acentuada. Padrões herdados da ocupação continuam a ser reproduzidos nas áreas de políticas de desenvolvimento, ensino superior e diplomacia. A ideia de progresso importado enraizou-se na consciência nacional, dificultando qualquer independência genuína. Dupuy (1989) destaca que "a dependência do Haiti em relação à ajuda externa é agora estrutural, uma vez que as elites concebem o seu futuro através do filtro dos interesses estrangeiros". O consentimento dos oprimidos, que começou durante a ocupação, continua através da submissão às políticas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e por outros atores internacionais nos séculos XX e XXI.

Frantz Fanon, ao abordar a alienação colonial e a sua interiorização, nos oferece valiosas lições que ajudam a elucidar a realidade do Haiti. Em 'Pele Negra, Máscaras Brancas' (1952) e 'Os Condenados da Terra' (1961), Fanon destaca o processo pelo qual os povos colonizados assimilam as normas do colonizador, considerando-se inferiores. A pessoa colonizada é um indivíduo dominado pelo colonizador, ela só pode conceber a si mesma através do colonizador, (Fanon, 1961). Em relação ao Haiti, a obra de Fanon permanece essencial para a compreensão dos processos psicológicos e sociais inerentes à dominação colonial. Fanon estuda os impactos

significativos do colonialismo na subjetividade das populações colonizadas, principalmente através dos fenômenos de alienação e internalização da inferioridade, em suas obras. A situação no Haiti, a primeira república negra nascida de uma revolução antiescravista, é paradoxal: apesar do triunfo sobre o colonialismo em 1804, o país continua a sentir os impactos psicológicos, culturais e políticos do colonialismo. Isso nos leva a considerar o Haiti não apenas como um bastião histórico de resistência, mas também como um território onde a alienação colonial foi perpetuada por meio de instituições, idioma e estrutura social após a independência, através do prisma do pensamento fanoniano.

O autor descreve a alienação colonial como um mecanismo pelo qual o colonizado assimila a hierarquia racial imposta pelo invasor. Em sua obra "Pele Negra, Máscaras Brancas", Fanon (1952) observa que o homem negro não é um homem, ele é um homem negro. Em outras palavras, ele é determinado, confinado a uma situação imposta por outros. A alienação resulta da relação desequilibrada entre colonizador e colonizado, onde a cultura do colonizador se estabelece como um padrão universal, enquanto a do colonizado é considerada inferior. Esse processo psicológico é caracterizado por um desejo de imitação, o colonizado sente inveja, Ele aspira a se conformar ao colonizador, a dominar sua língua, seu conhecimento, seu poder (Fanon, 1961). Esse processo leva à assimilação da dominação, o colonizado adota os valores do colonizador e se desvaloriza.

No contexto haitiano, observamos uma internalização da inferioridade, após conquistar a independência, o Haiti passou por um processo de reprodução simbólica do modelo colonial. Apesar da abolição da escravatura, as elites haitianas frequentemente procuraram alinhar-se com o modelo francês e europeu, em detrimento da cultura crioula do dia a dia. Como ilustrado por Trouillot (1990), a sociedade haitiana pós-colonial é caracterizada por uma divisão entre uma minoria francófona civilizada e uma maioria de falantes de crioulo popular. Essa estratificação linguística e cultural ilustra o processo descrito por Fanon, quando a pessoa colonizada fala a língua do colonizador, ela adota a visão de mundo do colonizador (Fanon, 1952).

A dominação americana sobre o Haiti (1915-1934) ampliou essa dependência ao consolidar estruturas autoritárias e estabelecer novas formas de subordinação racial e econômica. Em seu Discurso sobre o Colonialismo, Césaire (1950) enfatiza que o colonialismo “desumaniza até o homem mais civilizado” e gera alienação mútua entre colonizador e colonizado. Consideremos a libertação do país dessa submissão à dominação estrangeira, particularmente à dos Estados Unidos. Segundo Fanon, a verdadeira emancipação só pode ser psicológica e cultural. Implica uma dissociação radical dos princípios do colonizador, a

descolonização dá à luz um novo homem (Fanon, 1961).

No caso haitiano, esse conceito sugere um renascimento da história crioula e africana, bem como da memória coletiva, como fundamentos de uma identidade descolonizada. A educação e a língua devem ser ferramentas de emancipação, e não de subjugação. Segundo Casimir (2020), em sua obra "Uma Leitura Descolonial da História Haitiana", a verdadeira independência exige que o país seja reconhecido como sujeito histórico; ou seja, que o povo seja considerado detentor de uma racionalidade própria.

A análise da situação no Haiti, sob a influência predominante dos Estados Unidos, ganha maior profundidade quando é iluminada pelas concepções de Michel Foucault, particularmente sua conexão fundamental entre poder e conhecimento. Em contraste com perspectivas que veem o poder como dominação direta ou coerção militar, Foucault demonstra que o exercício do poder moderno é difuso, operando por meio de mecanismos de conhecimento, normas estabelecidas, discursos elaborados e ações institucionais. Para o Haiti, essa estrutura analítica ajuda a compreender como a influência estadunidense foi construída e perpetuada não apenas por meio de intervenções políticas ou econômicas, mas também pela criação de conhecimento legítimo sobre o Estado, o desenvolvimento, a segurança e a governança. Foucault enfatiza a ideia de que o poder opera por meio de discursos de verdade: os indivíduos se submetem à dominação porque aderem à racionalidade da ordem vigente.

Para Foucault (1975), poder e conhecimento estão inextricavelmente ligados, afirmando claramente que o poder gera conhecimento. Nesse sentido o poder e conhecimento estão intrinsecamente ligados, não há relação de poder que não seja acompanhada pela correspondente constituição de um domínio de conhecimento, nem conhecimento que não implique e constitua simultaneamente relações de poder. A análise da obra Vigiar e Punir refuta a ideia de que o conhecimento é neutro ou desvinculado das relações de dominação.

Por outro lado, o conhecimento social, econômico e político desempenha um papel importante na organização e legitimação da autoridade. Sob uma ótica foucaultiana, a supremacia americana sobre o Haiti pode ser interpretada como um controle discursivo, além da dominação material. As análises de especialistas em economia, direito, segurança e assuntos humanitários acompanham as intervenções internacionais, retratando o Haiti como um território carente: com falta de governança, carência institucional e ausência de racionalidade política.

A partir de 1986, os Estados Unidos se posicionaram como um ator fundamental na reconfiguração do cenário político haitiano. Uma nova esfera de poder foi estruturada por meio de ajuda internacional, condições econômicas, apoio eleitoral e ações diplomáticas. Foucault (2012) enfatiza que o poder não é uma posse, mas uma força que se exerce. No Haiti, a

influência americana não se limitou a intervenções explícitas; ela também se exerceu por meio da normalização de estruturas políticas, econômicas e institucionais consideradas legítimas. Assim, a democracia se transforma em um mecanismo de controle: eleições monitoradas, reformas estruturais, programas de ajuste e governança responsável são percebidos como imperativos técnicos em vez de decisões ideológicas. A ideia de que a salvação do Haiti depende inevitavelmente da conformidade com os padrões liberais promovidos pelos Estados Unidos e organizações internacionais é imposta pelo regime de verdade pós-1986.

A aceitação da ordem neocolonial pelo Haiti não pode ser interpretada como mera submissão passiva. É produto de um longo processo de legitimação simbólica. Bourdieu demonstra que "a violência simbólica é aquela violência sutil, imperceptível, insensível que se manifesta principalmente pelos canais simbólicos da comunicação e da aprendizagem. No Haiti, essa violência se manifesta por meio de discursos relacionados ao desenvolvimento, à ajuda humanitária, à estabilidade e à modernização.

Nesse contexto, as elites políticas e econômicas locais desempenham um papel central. Ao aceitarem as categorias de pensamento predominantes, tornam-se agentes de dominação externa. De acordo com Bourdieu (1997), os dominados utilizam esquemas que são resultado da dominação em relação ao que os domina. Como resultado, aceitar a tutela internacional é geralmente visto como um gesto de realismo político ou até mesmo de responsabilidade nacional.

Após 1986, o domínio militar direto foi parcialmente substituído pelo domínio político e cultural, no qual o consentimento desempenha um papel fundamental. A tragédia decorre do fato de que esse consentimento é frequentemente percebido como uma decisão livre, quando, na verdade, é gerado em um contexto de grandes restrições estruturais: pobreza, dependência econômica e instabilidade institucional. Foucault (1975) destaca que o poder é responsável pela criação da realidade, estabelecendo campos de objetos e rituais de verdade. O que é produzido aqui retrata um Haiti considerado incapaz de se autogovernar sem supervisão externa.

Segundo Dupuy (2019), a aceitação da dominação americana após 1987 diz respeito tanto à dependência estrutural do Haiti em relação aos Estados Unidos quanto à maneira como parte das elites haitianas assimilou esse controle como algo inevitável ou essencial para a estabilidade do país. O Haiti passou a ser um território sob influência direta dos Estados Unidos após a ocupação norte-americana de 1915 a 1934. Essa dominação foi mantida por meio de mecanismos econômicos e políticos que restringiram a soberania nacional. Depois de 1987, a situação piorou com a adoção de políticas neoliberais promovidas por entidades internacionais, frequentemente sob supervisão americana, que enfraqueceram o Estado e fortaleceram a

dependência econômica. (Hallward, 2007).

Como aponta Trouillot (1990), o Haiti permaneceu preso em uma lógica de tutela internacional, na qual sua autonomia política é constantemente subordinada às exigências externas. Com a queda de Jean-Claude Duvalier, o controle indireto se intensificou, quando o país passou a aceitar as “reformas democráticas” que eram financiadas e supervisionadas por Washington. Os Estados Unidos apoiaram fortemente a transição democrática no Haiti, mas esse apoio veio com condições. Fatton Jr. (2002) afirma que a “democracia dirigida” imposta ao Haiti tinha como objetivo legitimar uma nova modalidade de dominação neocolonial, substituindo o controle militar direto por instrumentos econômicos e diplomáticos.

A eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1990 representou uma breve ruptura com essa lógica, porém o golpe de Estado de 1991 e a posterior intervenção dos Estados Unidos em 1994 evidenciaram os limites da soberania do Haiti. De acordo com Péan (2002), “a restauração de Aristide sob os auspícios das tropas americanas revelou que a soberania haitiana estava, de fato, condicionada à benevolência de Washington”. Após 1987, a dominação americana foi aceita e até encorajada por alguns setores das elites políticas e econômicas do Haiti, que enxergavam nos Estados Unidos um garantidor de estabilidade e investimentos.

Hallward (2010) afirma que a elite haitiana, dependente de capital estrangeiro e mercados externos, preferiu a tutela americana à incerteza de um governo popular autônomo. Esse fenômeno também é evidente nas intervenções posteriores: em 2004, após a queda de Aristide, tropas dos EUA participaram novamente da ocupação, agora sob a égide da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Schuller (2016) ressalta que a dominação americana foi reconfigurada em uma estrutura multilateral, mas com os mesmos efeitos de controle político e dependência econômica.

No âmbito social, a aceitação da dominação americana foi reforçada por um discurso de inevitabilidade. Diante do colapso das instituições e da miséria generalizada, muitos haitianos passaram a ver a presença estrangeira como um mal necessário (Charles, 2015). Esse fenômeno evidencia a internalização do discurso colonial que liga progresso à intervenção externa. Segundo Étienne (2012), a dominação é mais eficaz quando é aceita pelos dominados como condição de sobrevivência e ordem. No Haiti, essa aceitação foi favorecida pela fragilidade do Estado ao longo de décadas e pela falta de capacidade das elites nacionais em criar um projeto de desenvolvimento autônomo.

A aceitação da dominação americana gerou efeitos significativos. Politicamente, o Haiti transformou-se em um Estado com soberania limitada, dependendo do auxílio internacional para manter suas instituições. As políticas de liberalização implementadas após 1987 tiveram

um impacto devastador na agricultura local e agravaram a desigualdade social (Dupuy, 2014). Um exemplo emblemático dessa dependência é a devastação da produção de arroz no país, em prol das importações americanas subsidiadas. Clinton (2010) afirma que as políticas que nós mesmos promovemos destruíram a capacidade do Haiti de produzir seu próprio alimento.

2.5 A FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO HAITIANO, UM ESTADO DEBILITADO

Como podemos interpretar as vulnerabilidades do Estado haitiano após o ano de 1986? A derrubada do regime ditatorial de Duvalier em fevereiro de 1986 representou um ponto decisivo na trajetória política do Haiti. Depois de quase três décadas de regime autoritário, a sociedade haitiana desejava democracia, justiça social e reforma institucional. No entanto, apesar das expectativas criadas pela transição, o Estado haitiano continua vulnerável, apresentando sérias deficiências em suas estruturas, instituições e políticas. Essas fragilidades se revelam em uma constante falta de capacidade para assegurar governança, segurança, justiça e a oferta de serviços públicos à população.

O Estado haitiano tem enfrentado uma crise de legitimidade contínua desde 1986. A derrubada do regime Duvalier não resultou na criação de um consenso político sólido e duradouro. De acordo com Fatton (2002), a transição para a democracia no Haiti foi obstaculizada por “uma cultura política autoritária e clientelista que persiste após a queda do ditador. A crônica instabilidade governamental foi causada pela desconfiança entre as elites políticas, partidos e sociedade civil. Entre 1986 e 2024, o país passou por mais de vinte administrações, sendo que a maioria delas não cumpriu o mandato completo (Dupuy, 2014).

As instituições públicas haitianas, que deveriam simbolizar a autoridade estatal, apresentam deficiência na capacidade administrativa. A presença de nepotismo, politização e corrupção na administração pública prejudica a prestação eficiente de serviços. De acordo com Trouillot (1990), O Estado haitiano, em vez de ser um instrumento de governança imparcial, transformou-se em uma arena onde se travam lutas pelo acesso a recursos e vantagens escassos. As transformações institucionais iniciadas após 1987, especialmente com a promulgação da nova Constituição, não geraram os efeitos esperados em razão da ausência de comprometimento político e de fundos financeiros. Particularmente, o sistema judicial permanece como um dos mais frágeis da região, enfrentando uma evidente falta de independência e eficácia (International Crisis Group, 2019).

Uma economia controlada pelo setor informal enfraquece o Estado haitiano, a arrecadação de recursos internos pelo governo para custear políticas públicas é dificultada pela

base tributária limitada. Lundahl (2011) destaca que a assistência internacional tornou o Estado haitiano dependente e subserviente, incapaz de definir ou gerir as suas próprias prioridades. Essa dependência financeira diminui a soberania do Estado e promove uma governança reativa em lugar de estratégica. Além disso, o surgimento de atores armados não estatais foi estimulado pela erosão da autoridade governamental. A polícia nacional, mal equipada e frequentemente infiltrada por partidos políticos, tem enfrentado dificuldades para garantir a segurança pública desde a dissolução do exército em 1995. O aumento de gangues, especialmente na área metropolitana de Porto Príncipe, indica a perda de controle do Estado em relação à violência legítima (Concannon e Lindstrom, 2011). Esse ambiente de incerteza afeta a economia, diminui a credibilidade das instituições governamentais e intensifica a desconfiança em relação ao governo central.

Desde 1986, o Haiti tem recebido diversas intervenções internacionais de natureza militar, política e humanitária, visando reconstruir ou estabilizar o país. Contudo, em vez de fomentar a independência do país, essas medidas geralmente agravaram sua dependência. Pean (2017) afirma que a tutela internacional criou um Estado oficialmente soberano, mas na realidade sujeito à dinâmica da assistência e supervisão externas.

A importância dada aos doadores na criação de políticas públicas prejudicou a soberania nacional e afetou a legitimidade interna dos governos sucessivos. Em última análise, a democracia no Haiti permanece em grande parte formal. A participação política é baixa, os partidos muitas vezes servem como veículos pessoais e as eleições são frequentemente contestadas. Como Charles (2019) aponta, que o Estado haitiano pós-1986 é democrático em sua retórica, mas autoritário e ineficaz em sua prática. Essa contradição persistente gera um ciclo de protestos, renúncias governamentais e crises institucionais.

A manutenção das estruturas herdadas do regime de Duvalier marcou a transição democrática no Haiti. O Estado permanecia centralizado, personalista e extremamente dependente das elites financeiras e militares. Segundo Trouillot (1990), a cultura política autoritária, que se consolidou ao longo de várias décadas, impediu o desenvolvimento de instituições sólidas e de uma burocracia estatal capaz de atender ao interesse coletivo. A ausência de uma cultura de governança participativa impediu o fortalecimento da democracia e levou a ciclos constantes de instabilidade.

A fragilização da legitimidade estatal também é influenciada pela relação ambígua entre sociedade civil e Estado. Enquanto as elites urbanas utilizavam o poder público para preservar seus privilégios, as populações marginalizadas, em áreas rurais e urbanas, percebiam o Estado como um meio de dominação e exploração (Dubois, 2012). Essa relação

desequilibrada levou a uma falta de confiança e afastamento entre governantes e governados, enfraquecendo o contrato social.

O Haiti tem lidado com uma sequência de golpes, governos temporários e intervenções internacionais, o que tem dificultado qualquer tentativa de alcançar a estabilidade institucional. O país teve mais de vinte líderes de 1986 a 2025, muitos dos quais ascenderam ao poder por meio de métodos não constitucionais (Charles, 2019). Essa constante rotatividade prejudicou a continuidade das políticas públicas e deteriorou a capacidade administrativa do Estado. Segundo Fatton Jr. (2014), o Estado predatório do Haiti é resultado da coexistência de instituições formais frágeis e redes informais de poder que operam de forma paralela.

O sistema governamental começou a exibir como características estruturais a corrupção, o clientelismo e a militarização da política. Assim, a burocracia pública foi influenciada por grupos de interesse, o que impediu o desenvolvimento de mecanismos de governança e responsabilidade. Outro elemento significativo para a fragilidade do Estado é a dependência do Haiti em relação à ajuda internacional. Desde 1986, o país se tornou um dos principais receptores per capita de assistência externa no hemisfério ocidental. Contudo, essa assistência, em vez de promover a autonomia institucional, geralmente tem fortalecido a dependência (Dormevil, 2020). Ao definirem condições econômicas e políticas, os doadores internacionais ajudaram a minar a soberania do país e restringir a capacidade do governo haitiano de determinar suas próprias prioridades.

De acordo com Dupuy (2010), o Haiti após 1986 exemplifica um "Estado fraco dependente", cuja estabilidade política e econômica depende de recursos externos. Essa condição se agravou após as crises de 1991 (golpe militar), 2004 (queda de Aristide) e 2010 (terremoto), período em que o país se tornou palco de missões internacionais e intervenções humanitárias. Apesar de essas iniciativas visarem a reconstrução institucional, muitas vezes acabaram por assumir as funções fundamentais do Estado. A fragilidade do Estado haitiano também está profundamente relacionada à estrutura social desigual e à marginalização histórica das regiões rurais. Lundahl (2011) aponta que o Estado haitiano nunca foi capaz de ampliar sua presença efetiva para além das principais cidades.

O campo permanece em estado de abandono, sem acesso apropriado a serviços de saúde, educação e infraestrutura, o que mantém a pobreza e a exclusão. A ausência do Estado contribui para o surgimento de autoridades locais alternativas, como líderes comunitários, grupos armados e organizações religiosas, que começam a exercer funções de governança informal. A desintegração territorial, aliada à falta de políticas públicas sólidas, agrava o ciclo vicioso da fragilidade institucional. Para Théodore (2015) a autoridade e legitimidade do Estado haitiano

diminuem gradualmente e quando este não consegue assegurar a ordem nem fornecer bens públicos essenciais.

2.6 FATORES EXPLICATIVOS DA FRAGILIZAÇÃO (FRAQUEZA) DO ESTADO HAITIANO

O modelo atual do Estado haitiano surgiu de um confronto único no século XIX entre o sistema político e administrativo de origem francesa e os desejos dos escravos libertos de se desvincularem dele, lutando pela formação de um Estado independente. Os rebeldes aproveitam a contestação para estabelecer uma estrutura estatal alternativa, como evidenciam os esforços que se opuseram à criação duradoura de um regime político imposto por motivos de supremacia política. O caso dos Estados Unidos e dos países da América Latina e África sugere que o caminho das nações que abandonaram suas particularidades em prol do universalismo europeu está relacionado à sua adesão e assimilação.

No entanto, consideramos que a situação no Haiti é única. Essa particularidade aparentemente trivial, frequentemente ignorada nas pesquisas sobre a compreensão do Estado haitiano, merece ser considerada. Ela é fortalecida pelo considerável suporte da "comunidade internacional" ao esforço haitiano de adotar padrões democráticos ocidentais. Estamos diante de um duplo desafio: a construção de um Estado que, por um lado, adota um percurso específico e, por outro, se encontra em permanente conflito com o modelo ocidental, além da reprodução da democracia de origem ocidental.

É fundamental compreender que a Constituição haitiana de 1987 foi um marco simbólico e político na luta pela reconstrução democrática do país após décadas de ditadura duvalierista. Contudo, apesar da esperança de uma renovação institucional, o Estado haitiano permanece profundamente vulnerável nas áreas política, econômica e social. Essa vulnerabilidade deve ser entendida não apenas como um fenômeno contemporâneo, mas também como resultado de fatores históricos, estruturais e externos que moldaram as dinâmicas de poder e os modelos de governança no país, (Dupuy, 2014; Fatton, 2011).

O primeiro elemento que contribui para a fragilidade do Estado haitiano após 1987 diz respeito ao legado autoritário e patrimonialista dos governos de François e Jean-Claude Duvalier (1957–1986). Ao invés de instituições públicas autônomas, esses regimes criaram uma estrutura governamental baseada na fidelidade pessoal e na repressão. Fatton (2002) afirma que o duvalierismo transformou o Estado em instrumento de dominação pessoal e clientelista, corroendo sua legitimidade e capacidade administrativa.

Com a queda do regime, a transição para a democracia não foi acompanhada de

mudanças significativas na estrutura do Estado. Assim, o novo Estado que emergiu após 1987 herdou instituições frágeis, sem capacidade para desenvolver políticas públicas eficientes ou garantir o monopólio legítimo da força, (Dupuy, 2010). A continuidade de práticas clientelistas e autoritárias contribui, em parte, para o fracasso das iniciativas de democratização e fortalecimento institucional.

A instabilidade política é outro elemento essencial para compreender a vulnerabilidade do Estado haitiano. Desde 1987, o país enfrentou vários golpes de Estado, eleições contestadas e crises de legitimidade, que afetaram a continuidade da gestão e o funcionamento das instituições democráticas. Segundo Lundahl (2013), “a alternância frequente de regimes e a falta de consenso entre elites políticas impedem a consolidação de um projeto nacional de longo prazo”. Essa instabilidade cria um ciclo vicioso: governos instáveis e de curta duração não conseguem implementar políticas de Estado, e a ausência de resultados concretos leva à perda de confiança popular e à ingovernabilidade. Além disso, a presença de grupos armados e milícias políticas, particularmente em áreas urbanas, enfraquece a autoridade do Estado e agrava a percepção de um poder fragmentado (Maguire, 2016).

A fragilidade do Estado haitiano também pode ser explicada por sua constante dependência de ajuda internacional e pelas políticas neoliberais adotadas por organizações multilaterais. Após 1987, o Haiti passou por programas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial, que reduziram os investimentos públicos e enfraqueceram o papel do Estado como agente econômico e social (Dupuy, 2014). De acordo com Trouillot (1990), a dependência financeira levou à criação de um Estado sem autonomia fiscal, preso às agendas externas e incapaz de responder às demandas sociais internas.

A dependência crescente agravou a vulnerabilidade política do país, tornando-o suscetível à intervenção de potências estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos e da ONU. Embora descritas como missões de estabilização, as intervenções muitas vezes agravaram as divisões internas e afetaram a soberania nacional (Péan, 2013; Schuller, 2012). A permanência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) de 2004 a 2017 evidencia a internalização da segurança e a ausência de soberania do Estado haitiano (Fatton, 2011).

A exclusão social e econômica da maior parte da população é outro fator crucial para a fragilidade do Estado. Desde o século XIX, o Haiti enfrenta uma divisão significativa entre uma elite urbana que fala francês e uma maioria camponesa que fala crioulo, que é marginalizada. A criação de um sentimento de pertencimento nacional e confiança nas instituições é dificultada por essa divisão cultural e linguística (Jean, 2015). De acordo com Charles (2020), "a falta de

políticas públicas inclusivas fortalece a ideia de que o Estado é propriedade das elites e não da população em geral". Assim, a fragilidade institucional também decorre de uma falta de legitimidade social, uma vez que uma parcela significativa da população não se identifica com o Estado nem participa de forma efetiva da vida política. Ademais, a grave desigualdade social e o desemprego estrutural fomentam manifestações de protesto e violência nas cidades, que, por sua vez, colaboram para o desgaste da autoridade do Estado (Lundahl, 2013).

A corrupção endêmica e o clientelismo são fatores constantes que comprometem a legitimidade e a eficácia do Estado haitiano. A gestão de recursos públicos e a oferta de serviços básicos são prejudicadas pela ausência de mecanismos de transparência e pela politização da administração pública. Fatton (2014) defende que o Estado haitiano opera como um “Estado rentista dependente da ajuda externa”, em que a disputa pelo domínio de recursos substitui a procura pelo bem coletivo. Essa lógica clientelista mantém o ciclo de fragilidade institucional e impede qualquer esforço de reforma significativa.

2.7 A MARCHA FORÇADA RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DE FATORES EXTERNOS

Fatores externos estão na raiz do enfraquecimento do Estado. A ligação do Haiti com a comunidade internacional leva a impor soluções políticas inadequadas. As consequências têm se mostrado cada vez mais desastrosas. Além disso, o país adota abordagens que não são apenas vagas, mas também estabelecem precedentes lamentáveis em relação ao respeito às normas. Por exemplo, o cumprimento da Constituição de 1987, que é a espinha dorsal de uma sociedade com pouco respeito pelo Estado de Direito, é frequentemente negligenciado com a cumplicidade de atores internacionais.

O golpe de 1991 levou ao estabelecimento de dois governos paralelos. A comunidade empresarial global reconheceu as duas administrações, não oficialmente, mas na prática. O governo Clinton concordou em dialogar com o regime ilegítimo em Porto Príncipe, e um acordo chegou a ser alcançado entre as duas entidades. Isso também se aplica às negociações internacionais. Os participantes das negociações internacionais minimizaram as preocupações sobre legitimidade e apoio político que os defensores do Estado de Direito poderiam levantar, com o objetivo de discutir um retorno à legalidade constitucional.

Um exemplo disso é a dissolução das forças armadas haitianas. Embora a Constituição haitiana estipule a existência de um exército e uma força policial, o presidente Aristide recebeu apoio americano para implementar essa medida. A corporação global legitimou diversas eleições consideradas fraudulentas. Essas irregularidades foram confirmadas por observadores;

no entanto, eles sustentam que é aceitável considerar essas eleições válidas. A corporação insta as autoridades nacionais a desconsiderarem as normas legais que regem a organização dessas eleições.

A Constituição de 1987 marcou um momento crucial na trajetória política do Haiti, simbolizando a ruptura oficial com anos de autoritarismo e o início de um processo de democratização. Contudo, esse processo foi amplamente impactado por elementos externos de natureza geopolítica, econômica e institucional, os quais influenciaram tanto a estrutura do Estado quanto a dinâmica social e política interna. A democratização no Haiti não ocorreu de forma autônoma, mas sob forte influência internacional, especialmente dos Estados Unidos, da Organização das Nações Unidas (ONU) e de entidades financeiras multilaterais.

Vale ressaltar que após a queda do regime duvalierista em 1986, os Estados Unidos ampliaram sua presença no Haiti com o argumento de garantir a estabilidade democrática. De acordo com Dupuy (2007), a política dos Estados Unidos após 1987 foi fundamentada em uma “democratização tutelada”, na qual as instituições haitianas foram moldadas de acordo com os interesses econômicos e estratégicos de Washington. A intervenção militar de 1994, liderada pelos Estados Unidos com a finalidade de restabelecer o presidente Jean-Bertrand Aristide, afastado em 1991, ilustra esse controle externo sobre a direção política do país (Fassler, 2012).

A retórica de promoção da democracia funcionou como uma ferramenta de legitimação para as políticas de intervenção. Chomsky (2003) declara que a política externa dos EUA no Caribe tem sido, ao longo da história, orientada pela doutrina da segurança hemisférica, com o objetivo de evitar a criação de regimes hostis à supremacia americana. Assim, a lógica de contenção e dependência esteve sempre associada à democratização do Haiti.

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, o Haiti acolheu missões internacionais de maneira constante. A ONU desempenhou um papel crucial na chamada "reconstrução institucional" do Haiti, por meio de operações como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), criada em 2004. Segundo Proulx (2019), a MINUSTAH instituiu um modelo de tutela internacional permanente, no qual a soberania nacional foi comprometida em favor da estabilidade e segurança. Além de sua dimensão militar, as missões internacionais influenciaram diretamente a estrutura e o funcionamento do Estado.

A criação da MINUSTAH aconteceu após a destituição do presidente Jean-Bertrand Aristide em 2004, um evento que analistas críticos costumam interpretar como parte de uma dinâmica de intervenção externa. Peter Hallward afirma que a remoção de Aristide foi facilitada por pressões externas, tanto diplomáticas quanto militares, principalmente dos Estados Unidos e França, que viam seu governo como politicamente inconveniente (Hallward, 2007). Segundo

o autor, a missão subsequente da ONU contribuiu para estabilizar uma nova ordem política que estava em sintonia com os interesses internacionais: *“The UN mission effectively consolidated the regime change imposed after Aristide’s removal, securing a political environment favorable to international powers.”* (Hallward, 2007, p. 264).

Nesse contexto, a MINUSTAH pode ser vista como um componente de um sistema de governança internacional que estendeu as formas de tutela externa sobre o Haiti. A literatura influenciada pela teoria da dependência e pelo pensamento pós-colonial destaca que as intervenções multilaterais geralmente atuam em meio a estruturas de poder global desiguais. Noam Chomsky aponta que, em diversas situações, as operações internacionais de "estabilização" acabam fortalecendo os interesses estratégicos das potências globais: *“International organizations frequently operate within the framework of dominant power structures, reproducing geopolitical priorities rather than impartial humanitarian goals.”* (Chomsky, 2004).

No Haiti, a presença militar internacional ajudou a manter um sistema econômico e político alinhado com os interesses geopolíticos dos EUA na região caribenha. Essa interpretação se alinha à visão de Samir Amin, que acredita que intervenções multilaterais podem servir como ferramentas para administrar o sistema capitalista global nas periferias. O conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, que explica como as hierarquias globais originadas no colonialismo ainda persistem, pode ser usado para aprofundar a análise. Segundo Quijano, as relações de dominação atuais não precisam necessariamente de ocupações coloniais formais, mas se revelam por meio de mecanismos políticos, econômicos e institucionais globais.

Quando aplicado ao Haiti, esse cenário indica que a MINUSTAH operou como uma espécie de soberania condicionada, em que decisões cruciais relacionadas à segurança e governança foram amplamente determinadas por agentes externos. Segundo Robert Fatton Jr., *“Haiti’s political trajectory since 2004 reflects a pattern of international tutelage in which domestic sovereignty remains deeply constrained by external actors.”* (Fatton, 2014, p. 138).

Bellamy e Williams (2015) apontam que a intervenção prolongada resultou em uma dependência estrutural, o que impediu o desenvolvimento de habilidades autônomas nos estados. Desse modo, a democratização no Haiti aconteceu em um regime híbrido, no qual a maioria das decisões estratégicas permaneceu sob domínio de intervenientes externos. As condições impostas por entidades financeiras globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, tiveram um papel significativo na evolução democrática do Haiti após 1987. Segundo Fatton Jr. (2002), o Haiti foi submetido a políticas de ajuste estrutural que

enfraqueceram o Estado e ampliaram a vulnerabilidade social. As reformas neoliberais foram postas em prática sob supervisão externa, o que levou à desestruturação do setor público e à redução da habilidade do Estado em implementar políticas sociais. Essas medidas resultaram na redução da legitimidade do Estado e no crescimento das desigualdades socioeconômicas.

De acordo com Dupuy (2019), o modelo de democracia de mercado imposto ao Haiti priorizou a liberalização econômica em detrimento da promoção de uma cidadania plena e participativa. Assim, a democratização foi reduzida a um conjunto de processos formais, como eleições regulares e multipartidarismo, sem gerar um impacto social significativo. O processo democrático do Haiti após 1987 demonstra uma contradição fundamental: apesar de buscar o fortalecimento das instituições republicanas, o país permaneceu atado a uma lógica de dependência estrutural. A soberania nacional foi continuamente negociada em nome da estabilidade e do apoio internacional.

Contudo, como destaca Trouillot (1990), o Haiti sempre foi considerado um escândalo histórico no sistema internacional, pois sua independência desafia a estrutura global colonial e racial. Apesar das pressões externas, o povo haitiano tem demonstrado formas de resistência política e social que mantêm a luta por uma democracia verdadeiramente soberana. As mobilizações populares, especialmente em períodos eleitorais e crises institucionais, demonstram que a sociedade civil haitiana continua a exigir o objetivo principal da Constituição de 1987: a participação cidadã e a autodeterminação nacional (Charles, 2021).

2.8 A MOBILIZAÇÃO DOS DOMINADOS, A VONTADE DE MUDANÇA

O fim do regime Duvalier, em 7 de fevereiro de 1986, representa um momento crucial na história política do Haiti. Não se tratou apenas da queda de um poder autoritário que durou quase trinta anos, mas também da criação de um novo espaço para a politização popular e a mobilização de grupos tradicionalmente marginalizados. Em um contexto marcado pela pobreza generalizada, exclusão social e violência estatal, as classes trabalhadoras agricultores, moradores de bairros urbanos empobrecidos, trabalhadores precários e grupos religiosos de base engajaram-se em um movimento coletivo impulsionado por um forte desejo de mudança política e social.

O sistema duvalierista baseava-se numa combinação de repressão sistemática, clientelismo e confisco do espaço político. Como afirma Trouillot (1990) de que o Estado haitiano foi historicamente construído como uma máquina de dominação, distinta da sociedade que alega governar. A queda de Jean-Claude Duvalier não pôs fim diretamente a essa lógica, mas levou a uma dessacralização do poder autoritário e libertou a voz do povo. Nas semanas e

meses que se seguiram a 1986, o Haiti vivenciou uma agitação política sem precedentes: proliferaram manifestações de rua, greves, comitês de bairro, organizações camponesas e sindicatos. Essa mobilização demonstrou o que Bourdieu (1981) chamaria de entrada dos oprimidos na política, quando estes deixam de aceitar como normais as estruturas de dominação que os oprimem. No Haiti, esse despertar coletivo manifestou-se em uma forte rejeição a qualquer continuidade com a ordem duvalierista.

A mobilização após 1986 caracterizou-se por seu caráter popular e descentralizado. Não teve origem nas elites políticas tradicionais, mas sim em grupos sociais marginalizados. Agricultores, há muito excluídos da verdadeira cidadania, exigiam acesso à terra, justiça e serviços públicos básicos. Nas cidades, moradores de bairros operários clamavam pelo fim da repressão, pelo reconhecimento de sua dignidade e por uma participação genuína na tomada de decisões políticas. Essa dinâmica faz parte do que Scott (1985) chama de formas de resistência cotidiana que, em contextos históricos específicos, evoluem para ações coletivas visíveis. Após 1986, essas formas ocultas de resistência tornaram-se visíveis: slogans, barricadas, rádios comunitárias e manifestações constituíram diversos meios de expressar o desejo de mudança em relação à ordem vigente.

A teologia da libertação e as comunidades eclesiais de base desempenham um papel fundamental nesse processo. Elas fornecem aos oprimidos ferramentas simbólicas e organizacionais para refletir sobre sua situação social em termos de injustiça estrutural. Como disse Jean-Bertrand Aristide, “a pobreza não é inevitável, ela é organizada” (Aristide, 1994), uma noção que ressoa fortemente nas mobilizações populares do período. No entanto, o ativismo dos oprimidos rapidamente encontrou resistência por parte das elites econômicas e políticas. Mesmo após a queda do ditador, a administração permaneceu amplamente controlada por indivíduos do antigo regime ou ligados aos interesses dominantes. Os governos de transição (1986-1990) tentaram estabelecer um sistema democrático sem mudanças estruturais profundas, um fenômeno que alguns pesquisadores denominam transição controlada (Fatton, 2002).

Essa contradição alimenta uma radicalização do discurso popular. O desejo de mudança não se limita mais à reivindicação de eleições livres, mas se estende a um questionamento completo das relações de poder. De uma perspectiva foucaultiana, esse período pode ser analisado como um momento em que o poder é desafiado não apenas em suas instituições, mas também em seus elementos discursivos e simbólicos (Foucault, 1976). Os oprimidos exigem o direito de definir por si mesmos o significado de democracia e desenvolvimento. A mobilização das pessoas marginalizadas após 1986 abriu caminho para o surgimento de um líder político

capaz de representar essa demanda por mudança: Jean-Bertrand Aristide. Sua eleição em 1990 parece ser o resultado temporário de um longo processo de politização do povo. Como indica Hurbon (2001), Aristide representa a representação política das esperanças das massas urbanas e rurais negligenciadas.

Como bem ressaltado, sob a ditadura Duvalier, a atividade política era restrita a um círculo estreito de agentes especializados que juravam lealdade ao regime, o que lhes garantia acesso a recursos simbólicos e materiais. O colapso desse regime foi acompanhado por reivindicações de indivíduos e grupos sociais excluídos da esfera política. Eles reivindicavam seu direito não apenas de participar de atividades políticas, mas também de exigir representação política. Contudo, as circunstâncias que envolveram a ascensão de Jean-Bertrand Aristide ao poder permitiram que os oprimidos exercessem uma influência significativa na esfera política. De fato, grupos populares influenciados por uma visão revolucionária da sociedade haitiana reivindicavam empregos e terras. Eles simbolizavam o povo, na medida em que abrangiam indivíduos desafortunados e desfavorecidos.

Como mencionado anteriormente, a Constituição de 1987 representou a rejeição das práticas autoritárias e o desejo coletivo de reconstruir o país com novas bases de legitimidade, liberdade e participação popular (Dupuy, 2019). Essa mobilização não se restringiu às elites políticas, foi principalmente, uma manifestação dos oprimidos, dos camponeses, dos trabalhadores urbanos e dos movimentos populares que, desde o final da década de 1970, vinham desafiando as desigualdades estruturais herdadas do colonialismo e agravadas pelo duvalierismo (Trouillot, 1990).

A intensa mobilização social que precedeu a queda de Jean-Claude Duvalier em 1986, de acordo com Fatton (2002), simbolizou a entrada das massas na arena política do Haiti. O regime duvalierista, que durante quase trinta anos utilizou o terror e a repressão como ferramentas de controle, desmoronou em face da crise econômica, da pressão internacional e da resistência popular. A partir desse ponto, movimentos populares, organizações camponesas e segmentos da Igreja influenciados pela Teologia da Libertação começaram a construir um discurso político focado na dignidade humana e no engajamento cidadão. Segundo Farmer (2004), o Haiti da década de 1980 vivenciou uma efervescência popular que reconfigurou a política como um espaço de emancipação coletiva.

Essa nova percepção popular fundamentava-se na noção de que o povo haitiano em sua maioria pobre e marginalizado deveria ser o protagonista de sua própria trajetória. Nesse contexto, a mobilização dos oprimidos refletia a luta por uma segunda independência, que não era apenas política, mas também social e econômica (Jean-Pierre, 2018). A mobilização popular

resultou diretamente na Constituição de 1987. Redigida por uma Assembleia Constituinte diversa, a Constituição integrou preceitos de descentralização, direitos humanos, igualdade de gênero e soberania popular, rompendo com o legado autoritário do passado (Charles, 2020).

Conforme aponta Chalmers (1997), a Carta Magna de 1987 constituiu uma tentativa de reestruturar o Estado haitiano com fundamentos democráticos e populares. O artigo 58 estabeleceu que “a soberania reside essencialmente na nação”, enquanto o artigo 31 assegurou o direito de associação e expressão, fundamentais para o fortalecimento dos movimentos sociais. No entanto, a vontade de mudança se deparou com diversos desafios: golpes de Estado, intervenções externas e instabilidade política. O golpe de 1991 contra o presidente Jean-Bertrand Aristide, em particular, expôs as limitações da democratização em uma nação marcada por profundas desigualdades e dependente de intervenções internacionais (Dupuy, 2007).

Apesar das rupturas institucionais, a mobilização dos dominados continuou sendo uma força histórica. De acordo com Fatton (2014), o Haiti após 1987 passou por um processo constante de “democratização bloqueada”, no qual as classes populares lutavam para ampliar os espaços de participação política e desafiar as estruturas de dominação social. O ideal de mudança social foi mantido por organizações comunitárias, cooperativas camponesas, sindicatos e grupos religiosos. Segundo Trouillot (1995), essas mobilizações constituíram uma “tradição de resistência” que remonta à revolução de 1804, quando os escravizados transformaram a insubordinação na base da liberdade nacional. Essa persistência na vontade de mudança reflete o que Freire (1979) chamou de “consciência crítica”, a habilidade dos oprimidos de entender as razões de sua opressão e agir coletivamente para mudá-las.

Desse modo, o Haiti após 1987 é o cenário de uma pedagogia política voltada para a emancipação, em que a população passa a ser protagonista da história. Assim, o período pós-1986 não pode ser visto apenas como uma mudança de instituições. Ele marca um momento crucial em que pessoas marginalizadas, muitas vezes ignoradas, tornaram-se atores-chave na vida política haitiana. Sua mobilização demonstra um desejo por mudanças significativas que transcendem as estruturas oficiais da democracia liberal e lançam as bases para uma reflexão mais ampla sobre justiça social, soberania popular e a descolonização do poder no Haiti.

Podemos concluir que a Constituição de 1987 teve um papel essencial na transição do Haiti do autoritarismo do duvalierismo para uma busca de democratização e reconstrução institucional após anos de repressão. Criada em um contexto de mobilização popular após a queda do regime em 1986, a Constituição visava romper com estruturas autoritárias, promovendo participação cidadã, pluralismo político e limitando o poder do estado. Apesar das expectativas, o período pós-1986 enfrentou profundas contradições; a

Constituição trouxe mecanismos de descentralização e proteção dos direitos fundamentais, mas o estado haitiano continuou fragilizado por limitações estruturais e dependência externa, especialmente dos Estados Unidos, o que restringiu sua autonomia. Fatores históricos como a herança de regimes autoritários, a fragmentação das elites e a exclusão social também impactaram a consolidação da democracia, resultando em crises políticas e interferência externa. Além disso, a democratização foi influenciada não apenas por demandas internas, mas também por pressões internacionais, refletindo um ambiente global de transição política. Embora a Constituição represente uma ruptura significativa e uma vontade popular de mudança, sua implementação foi desafiada por fragilidades institucionais e dinâmicas de dependência que continuaram a afetar a política haitiana nas décadas seguintes.

3 RACIONALIDADE DA INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO HAITI

Este capítulo analisa a lógica estrutural da influência dos Estados Unidos no Haiti, investigando suas raízes históricas, seus mecanismos de operação e seus impactos duradouros sobre o Estado e a sociedade haitiana. Ao fazê-lo, busca-se problematizar as narrativas dominantes que tendem a naturalizar essa influência, evidenciando-a como parte de um projeto mais amplo de poder imperial contemporâneo, cujas repercussões continuam a moldar o destino político, econômico e social do Haiti. Explora um dos momentos mais significativos da história política contemporânea do Haiti, caracterizado por uma combinação de abertura democrática, rupturas institucionais e intervenções estrangeiras.

Examina também o contexto sociopolítico que possibilitou a ascensão de Jean-Bertrand Aristide, e o processo eleitoral de 1990, destacando as expectativas democráticas que marcaram esse momento histórico. Analisa-se, igualmente, o contexto socioeconômico haitiano no início da década de 1990, os desafios enfrentados pelo governo eleito democraticamente e as tensões internas e externas que precederam o golpe de Estado de 29 de setembro de 1991. A eleição de Aristide é interpretada não apenas como um marco da abertura democrática, mas também como um ponto de inflexão que revelou os limites estruturais da consolidação democrática em um país historicamente submetido a múltiplas formas de dominação.

O golpe de 1991 é analisado como expressão de uma crise mais profunda da soberania haitiana, articulando dimensões internas e externas do poder. Mais do que uma simples ruptura institucional, o colapso do breve experimento democrático evidenciou a persistência de estruturas autoritárias no interior do Estado e expôs as fragilidades da autodeterminação haitiana em um sistema internacional marcado por profundas assimetrias políticas, econômicas e simbólicas. Nesse sentido, o golpe configura-se como uma tragédia política inscrita na longa

história pós-colonial do Haiti.

O capítulo dedica-se, ainda, à análise crítica da intervenção militar dos Estados Unidos em 1994, interrogando suas justificativas oficiais, seus dispositivos de poder e seus efeitos sobre o Estado, as elites políticas e a sociedade haitiana. A partir de uma perspectiva histórica e descolonial, demonstra-se que a intervenção não apenas reconfigurou o cenário político nacional, mas também contribuiu para institucionalizar a presença internacional como solução recorrente para as crises internas, reforçando a lógica do consentimento tutelado e da soberania limitada que ainda caracteriza o Haiti contemporâneo.

A intervenção de 1994 é examinada como uma forma específica de ação externa legitimada por uma demanda interna, porque foi O próprio governo de Aristide no exílio e seus aliados políticos solicitaram apoio internacional para restaurar a ordem constitucional. Setores da elite política e econômica haitiana estavam preocupados com a instabilidade, as sanções internacionais e o declínio econômico causado pelo regime militar. Organizações da sociedade civil e atores internacionais presentes no Haiti também defenderam a restauração da ordem constitucional.

Analizando-se as condições políticas que tornaram essa demanda possível, os interesses geopolíticos envolvidos em sua aceitação e suas consequências para a legitimidade e a autonomia do Estado haitiano. Embora tenha restaurado formalmente a ordem constitucional, argumenta-se que tal intervenção aprofundou uma dependência estrutural em relação aos atores internacionais, fragilizando os fundamentos de uma soberania efetiva.

Revisitamos o discurso de transição de 1987 e o estabelecimento de um aparato democrático formal, baseado na Constituição, nas eleições e no pluralismo político. Longe de garantir uma ruptura genuína com as práticas autoritárias e clientelistas do passado, esse verniz democrático coexiste com a persistência de relações de dominação, a concentração do poder estatal e a preservação dos interesses econômicos das elites. A análise conjunta desses eventos permite, portanto, compreender como o Estado haitiano, longe de ser um mero árbitro neutro, permanece uma arena de luta onde projetos populares, estratégias de elite e intervenções internacionais se confrontam e heranças autoritárias profundamente enraizadas. Essa abordagem permite compreender a democracia haitiana menos como um horizonte plenamente realizado e mais como um espaço permanentemente tensionado por relações desiguais de poder.

3.1 JEAN BERTRAND ARISTIDE 1990

Jean-Bertrand Aristide, nascido em 1953 em Port-Salut, ingressou na ordem salesiana e recebeu sua formação em comunidades operárias. Sua trajetória religiosa, aliada a um forte

compromisso social, permitiu-lhe desenvolver uma mensagem acessível às comunidades marginalizadas, em especial aos jovens e àqueles em situação de emprego precário. Como aponta Dupuy (2019), Aristide deu uma dimensão política à pobreza, transformando-a num motor de mobilização. Sua transição da esfera religiosa para a política ocorreu em um contexto no qual a Igreja Católica detinha uma posição dominante na sociedade haitiana. Aristide conseguiu mobilizar os fiéis e construir uma rede política focada na solidariedade comunitária, na equidade social e no engajamento cívico.

Ele se tornou sacerdote católico e se filiou à Teologia da Libertação, um movimento que promovia a justiça social e a participação política dos mais necessitados (Smith, 2004). Nos anos 1980, Aristide se destacou por criticar os abusos de autoridade dos regimes militares e por apoiar iniciativas comunitárias que visavam a educação, a saúde e os direitos humanos. Ele se transformou em um ícone da batalha contra a opressão e a desigualdade (Farmer, 2006). Depois da queda de Jean-Claude Duvalier, o Haiti enfrentou uma fase de instabilidade política, caracterizada por governos provisórios e militares que não conseguiram trazer estabilidade ao país (Trouillot, 1990).

A eleição presidencial de dezembro de 1990 representa um momento crucial na história política do Haiti. Após décadas de ditadura sob os regimes de François Duvalier (1957-1971) e Jean-Claude Duvalier (1971-1986), e um período de transição marcado pela instabilidade, a eleição de Jean-Bertrand Aristide, padre salesiano e figura carismática do movimento popular, representa o advento de uma nova esperança democrática para o povo haitiano. Segundo Fatton (2002), esta eleição representou a manifestação mais genuína da vontade popular num país que durante muito tempo esteve dominado pelas elites e pelos militares.

A queda de Jean-Claude Duvalier em fevereiro de 1986 marcou o início de um período difícil e instável de transição política. O país passa por uma série de governos interinos consecutivos, enquanto os militares mantêm uma influência dominante nos assuntos públicos (Danticat, 2010). A falta de instituições e a vulnerabilidade do Estado haitiano agravam o desespero das massas, que persistem em viver em grave pobreza estrutural. Nesse contexto, a população busca indivíduos capazes de defender seus interesses e desafiar as elites estabelecidas. Por meio de seus sermões na igreja de Saint-Jean Bosco, Aristide se destacou como um líder carismático ao denunciar a corrupção, a injustiça e a brutalidade militar (Dupuy, 2019). Inspirado pela teologia da libertação, Aristide transforma a experiência da pobreza em uma ferramenta de mobilização política, representando a esperança de uma transformação radical.

A eleição de 16 de dezembro de 1990 representa a primeira eleição verdadeiramente

livre e transparente no Haiti em muitos anos. Com o apoio da Frente Nacional para a Mudança e a Democracia (FNCD), Aristide foi eleito presidente com 67,5% dos votos, vencendo de longe seus concorrentes, muitos dos quais se beneficiaram do apoio das elites econômicas e militares (Fatton, 2007). Segundo Harris (1992) as eleições de 16 de dezembro de 1990 foram um marco histórico, após décadas de autoritarismo, o Haiti realizou, pela primeira vez, uma eleição considerada relativamente livre.

O triunfo de Aristide representa uma grande mudança política, é a primeira vez que a maioria desfavorecida do país elege um presidente de sua própria classe social. Hallward (2007), sustenta que a eleição de Aristide foi um terremoto político, pela primeira vez, os pobres tiveram a oportunidade de eleger um dos seus. Essa vitória gerou enorme entusiasmo tanto em nível nacional quanto internacional. Aristide foi visto pelos eleitores não apenas como um presidente eleito, mas também como um verdadeiro porta-voz da sociedade civil.

Desde que chegou ao poder em fevereiro de 1991, Aristide lançou uma série de mudanças socioeconômicas com o objetivo de elevar o padrão de vida dos mais pobres: programas de educação básica, revisões do salário mínimo, ações para a saúde pública e redistribuição de terras agrícolas (Moïse, 2010). No entanto, essas iniciativas enfrentam forte oposição. Alguns atores internacionais, os militares e as elites econômicas se opõem às mudanças propostas, temendo uma redução em seu poder e influência. Essa tensão estrutural evidencia as limitações impostas à democracia de base em um país fortemente influenciado por décadas de autoritarismo.

Aristide foi deposto por um golpe militar liderado pelo General Raoul Cédras em 30 de setembro de 1991, sendo forçado ao exílio. Esse incidente evidencia a vulnerabilidade das estruturas democráticas no Haiti e a natureza persistente dos regimes autoritários (Trouillot, 1994). Aristide, embora exilado, permanece um poderoso símbolo da luta popular e da resistência contra as elites e as forças conservadoras. Seu retorno em 1994, impulsionado pela comunidade internacional, ressalta o desejo coletivo duradouro pela democracia. Importante lembrar o contexto histórico do Haiti pré-1990, donde o país vivenciava problemas estruturais graves, uma pobreza generalizada, cerca de 80% da população vivia abaixo da linha de pobreza, com acesso limitado a serviços básicos (Dupuy, 1997).

A Desigualdade social, uma pequena elite concentrava a maior parte da riqueza, enquanto a população rural e urbana pobre permanecia marginalizada. E também a Fragilidade institucional, as instituições democráticas eram fracas ou inexistentes, tornando difícil a implementação de políticas públicas (Harris, 1992). O período pós-Duvalier foi caracterizado por uma combinação de esperança e incerteza, com movimentos sociais reivindicando justiça,

direitos humanos e participação política. A emergência de Aristide como líder político estava profundamente conectada a essa mobilização popular. De fato, as eleições de 16 de dezembro de 1990 representaram um marco histórico, pela primeira vez, o Haiti realizou uma eleição relativamente livre após décadas de autoritarismo (Harris, Idem). Aristide venceu com aproximadamente 67% dos votos, demonstrando forte apoio das classes populares urbanas e rurais.

A campanha eleitoral de Aristide se destacou por mensagem populista e inclusiva, foco nas necessidades das camadas mais pobres e marginalizadas. Vale ressaltar a importância do envolvimento da sociedade civil, com mobilização de comunidades, sindicatos e associações locais. Ruptura com o elitismo tradicional gera um desafio direto às estruturas de poder que historicamente dominaram a política haitiana (Schmidt, 1993). A vitória de Aristide foi celebrada nacional e internacionalmente como um avanço democrático, mas também provocou resistência de setores militares e da elite econômica.

Apesar da vitória eleitoral, Aristide enfrentou enormes obstáculos para governar. Entre eles a resistência militar e política donde setores conservadores e militares, temendo perder poder, sabotar reformas e a democratização, promoveram boicotes, ameaças e instabilidade política (Schmidt, 1993). Essa oposição limitou a capacidade do governo de implementar mudanças estruturais significativas. O Haiti enfrentava crise econômica severa: inflação elevada, desemprego crescente, déficit fiscal e colapso de serviços públicos. Aristide propôs reformas sociais, como aumento de acesso à educação e saúde, mas os recursos eram insuficientes (Dupuy, 1997).

O desafio de consolidar instituições democráticas em um país com legado de autoritarismo era enorme. Aristide buscou fortalecer o parlamento, promover eleições municipais e integrar a sociedade civil nas decisões políticas, mas encontrou resistência sistêmica (Smith, 2004). A política externa também impactou o governo Aristide. Estados Unidos e organismos internacionais pressionavam por reformas econômicas liberais, enquanto Aristide defendia políticas voltadas para justiça social e redução da pobreza (Farmer, 2006). Esse conflito revelou a tensão entre soberania nacional e interesses externos. O governo de Aristide, mesmo em seus primeiros meses, teve impactos significativos.

Mobilização popular: aumento da participação política das camadas populares, fortalecendo a democracia participativa. Reformas iniciais: implementação de programas sociais em educação, saúde e habitação, ainda que limitados pelo contexto econômico. Como símbolo de mudança, Aristide representava esperança para uma população historicamente marginalizada, desafiando tradições de exclusão política (Schmidt, 1993).

A eleição de Aristide também marcou o início de um ciclo de tensão entre democracia, instituições fracas e forças conservadoras, característico da política haitiana nas décadas seguintes. O partido político *Fanmi Lavalas* foi devidamente registrado e reconhecido como entidade política em 1996, especificamente em 30 de outubro daquele ano. As autoridades eleitorais o reconheceram oficialmente em 14 de fevereiro de 1997.

Jean-Bertrand Aristide e seus seguidores criaram o partido após uma ruptura com a Organização do povo em luta (OPL), anteriormente conhecida como Organização política Lavalas, OPL, devido a divergências relacionadas à política econômica (a OPL era vista como excessivamente neoliberal). Aristide criou o Partido Lavalas em 1996, com a finalidade de mudar a política do Haiti para torná-la mais inclusiva. Lavalas defendia mudanças sociais, combate à corrupção e incentivo à participação popular na política (Dupuy, 1997).

A estratégia política de Aristide envolvia mobilizar os pobres, que foram historicamente marginalizados das decisões estatais, com o objetivo de fortalecer a democracia participativa. O movimento Lavalas, cujo nome significa "torrente" em crioulo, simboliza o desejo popular de quebrar as estruturas de repressão legadas pelos regimes de Duvalier e pelo exército (Charles, 1995). Lavalas reúne sindicatos, coletivos camponeses, grupos católicos de base e associações estudantis, constituindo assim a primeira coalizão popular organizada no Haiti. O poder do movimento deriva de sua capacidade de engajar diretamente as massas, estabelecendo uma comunicação horizontal entre líderes e cidadãos. Como líder, Aristide personifica essa fusão de fé, política e compromisso social. A iniciativa Lavalas concentra-se em melhorar as condições de vida das pessoas mais pobres, garantir a distribuição equitativa de recursos e combater a corrupção.

3.2 O GOLPE DE ESTADO DE 29 DE SETEMBRO 1991

O golpe de Estado de 29 de setembro de 1991 constitui um dos eventos mais significativos da política haitiana contemporânea. Ocorreu apenas oito meses após a eleição democrática de Jean-Bertrand Aristide, o primeiro presidente eleito por sufrágio universal direto após décadas de ditadura e instabilidade política. Este golpe militar ilustra a luta entre as forças democráticas em desenvolvimento e as elites convencionais, apoiadas por um exército profundamente enraizado na dinâmica de poder herdada do duvalierismo e da dominação estrangeira. Como Dupuy (2007) o golpe de 1991 representa a resposta das forças socioeconômicas que percebiam Aristide como uma ameaça direta aos seus privilégios.

Após a queda do regime Duvalier em 1986, o Haiti passou por um período de transição

política instável. O país está se esforçando para restaurar as instituições democráticas, ao mesmo tempo que lida com a fragmentação do poder militar. Segundo Fatton (2002), a era pós-Duvalier foi marcada por um vácuo institucional, onde o exército e as elites econômicas tentaram de tudo para preservar seu poder sob o pretexto da democratização.

A eleição de Jean-Bertrand Aristide, um sacerdote da teologia da libertação, em dezembro de 1990, representa uma virada histórica. Ele personifica a voz dos pobres, das massas marginalizadas do poder desde a independência. Segundo Trouillot (1990), a eleição de Aristide representou uma ruptura com a ordem social tradicional onde as elites urbanas impunham as regras do jogo político. No entanto, essa vitória popular provocou uma reação hostil imediata dos círculos conservadores, dos militares e de alguns atores estrangeiros, particularmente dos Estados Unidos, preocupados com o radicalismo social do novo presidente (Hallward, 2007).

É importante ressaltar que as razões subjacentes ao golpe, bem como o atrito entre Aristide e o exército, começaram logo após sua posse, quando Aristide se viu em desacordo com a instituição militar, que ele acusava de abusos e corrupção. O presidente buscava diminuir a influência do exército, tradicionalmente a base do controle político. Como afirma Dupuy (2019), o plano de Aristide visava destruir a estrutura militar-oligárquica que controlava o país desde 1915. Liderado pelo General Raoul Cédras, o comando militar vê essas reformas como uma ameaça à sua existência.

Cédras, treinado pelos Estados Unidos, recebe apoio interno e externo que facilita a derrubada do regime (Girard, 2010). As reformas econômicas de Aristide, focadas na redistribuição e na igualdade social, despertaram a apreensão das principais famílias mercantis. Essas famílias apoiaram e financiaram ações anti-Aristide, frequentemente apresentando-se sob o pretexto de defender a democracia. Segundo Péan (2002), a burguesia haitiana tem consistentemente percebido a democracia popular como uma ameaça aos seus interesses econômicos.

Aristide também está impedido de implementar mudanças reais devido à interferência internacional. As relações entre Aristide e Washington estão se deteriorando rapidamente. Embora os Estados Unidos tenham inicialmente apoiado a transição democrática, sua desconfiança em relação à retórica extremista do presidente está aumentando. Segundo Chomsky (1993), embora os Estados Unidos tenham condenado publicamente o golpe, contribuíram indiretamente para o isolamento político de Aristide. O curso do golpe de Estado de 29 de setembro de 1991, durante a noite de 29 para 30 de setembro, forças militares, lideradas pelo General Raoul Cédras, tomaram o palácio presidencial. Aristide foi preso e, em seguida,

forçado ao exílio na República Dominicana, antes de se refugiar em Caracas. Um regime militar liderado por Cédras e Philippe Biamby assumiu o poder.

Segundo Laguerre (1993), o golpe de 1991 foi realizado com uma rapidez e coordenação que atestavam uma preparação prévia, envolvendo atores nos níveis econômico e diplomático. O grupo de apoiadores de Aristide, como membros do partido "Lavalas", foi submetido a uma violenta repressão, resultando em mais de 3.000 mortes, milhares de pessoas exiladas e o fechamento de veículos de comunicação independentes. Organizações como a Anistia Internacional (1992) denunciaram um clima de terror marcado por execuções sistemáticas e desaparecimentos forçados.

No Haiti contemporâneo, o movimento *Fanmi Lavalas* representa uma das experiências mais relevantes de interação entre movimentos populares e política institucional. Lavalas, que surgiu no final dos anos 1980, no contexto de mobilizações sociais contra a ditadura e desigualdades estruturais no país, representou uma ampla união de organizações comunitárias, comunidades religiosas, sindicatos, grupos de bairro e movimentos rurais. Lavalas se estabeleceu como uma plataforma de mobilização popular, indo além de um partido político convencional. Seu objetivo era converter a participação política das classes marginalizadas em uma força social estruturada.

A ascensão do movimento está intimamente ligada à liderança de Jean-Bertrand Aristide, cujo percurso como sacerdote vinculado à teologia da libertação integrou a Igreja aos grupos marginalizados da sociedade haitiana. Aristide, guiado por valores de justiça social e engajamento popular, transformou-se em um ícone dos anseios democráticos das populações urbanas e rurais. Segundo Alex Dupuy, o fenômeno Lavalas foi uma mobilização inédita das classes populares haitianas, que encontraram na figura de Aristide um veículo político para suas demandas históricas por dignidade e justiça social (Dupuy, 2007). Nesse contexto, além de mobilizar apoio eleitoral, o Lavalas fortaleceu redes sociais e comunitárias, expandindo a habilidade de ação coletiva dos grupos marginalizados.

O termo lavalas, que em crioulo haitiano se traduz como “enchente” ou “avalanche”, representa a noção de um movimento popular de grande escala e transformador. De acordo com Laurent Dubois, o movimento representou “uma explosão de participação política que rompeu com a tradição de exclusão das massas da vida pública haitiana” (Dubois, 2012). Essa dinâmica foi especialmente evidente nas mobilizações que precederam as eleições de 1990, quando Aristide foi eleito presidente com grande respaldo popular. Para muitos analistas, esse período representou uma tentativa de reestruturar a democracia haitiana com a participação direta das classes populares.

Lavalas atuou como um espaço de articulação para diversas formas de mobilização social sob a perspectiva sociopolítica. As organizações comunitárias urbanas, também chamadas de organizações populares, tiveram um papel fundamental na mobilização política, na promoção da educação cívica e na luta pelos direitos sociais. Essas estruturas de base possibilitaram a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como moradores de bairros populares e camponeses, nos processos de tomada de decisão e debate político. Lavalas foi um dos mais amplos e consistentes movimentos de mobilização popular do Caribe contemporâneo, segundo Peter Hallward, com base em redes comunitárias que conectavam ação política e solidariedade social (Hallward, 2007).

Ademais, Lavalas ajudou a reconfigurar a relação entre o Estado e os movimentos sociais no Haiti. Ao invés de se restringir a reivindicações externas ao sistema político, o movimento procurou unir a mobilização popular à mudança institucional. Essa abordagem refletia uma perspectiva de democracia participativa, em que a legitimidade política provém da habilidade de representar e mobilizar as demandas populares. Segundo Robert Fatton Jr., Lavalas foi uma tentativa radical de democratizar o poder político haitiano por meio da incorporação das massas historicamente excluídas (Fatton, 2002).

Entretanto, essa conexão entre mobilização popular e poder político também se deparou com grandes obstáculos, tanto internos quanto externos. Lavalas foi frequentemente visto como uma ameaça à ordem estabelecida pelas elites econômicas do país, setores militares e interesses internacionais. O golpe militar de 1991 contra Aristide e as sucessivas crises políticas posteriores ilustram as tensões entre a mobilização popular e as estruturas tradicionais de poder. Apesar dos obstáculos, Lavalas permaneceu como um ponto de referência fundamental para diversos movimentos sociais no Haiti, representando a possibilidade de criar uma política fundamentada na participação popular e na justiça social.

Historicamente, Lavalas é importante por sua habilidade de unir diversas formas de resistência social em um projeto político unificado. O movimento simbolizou uma tentativa de converter a indignação popular em ação coletiva, estabelecendo um espaço político onde as vozes das classes marginalizadas pudessem ser escutadas. Dubois ressalta que Lavalas mostrou que a política haitiana poderia ser reimaginada a partir das demandas e da energia das massas populares (Dubois, 2012). Desse modo, Lavalas deve ser entendido não somente como uma movimentação política, mas também como um processo de mobilização social que transformou as maneiras de participação política no Haiti. Sua trajetória demonstra tanto o poder transformador dos movimentos populares quanto os obstáculos estruturais que projetos políticos enfrentam ao tentar expandir a democracia em contextos caracterizados por profundas

desigualdades e intervenções externas.

Notamos as repercussões políticas e sociais, o retorno da repressão e a reinstalação, pelo regime militar, de suas antigas práticas autoritárias. Os antigos *Tonton Macoutes*, que eram paramilitares durante o regime Duvalier, retomaram suas atividades. Segundo Fatton (2007), a junta militar de 1991 reviveu o instrumento repressivo do Duvalierismo, destruindo a esperança democrática que havia surgido em 1990. Crise humanitária e emigração em larga escala: milhares de refugiados estão a caminho dos Estados Unidos de barco. Uma política de deportação que contradiz o direito internacional está sendo implementada pelas autoridades americanas (Dupuy, 1997). O embargo econômico imposto pela comunidade internacional agrava a situação difícil do país.

Sob pressão internacional, principalmente da administração Clinton, Aristide foi reintegrado ao poder em outubro de 1994, graças ao apoio de uma intervenção militar liderada pela ONU e pelos Estados Unidos. No entanto, de acordo com Trouillot (1997), seu retorno ao poder foi sinônimo de capitulação política, caracterizada pela adesão às reformas neoliberais exigidas por Washington. De acordo com uma análise sociopolítica do golpe, o golpe de 1991 destaca a vulnerabilidade da democracia haitiana e a natureza duradoura das estruturas de poder colonial.

Para Trouillot (1994), o Estado haitiano é o resultado de um acordo entre a elite e uma potência estrangeira. Aristide tentou romper esse pacto histórico. Assim, a deposição do presidente eleito não é apenas um evento político, mas também a expressão de violência simbólica e estrutural (Bourdieu, 1998). A supremacia das elites sobre as massas populares perpetua-se no âmbito das instituições militares, económicas e mediáticas. Fatton (2002) resume este movimento: em 29 de setembro de 1991, o exército e a burguesia uniram esforços para restabelecer uma ordem social baseada na exclusão, com a cumplicidade tácita de potências estrangeiras.

3.3 INTERVENÇÃO MILITAR AMERICANA DE 1994

A operação "Restaurar a Democracia" no Haiti evoca a intervenção militar para defender a Democracia, liderada pelos Estados Unidos em setembro de 1994. Essa intervenção visava derrotar a junta militar que havia deposto o presidente democraticamente eleito Jean-Bertrand Aristide em 1991 e conseguiu reinstalá-lo no poder em um contexto de crise humanitária e política. Essa operação Restauração da Democracia, que trouxe Jean-Bertrand Aristide de volta ao poder com a ajuda de 20.000 fuzileiros navais americanos. Os Estados

Unidos detêm o poder e a autoridade para intervir e restaurar a ordem no Haiti. É necessário fornecer algum contexto para discutir essa intervenção.

Assim, um novo líder emergiu alguns anos após a saída de Jean-Claude Duvalier. Jean-Bertrand Aristide foi oficialmente empossado como o primeiro presidente democraticamente eleito da República do Haiti e tomou posse no Palácio Nacional em Porto Príncipe em 7 de fevereiro de 1991. Jean-Bertrand Aristide, que obteve 67% de apoio popular em eleições monitoradas pela comunidade internacional, representa o emblema da mudança (Tardif, 1997).

Assim que chegou ao poder, Aristide teve que enfrentar problemas políticos e econômicos bem conhecidos, como a pobreza e o analfabetismo. Influenciado pela teologia da libertação, o triunfo da Revolução Cubana contribuiu, sobretudo, para difundir um modelo revolucionário que inspirou diversos movimentos políticos no continente.

No caso haitiano, Jean-Bertrand Aristide não se definiu como comunista; contudo, seu discurso político apresentou afinidades com correntes progressistas e anti-imperialistas do Caribe e da América Latina, incluindo certas influências simbólicas da experiência cubana. Ele aspirava a impor altos impostos aos mais ricos, nacionalizar setores-chave da economia e implementar programas significativos de bem-estar social. Na realidade, esse estilo de governo era inviável sem uma estrutura estatal sólida. Apesar das críticas de não-crentes ricos que acumularam fortunas no exterior, bem como dos ataques dirigidos contra o que ele chama de aproveitadores internacionais (como o FMI), seu mandato presidencial inicial será lembrado pela implementação de políticas econômicas moderadas que ajudaram a atrair mais ajuda de doadores estrangeiros.

A FNCD, coligação de partidos que havia indicado Aristide para a presidência, teria sido uma fonte natural de apoio. No entanto, Aristide decidiu nomear seus colaboradores mais leais, A FNCD, que controlava o parlamento, acusou Aristide de tendências autoritárias e propôs um voto de censura contra o primeiro-ministro René Préval. No entanto, Aristide, confiante em suas decisões, cometeu um erro estratégico: embarcou em uma viagem para Nova York em 27 de setembro de 1991 (Girard, 2010).

Jean-Bertrand Aristide foi deposto do poder por um golpe militar em 30 de setembro de 1991. Essa ruptura constitucional provocou rapidamente fortes reações internacionais. Em uma reunião extraordinária em 8 de outubro de 1991, os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) recusaram-se a endossar o regime militar vigente no Haiti. A OEA, assumindo a liderança regional, instou seus membros a romperem todos os laços econômicos, financeiros e comerciais com o Haiti. Foi imposto um primeiro embargo comercial e financeiro regional contra o regime de facto. A maioria das principais organizações internacionais também

manifestou seu apoio ao governo legítimo do Presidente Aristide e recusou-se a reconhecer as autoridades de facto. A grande maioria dos analistas acredita, portanto, que o regime militar cederá rapidamente sob pressão internacional (Tardif, 1997).

As tropas americanas chegaram a Porto Príncipe em 19 de setembro de 1994. Setenta e quatro anos depois de 1915, elas pisaram em solo haitiano mais uma vez. 1915 e 1994 representam dois contextos distintos, duas épocas diferentes; no entanto, um fio condutor liga essas duas ações: a proclamação da força americana. Isso fica claro ao ler a descrição a seguir: "Fomos enviados em missão para contribuir com a restauração da democracia" (Le Monde, 1994). Apesar do frenesi gerado pela chegada, os jovens entoavam frases de apoio ao presidente Jean-Bertrand Aristide, aplaudindo os soldados.

Qual a razão por trás do uso de tal armamento contra um exército local mal treinado e mal equipado? Em uma situação de guerra civil que opõe as forças armadas a um presidente, os Estados Unidos buscam demonstrar seu poder e capacidade de intervenção contra militares desarmados. O contraste é gritante e evidencia a disparidade entre as duas forças militares. A questão frequentemente levantada, como determinar se o Estado interveniente (os Estados Unidos) busca dominar o Estado alvo (Haiti), encontra uma ambiguidade: a crise haitiana deve ser vinculada às crises somali ou afegã? Segundo o Pentágono, a operação intitulada "Apoio à Democracia" no Haiti, cuja primeira fase é definida pela Resolução 940 de 31 de julho de 1994, visa "estabelecer e manter um ambiente seguro e estável" e "facilitar o retorno do presidente Aristide" (ONU, 1994).

Além dos objetivos explicitamente declarados pela operação americana, não se pode ignorar as representações que ela propaga no imaginário haitiano. É essencial adotar uma abordagem semântica em relação à natureza da ação americana. Trata-se de uma intervenção ou de uma ocupação? É um ato de poder disfarçado? A seleção conceitual não está isenta de viés. Em sua defesa da integração da ação americana em um contexto universal, Laënnec Hurbon aborda esse conceito de "intervenção multinacional" (Hurbon, 1994).

André Corten analisa os limites dentro dos quais ocorre a "ocupação pacífica americana do Haiti". As duas noções não expressam a mesma perspectiva analítica: "intervenção" estaria ligada a uma missão humanitária, voltada para a restauração concreta dos direitos humanos. De fato, juristas caracterizam a intervenção como a intervenção de um Estado ou de uma organização internacional que busca examinar e resolver uma questão dentro da jurisdição de um ou mais Estados (Bettati, 1991).

Interferência refere-se ao ato de intervir indevidamente, sem ser solicitado ou ter qualquer escolha, nos assuntos de um Estado. A intervenção segue uma abordagem dual:

manifesta-se por meio de incursão física, por um lado, e deriva sua legitimidade dos Estados da comunidade internacional, por outro. Fora desse cenário, a ação constitui interferência ilegal nos assuntos internos e externos de um Estado. É, portanto, o objetivo perseguido que distingue "intervenção" de "interferência".

De fato, a interferência pode ser de natureza intangível. Segundo o autor citador citado anteriormente, isso envolve interferir nos assuntos internos de um Estado estrangeiro, expressando uma posição contrária ao seu regime político, econômico e social por meio da mídia. Busca influenciar as decisões tomadas por uma organização internacional através do uso de pressão diplomática. A ação se justifica pelo desejo de garantir a defesa dos direitos humanos. Ela conta com o apoio de um sistema político que atende às expectativas da comunidade internacional. O desembarque de tropas americanas é considerado legal? É totalmente legal, pois responde a uma violação da lei, protegendo assim as normas internacionais.

A ideia de "ocupação" carrega um peso considerável em termos de implicações políticas; significa que o Estado haitiano perdeu sua autonomia. A ocupação militar do Haiti (1915–1934) foi uma expressão de controle colonial implementada como parte da estratégia imperial dos Estados Unidos. A ocupação resultou em uma suspensão efetiva da soberania nacional ao substituir a capacidade decisória do Estado haitiano por uma gestão sob controle de autoridades dos Estados Unidos. Assim, mesmo que o Haiti não tenha sido oficialmente anexado como colônia, a presença militar americana estabeleceu um regime de administração territorial característico do colonialismo imperial do início do século XX, mesclando controle militar, reestruturação institucional e exploração econômica para atender aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

O termo "ocupação" refere-se à transferência de prerrogativas soberanas. Em contrapartida, a ideia de "intervenção" evoca um ataque militar realizado por forças repressivas com o objetivo de servir a interesses comerciais e políticos e aumentar a dominação. A terceira definição de invasão estipula que o acesso ao território não é aprovado pelo Estado anfitrião nem sancionado por votação de uma entidade internacional. Portanto, a chegada das tropas americanas ao Haiti em 1915 não pode ser descrita como uma intervenção, mas sim como uma ocupação ou invasão. Os motivos eram de natureza comercial, política e hegemônica. Nosso discurso também se concentra na ideia de intervenção, e não de ocupação.

O retorno de Jean-Bertrand Aristide ao poder resultou da eficácia de sua diplomacia, aliada às táticas militares americanos. Essa estratégia permitiu que Aristide conquistasse a confiança dos ministros de Relações Exteriores ocidentais, acelerasse a normalização política e

contribuísse para a redução do poderio militar. Após a conclusão do Acordo Carter, as relações entre a Casa Branca e o presidente Aristide deterioraram-se drasticamente. O presidente haitiano mergulhou num silêncio francamente inadequado, apesar da presença de tropas americanas no Haiti durante dois dias, supostamente para preparar as condições para o seu regresso do exílio. Este é um paradoxo da crise: o presidente Clinton está a ter mais dificuldade em obter o apoio de Aristide do que o dos opositores de Aristide (Le Monde, 1994.)

Os assessores de Clinton lamentaram que Aristide não demonstrasse gratidão ao Presidente, às tropas americanas e a certos membros do Congresso. Conversas discretas ocorreram entre os assessores do Executivo e o Presidente Aristide com o objetivo de persuadi-lo a endossar oficialmente o Acordo Carter. O presidente haitiano, conhecido por sua luta contra o imperialismo americano durante seu ministério pastoral, finalmente expressou sua gratidão ao Presidente Carter, ao General Colin Powell, ao Senador Sam Nunn e também ao povo dos Estados Unidos de América. Ele também anunciou seu retorno em menos de vinte e quatro dias, ou seja, antes de 15 de outubro, com o consentimento das autoridades do Pentágono (Malval, 1996).

O efeito da radicalização no cenário político haitiano é claramente observável. As regras do jogo não são mais determinadas exclusivamente por atores locais; elas também abrangem atores externos que, em uma dinâmica de interdependência, estão remodelando o panorama político. Consequentemente, a política no Haiti é moldada por esses dois grupos de atores, e a dinâmica que se desenrola no contexto atual demonstra que a radicalização provoca intervenção. Ela influencia significativamente as táticas dos atores políticos, estejam ou não sob a influência da política americana.

Um dos impactos da radicalização política que se mostra significativo neste estudo é o consenso em torno da restauração da democracia, embora o processo esteja longe de ser controlado e, sobretudo, a normalização política continue. O acordo entre as elites, fator ausente na democratização do Haiti desde 1980, imporá modalidades que marcarão uma ruptura com o passado: os opositores, a própria oposição, são compelidos a participar da ordem democrática. Opor-se à negociação e ao consenso corre o risco de minar instituições já frágeis e desencadear uma escalada ainda maior, além disso, há o risco de serem percebidos como instigadores de distúrbios políticos violento.

As tensões entre Washington e o presidente do Haiti permanecem sem solução, a primeira é ideológica, Aristide, defensor da teologia da libertação, adota conceitos que alguns consideram próprios de um revolucionário com intenções de destruir a ordem desigual da sociedade haitiana. Isso decorre de suas acusações contra a burguesia, detentora da riqueza

nacional, instigadora do golpe e perpetradora do empobrecimento do Haiti. A segunda é política, se a burguesia detém os bens do país, então o poder político deve, por sua vez, ser concedido ao povo. Cabe a eles contribuir para a definição das principais diretrizes e decisões políticas. Defensor da democracia direta, ele proclama uma ruptura com a política convencional, o que exige a reestruturação do sistema político e a exclusão do establishment.

O estilo político do Presidente Aristide é diametralmente oposto ao que os americanos desejam no Palácio Presidencial em Porto Príncipe, tudo está em contradição. Não há nada que os predisponha a uma colaboração harmoniosa.

Em última análise, Aristide conseguiu recuperar seu assento presidencial não por servir aos interesses dos Estados Unidos da América, mas porque esse ato serve de advertência a esse país ardiloso, anulando com um único gesto o significativo esforço internacional destinado a estabelecer as bases de uma democracia pacífica e aceitável. Já está claro que o objetivo definido pela administração americana, bem como o estipulado na Resolução 941 de 31 de julho de 1994, foi amplamente alcançado, como também enfatizou o Presidente Clinton. Em primeiro lugar, em nível institucional, a intervenção reintegrou o Presidente Aristide ao cargo, definindo o ritmo e o alcance do compromisso militar, diplomático e financeiro, combinando o apoio da comunidade internacional com a determinação política da Casa Branca.

O primeiro-ministro Robert Malval o culpou por "ter um sério problema de ego e brincar com o futuro do Haiti". Em seu livro *"Tout homme est un homme"* (Todo Homem é um Homem), Aristide tenta descrever como seu breve mandato de sete meses na presidência. Ele escreve: Em uma realidade entrelaçada com exploração, injustiças flagrantes e crime, todos estavam distorcidos. "Era necessário que os privilegiados de ontem aprendessem a honrar toda a sociedade, a agir de forma diferente, com base em valores humanitários fundamentais" (Aristide, 1993). Esperamos que todos os golpistas e líderes militares do continente que aspiram a governos democráticos aprendam com os eventos em Porto Príncipe. Segundo o Secretário de Estado americano Warren Christopher, citado pelo *Le Monde* em 1994, seu comentário foi feito em Porto Príncipe, Haiti, no dia do retorno de Aristide ao poder.

3.4 ATOR EXTERNO: A INTERVENÇÃO DE 1994 NO HAITI MEDIANTE SOLICITAÇÃO

A intervenção internacional no Haiti em 1994, liderada principalmente pelos Estados Unidos sob a égide da ONU, é geralmente considerada um exemplo clássico de intervenção a pedido. A restauração da ordem constitucional passou a ser justificada, no discurso internacional, após o golpe de Estado de 1991 que depôs o presidente democraticamente eleito

Jean-Bertrand Aristide, em resposta a um pedido legítimo do governo haitiano exilado. Entretanto, uma análise crítica mostra que essa intervenção deve ser entendida dentro de relações de poder históricas e assimétricas, nas quais a soberania do Haiti está estruturalmente enfraquecida. No discurso oficial, era apresentada como uma ação humanitária e democrática. Contudo, vários autores indicam que essa restauração ocorreu em meio a condições políticas e econômicas importantes.

A crise alcançou seu ponto culminante em 1994, quando o presidente Aristide fez um apelo ao Secretário-Geral da ONU, pedindo uma intervenção rápida e contundente da comunidade internacional para restabelecer a ordem constitucional. Considerando o impasse político absoluto, seria imprescindível uma intervenção militar internacional para possibilitar o retorno de Aristide ao palácio presidencial. No dia 31 de julho, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que permite o envio de tropas estrangeiras armadas para o Haiti. Assim, os acontecimentos se aceleraram. Enquanto os líderes de fato tentavam mobilizar a população contra a temida ocupação, os líderes militares dos EUA começaram a realizar atividades preparatórias em agosto. As tensões cresceram e as negociações falharam.

No entanto, o ex-presidente Jimmy Carter, responsável por entregar um ultimato aos líderes de facto, conseguiu assegurar a saída pacífica das autoridades militares e a colaboração do exército haitiano para a chegada de forças internacionais. Por fim, no dia 19 de setembro, um contingente de 3.000 soldados americanos desembarcou no Haiti sem enfrentar resistência, sendo acolhido por uma multidão em estado de êxtase. Cerca de 20.000 soldados estariam envolvidos na Operação Restauração da Democracia (Tardif, 1997).

Eram homens e mulheres de cor, incluindo haitiano-americanos que falam *Creole*. A operação dos Estados Unidos tem como objetivo restaurar um governo democraticamente eleito no Haiti, trazendo de volta ao poder um presidente amplamente respeitado, que foi eleito na única eleição genuinamente livre do país. Ela conta com um apoio tão sólido do povo haitiano que os soldados são acolhidos como heróis e libertadores. A operação multilateral, autorizada pela ONU, foi realizada pelas forças armadas dos Estados Unidos (Schmidt, 1995). Apesar de a operação ter sido bem-sucedida ao restaurar Aristide ao poder, não conseguiu criar uma estrutura democrática duradoura. Essa medida pode ser caracterizada como neoliberal, uma vez que, embora a política e a busca por legitimidade global continuem sendo importantes, ela proporcionou uma via de transição entre a ação estatal e a não estatal.

As autoridades de facto resistiram a todas as ações repressivas impostas pela comunidade internacional durante três anos. Nem mesmo as sanções internacionais estabelecidas pelo Conselho de Segurança desde junho de 1993 (como a proibição do

fornecimento de armas e combustível, congelamento de bens estrangeiros de líderes militares e seus apoiadores, cancelamento de vistos americanos e proibição de voos de e para o Haiti) foram capazes de dominá-las. Em junho de 1993, em resposta ao agravamento das condições de vida dos habitantes e à desaceleração das negociações, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução visando congelar os ativos do governo haitiano no exterior e impedir que os principais líderes das forças armadas haitianas, juntamente com seus principais aliados e membros de suas famílias, viajassem para fora do país.

Além disso, esta resolução estabelece um embargo abrangente e vinculativo sobre produtos petrolíferos e armas. Em virtude do agravamento constante da situação, um conjunto de países, entre os quais se destacam Estados Unidos, Canadá, França e Venezuela, com a possível inclusão da Argentina, integrantes do Grupo de Amizade do Secretário-Geral para o Haiti, está advertindo as autoridades de que podem enfrentar novas sanções caso não atendam à resolução. Os envolvidos continuam indiferentes à ameaça. Diante do fracasso das negociações, o Conselho de Segurança adotou uma resolução em maio de 1994 que reforçou as sanções existentes, as medidas tomadas visavam diretamente altos funcionários militares e policiais cujos bens no exterior foram congelados. A resolução também exigia a suspensão completa do tráfego aéreo e marítimo de e para o Haiti (Tardif, 1997).

As sanções contra o Haiti serão suspensas no final de setembro, e a partir de 15 de março de 1995, as tropas americanas serão substituídas pela Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA). Com a aprovação da lei de anistia pelo parlamento haitiano, não há mais obstáculos para o retorno do presidente constitucional. De acordo com Tardif (199), Aristide voltou ao Palácio Nacional em 15 de outubro de 1994, e suas declarações iniciais refletiram um desejo de reconciliação. Nos seis meses seguintes, as operações da Força Multinacional (MNF), liderada pelos EUA, visavam restaurar um governo vulnerável, construir um ambiente seguro, eliminar depósitos de armas, restabelecer a energia elétrica, entre outros objetivos. Em 31 de março de 1995, a MNF transferiu o controle para a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA). Esta última permaneceu no país até as eleições parlamentares seguintes e supervisionou o retorno seguro dos imigrantes haitianos de Guantánamo para Cuba. A MINUHA organizou a partida dos detentos quando René Préval, o ex-primeiro-ministro, assumiu o poder como novo presidente em fevereiro.

Assim, o retorno de Aristide ao seu país ocorreu sob condições impostas pelos Estados Unidos, nomeadamente a implementação de uma política aprovada por Washington. Enquanto os Estados Unidos se encarregavam de restaurar a democracia, as principais instituições financeiras assumiram a responsabilidade pela estabilidade e desenvolvimento financeiro.

Através de programas de reestruturação, a soberania econômica, financeira e política do país foi delegada aos seus credores. No Haiti, o livre mercado está firmemente estabelecido. Desde a implementação dos primeiros programas de ajustamento estrutural no final da década de 1980, a liberalização do comércio tem sido sempre uma prioridade.

O Haiti está sendo incentivado a permitir a entrada de mercadorias estrangeiras; foi o FMI que teve um grande impacto na liberalização do comércio, que se intensificou durante os anos de 1995-1996 graças ao apoio do Banco Mundial e da OMC (Girard, 2010). Na realidade, a implementação dos três últimos programas de ajustamento estrutural do FMI reduziu as tarifas de 50% para 3%, privando o Estado de um dos seus poucos recursos disponíveis. Isso levou à destruição da produção agrícola e à dependência alimentar do país. De fato, mais de 70% das receitas de exportação são utilizadas para importar alimentos, que representam 75% das suas necessidades. Isso também levou a uma migração em massa de dezenas de milhares de famílias camponesas empobrecidas para áreas urbanas e favelas de Porto Príncipe (Brutus et Chalmers, 2010; Buteau et. Al, 2010).

No direito internacional, a intervenção por solicitação é geralmente vista como legítima quando um governo reconhecido pede ajuda externa para restabelecer a ordem constitucional ou assegurar a segurança interna. Autores como Olivier Corten defendem que essa modalidade de intervenção é comumente utilizada como uma estratégia jurídica que possibilita contornar o princípio da não intervenção, mantendo formalmente a soberania do Estado que a solicita (Corten, 2014). No contexto haitiano, a solicitação de Aristide, reconhecido internacionalmente como presidente legítimo, forneceu a base legal para a Resolução 940 do Conselho de Segurança da ONU. Essa resolução permitiu o uso da força para restabelecer o governo constitucional. No entanto, como aponta Malone (1998), a legalidade formal não resolve as questões políticas e históricas que envolvem esse tipo de intervenção, particularmente em países caracterizados por dependência externa.

O cenário do Haiti após 1991 não pode ser examinado de forma isolada. Ele se insere em uma extensa história de instabilidade política, militarização do poder e intervenção externa no Haiti. Farmer (2003) enfatiza que a fragilidade das instituições do Haiti é consequência de séculos de punição internacional, isolamento econômico e intervenções estrangeiras constantes. Nesse cenário, o pedido de intervenção externa em 1994 não surge como uma opção totalmente soberana, mas como uma alternativa restrita frente ao colapso institucional, à repressão militar e ao embargo econômico imposto ao país. Segundo Robert Fatton Jr. (2002), o Estado haitiano geralmente atua em um espaço de soberania nominal, onde importantes decisões são tomadas sob intensa pressão internacional.

De acordo com Dupuy (2005), o retorno de Aristide ocorreu sob a condição de um programa neoliberal que restringiu significativamente sua capacidade de ação política, convertendo a intervenção em um instrumento de reestruturação do poder estatal haitiano de acordo com os interesses externos. Dessa forma, a intervenção solicitada atuou mais como um mecanismo de tutela política do que um gesto de solidariedade internacional. Essa ambiguidade corrobora a análise de Michel Foucault sobre o poder moderno, que não se manifesta apenas por meio da coerção direta, mas também pela criação de condições que direcionam as decisões tanto dos indivíduos quanto dos Estados. Assim, a solicitação haitiana pode ser interpretada como um resultado das relações de poder já estabelecidas, em vez de um ato livre e autônomo.

A intervenção de 1994 exemplifica de forma clara o conflito entre soberania formal e soberania real. Apesar de o governo do Haiti ter concordado com a presença militar estrangeira, essa concordância precisa ser avaliada de forma crítica. Césaire (1955) alertou que, no cenário pós-colonial, o consentimento pode se tornar uma tragédia quando os povos subjugados são forçados a aceitar soluções impostas como se fossem decisões próprias. A intervenção no Haiti, solicitada pelo próprio país, demonstra ser um método sofisticado de controle, em que a retórica da legalidade internacional e da democracia oculta a persistência da dependência política e econômica. A atuação do ator externo não aborda as causas fundamentais da crise no Haiti, mas tende a replicá-las em novas manifestações.

3.5 DISCURSO DE TRANSIÇÃO: VESTIMENTA DEMOCRÁTICA

A Constituição haitiana de 1987 marcou simbolicamente o fim do regime duvalierista e inaugurou um novo ciclo político baseado, ao menos formalmente, nos princípios do constitucionalismo democrático, da soberania popular e do Estado de direito. No entanto, a transição democrática no Haiti revelou-se profundamente ambígua. O discurso da democratização passou a funcionar menos como uma ruptura estrutural com as lógicas autoritárias e mais como uma vestimenta normativa, isto é, uma linguagem legitimadora que recobre práticas de dominação antigas e novas. Como observa O'Donnell (1994), muitas democracias pós-autoritárias se organizam como “democracias delegativas”, nas quais as instituições representativas existem, mas operam de forma frágil, subordinadas a lógicas personalistas e externas. No caso haitiano, essa fragilidade foi agravada pela dependência internacional e pela constante interferência externa nos processos políticos internos.

O discurso de transição democrática no Haiti pós-1987 construiu-se a partir de vocabulários consagrados no campo político internacional: eleições livres, pluralismo

partidário, direitos humanos e governança. Contudo, como alerta Foucault (1971), o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas aquilo pelo que e através do que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Nesse contexto, a democracia passou a ser um significante estratégico, utilizado tanto por elites do país quanto por agentes internacionais. O seu papel principal foi assegurar a legitimidade simbólica de um Estado que estava estruturalmente debilitado. Pierre Bourdieu afirma que o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos (Bourdieu, 1991). A adoção do discurso democrático como evidência de soberania formal oculta a persistência de relações de poder desiguais.

A Constituição de 1987 representou uma conquista histórica ao afirmar direitos civis e políticos amplos e ao tentar limitar o poder executivo. Todavia, sua implementação ocorreu em um contexto de extrema vulnerabilidade institucional. Como destaca Robert Fatton Jr., o Estado haitiano pós-1987 permaneceu capturado por elites predatórias e por interesses estrangeiros que instrumentalizam a democracia para fins de controle (Fatton, 2002). A distância entre o texto constitucional e a prática política revela aquilo que Mbembe (2001) denomina de democracia de baixa intensidade, na qual os rituais eleitorais coexistem com formas profundas de exclusão social e violência estrutural.

No Haiti, eleições tornaram-se frequentemente eventos de validação internacional, mais do que mecanismos efetivos de soberania popular. O discurso de transição democrática no Haiti não pode ser dissociado da agenda das organizações internacionais, especialmente após o fim da Guerra Fria. A democracia passou a ser uma condição para ajuda financeira e reconhecimento diplomático. Como afirma Amin (1997), a democracia promovida pelo centro capitalista é frequentemente uma democracia sem povo, esvaziada de seu conteúdo social.

Nesse contexto, a democracia funciona como vestimenta, isto é, uma forma externa que confere aparência de normalidade institucional, enquanto decisões centrais são deslocadas para fora do espaço nacional. Césaire (1950) já denunciava essa lógica ao afirmar que uma civilização que escolhe fechar os olhos para seus problemas mais cruciais é uma civilização doente. A recusa em enfrentar as raízes históricas da dependência transforma a democracia em simulacro.

A experiência haitiana pós 1987 mostra que a transição democrática pode acabar se transformando em uma encenação institucional quando é reduzida a um discurso normativo. A vestimenta democrática não erradica a dominação; pelo contrário, pode torná-la mais tolerável e menos perceptível. Foucault (1976) resume que o poder é mais eficaz quando se manifesta não por meio da repressão direta, mas pela criação de verdades. Portanto, refletir sobre a

democracia no Haiti requer uma análise que transcenda a forma constitucional e questione as condições materiais, históricas e geopolíticas que a possibilitam. Sem essa condição, a transição permanece incompleta, e a democracia se torna apenas um símbolo sobre um corpo político que ainda está preso à lógica da dependência.

O começo dos anos 1990 no Haiti foi caracterizado por uma reestruturação das relações de poder transnacionais, fortemente impactada pela importância do discurso dos direitos humanos e pelo incentivo à democracia representativa. Esses fatores passaram a guiar de forma explícita a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina e ao Caribe. Depois do colapso do Bloco Oriental, esses princípios, combinados com a solidificação da economia de mercado no contexto da Nova Ordem Mundial, transformaram-se em padrões normativos que começaram a orientar a atuação de organizações regionais e internacionais, como OEA e ONU, especialmente no que diz respeito ao monitoramento, à pressão diplomática e à intervenção nos processos políticos do Haiti.

Como resultado dessa situação, surgem os conceitos de um direito de intervenção humanitária e de um dever de ajudar pessoas em risco, tornando ultrapassadas as ideias de Estado-nação, soberania e autodeterminação. Segundo Étienne (2007), isso coloca os países do Norte Global como os protagonistas predominantes incontestáveis no mundo globalizado. No entanto, a noção de que o bem-estar das populações está ligado à prosperidade, produtividade, democracia e respeito aos direitos humanos continua sendo pertinente. Se a democracia for priorizada, as políticas econômicas liberais são necessárias para o retorno de Aristide. No discurso proferido em 15 de setembro de 1994, o presidente dos Estados Unidos, William Clinton, destacou a importância essencial da democracia naquele país:

Não há dúvida de que o povo haitiano deseja abraçar a democracia; sabemos disso porque eles foram às urnas e mostraram isso ao mundo. A história nos ensinou que preservar a democracia em nosso próprio hemisfério fortalece a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos. As democracias aqui têm maior probabilidade de manter a paz e estabilizar nossa região. Elas têm maior probabilidade de criar mercados livres e oportunidades econômicas, e de se tornarem parceiros comerciais fortes e confiáveis. E têm maior probabilidade de proporcionar ao seu próprio povo as oportunidades que os encorajarão a permanecer em seu país e construir seus próprios futuros. Restaurar o governo democrático do Haiti ajudará a gerar mais estabilidade e prosperidade em nossa região, assim como nossas ações no Panamá e em Granada fizeram. (William (Bill) J Clinton, 1994). Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-haiti>. Acesso em: 20/02/2025.

Durante a campanha presidencial dos Estados Unidos em 1992, a condição dos

refugiados que chegavam por via marítima e a postura americana em relação ao Haiti foram assuntos frequentemente debatidos. Considerando a forte presença dos Estados Unidos no Haiti, muitos especialistas previam que qualquer solução para a crise demandaria a intervenção de Washington. Embora alguns esperassem mudanças, a eleição de Bill Clinton como presidente não resultou em alterações imediatas nas posições dos Estados Unidos. O presidente recém-eleito enfatizou que os Estados Unidos não estavam prontos para uma intervenção militar no Haiti e adotou uma postura bastante rigorosa em relação aos imigrantes haitianos que chegavam por via marítima (Tardif, 1997). No entanto, em 1994, ele se referiu de várias formas aos refugiados, aos imigrantes que chegavam por barco e ao interesse estratégico dos Estados Unidos em atuar na 'origem' do problema para interromper esse fluxo migratório:

Em um discurso à nação no dia 15 de setembro de 1994, o presidente dos Estados Unidos, William (Bill) J. Clinton justificou a ação militar no Haiti destacando a crise humanitária e suas consequências para os Estados Unidos. De acordo com Clinton, milhares de haitianos estavam fugindo do governo militar de Raoul Cédras em direção aos Estados Unidos. Somente naquele ano, a Guarda Costeira e a Marinha dos EUA resgataram quase 21 mil haitianos no mar em um período de menos de dois meses, enquanto mais de 14 mil refugiados estavam hospedados na Base Naval de Guantánamo. O presidente ainda afirmou que o bloqueio econômico já havia custado aproximadamente US\$ 200 milhões aos contribuintes dos Estados Unidos e que, sem uma intervenção, esses custos continuariam aumentando sem limites (Clinton, 1994). Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-haiti>. Acesso em: 20/02/2025.

3.6 O ESTADO: ÓRGÃO CENTRALIZADOR, AS ELITES: INTERESSES ECONÔMICOS

A Constituição de 1987 do Haiti surge como um marco jurídico-político que prometia acabar com a longa história de autoritarismo e personalismo do Estado. Contudo, mesmo com seu discurso democrático, o Estado haitiano continuou exercendo seu papel histórico como órgão centralizador de poder, geralmente desconectado das demandas reais das classes populares. Weber (1978) aponta que o Estado moderno é caracterizado pelo monopólio legítimo da violência física exercido sobre um território. No entanto, no Haiti, esse monopólio tem sido constantemente tomado por grupos limitados, transformando-se em uma ferramenta de dominação interna.

Michel-Rolph Trouillot ressalta que o Estado haitiano sempre atuou como uma entidade institucionalmente frágil, mas altamente eficiente na perpetuação de desigualdades, servindo como um intermediário entre interesses externos e elites locais (Trouillot, 1990). Desse modo, a centralização estatal não desaparece após 1987, ela se transforma, adotando formas compatíveis com o neoliberalismo e com a dependência estrutural do país. As elites econômicas

haitianas, tradicionalmente envolvidas no comércio de importação, controle aduaneiro e intermediação financeira, estabeleceram-se como protagonistas na apropriação do Estado.

Bourdieu (2012) defende que o Estado agrega diversas formas de capital, como o econômico, simbólico e burocrático, e que os que detêm esses capitais costumam impor sua perspectiva de mundo como a legítima. No Haiti, as elites empregam essa concentração para converter o Estado em um local para perpetuar seus privilégios. Após 1987, em vez de fomentar uma redistribuição de poder, o processo democrático criou novas possibilidades para que as elites exercessem influência sobre as políticas públicas, principalmente por meio de parcerias com organismos internacionais e potências estrangeiras. Gramsci (1971) contribui para a compreensão desse fenômeno ao declarar que a dominação moderna não se mantém apenas por meio da coerção, mas também pelo consentimento, seja ativo ou passivo, das classes subalternas. No Haiti, esse consentimento é geralmente gerado por meio do discurso sobre estabilidade, assistência internacional e inevitabilidade das reformas econômicas.

A partir de 1987, especialmente na década de 1990, as políticas neoliberais se intensificaram. As elites importadoras foram beneficiadas diretamente pela abertura comercial, redução das tarifas alfandegárias e enfraquecimento da produção agrícola nacional, enquanto as massas camponesas e urbanas se tornaram mais vulneráveis economicamente. Karl Marx já alertava que o Estado tende a atuar como um comitê para administrar os interesses da burguesia (Marx & Engels, 1848). As elites locais não apenas aceitaram as políticas externas, mas também as internalizaram, tornando-se parceiras estratégicas do capital internacional. Nesse cenário, o Estado adota um papel centralizador não com o objetivo de fomentar o desenvolvimento nacional, mas para assegurar um ambiente propício à acumulação de capital restrito e dependente.

A exclusão estrutural da maior parte da população haitiana é uma consequência direta dessa aliança entre o Estado centralizador e as elites econômicas. O Estado é percebido como distante, opressor ou apenas burocrático, sem conseguir garantir direitos fundamentais como educação, saúde e trabalho digno. Trouillot (1995) aponta que essa exclusão não é um mero acidente histórico, mas sim um resultado estrutural de um modelo de poder que tem se perpetuado desde a independência. Nesse contexto, o Haiti após 1987 demonstra a continuidade de um Estado que, apesar de ser oficialmente democrático, ainda funciona sob uma lógica colonial interna. Nesse sistema, as elites atuam como intermediárias entre o exterior e o interior, bem como entre o capital global e a população local.

A Constituição de 1987, muitas vezes vista como uma ruptura democrática, não aboliu a tendência histórica de centralização do poder estatal no Haiti. De acordo com uma perspectiva

foucaultiana, o Estado deve ser entendido não apenas como uma entidade jurídica, mas como um conjunto de mecanismos de poder que geram conhecimentos, normas e formas de subjetividade.

Como afirma Foucault (1976) o poder não está restrito a um lugar específico nem é possuído por alguns indivíduos; ele não é tratado como uma riqueza ou um bem. Em vez disso, o poder circula, se infiltra e se manifesta em uma rede. Após 1987, o Estado no Haiti ainda atua como um mecanismo de centralização governamental, não somente por meio da repressão direta, mas principalmente por meio de estratégias de gestão, controle administrativo e normalização social. O conceito de governamentalidade, fundamental para Foucault, auxilia na compreensão de como o Estado haitiano gerencia a pobreza, a insegurança e a dependência externa, convertendo problemas estruturais em questões de natureza técnica, humanitária ou de segurança.

Dessa forma, a centralização do Estado se manifesta não apenas no monopólio da violência, mas também no monopólio do discurso considerado legítimo acerca do desenvolvimento, da democracia e da ordem. Nesse contexto, o Haiti transforma-se em um laboratório de biopolítica periférica, no qual a vida dos habitantes é administrada de maneira precária, seletiva e extremamente desigual. Nesse sistema de poder, as elites haitianas exercem um papel fundamental. Elas atuam não só como beneficiárias econômicas, mas também como intermediárias entre o poder global e o contexto nacional. Foucault aponta que o poder gera conhecimentos que, por sua vez, fortalecem o próprio poder; não existe relação de poder sem a formação correspondente de um campo de saber (Foucault, 1975). As elites haitianas contribuem ativamente para a produção de conhecimento ao validar discursos despolitizados, tecnocráticos e neoliberais.

As elites, geralmente educadas no exterior ou alinhadas a instituições internacionais, se apresentam como detentoras da racionalidade moderna, ao passo que as classes populares são tratadas como incapazes, violentas ou dependentes. Essa hierarquização simbólica não apenas reforça a violência simbólica, conceito proposto por Pierre Bourdieu, mas também dialoga diretamente com a crítica de Aimé Césaire à internalização da lógica colonial. A lógica colonial ainda persiste, segundo o pensamento de Aimé Césaire. Césaire fornece uma chave essencial para entender a conexão entre Estado, elites e dominação no Haiti. Em seu Discurso sobre o colonialismo, Césaire (1950) declara que uma civilização que não consegue solucionar os problemas que gera é uma civilização em decadência. Essa crítica se aplica de forma incisiva ao Estado haitiano após 1987, que mantém estruturas coloniais de poder disfarçadas de soberania nacional.

Aimé Césaire critica o colonialismo não só como uma forma de dominação externa, mas também como um processo de desumanização internalizado, em que as elites colonizadas começam a governar seu próprio povo de acordo com os valores do colonizador. No Haiti, essa situação ocorre quando as elites implementam políticas econômicas que prejudicam a população em prol da credibilidade internacional, da estabilidade macroeconômica ou da boa governança. Nesse contexto, o Estado haitiano se transforma no que Césaire descreveu como um Estado colonizado internamente, em que a independência formal não resulta em verdadeira emancipação.

A manifestação evidente do imperialismo é a colonialidade do poder e o neoliberalismo no Haiti após 1987. Essa análise pode ser aprofundada com a teoria descolonial, particularmente com base em Aníbal Quijano. Quijano (2000) caracteriza a colonialidade do poder como a continuidade das estruturas coloniais em sociedades pós-coloniais, organizando o poder, o conhecimento e a economia de acordo com hierarquias raciais e epistêmicas. Haiti é um exemplo emblemático dessa colonialidade após 1987, período em que o Estado atua como um administrador da dependência.

As reformas neoliberais postas em prática após a abertura comercial de 1987, que incluíram o desmantelamento da agricultura local e privatizações, não devem ser vistas apenas como decisões econômicas, mas também como manifestações da colonialidade econômica. Elas favorecem diretamente as elites importadoras e financeiras, ao mesmo tempo em que intensificam a exclusão das maiorias negras e camponesas, que foram historicamente marginalizadas. Walter Mignolo e Nelson Maldonado-Torres enfatizam que a colonialidade envolve uma negação constante da plena humanidade dos indivíduos colonizados. Maldonado-Torres enfatiza que a colonialidade é uma lógica de morte (Maldonado-Torres, 2007). No Haiti, essa lógica se revela na normalização da pobreza, da migração compulsória e da violência sistêmica.

É importante destacar que a conexão entre um Estado centralizador e elites econômicas não se baseia somente na coerção, mas também na criação de consentimento. Retomando Gramsci e dialogando com Foucault e Césaire, pode-se dizer que esse consentimento é gerado de forma colonial. As pessoas são induzidas a aceitar políticas prejudiciais, disfarçadas como inevitáveis ou técnicas. Césaire (1950) adverte que o principal risco do colonialismo é levar os oprimidos a se habituarem à injustiça. No Haiti após 1987, essa acomodação acontece quando a exclusão se torna comum e quando o insucesso do Estado é imputado à população, em vez de ser relacionado à histórica estrutura de dominação.

Entendemos que a análise do governo do Haiti requer um novo olhar que vai além das

maneiras comuns de pensar sobre ele, que só focam nas suas funções administrativas ou na fragilidade das suas instituições. No Haiti, o governo tem uma história de ser um centro de poder, que vem de estruturas coloniais e pós-coloniais que favoreceram o controle político, fiscal e simbólico da sociedade, em vez de ajudar a criar um acordo social que incluía todos. Portanto, mais do que um "governo fraco", o Haiti tem um governo que é forte em reprimir as pessoas e fraco em sua aceitação, uma característica que é comum a países que passaram por colonialismo.

Weber (1999) descreve o Estado moderno como uma organização que consegue ter o controle exclusivo e aceito da força física dentro de uma área específica. Essa explicação, apesar de importante, não é suficiente para situações pós-coloniais como a do Haiti, onde a aceitação do Estado nunca foi totalmente estabelecida. Michel Foucault ajuda a mudar a atenção do poder da lei para as maneiras de exercer poder. Ele mostra que o Estado não é só uma entidade, mas o resultado de várias ações de governo e de controle sobre as pessoas e sobre a população (Foucault, 2008). No Haiti, essas ações sempre foram voltadas para observar, controlar e disciplinar a sociedade, especialmente as classes mais baixas e os camponeses.

Migdal (2001) apoia essa ideia ao dizer que, em muitos países depois da colonização, o governo não é fraco por não estar presente, mas porque não consegue dialogar sobre regras sociais com o povo, escolhendo usar métodos de força e controle. Esse jeito de governar aumenta a separação entre o governo e a população haitiana. Desde que o Haiti se tornou independente em 1804, o governo do país foi criado com foco na urgência militar e na falta de apoio internacional. O medo de ser colonizado novamente e o bloqueio diplomático que veio dos países que tinham escravidão fizeram com que o Haiti tivesse um governo muito centralizado, que se concentrava principalmente em proteger suas fronteiras e em arrecadar impostos.

Trouillot (1990) aponta que o governo do Haiti foi estruturado como uma instituição administrativa que atua de forma independente da população, continuando com formas de controle que vêm da época colonial, mesmo que oficialmente se declare contra o colonialismo. Para o autor, a conquista da autonomia política não trouxe uma mudança de pensamento em relação ao jeito de governar que era usado durante o período colonial. Essa centralização se mostrou, principalmente, no acúmulo de poder em Porto Príncipe, na exclusão das áreas rurais e na falta de participação dos camponeses na política. O governo virou, portanto, uma ferramenta das classes altas nas cidades, agindo como um intermediário dos interesses que eram mais fortes, tanto de fora quanto de dentro do país.

Césaire (2000), ao estudar o impacto que o colonialismo tem a longo prazo, diz que a

colonização cria sociedades onde a violência se torna algo comum na forma de governar. No Haiti, essa violência foi aceita como parte do próprio governo, que acabou passando a agir contra o seu povo em vez de junto com ele. A sequência de governos autoritários do século XIX até as ditaduras do século XX aumentou o controle central do Estado, que usou a força militar, a polícia e as leis como suas principais ferramentas para controlar a sociedade. Como diz Mbembe (2003), em situações pós-coloniais, o poder do governo muitas vezes se manifesta através de uma política de morte, onde o controle se revela pela habilidade de decidir quem pode viver e quem pode morrer.

A teoria da colonialidade do poder, criada por Aníbal Quijano, é muito importante para entender como funciona o Estado no Haiti. Para Quijano (2005) mesmo após conquistar a liberdade política, as desigualdades de raça, de riqueza e de conhecimento, que vieram com o colonialismo, ainda permanecem. No Haiti, o governo manteve essas desigualdades ao dar preferência a um pequeno grupo que se sentia mais conectado com os valores da Europa do que com a cultura e as tradições da maioria das pessoas. A língua, a educação, as leis e a administração pública se tornaram ferramentas que excluía a população e ampliavam a separação entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem.

O Estado haitiano, longe de ser apenas um estado fracassado ou falta de presença, deve ser visto como um governo que historicamente busca centralizar o poder, influenciado por situações de colonização, questões raciais e fatores internacionais. Sua força vem do controle e da centralização do poder, mas sua fraqueza aparece na dificuldade de ganhar aceitação social e em envolver a população na política. Repensar o Estado haitiano exige uma abordagem que rompa com os paradigmas herdados do pensamento colonial. Isso implica não apenas examinar o funcionamento e a estrutura das instituições estatais, mas também questionar os fundamentos epistemológicos e políticos que orientam as formas de governança e administração do país.

3.7 HAITI E SUA SOBERANIA

A soberania e a habilidade do Estado, de se posicionar acima de todos no contexto interno e de estar em igualdade com outros Estados, poder do Estado é soberano e supremo. Mas o caso do Haiti faz muito sentido o que Guggenheim (1952), em sua análise aponta, de que soberania estatal pode desaparecer com fusões de Estados ou limitar suas funções ao participar de organizações internacionais. Observamos que no Haiti desde 1915 com a ocupação americana do Haiti até a atualidade é contrário do que Rezeck (2002) argumenta sobre a soberania significa que um Estado não responde a nenhuma autoridade superior e define seus

próprios poderes. Ele coopera com outros Estados para construir uma ordem internacional baseada em interesses coletivos.

O Haiti, anteriormente conhecido como Saint Domingue, durante o período em que era uma colônia francesa. Uma rebelião de escravizados resultou na independência do Haiti, tornando-se o primeiro país de negros a abolir a escravidão, enfrentar o colonialismo, o racismo, entre outros desafios, e proclamou sua independência em 1º de janeiro de 1804. E que auxiliou outros países a se libertarem da escravidão. Que tanto na primeira constituição de 1805 quanto na de 1987, que é a atual, o país estabelece de forma clara a questão da soberania.

A soberania na Constituição de 1805, promulgada por Jean Jacques Dessalines, estabelece que o povo da ilha antes conhecida como Saint-Domingue concorda em se organizar como um Estado livre, soberano e independente de qualquer outra autoridade no mundo, sob a denominação de Império do Haiti. Na constituição de 1987, Art. 58: A soberania nacional reside na universalidade dos cidadãos. Os cidadãos exercem diretamente as prerrogativas de soberania por meio de: a) eleição do Presidente da República; b) eleição dos membros do Poder Legislativo; c) eleição dos membros de todos os demais órgãos ou assembleias previstas na Constituição e na lei. Art. 59: Os cidadãos delegam o exercício da soberania nacional a três (3) poderes: a) legislativo; b) executivo; c) judiciário. O princípio da separação dos três (3) poderes está consagrado na Constituição. Entendemos que a questão da soberania era sim a preocupação dos constituintes na época, por isso o foco aqui e compreender o fato de que a soberania do país está sequestrada ou negociada.

A análise exige a distinção fundamental entre as duas dimensões da soberania como qualquer outro Estado Moderno. De um lado, a soberania estatal, que se refere ao controle e à autoridade do aparato governamental sobre seu território. De outro, a soberania nacional, associada ao direito da nação à autodeterminação e à sua capacidade de agir de forma independente nas relações internacionais. Embora distintos, esses dois conceitos não são absolutos e se manifestam em uma complexa relação com diversos modelos intermediários.

A teoria tradicional da soberania do Estado, que afirma que o Estado representa a forma mais elevada de organização política e social, remonta ao século XIV. Esta teoria está diretamente associada à queda do poder universal do Papa na Europa e do Imperador. Bodin foi um dos primeiros quem a apresentou pela primeira vez de forma exaustiva na sua obra "Seis livros da República", publicada em 1576. O autor associa a monarquia absoluta ao monarca no que respeita ao conceito de soberania. Descreve-a como uma autoridade incontestada, desligada de qualquer elemento externo, e com uma independência total em relação aos seus súbditos.

A Paz de Vestefália, em 1648, foi um marco que consolidou o princípio da soberania

nacional na Europa, pondo fim à era do universalismo papal e imperial. Esse tratado garantiu a existência de nações autônomas e formalmente iguais. A base teórica para essa nova ordem, no entanto, foi estabelecida décadas antes por Bodin (1583), que definiu a soberania como o poder absoluto, perpétuo e indivisível de um Estado. A questão fundamental que emerge da teoria de Bodin é a de quem detém essa soberania, o que leva à distinção crucial entre a soberania do monarca, central em sua obra, e a soberania popular, que se tornaria o pilar das democracias futuras.

Complementarmente, o jurista e diplomata brasileiro Celso Lafer (1998) argumenta que o conceito clássico de soberania, entendido como poder absoluto e indivisível do Estado dentro de suas fronteiras, foi profundamente transformado no contexto da globalização. A crescente interdependência entre as nações e a consolidação de um regime internacional de direitos humanos relativizam a soberania, que passa a ser compreendida não apenas como um direito, mas também como uma responsabilidade. O Estado soberano moderno é aquele que, ao mesmo tempo que afirmar sua autoridade, participa ativamente da ordem internacional e se sujeita a suas normas, especialmente àquelas que visam proteger a dignidade humana. Essa tensão entre a dimensão interna e a externa da soberania é uma característica central da política contemporânea.

O conceito westfaliano de soberania absoluta é incompatível com a ordem internacional contemporânea. Atualmente, a soberania é limitada por normas jurídicas internacionais e por um processo de delegação voluntária de competências a entidades supranacionais. Nesse contexto, a soberania moderna é melhor definida não como poder ilimitado, mas como a capacidade do Estado de determinar suas próprias competências, decidindo quais delas transferir. A globalização, como aponta Bauman (1999), intensifica essa dinâmica, desafiando a prática da soberania e gerando uma crise que questiona a própria relevância do conceito e o objeto do controle territorial.

Dada a sua amarga história, a Constituição haitiana de 1987 elege a soberania como um de seus valores fundamentais. O texto a define em duas dimensões complementares: a soberania nacional, que reside na totalidade dos cidadãos (Art. 58), e a soberania estatal, exercida através da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Art. 59). Essa estrutura constitucional dialoga com o conceito normativo de soberania no direito internacional, onde, conforme a Convenção de Montevideu e a Carta da ONU, a "independência" é entendida como a capacidade de um Estado de manter um conjunto de prerrogativas e fatos definidos, protegidos por acordos multilaterais.

A teoria da soberania nacional postula que o poder emana do povo. Suas raízes

remontam a pensadores como Marsílio de Pádua, que atribuía o poder de legislar exclusivamente à população, e são reforçadas por argumentos utilitaristas: o povo está mais apto a identificar o bem comum e a obedecer às leis que ele mesmo cria. No entanto, foi Jean-Jacques Rousseau quem forneceu a interpretação contemporânea definitiva, definindo o soberano como a "entidade moral e coletiva" de todos os cidadãos. Para Rousseau, a autoridade só é legítima se expressar a "vontade geral", sendo este um poder inalienável que não pode ser delegado (Rousseau, 1948, 1762).

Norberto Bobbio (1998) também afirma que a soberania popular é o “poder supremo que pertence ao conjunto dos cidadãos”, legitimando as instituições e governantes apenas quando estes representam a vontade do povo. E comparando com a soberania nacional que é a autoridade soberana e autônoma do Estado em seu território e em suas interações com outros Estados. Ela simboliza a autoridade suprema do país, sem se submeter a qualquer poder externo. Bodin (1576), em “Os Seis Livros da República”, define a soberania nacional como o “poder absoluto e perpétuo da República”, ou seja, a habilidade de estabelecer leis e governar sem a necessidade de outro poder. Segundo Bobbio (1998), a soberania nacional é o “poder político supremo que caracteriza o Estado como sujeito de direito internacional”. Isso implica que uma nação soberana possui a liberdade de determinar seus próprios caminhos políticos, econômicos e sociais.

Quando confrontado com a realidade haitiana, este ideal se revela utópico. Desde a morte de Dessalines, o país tem sido governado por uma oligarquia que historicamente tratar com negligência o bem-estar da população. A noção de um Estado utilitário, que busca aumentar a felicidade geral, contradiz diretamente a experiência de uma nação onde o poder estatal tem servido consistentemente aos interesses de uma pequena elite, e interesses estrangeiros e não à vontade geral do povo. A teoria da soberania popular, consolidada por Jean-Jacques Rousseau, postula que o poder legítimo emana da "vontade geral" do povo e é inalienável. Embora a democracia representativa moderna argumente que a complexidade e o custo da governança exigem a delegação de poder a especialistas, o ideal rousseauiano de que o povo deve ter a decisão final em questões cruciais permanece um pilar do pensamento democrático.

No entanto, para o Haiti, este ideal é pervertido por um paradoxo brutal no direito internacional. Conforme a análise de Pierre-Louis (2023), a falha do Estado haitiano em cumprir suas obrigações soberanas (como garantir a segurança e os direitos humanos) é utilizada pela ONU como justificativa para a intervenção. Essa lógica permite que nações com interesses próprios, muitas vezes com a cumplicidade de elites locais que intensificam a

violência para legitimar a ação externa, promovam resoluções que violam a soberania em nome de "restaurar a democracia". Operações como a de 1994, autorizada pela ONU (Poulligny-Morgant, 1998). E a MINUSTAH em 2004, exemplificam como o discurso da soberania popular é invocado para justificar intervenções que, na prática, a anulam completamente.

Nessa mesma linha de raciocínio, o sociólogo peruano Quijano (2005) oferece uma chave de leitura fundamental ao analisar a "colonialidade do poder". Para o autor, a estrutura de poder no mundo moderno, incluindo a própria concepção de Estado-nação na América Latina, foi fundada sobre uma lógica colonial e racial. Essa herança faz com que a soberania de países como o Haiti seja inerentemente frágil, pois o aparato estatal, embora formalmente independente, continua a operar dentro de um circuito de dependência externa e a servir a interesses que não correspondem à totalidade da nação. Assim, a intervenção estrangeira não é um acidente, mas uma consequência lógica de uma estrutura de poder global que nunca deixou de ser colonial, na qual a soberania nacional dos países periféricos é constantemente preterida em favor da manutenção dessa ordem.

Para compreender essa circunstância em 2023, duas teorias a respeito da incorporação do direito internacional ao direito interno são citadas: a teoria dualista, que demanda um procedimento de recepção, e a teoria monista, que afirma que o direito internacional é aplicado de forma direta. Essas teorias não alteram a hierarquia nem a responsabilidade do Estado. Os relatórios entre a lei haitiana e o direito internacional. A relação entre o direito internacional e o direito nacional é definida de maneira clara na Constituição do Haiti. O presidente é responsável por negociar e firmar tratados e acordos internacionais, o que implica que nem o poder judiciário nem o poder legislativo podem comprometer o Haiti com tais obrigações. A incorporação das normas internacionais exige a aprovação da Assembleia Nacional, que se reúne em uma única sessão para esse fim.

A Corte de Cassação reafirmou que apenas o Executivo pode assinar documentos jurídicos internacionais, determinando que os parlamentares não podem firmar acordos sem a devida autorização. No que diz respeito à hierarquia das normas, a Constituição ocupa o primeiro lugar, seguida por convenções, tratados, leis, decretos e outros atos regulamentares. Não é possível ratificar um texto internacional que vá contra a Constituição. A verificação da constitucionalidade das leis é um desafio devido à ineficiência do Conselho Constitucional, que, embora previsto na Constituição de 1987, nunca foi instituído. Os acordos internacionais têm primazia sobre as legislações nacionais e revogam aquelas que estão em conflito com eles. Finalmente, um tratado internacional só produz efeito a nível nacional após sua divulgação no Diário Oficial do país "*Le Moniteur*". Os artigos 139, 276 e seguintes da Constituição tratam

da incorporação do direito internacional no direito nacional e são apresentados da seguinte forma:

O Artigo 139: O presidente da República negocia e assina todos os tratados, convenções e acordos internacionais e os submete à ratificação da Assembleia Nacional; Artigo 276: A Assembleia Nacional não pode ratificar nenhum tratado, convenção ou acordo internacional que contenha cláusulas contrárias a esta Constituição; Artigo 276-1: A ratificação dos tratados, das convenções e dos acordos internacionais é dada na forma de Decreto; Artigo 276-2: Os tratados ou acordos internacionais, uma vez sancionados e ratificados nas formas previstas pela Constituição, fazem parte da Legislação do País e revogam todas as Leis que lhes são contrárias. (Pierre-Louis, 2023).

Segundo o autor, uma vez aprovado pela Assembleia Nacional e publicado no "Le Moniteur", o direito internacional pode ser invocado perante as jurisdições nacionais. No entanto, ainda persistem dificuldades, como a incorporação eficaz de textos jurídicos estrangeiros no direito nacional. É necessário tomar medidas para a transposição e implementação das convenções internacionais. Este compromisso é ressaltado pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Na observação número 31, o Comitê de Direitos Humanos (CDH) enfatiza que os Estados são obrigados a adotar ações legislativas, judiciais e educativas para honrar seus compromissos legais. Eles também têm a responsabilidade de educar os funcionários e o público. A falta de tais ações prejudica a implementação dos direitos essenciais. Por exemplo, o Haiti deve incorporar o direito internacional relativo aos direitos humanos em sua legislação nacional. A situação atual resulta de uma insuficiência das ações governamentais para honrar esses compromissos, e um envolvimento das elites na proteção dos direitos fundamentais poderia mudar o cenário.

A soberania haitiana é constantemente erodida por uma dupla dinâmica: o desrespeito de potências estrangeiras e a conivência de suas próprias lideranças, que frequentemente negociam a autonomia do país em troca de interesses particulares. Essa situação transgrede um pilar do direito internacional, que postula que toda autoridade supranacional emana do consentimento dos Estados. Essa premissa é análoga à soberania nacional, onde o poder do Estado é limitado pela Constituição que emana do povo. Se as entidades internacionais pudessem definir suas próprias competências, toda a ordem jurídica global entraria em colapso. O caso do Haiti, portanto, expõe a fragilidade desse sistema quando confrontado com a real política e a falta de vontade de defender os princípios soberanos.

A soberania nacional, embora universal, não é um conceito estático, pois se baseia em

noções de direito natural que evoluem com o tempo. Isso levanta a questão: é possível renunciar a ela? A resposta é negativa quando se trata do Estado. O Estado não pode abdicar da soberania porque não a possui; ele é apenas o seu guardião. A soberania pertence inalienavelmente à nação, a coletividade de cidadãos. Teoricamente, apenas o próprio povo, por meio de um novo contrato social unânime, poderia decidir sobre tal renúncia. A persistente incapacidade do Estado haitiano de defender sua soberania contra a intervenção estrangeira, portanto, não anula esse princípio, mas expõe uma crise de representação que questiona a validade do pacto social vigente.

A elite ignora a questão de soberania do país e, mesmo diante da situação precária, é apenas a população marginalizada que depende do respeito ao país e à memória dos antepassados, buscando com frequência maior autoridade ou autonomia. Geralmente, isso leva a um intenso sentimento de patriotismo e identidade nacional. Dessa forma, o nacionalismo ou a ideologia nacional é fundamental para a manutenção do Estado e de sua contraparte, a nação. Como citado no caso do Haiti, é o povo que demonstra o sentimento mais intenso de nacionalismo, buscando incessantemente proteger a pátria e valorizar a história e os discursos significativos de nossos heróis. Diferentemente das elites, que se comportam de maneira oportunista e evitam abordar a soberania até que se sintam ameaçadas, ou seja, quando seus próprios interesses econômicos estão em risco.

Desde 1915 os Estados Unidos detêm o monopólio das relações sociais, políticas e econômicas do Haiti, nomeadamente no que diz respeito aos sírio-libaneses. Só durante a ocupação americana do nosso país (1915-1934) é que vimos a comunidade sírio-libanesa começar a estabilizar-se. Os americanos viam-nos como bons comerciantes, mas também como potenciais aliados para separar a economia haitiana da influência europeia, sobretudo alemã. A presença militar americana no Haiti prolongou-se por dois grandes conflitos (a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais), com a Alemanha a manter-se como um inimigo constante. Para esse jornal online (REZONODWÈS, 2023).

A ocupação americana representou a primeira chance de consolidar a comunidade libanesa no Haiti, atualmente conhecida como sírio-libanesa. Essa comunidade controla a economia do país e demonstra indiferença em relação à situação local, nunca se sentindo ameaçada ou atacada. Eles detêm o controle das gangues, da polícia, dos líderes políticos e dos governantes, além de financiarem campanhas políticas, e quando esses grupos estão no poder, é necessário retribuir. Discutir a soberania no Haiti é como atirar pedras no mar ou tentar segurar o vento. Precisamos aprofundar e refletir mais sobre esse assunto, que consideramos extremamente relevante, especialmente no caso do Haiti, que exige este trabalho.

No Haiti, as classes dominantes têm manipulado historicamente o ideal de soberania nacional em benefício próprio. Enquanto o invocam para oprimir as classes trabalhadoras, essas mesmas elites simultaneamente se prostram perante as potências imperialistas, entregando a riqueza da nação. Essa dualidade demonstra que as diversas classes e grupos políticos haitianos nunca vivenciaram ou conceberam a soberania de forma uniforme. Desde os primeiros anos da independência, o conceito tem sido tema de controvérsias relacionadas ao modelo de Estado, à posição internacional do país e à estrutura econômica interna.

As trajetórias políticas de Alexandre Pétion e Henri Christophe exemplificam essa tensão: Pétion priorizava um projeto republicano focado na integração comercial e diplomática com as potências europeias, sobretudo a França, enquanto Christophe defendia um Estado centralizado, militarizado e relativamente isolacionista, baseado na preservação da independência e na segurança nacional. Apesar de ambos almejarem fortalecer a soberania do novo Estado haitiano, suas abordagens refletiam diferentes interesses sociais e concepções divergentes sobre como assegurar a autonomia nacional. Assim, desde a origem da independência do Haiti, a soberania se estabeleceu como um conceito constantemente desafiado, apropriado e utilizado por diversos grupos políticos e elites governantes.

Essa disputa mostra que a soberania não deve ser entendida como uma condição jurídica estática, mas como uma construção histórica e política em constante negociação. Krasner (1999) argumenta que a soberania é um conjunto de práticas e reivindicações que geralmente são tensionadas pelas relações de poder internas e externas. No Haiti, as tensões foram intensificadas pelas pressões das potências imperialistas e pelas divisões entre as elites nacionais, transformando a soberania em um campo constante de conflito entre projetos de Estado, interesses de classe e estratégias de inserção internacional.

A análise de Fils-Aimé (2013) sobre a fragilização da soberania haitiana é perfeitamente ilustrada pela Concordata de 1860. Enquanto líderes como Jean-Pierre Boyer cediam a pressões externas, o Presidente Fabbre Geffrard fez uma concessão interna de soberania ao Vaticano. Este acordo foi visto como uma obra-prima por uns, mas criticado por outros por estabelecer uma autoridade paralela que poderia entravar o funcionamento do Estado. A ideia de soberania se torna problemática no contexto haitiano devido à continuidade das intervenções externas.

Como discutir soberania quando as decisões políticas, econômicas e institucionais do país ainda são moldadas pela presença e influência estrangeiras? A história do Haiti mostra que, desde a ocupação militar dos EUA de 1915 a 1934 até as intervenções internacionais mais recentes, a independência do Estado haitiano tem sido constantemente restringida por agentes externos. Nesse contexto, a soberania não deve ser vista apenas como um princípio jurídico

formal, mas deve ser examinada considerando as relações de poder que limitam a habilidade do Haiti de determinar seu próprio futuro político.

Observamos que a antiga ocupação militar direta de um país específico foi substituída por intervenções de organismos internacionais como a ONU, frequentemente com a cumplicidade de líderes haitianos, como no retorno de Jean-Bertrand Aristide. Sob o pretexto de resolver crises de segurança, o Conselho de Segurança da ONU impõe forças de ocupação que, na prática, servem para proteger os interesses das potências imperialistas e das elites locais, sem jamais solucionar os problemas de fundo.

O paradoxo se aprofunda com missões como a MINUSTAH, cujo objetivo declarado é a instauração de um Estado de direito, mas que opera em total contradição com a soberania nacional. Nesse processo, setores da elite trocam a soberania pela exclusão das massas populares, que permanecem subjugadas pela oligarquia e pelo capital estrangeiro. Isso levanta a questão fundamental: o que resta da soberania nacional quando o próprio mecanismo para a restaurar é a sua anulação?

Enfim, o Exército Nativo foi a principal e única força armada da Revolução Haitiana, formado principalmente por ex-escravizados. Esse exército teve um papel crucial na derrota das tropas de Napoleão e na declaração da independência do Haiti em 1804, consolidando, dessa forma, a soberania nacional do novo país. Após a morte de Jean Jacques Dessalines, houve uma mudança significativa no exército, conforme aponta o historiador Michel Soukar. Dessalines, conhecido como o pai da independência, viu o exército que antes defendia a nação ser transformado em um exército subordinado que protegia apenas os grandes latifundiários, comerciantes e estrangeiros, enquanto maltratava a classe marginalizada.

A história política do Haiti é caracterizada por uma tensão contínua entre iniciativas de libertação popular e sistemas de poder que perpetuam formas de dominação, tanto internas quanto externas. Desde o século XIX, especialmente durante o século XX e início do século XXI, uma parcela considerável das elites políticas e econômicas do Haiti teve um papel fundamental na criação de uma estrutura social altamente desigual, muitas vezes alinhada aos interesses geopolíticos das potências estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos. Esse processo levou ao enfraquecimento gradual das habilidades de resistência popular e à restrição das oportunidades para a criação de um Estado soberano e socialmente inclusivo.

A intervenção direta dos EUA no Haiti durante a Ocupação (1915–1934) marca um ponto crucial na reestruturação das relações entre as elites locais e o poder imperial. Nesse período, as autoridades de ocupação reestruturaram as instituições do Estado haitiano, estabeleceram novas estruturas militares e administrativas e implementaram reformas

econômicas com o objetivo de integrar o país de forma subordinada à economia global. Por exemplo, a formação da Gendarmerie d'Haïti serviu como um mecanismo fundamental para o controle político e repressão interna, com o objetivo de neutralizar movimentos populares e assegurar a estabilidade requerida pela ordem estabelecida pela ocupação (Renda, 2001; Trouillot, 1990).

De acordo com Michel-Rolph Trouillot (1990), a ocupação dos Estados Unidos não só alterou a estrutura do Estado haitiano, como também consolidou uma aliança estrutural entre as elites locais e os interesses estrangeiros. Segundo o autor, a reestruturação do Estado nesse período consolidou um tipo de poder marcado pela exclusão política das classes populares e pela dependência econômica em relação ao exterior. Nesse cenário, as elites urbanas e comerciais começaram a exercer um papel intermediário entre as potências globais e a sociedade haitiana, aproveitando-se da ordem econômica estabelecida ao mesmo tempo em que contribuíam para a marginalização das reivindicações populares.

Essa dinâmica pode ser examinada por meio do conceito de colonialidade do poder, proposto por Aníbal Quijano (2000). Quijano enfatiza que as hierarquias sociais e raciais criadas durante o período colonial ainda moldam as relações de poder nas sociedades da América Latina e do Caribe. Embora a independência tenha simbolizado uma ruptura histórica com o colonialismo francês, as estruturas de dominação global ainda operavam no Haiti por meio de novas formas de dependência econômica e política. Desse modo, as elites nacionais começaram a exercer um papel crucial na perpetuação dessas hierarquias, frequentemente atuando como intermediárias da inserção subalterna do país na economia global.

No contexto da Guerra Fria e da crescente presença dos Estados Unidos no Caribe, essa conexão entre elites nacionais e poder externo se fortaleceu a partir da segunda metade do século XX. Sistemas políticos baseados na repressão, centralização do poder e uso da violência estatal foram consolidados por regimes autoritários, como o de François Duvalier e, posteriormente, de Jean Claude Duvalier. Apesar de terem criado uma retórica nacionalista, a sobrevivência política desses regimes esteve fortemente ligada ao apoio internacional, especialmente dos Estados Unidos, que buscavam assegurar a estabilidade política na área (Farmer, 2004).

Segundo Paul Farmer (2004), a repressão sistemática durante a ditadura de Duvalier desmantelou muitas das organizações sociais e políticas que poderiam ter sustentado a mobilização popular a longo prazo. A utilização da violência, combinada com a concentração excessiva de riqueza e poder em uma minoria privilegiada, gerou um clima de medo e desintegração social que debilitou consideravelmente as habilidades coletivas de resistência.

Bem como descrevem esses autores, o uso sistemático da violência, aliado à concentração extrema de riqueza e poder em uma minoria privilegiada, criou um clima de medo constante, fragmentação social e desmobilização política, que enfraqueceu significativamente as habilidades coletivas de resistência. Fanon (1968) argumenta que a violência colonial funciona tanto como um meio de repressão quanto de desestruturação do tecido social. Por outro lado, Trouillot (1990) mostra que, no Haiti, a concentração do poder coercitivo nas mãos do Estado e das elites políticas levou ao enfraquecimento das formas autônomas de organização popular e à limitação da construção de uma cidadania verdadeiramente democrática.

Apesar desse cenário desfavorável, o final dos anos 1980 viu o retorno de relevantes movimentos populares, que resultaram na eleição de Jean Bertrand Aristide em 1990. A ascensão de Aristide marcou um momento único na história política do Haiti, pois refletia o desejo de grandes segmentos da população por justiça social, democracia e soberania nacional. Contudo, a resposta das elites econômicas e de setores do aparato estatal foi rápida. Apenas meses após assumir o cargo, Aristide foi deposto durante o Golpe de Estado haitiano de 1991, o que evidenciou a fragilidade das instituições democráticas e a continuidade das alianças entre as elites locais e os interesses internacionais.

Fanon (1961), em sua análise das sociedades pós-coloniais, observa que a burguesia nacional tende a adotar uma postura conservadora, optando por manter seus privilégios por meio da colaboração com poderes externos em vez de fomentar mudanças sociais significativas. Essa interpretação fornece uma perspectiva especialmente útil para entender a trajetória das elites haitianas, que historicamente atuaram com o objetivo de preservar seus interesses econômicos e políticos, mesmo que isso significasse comprometer a soberania nacional.

Nesse contexto, a crise política que resultou na saída de Aristide em 2004, frequentemente ligada ao Golpe de Estado haitiano de 2004, pode ser vista como um episódio de um padrão histórico mais abrangente de intervenção externa e colaboração interna. Vários estudos apontam que setores das elites haitianas tiveram um papel ativo na desestabilização do governo, em articulação com atores internacionais que consideravam as políticas de Aristide uma ameaça à ordem política e econômica estabelecida (Hallward, 2007).

De acordo com Peter Hallward (2007), a diminuição das forças populares no Haiti não pode ser entendida apenas como efeito da repressão direta, mas também como resultado de um processo mais abrangente de despolitização e fragmentação social. Durante décadas, as políticas econômicas neoliberais, intervenções internacionais e alianças entre elites nacionais e interesses estrangeiros ajudaram a diminuir o espaço político para movimentos populares e organizações de base.

De acordo com Peter Hallward (2007), a diminuição das forças populares no Haiti não pode ser entendida apenas como efeito da repressão direta, mas também como resultado de um processo mais abrangente de despolitização e fragmentação social. Durante décadas, as políticas econômicas neoliberais, intervenções internacionais e alianças entre elites nacionais e interesses estrangeiros ajudaram a diminuir o espaço político para movimentos populares e organizações de base.

Nesse contexto, a análise do avanço imperialista estadunidense na América Latina e Caribe e especificamente no Haiti foco do nosso estudo, está profundamente ligada à política constante dos EUA de alcançar a supremacia política e econômica na região. A persistência em exercer sua influência é evidente, controlando governos, líderes e elites, exército com facilidade. A questão da soberania parece já ter sido negociada, pois não há resistência por parte das autoridades, e o povo, que não possui meios para proteger sua própria vida, se vê sempre em uma situação vulnerável.

O Haiti passou por uma tentativa de recolonização em 1915, como resultado do imperialismo dos Estados Unidos. No contexto da expansão do imperialismo americano no Caribe, o Haiti passou por um processo em 1915 que pode ser visto como uma tentativa de recolonização. Ao contrário do colonialismo clássico ou do império territorialista, que se caracterizava pela ocupação permanente, administração colonial direta e incorporação formal de territórios à metrópole, o imperialismo do início do século XX passou a operar cada vez mais por meio de mecanismos de controle econômico, financeiro e institucional.

Vladimir Lenin argumenta que o imperialismo é a etapa do capitalismo monopolista em que o capital financeiro e os grandes grupos bancários e industriais procuram expandir sua influência além das fronteiras nacionais, subjugando as economias periféricas por meio do controle do crédito, do comércio e das estruturas estatais (Lenin, 1917). Nesse contexto, a ocupação dos Estados Unidos no Haiti não deve ser vista apenas como uma ação militar, mas como um componente de um projeto mais extenso de reestruturação econômica e política do país para atender aos interesses estratégicos e financeiros dos EUA.

Essa dinâmica também pode ser examinada sob a perspectiva da teoria da dependência e da crítica ao sistema capitalista global. Segundo Samir Amin, o imperialismo atual atua principalmente por meio da integração subordinada das economias periféricas ao sistema capitalista global, assegurando que os centros de poder econômico mantenham o domínio sobre fluxos de capital, recursos e mercados (Amin, 1974). No que diz respeito ao Haiti, a ocupação de 1915 estabeleceu mecanismos tangíveis dessa subordinação: o controle das alfândegas, a reestruturação das finanças públicas e a imposição de reformas institucionais que restringiram

a autonomia do Estado. Assim, embora não tenham instaurado formalmente um regime colonial clássico, os Estados Unidos impuseram uma forma de tutela econômica e política que limitou significativamente a soberania do Haiti.

O conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Aníbal Quijano, também pode agregar valor à análise desse processo. De acordo com o autor, a colonialidade diz respeito à continuidade das estruturas de dominação colonial no período pós-colonial, evidenciando-se na organização hierárquica do sistema global, na racialização das relações de poder e na subordinação política e econômica das sociedades periféricas (Quijano, 2000). Nesse contexto, a intervenção dos Estados Unidos no Haiti replicou dinâmicas coloniais de controle e tutela, intensificando a marginalização do país na economia global e solidificando formas de dependência estrutural que perduraram além do período oficial de ocupação.

Em conclusão, a visão crítica de Frantz Fanon possibilita a compreensão das dimensões políticas e psicológicas da dominação imperial. Fanon defende que o colonialismo vai além da exploração econômica e da ocupação territorial; ele também envolve a desestruturação das instituições políticas locais e a imposição de uma ordem que torna a subordinação dos povos colonizados algo natural (Fanon, 1961). A ocupação de 1915 no Haiti foi tanto um instrumento de controle econômico e estratégico quanto uma tentativa de remodelar o Estado e suas instituições de acordo com os interesses e as ideias políticas da potência ocupante. Dessa forma, a intervenção dos Estados Unidos no Haiti pode ser vista como um processo de recolonização que envolveu a presença militar, controle financeiro e reestruturação institucional. Apesar de não ter restabelecido formalmente um regime colonial clássico, foi implementado um sistema de dominação indireta que restringiu a soberania do Haiti e o incorporou de forma subordinada à lógica do imperialismo financeiro e geopolítico caribenho.

O regime estabelecido exerceu controle total sobre a sociedade, levando à fragmentação da nação. As mobilizações nacionalistas conseguiram forçar a retirada das tropas em 1934, porém não evitaram a criação de instituições locais autoritárias, como o exército que serve como instrumento para executar o trabalho dos ianques e defender seus interesses seja como for. É o que se observa até hoje e autoridades que não podem nem tomar uma decisão sem consultar o departamento americano. O Haiti sofrendo experimentos políticos, econômicos e sociais impostos pelos Estados Unidos, desde a ocupação de 1915 a 1934, até hoje com inúmeras intervenções.

Como um novo Estado, o Haiti encontrou o seu lugar entre as nações modernas. No entanto, encontra-se preso numa contradição entre o velho livre e o novo livre. Esta contradição ainda está conosco sob várias formas e só será resolvida com a vitória das classes oprimidas e

subalternas sobre as classes dominantes e dominadoras. Neste contexto, o Haiti, e mais especificamente a nação das classes trabalhadoras, sufocada desde o início pelo poder nascido da longa guerra de independência, ainda está à procura da sua identidade. Estas entidades não conseguiram recuperar a sua independência política e organizativa, elemento essencial para a criação do seu próprio Estado-nação durante a fase inicial da revolução socialista.

Apesar do seu caráter enfraquecido, a nação haitiana aspira a ser, como qualquer outra nação, um reflexo do sistema capitalista moderno e do seu corolário, o imperialismo. No entanto, isso não está gravado na pedra. Ao tomar conta de toda a luta dos antigos quilombolas, hoje considerados vagabundos por uma parte significativa dos negros e mulatos libertados, as forças revolucionárias antiescravagistas metamorfosearam-se no seu contrário. A crise atual do Haiti, marcada por instituições em colapso e pela total incapacidade do Estado de exercer sua autoridade, é o resultado de uma longa história de soberania comprometida. Desde 1915, a ingerência estrangeira tem sido uma constante, muitas vezes viabilizada por líderes locais que negociam a autonomia do país em troca de favores.

Essa dinâmica de cumplicidade interna e pressão externa levou o Estado ao seu ponto de ruptura. A soberania não é mais uma questão de defesa, mas de reinvenção. Com um povo abandonado à sua sorte e uma nação fraturada por sua própria exclusão, a única saída é repensar radicalmente o contrato social e construir um novo paradigma de soberania que possa, finalmente, servir ao bem-estar coletivo. Nota-se que o conceito original de soberania nacional é alterado pela atual ordem econômica mundial e pela geopolítica. Os países estão adaptando suas constituições para uma melhor integração, e a soberania é considerada relativa, sujeita à influência internacional e expansível, afetando outras nações.

Os direitos humanos foram incorporados com o objetivo de fomentar a paz e a justiça. Os direitos humanos devem ser respeitados pelos Estados, que devem protegê-los e prevenir violações. Obrigações internacionais devem ser incorporadas como leis nacionais para que possam ser reivindicadas. O estudo do impacto dos Estados Unidos no Haiti revela a complexidade das dinâmicas de poder que, ao longo da história, têm moldado a política haitiana. A eleição de Jean-Bertrand Aristide foi vista por muitos setores da sociedade como uma oportunidade para uma mudança significativa no panorama político do país, com a expectativa de mais envolvimento popular e reformas sociais.

No entanto, o Golpe de Estado de 1991 no Haiti expôs a vulnerabilidade das instituições governamentais e a resistência das elites políticas e econômicas em relação a mudanças que pudessem modificar as estruturas tradicionais de poder. Nesse cenário, a intervenção militar dos EUA no Haiti em 1994 foi apresentada no âmbito internacional como uma ação destinada

a restabelecer a ordem democrática e permitir o retorno de Aristide ao poder. No entanto, essa intervenção também pode ser vista como um componente de uma dinâmica mais ampla de projeção de poder e preservação da dominação dos Estados Unidos na região. Embora tenha ajudado a restabelecer o governo constitucional, a presença e a influência externas acabaram restringindo a capacidade do Estado haitiano de tomar decisões de forma autônoma.

Assim, o processo de redemocratização no Haiti ocorreu em um contexto caracterizado por intensas influências externas, no qual a soberania do Estado foi tensionada pelos conflitos entre atores nacionais e internacionais. O caso do Haiti demonstra, assim, que a reconstrução democrática não ocorreu de forma totalmente autônoma, mas em um cenário de dependência política e estratégica. Nesse contexto, a presença dos Estados Unidos no Haiti deve ser entendida como um componente de uma estratégia geopolítica mais extensa, focada em manter a dominação na região e proteger seus interesses políticos, econômicos e estratégicos no Caribe. Essa dinâmica expõe as inconsistências entre o discurso de fomento à democracia e as ações de intervenção externa que, em diversos momentos, restringiram a soberania do Haiti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Haiti mostra que a criação do Estado e as dinâmicas de poder que o atravessam estão intimamente ligadas aos conflitos entre dominação externa e resistência interna. Desde o processo revolucionário que resultou na independência em 1804, o denominado exército indígena, exército da liberação popular, composto principalmente por escravizados e comandado por líderes como Jean Jacques Dessalines e Toussaint Louverture, representou não só uma força militar, mas também uma iniciativa política de emancipação radical. Esse exército simbolizava uma quebra histórica com a ordem colonial e escravocrata, dando início à primeira república negra independente do mundo contemporâneo. No entanto, a herança militar da independência também desempenhou um papel importante na centralidade das forças armadas na estrutura do poder político haitiano durante o século XIX.

Nesse cenário, o imperialismo teve um papel crucial na reestruturação das dinâmicas políticas e econômicas do país. Após a independência, as potências ocidentais, especialmente a França e, posteriormente, os Estados Unidos, exerceram pressões externas com o objetivo de restringir a soberania haitiana e reintegrar o país em uma ordem global caracterizada por hierarquias raciais e econômicas. Durante o imperialismo estadunidense dos séculos XIX e XX, a política externa dos Estados Unidos no Caribe foi orientada por interesses geopolíticos, comerciais e estratégicos, especialmente sob a Doutrina Monroe e sua subsequente expansão

no início do século XX.

A culminação desse processo se deu com a Ocupação dos Estados Unidos no Haiti (1915–1934), que teve um impacto significativo nas instituições haitianas. Nesse intervalo, os Estados Unidos reestruturaram o aparelho estatal e estabeleceram a Gendarmerie d’Haïti, uma força armada organizada e treinada sob comando americano. Essa instituição foi concebida como instrumento central de controle político e social, destinada a garantir a estabilidade necessária à proteção dos interesses estrangeiros e à repressão das resistências internas. Ao mesmo tempo, a militarização do Estado reforçou padrões autoritários que continuariam a influenciar a vida política haitiana nas décadas seguintes.

No entanto, a consolidação desse arranjo de poder não pode ser entendida somente pela atuação das potências externas. As elites haitianas também desempenharam um papel crucial. Diversos setores das elites econômicas e políticas colaboraram com os projetos de intervenção e reorganização institucional promovidos pelas potências estrangeiras, buscando preservar seus próprios privilégios e posições de poder. Essa colaboração contribuiu para aprofundar as desigualdades sociais e para distanciar o Estado das demandas e aspirações da maioria da população.

Em contrapartida, a história do Haiti também é caracterizada por uma duradoura tradição de resistência popular. Desde as revoltas camponesas contra a ocupação americana, como as lideradas pelos chamados cacos, até as mobilizações políticas e sociais dos séculos XX e XXI, o povo haitiano e vários segmentos da sociedade civil têm exercido um papel crucial na defesa da soberania nacional e na busca por justiça social. Essas formas de resistência demonstram que, mesmo diante das inúmeras tentativas de dominação política e econômica, o projeto emancipatório iniciado pela revolução haitiana ainda inspira práticas de contestação e afirmação da autonomia coletiva. Portanto, entender a história política do Haiti requer levar em conta a interação entre imperialismo, estruturas de poder internas e resistência popular. A tensão entre esses elementos é um elemento analítico essencial para entender os desafios atuais do Estado haitiano, além das oportunidades de reconstrução institucional fundamentadas em princípios de soberania, justiça social e participação democrática.

A promulgação da Constituição de 1987 foi um ponto crucial na história política recente do Haiti. Desenvolvida no cenário da queda do regime duvalierista, após a deposição de Jean-Claude Duvalier em 1986, a nova ordem constitucional simbolizou uma tentativa de rompimento com décadas de autoritarismo, que teve início com François Duvalier. A Constituição foi além de um mero rearranjo institucional; ela refletiu o desejo profundo de diversos segmentos da sociedade haitiana por liberdade política, participação democrática e

reconstrução do Estado. O novo texto constitucional, ao estabelecer fundamentos de pluralismo político, descentralização administrativa e restrição do poder presidencial, visou evitar o retorno de um regime personalista e autoritário.

No entanto, a democratização que começou após 1986 mostrou-se um processo complicado, caracterizado por progressos institucionais, mas também por profundas contradições estruturais. Embora a abertura política tenha possibilitado o surgimento de novos atores sociais, a fragilidade histórica do Estado haitiano, por outro lado, impediu o estabelecimento de uma ordem democrática estável. A reconstrução institucional aconteceu em um cenário caracterizado por profundas desigualdades socioeconômicas, fragilidade das instituições públicas e continuidade das relações de dependência externa, que historicamente condicionaram o desenvolvimento político do país.

Nesse contexto, a eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1990 marcou um momento único no processo de democratização do Haiti. Aristide, originário da teologia da libertação e fortemente vinculado aos movimentos populares urbanos e rurais, representou as aspirações das classes populares por uma mudança estrutural na sociedade haitiana. Sua vitória nas eleições foi um reflexo da mobilização política de grupos historicamente marginalizados, como camponeses, trabalhadores urbanos e moradores de bairros populares, que começaram a exigir uma participação ativa na determinação dos destinos do Estado.

No entanto, a ascensão de Aristide também destacou as limitações do processo democrático em um cenário caracterizado por intensas resistências das elites tradicionais e por consideráveis pressões externas. O golpe militar de 1991, que pôs fim antecipadamente ao seu primeiro mandato, evidenciou a continuidade de estruturas autoritárias no seio do aparato estatal e das forças armadas. Esse episódio demonstrou que a democratização do Haiti não se tratava apenas de uma questão institucional, mas também de um conflito profundo entre projetos sociais e políticos opostos.

Perspectivas teóricas críticas que enfatizam os aspectos históricos e estruturais da dominação podem enriquecer a análise desse processo. Por exemplo, a reflexão de Frantz Fanon proporciona instrumentos relevantes para entender os desafios enfrentados pelas sociedades pós-coloniais. Fanon defende que a independência política não significa necessariamente a superação das estruturas de poder colonial, uma vez que estas tendem a se reproduzir por meio de elites nacionais que preservam vínculos de dependência com os centros de poder internacionais. No que diz respeito ao Haiti, essa análise possibilita entender como a democratização pós-1986 se deu em um cenário em que as estruturas econômicas e políticas legadas pelo colonialismo e pela dependência seguiram influenciando as oportunidades de

mudança social.

De forma análoga, a ideia de "colonialidade do poder", proposta por Aníbal Quijano, fornece uma ferramenta interpretativa importante para examinar a continuidade das hierarquias globais que impactam países como o Haiti. De acordo com Quijano, a colonialidade representa uma lógica persistente de poder que estrutura as relações econômicas, políticas e culturais no sistema global, mesmo após o término oficial do colonialismo. No Haiti, essa lógica se revela na continuidade das relações de dependência econômica, na fragilidade política frente às potências estrangeiras e na exclusão do país na divisão global do trabalho.

Immanuel Wallerstein, com sua teoria do sistema-mundo, propõe uma análise dessas dinâmicas ao ver o sistema internacional como uma organização hierárquica formada por centros, semiperiferias e periferias. Nesse sentido, o capitalismo é um sistema histórico singular, cuja expansão está atrelada à divisão global do trabalho e à distribuição desequilibrada do poder econômico e político entre os países. Enquanto as regiões periféricas atuam de maneira subordinada, fornecendo matérias-primas, mão de obra barata e mercados consumidores (Wallerstein, 1974; 2004), os países centrais concentram-se em atividades de alto valor agregado, controle financeiro e capacidade tecnológica.

Giovanni Arrighi (1994) aprofunda essa perspectiva, mostrando que a economia-mundo capitalista se desenvolve por meio de ciclos sistêmicos de acumulação, durante os quais potências hegemônicas sucessivas reestruturam a ordem internacional para garantir a continuidade da expansão do capital. De acordo com Arrighi, a hegemonia não é mantida apenas por meio da superioridade econômica, mas pela combinação de capacidade produtiva, controle financeiro, poder militar e liderança política. O último grande ciclo de acumulação é representado pela ascensão dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, um período marcado pela globalização do capital financeiro, crescimento das corporações transnacionais e fortalecimento de instituições multilaterais que perpetuam a ordem liberal sob a liderança americana (Arrighi, 1994).

A análise conjunta de Wallerstein e Arrighi revela que o imperialismo atual vai além da ocupação territorial direta, evidenciando-se por meio de mecanismos estruturais de dependência nas esferas econômica, financeira e institucional. Nações periféricas, como o Haiti, continuam em uma situação de fragilidade estrutural, caracterizada pela restrição de sua habilidade para se desenvolver de forma autônoma e pela constante intervenção das potências centrais em seus processos políticos e econômicos. Nesse contexto, a ocupação norte-americana de 1915-1934, o suporte a regimes autoritários durante a Guerra Fria e as intervenções internacionais sucessivas podem ser vistas como diversas táticas para preservar a posição dominante dos

Estados Unidos na economia global capitalista. O Haiti passa a ser visto não mais como um caso isolado de instabilidade política, mas como um reflexo das relações desiguais que marcam a reprodução histórica do sistema global e da hegemonia imperial dos Estados Unidos.

Nesse contexto, o Haiti tem historicamente um papel marginal no sistema capitalista global, marcado por uma intensa dependência econômica, instituições frágeis e uma capacidade política de autonomia limitada. Essa posição estrutural contribui para entender por que os processos de democratização e reconstrução estatal no país são muitas vezes influenciados por pressões externas e intervenções internacionais.

Essas relações de poder são claramente demonstradas pela influência dos Estados Unidos na política do Haiti. Desde a ocupação militar de 1915 a 1934 até as várias intervenções diplomáticas e militares no período atual, a presença dos Estados Unidos teve um papel fundamental na formação das instituições políticas e de segurança do Haiti. Durante a crise política que ocorreu nos anos 1990 e início dos anos 2000, essa influência se fez presente de maneira significativa, principalmente no processo que resultou na deposição de Aristide em 2004. A derrubada de Jean-Bertrand Aristide em 2004 destacou, novamente, as fragilidades estruturais do Estado haitiano e os limites da soberania política em meio a uma intensa dependência internacional.

O episódio mostrou que, apesar de importante, a democratização formal não foi capaz de garantir a estabilidade institucional nem de consolidar um projeto político que atendesse às necessidades sociais da população. Embora haja essas limitações, é essencial reconhecer a importância da mobilização popular no processo político do Haiti. Após a queda do regime de Duvalier, os movimentos sociais, organizações comunitárias e redes de base tiveram um papel essencial na luta pela democracia e na busca por justiça social. Assim, a mobilização dos setores populares é um componente fundamental para entender a dinâmica política do Haiti atual.

Nesse contexto, a democratização do Haiti deve ser vista não só como um processo institucional, mas também como parte de uma luta histórica mais extensa para transformar as estruturas sociais e políticas herdadas do colonialismo e da dependência. A promulgação da Constituição de 1987 representou um período de ruptura e esperança, permitindo a emergência de novas formas de participação política e a consolidação de direitos democráticos. Entretanto, a consolidação desse projeto ainda enfrenta desafios estruturais significativos que continuam a afetar o Estado haitiano. Dessa forma, a vivência política do Haiti no período pós-1986 demonstra uma constante tensão entre iniciativas de emancipação popular e estruturas de dominação históricas que restringem a autonomia do país. O trajeto político de Jean-Bertrand Aristide, caracterizado tanto pela mobilização popular quanto por crises políticas recorrentes,

retrata de forma emblemática essas contradições. O caso do Haiti demonstra, em última análise, que a criação de uma democracia substancial requer não só reformas institucionais, mas também mudanças significativas nas estruturas econômicas, sociais e geopolíticas que limitam a soberania nacional. A luta pela democratização no Haiti continua indissociável da busca por justiça social, autonomia política e superação das formas atuais de dominação que persistem na estruturação do sistema internacional.

A análise da lógica da influência dos Estados Unidos no Haiti durante o governo de Jean-Bertrand Aristide (1991–2004) revela um padrão intrincado de intervenção externa que mescla discurso democrático, interesses geopolíticos e dinâmicas de poder estrutural. Para muitos setores populares do Haiti, a eleição de Aristide em 1990 representou a chance de romper com as estruturas históricas de dominação política e social que caracterizaram o Estado haitiano durante o século XX. Contudo, forças internas e externas que buscavam manter certas estruturas de poder rapidamente se opuseram a essa nova experiência democrática. O golpe de Estado ocorrido em 29 de setembro de 1991 representou um marco crucial nesse processo. A deposição de Aristide poucos meses após sua posse destacou a fragilidade das instituições democráticas no Haiti e a continuidade das alianças entre os setores militares, elites econômicas e interesses estrangeiros. Nesse cenário, a crise política que se seguiu criou oportunidades para uma reestruturação da presença internacional no Haiti, com os Estados Unidos desempenhando um papel fundamental na determinação do futuro político do país.

A intervenção militar dos Estados Unidos em 1994, oficialmente apresentada como uma medida para restabelecer a ordem democrática e reintegrar Aristide ao poder, exemplifica de forma emblemática a ambiguidade dessa relação. Por um lado, a operação foi justificada por um discurso de transição democrática e proteção dos direitos humanos, fortalecendo a percepção de uma intervenção feita em prol da estabilidade política e institucional. Em contrapartida, essa intervenção ocorreu em meio a condições políticas e econômicas particulares que restringiram consideravelmente a autonomia do governo haitiano restabelecido.

Nesse contexto, a intervenção externa pode ser entendida como um processo caracterizado pela lógica estratégica dos Estados Unidos na região caribenha. O pedido oficial de assistência internacional feito pelas autoridades haitianas atuou como um meio de legitimar a presença militar estrangeira, dando à intervenção uma “aparência democrática”. No entanto, essa legitimidade formal não remove as desigualdades de poder que moldam as relações entre o Haiti e os EUA. Nesse arranjo, a interação entre Estado, elites econômicas e agentes externos é fundamental. O Estado haitiano, que historicamente apresenta uma fragilidade institucional e

uma intensa centralização de poder, tem sido frequentemente palco de conflitos entre diversos interesses. Por outro lado, as elites econômicas nacionais mantiveram vínculos estreitos com agentes internacionais, o que contribuiu para a perpetuação de estruturas de dependência que condicionam a elaboração de políticas públicas e os limites da soberania nacional.

O retorno de Aristide ao poder, entre 1994 e 2004, não implicou, necessariamente, na consolidação de uma autonomia política real para o Haiti. Em vez disso, o período foi marcado por intensas pressões internacionais, reformas econômicas impulsionadas por instituições financeiras globais e um cenário político interno caracterizado por polarização e instabilidade. Esses elementos resultaram na crise política de 2004 e na nova saída de Aristide do poder, acontecimento que diversos analistas veem como mais um capítulo da extensa história de intervenções e ingerências externas no país.

Assim, a carreira política de Aristide de 1991 a 2004 demonstra as limitações estruturais da soberania haitiana em um cenário global caracterizado por grandes desigualdades de poder. A lógica da influência dos Estados Unidos no Haiti não pode ser entendida apenas como consequência de decisões pontuais, mas deve ser examinada em um contexto mais amplo de relações históricas de dependência, controle geopolítico e disputas por legitimidade democrática. Em suma, o caso do Haiti mostra que a retórica da democratização e estabilização política muitas vezes acompanhou práticas de intervenção que limitaram a habilidade do Estado haitiano de estabelecer seu próprio projeto político de forma autônoma. Dessa forma, a experiência de Aristide evidencia tanto as tensões internas da democracia haitiana quanto os obstáculos estruturais que países periféricos enfrentam para defender sua soberania frente à influência de potências externas.

REFERENCIAS

ABBOTT, Elizabeth. **Haiti: an insider's history of the rise and fall of the Duvalier**. New York: Touchstone book, 1988.

AMIN, Samir. **Capitalismo, imperialismo, mundialização**. Paris: L'Harmattan, 1997.

AMIN, Samir. **Le développement inégal**. Paris: Minuit, 1973.

AMNESTY INTERNATIONAL. (1992). Rapport sur les violations des droits humains en Haïti (1991–1992). Londres.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AYERBE, L. Fernando. **Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia.** São Paulo, Editora da UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARTHÉLEMY, Gérard. **Le pays en dehors : essai sur l'univers rural haïtien.** Paris: L'Harmattan, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **A globalização: consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAYART, J.-F., Ellis, S., & Hibou, B. **The Criminalization of the State in Africa.** Oxford: James Currey, 1999.

BELL, Beverly. **Fault Lines: Views Across Haiti's Divide.** Ithaca: Cornell University Press, 2013.

BELL, M. **Toussaint Louverture: A Biography.** 2001.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. **Understanding Peacekeeping.** 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.

BELLEGARDE, Dantès; JUSTIN, L. **Manuel d'histoire d'Haiti.** [S.l.: s.n.], 1906.

Disponível: <https://ia801709.us.archive.org/26/items/manueldhistoire00bell/manueldhistoire00bell.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BELLEGARDE, Dantès. **La République d'Haïti et les États-Unis (1915–1922).** Paris : Payot, 1929.

BELLEGARDE, Dantès. **L'occupation américaine : ses conséquences morales et économiques.** Pétion-Ville : Éditions Lumière, 1929.

BENOIT, Joachim. **Les racines du sous-développement en Haiti.** Prix Deschamps, 1979.

BETTATI Mario, « **Un droit d'ingérence** », *Revue Générale de Droit International Public*, Paris, Édition Pedone 1991, p. 460.

SANTOS, B. de S. (2002). **Toward a New Legal Common Sense: Law, Globalization and**

Emancipation (2nd ed.). Butterworths LexisNexis.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1576].

BODIN, Jean. **Los seis libros de la república**. Madrid: Tecnos, 1985.

BOURDIEU, P. (1998). **La domination masculine**. Paris: Seuil.

BOURDIEU, P. **Sur l'État**. Paris: Seuil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Langage et pouvoir symbolique**. Paris: Seuil, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel, **Haiti and Universal History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

CANAL 13. **Especial 50 años del Golpe de Estado: Los 1000 días**. YouTube, [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6duEVX-lZQw>. Acesso em: 12 ag. 2025.

CARDOSO, F. H., & Faletto, E. (1970). **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar.

CASIMIR, J. (2018). **Une lecture décoloniale de l'histoire des Haïtiens**. Montréal: Mémoire d'encrier.

CASIMIR, Jean. **La culture opprimée**. Port-au-Prince: Imprimerie Henri Deschamps, 2001.

CASTOR, Suzy. **L'occupation américaine d'Haïti**. Port-au-Prince : Éditions Henri Deschamps, 1987.

CASTOR, Suzy. **La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias (1915-1934)**. Mexico: Siglo XXI, 1971.

CAUNA, Jacques de. **Haïti, l'éternelle révolution : histoire de sa décolonisation (1789–1804)**. 2004.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**, 1950.

- CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris : Présence Africaine, 1950.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2000.
- CHALMERS, Gérard. Haïti: **L'invention démocratique**. Port-au-Prince: Éditions Deschamps, 1994.
- CHALMERS, Gérard. **Haïti: la recherche d'un modèle de développement démocratique**. Port-au-Prince: CRESFED, 1997.
- CHARLES, C. Haïti : **La démocratie en sursis**. Port-au-Prince : C3 Éditions, 2019.
- CHARLES, C. **Haitian migration and the making of transnational communities**. *Diaspora*, v. 4, n. 1, p. 97–120, 1995.
- CHARLES, Carolle. **Gender and Citizenship in Haiti: The Constitution of 1987 and Beyond**. New York: Routledge, 2020.
- CHARLES, Carolle. **Gender and Politics in Contemporary Haiti: The Duvalierist State, Transnationalism, and the Emergence of a New Feminism (1957–1994)**. In: CESPEDS, D. (ed.). *Haiti: State Against Nation*. New York: Routledge, 2010.
- CHARLES, Carolle. **Gender and Politics in Contemporary Haiti: The Duvalierist State, Transnationalism, and the Emergence of Popular Democracy**. Lanham: Lexington Books, 2010.
- CHARLES, Carolle. **Haïti: l'État, la nation et la société en crise**. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2020.
- CHARLES, Carolle. **Haitian Social Movements and the Quest for Sovereignty**. New York: Palgrave Macmillan, 2021.
- CHARLES, Carolle. **Political Crisis and Democratic Governance in Haiti after 1986**. New York: Routledge, 2019.
- CHARLES, Carolle. **Political Culture and Democratization in Haiti**. New York: Routledge, 2007.
- CHARLES, Carolle. **Political Domination and the Crisis of Haitian Sovereignty**. New York: Diaspora Press, 2015.
- CHOMSKY, N. (1993). **Year 501: The Conquest Continues**. Boston: South End Press.
- CHOMSKY, Noam. **Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance**. New York: Metropolitan Books, 2003.
- CHOMSKY, N; FARMER, P; GOODMAN, A. **Getting Haiti Right This Time: The U.S. and the Coup**. Monroe: Common Courage Press, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance**. New York: Metropolitan Books, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

CLINTON, Bill. "**Haiti's Rice Problem**". The Guardian, 17 mars. 2010.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMBLIN, Pe.J. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978. ed. 2ª, 251 p.

CONCANNON, B., & Lindstrom, N. **Peacekeeping, Politics, and Human Rights in Haiti**. Miami: University Press of Florida, 2011.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. Port-au-Prince : Assemblée Constituante, 1987.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. Port-au-Prince, 1987.

CORTEN, O. **Le droit contre la guerre**, 2014.

COX, Robert W. **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press, 1987.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001.

DANTICAT, E. **Create dangerously: The immigrant artist at work**. New York: Vintage, 2010.

DAVID, Charles-Philippe ; BALTHAZAR, Louis ; VAÏSSE, Justin. **La politique étrangère des États-Unis : fondements, acteurs, formulation**. Paris: Presses de Science Po, 2008.

DAYAN, Joan. 2004. "**A Few Stories about Haiti, or Stigma Revisited**". Research in African Literatures, Vol. 35, N°2, Haiti, 1804-2004: Literature, Culture and Art, pp. 157-172.

DESMANGLES, Leslie G. **The faces of the gods: Vodou and Roman Catholicism in Haiti**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

DÍAZ, Martínez (2020). **El Corolario Roosevelt, componente más agresivo de la Doctrina Monroe**. Revista De Relaciones Internacionales De La UNAM, (137). Recuperado a partir de <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/76203>.

DORMEVIL, Jean-René. **Haïti et la dépendance internationale: défis et perspectives**. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2020.

DORSINVIL, Edwige. **La démocratie haïtienne à l'épreuve : Bilan et perspectives (1987–2020)**. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2020.

DORVILIER, Michel. **La démocratie haïtienne en question: de 1986 à aujourd'hui**. Port-

au-Prince: Presses de l'Université d'État d'Haïti, 2013.

DOS SANTOS, T. (1970). **The structure of dependence**. American Economic Review, 60(2), 231–236.

DOUGLAS, Paul H. **The American Occupation of Haiti I**. Political Science Quarterly, v. 42, n. 2, p. 228-258, 1927.

DOUGLAS, Paul H. **The American Occupation of Haiti II**. Political Science Quarterly, v. 42, n. 3, p. 368-396, 1927.

DUBOIS, Laurent. **Haiti: The Aftershocks of History**. New York: Metropolitan Books, 2012.

DUPUY, A. (1997). **Haiti in the New World Order: The Limits of the Democratic Revolution**. Boulder : Westview Press.

DUPUY, A. (1997). **The Prophet and Power: Jean-Bertrand Aristide, the International Community, and Haiti**. Boulder: Westview Press.

DUPUY, A. (2014). **Haiti: From Revolutionary Slaves to Powerless Citizens**. New York: Routledge.

DUPUY, Alex. **Haiti in the World Economy: Class, Race, and Underdevelopment since 1700**. Boulder: Westview Press, 1989.

DUPUY, Alex. **Haiti: From Revolutionary Slavery to Neoliberalism and Beyond**. New York: Routledge, 2019.

DUPUY, Alex. **Haiti: From Revolutionary Slaves to Powerless Citizens: Essays on the Politics and Economics of Underdevelopment, 1804–2013**. New York: Routledge, 2014.

DUPUY, Alex. **The Prophet and Power: Jean-Bertrand Aristide, the International Community, and Haiti**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2010.

EHRLICH, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Tradução de René Ernani Gertz, rev. Vamireh Chacon (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986).

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **Haïti : entre colonisation et mondialisation**. Montréal: Mémoire d'encrier, 2012.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. **L'énigme haïtienne : échec de l'État moderne en Haïti**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2007.

FANON, F. **Les damnés de la terre**. Paris: Maspero, 1961.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. (Original de 1961).

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.
- FARMER, P. **The Uses of Haiti**. Monroe: Common Courage Press, 2006.
- FARMER, Paul. **The Uses of Haiti**. 3. ed. Monroe: Common Courage Press, 2004.
- FASSIN, Didier. **Pouvoir et politique en Haïti**. Paris: Karthala, 2000.
- FASSLER, Robert. **Haiti and the Limits of American Intervention**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- FATTON Jr., R. **Haiti's Predatory Republic**, 2002.
- FATTON Jr., R. **Haiti: Trapped in the Outer Periphery**. Boulder: Lynne Rienner, 2014.
- FATTON Jr., Robert. **Haiti's Predatory Republic**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.
- FATTON JR., Robert. **The Roots of Haitian Despotism**. Boulder: Lynne Rienner, 2014.
- FATTON, R. **Haiti's predicament: From duvalierism to democratic collapse**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.
- FATTON, R. **The roots of Haitian despotism**. Boulder: Lynne Rienner, 2007.
- FATTON, Robert Jr. **Haiti's Predatory Republic: The Unending Transition to Democracy**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.
- FATTON, Robert Jr. **The Roots of Haitian Despotism**. Boulder: Lynne Rienner, 2011.
- FATTON, Robert Jr. "Haiti in the Aftermath of the Earthquake: The Politics of Catastrophe." *Journal of Black Studies*, v. 44, n. 3, p. 275–293, 2014.
- JEAN, Eddy. **Langue, pouvoir et société en Haïti**. Port-au-Prince: Presses Universitaires d'Haïti, 2015.
- LUNDAHL, Mats. **The Political Economy of Disaster: Destitution, Plunder and Earthquake in Haiti**. New York: Routledge, 2013.
- MAGUIRE, Robert. "Security and Governance in Haiti." *Journal of Peacebuilding & Development*, v. 11, n. 2, p. 1–12, 2016.
- PÉAN, Leslie. **Haïti: économie politique de la corruption**. Port-au-Prince: Éditions Mémoire, 2013.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti: State Against Nation**. New York: Monthly Review Press, 1990.
- FICK, C. E. **The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below**. 1990.
- FILS-AIMÉ, M. **Souveraineté nationale ou souveraineté populaire pour Haïti?**

L'idéologie nationaliste et l'Etat de droit au service de la nation oligarchique. Rencontre – Revue Haïtienne de Société et de Culture, n. 28-29, p. 34-40, 2013. Disponível em : <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Haiti/cresfed/20130513051246/art4.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, vol. I, 1976.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité I : La volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FRANCIQUE, Jameson. **L'histoire palpitante des chemins de fer en Haïti**. AyiboPost, 6 dez. 2019. Disponível em : <https://ayibopost.com/lhistoire-palpitante-des-chemins-de-fer-en-haiti/> Acesso em : 20 set. 2025.

FRANK, Andre G. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIEDMANN, Wolfgang. **Interventionism, Liberalism, and Power-Politics: The Unfinished Revolution in International Thinking**. Political Science Quarterly, v. 83, n. 2, p. 169-189, 1968.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GEGGUS, D. P. **Haitian Revolutionary Studies**. 2002.

GIRARD, P. R. **Haiti: The Tumultuous History**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GIRARD, Philippe. **Haiti: the tumultuous history – from pearl of the Caribbean to broken nation**. Grande-Bretagne: Palgrave Macmillan, 2010.

GONZÁLEZ C, P. **La democracia en México**. México: Era, 1965.

GRAMSCI, A. (1971). **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers.

GRAMSCI, Antonio. **Cahiers de prison**. Paris : Gallimard, 1948.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International

Publishers, 1971.

GROS, Jean-Germain. **Haiti's Flagging Transition**. Journal of Democracy, v. 8, n. 4, p. 94–109, 1997.

GUGGENHEIM, Paul. **Les principes de droit international public**. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, Vol. 80, pp. 01-189, 1952.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. II. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. v. 1. 320p.

HAGGERTY, Richard A. (ed.). **Dominican Republic and Haiti: country studies**. 2. ed. Washington, D.C.: Library of Congress, 1991.

HAÏTI. **Constitution de la République d'Haïti**, 1987. Port-au-Prince: Imprimerie de l'État, 1987.

HALLWARD, P. (2007). **Damming the Flood: Haiti, Aristide, and the Politics of Containment**. London: Verso.

HALLWARD, Peter. “Securing Disaster: Haiti under the Imperial Shadow”. New Left Review, n. 64, 2010.

HARRIS, D. (1992). **Elections in Haiti: 1990-1991**. Caribbean Studies, 25(3), 45–67.

HARVEY, David. **Neoliberalism as Creative Destruction**. Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 610, p. 22-44, 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

HIBOU, B. (2004). **La privatisation des États**. Paris: Karthala.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos - O breve século XX, 1914-1991**. Companhia das Letras: São Paulo, 2005. ed. 2ª, reimp. 30ª, 598 p.

HOBSON, John A. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, John A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

HOBSON, John A. **Imperialism: a studs**. [S.l.]: [s.n.], 1902. Disponível em: http://files.libertyfund.org/files/127/0052_Bk.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti**. Paris: Karthala, 2001.

HURBON, Laënnec. **Culture et dictature en Haïti**. Paris: L'Harmattan, 1993.

HURBON, Laënnec. **Dieu dans le Vaudou haïtien**. Paris: Éditions du Cerf, 1987.

HURBON, Laënnec. **El bárbaro imaginário**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 20, p. 173-196, jan. /jun. 2016. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br>. Acesso em: 22 ag2025.

HURBON, Laënnec. **El concepto de negritude en la vida cultural y política de Haïti**. Estudios Sociales, v. 18, p. 1-16, jan.-mar. 1985.

HURBON, Laënnec. **La révolution haïtienne : une avancée postcoloniale**. Rue Descartes, [S.l.], v. 58, n. 4, p. 56, 2007. Disponível em : <http://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2007-4-page-56.htm>. Acesso em : 10 abr. 2025.

HURBON, Laënnec. **Le Barbare imaginaire**. Paris: Éditions du Cerf, 1995.

HURBON, Laënnec. Pluchon (Pierre) **Vaudou, sorciers, empoisonneurs. De Saint-Domingue à Haïti**. Archives de Sciences Sociales des Religions, [S.l.], p. 318, 1988. Disponível em : http://www.persee.fr/doc/assr_0335-5985_1988_num_66_2_2494_t1_0318_0000_2. Acesso em: 12 Maio 2025.

HURBON, Laënnec. **Religions et lien social : l'Église et l'État moderne en Haïti**. Paris : Du Cerf, 2004.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Justice et sécurité en Haïti : entre impasse et reconstruction**. Bruxelles : ICG Report, 2019.

JAMES, C. L. R. **The Black Jacobins: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution**. 2. ed. New York: Vintage Books, 1963.

JAMES, C. L. R. **The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution**. 1989.

JEAN-PIERRE, Fritz. **La démocratie haïtienne: entre espoir et désillusion**. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 2018.

JEAN-PIERRE, Fritz. **Le pluralisme politique en Haïti après 1987**. Port-au-Prince : Presses Universitaires d'Haïti, 2015.

JEAN-PIERRE, Le Glaunec. **L'armée indigène : la défaite de Napoleon en Haïti**. [S.l.]: Ed. Lux, 2014. Disponível em : <https://excerpts.numilog.com/books/9782895961833.pdf>. Acesso em: 10 Jul 2025.

JORGE, R. **El imperialismo**. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, v. 11, n. 1, p. 319-32, jan. -jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/364/36401113.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular,

2020.

L'ÎLE de la Navase ou comment les États-Unis ont-ils confisqué ce territoire haïtien

? Haiti Inter, [S.l.], [s.d.]. Disponível em : <https://www.haitiinter.com/lile-de-la-navase-comment-les-etats-unis-ont-confisque-ce-territoire-haitien/>. Acesso em: [data de acesso 03 ag. 2025].

LAFER, Celso. **Soberania**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). Dicionário de Política. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 2, p. 1195-1206.

LAGUERRE, M. S. **The Military and Society in Haiti**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1993.

LE GLAUNEC, Jean-Pierre. **L'armée indigène: la défaite de Napoléon en Haiti**, Montréal, Ed. Lux, 2014.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **J'ai été un racketteur**. Le Monde Diplomatique, [S.l.], Jun. 1983. Disponível em : <https://www.monde-diplomatique.fr/1983/06/BUTLER/37395>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LENIN, V. **O imperialismo: estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

LIPSET, Seymour Martin. **Political Man: The Social Bases of Politics**. New York: Doubleday, 1960.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

LUIGI FERRAJOLI. **Direitos e garantias: a lei do mais fraco**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LUNDAHL, Mats. **Poverty in Haiti: Essays on Underdevelopment and Post Disaster Prospects**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

MADIOU, Thomas. **Histoire d'Haïti**. Port-au-Prince, Deschamps, 1989, 8 tomes.

MALDONADO-Torres, N. **"On the Coloniality of Being"**, 2007.

MALFAN, Henri. **Cinq décennies d'histoire du mouvement étudiant haïtien**. [S.l.: s.n.], 1981.

MALONE, D. **Decision-Making in the UN Security Council**, 1998.

MALVAL, R. **L'année de toutes les duperies**, Port-au-Prince. Port-au-Prince: Éditions Regain, 1996.

MARCELIN, Louis Herns. **La société civile haïtienne et la construction démocratique**. Port-au-Prince : Éditions Choucounne, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. Lima, 1928.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Nova York, 1891.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. **De la postcolonie**. Paris: Karthala, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2003.

MÉNARD, Nadège. **Langue, pouvoir et aliénation culturelle en Haïti**. Port-au-Prince : C3Éditions, 2015.

MICHEL, Soukar. **L'armée d'Haiti (1802-1994)**. In: Randevou ak Istwa Dayiti. [S.l.: s.n.], 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7-NFXdGXrB0&t=3503s>. Acesso em: 19 Jul 2024.

MICHEL-ROLPH Trouillot, **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

MIGDAL, Joel. **State in Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MIGNOLO, W. **Histórias locais / projetos globais**, 2003.

MINTZ, Sidney W. **Can Haiti Change? Foreign Affairs**, v. 74, n. 1, p. 73-86, 1995.

MOÏSE, C. **Haïti: État de crise et quête de démocratie**. Port-au-Prince: Éditions Henri Deschamps, 2010.

MOÏSE, Claude, **Constitutions et luttes de pouvoir en Haïti**. De l'occupation étrangère à la dictature macoute (1915-1987), t. II, Montréal, CIDIHCA, 1990.

NORBERTO, Bobbio. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialism: The Last Stage of Imperialism**. London: Thomas Nelson, 1965.

O'DONNELL, Guillermo. **"Delegative Democracy"**. Journal of Democracy, v. 5, n. 1, 1994.

PAQUIN, Lyonel. **Les haïtiens : politique de classe et de couleur**. Port-au-Prince: Multi-type, 1988.

PEAN, L. **Haïti, une nation en otage : entre dépendance et résistance**. Montréal: Mémoire

d'encrier, 2017.

PÉAN, Leslie. **Haïti : économie politique de la corruption**. Port-au-Prince : C3 Éditions, 2002.

PETER HALLWARD, **Damming the Flood: Haiti, Aristide, and the Politics of Containment**. London: Verso, 2007.

PIERRE-CHARLES, Gerard. 1975. "El terror como condicionante social en Haití". *Revista Mexicana de Sociología*, Vol.37, N°.4, pp. 963-984.

PIERRE-LOUIS, James. **Les rapports entre le droit international et le droit interne en Haïti**. [S.l.: s.n.], 2023.

POPKIN, J. D. **You Are All Free: The Haitian Revolution and the Abolition of Slavery**. 2012.

POPKIN, Jeremy D. **Facing Racial Revolution: Eyewitness Accounts of the Haitian Insurrection**. University of Chicago Press, 2007.

PRADELLA Lucia. **Imperialismo e desenvolvimento capitalista em O capital de Marx**. Revista da SEP. 2022 disponível em : <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/835#:~:text=O%20que%20foi%20definido%20posteriormente,econ%C3%B4micas%20e%20pol%C3%ADticas%20do%20imperialismo>. Acesso em: 09 de out 2025.

PROULX, Vincent. **The United Nations and the Stabilization of Haiti: A Critical Assessment**. Montreal: McGill University Press, 2019.

PRZEWORSKI, A; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J; LIMONGI, F. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROUSSEAU, Charles. **L'indépendance de l'Etat dans l'ordre international**. In : *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye*, Vol. 73, pp. 167-253, 1948.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1762].

RUSSOMANO, G. M. C. M. **Direito internacional público**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SANNON, H. Pauléus et al., **Memoir of the Political, Economic, and Financial Conditions existing in the Republic of Haiti under the American Occupation**, n. p., 1921.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2007.

SCARAMAL, E. dos S. Teixeira. **Haiti –fenomenologia de uma barbárie**. Goiânia: Cânone editorial, 2006.

SCHMIDT, H. **Haiti: The Politics of Crisis**. New York: Monthly Review Press, 1993.

SCHMIDT, Hans. **The United States occupation of Haiti, 1915-1934**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1971.

SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte americana em relação à América Latina**. 1ª ed. Bauro, SP: EDUSC, 2000.

SCHULLER, Mark. **Haiti's 200-Year Ménage-à-Trois: Globalization, the State, and Civil Society**. Caribbean Studies, v. 35, n. 1, p. 141-179, 2007.

SCHULLER, Mark. **Humanitarian Aftershocks in Haiti**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2016.

SCHULLER, Mark. **Killing with Kindness: Haiti, International Aid, and NGOs**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2012.

SEGUY, F. **Haïti: l'occupation qui ne dit pas son nom**. Port-au-Prince, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, M. (2004). **Liberation Theology and Haitian Politics**. Journal of Latin American Studies, 36(2), 255–278.

THÉODORE, Éric. **L'État haïtien et la gouvernance territoriale après 1986**. Port-au-Prince: Université d'État d'Haïti, 2015.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Global Transformations**. New York: Palgrave, 2003.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti: State Against Nation: The Origins and Legacy of Duvalierism**. New York: Monthly Review Press, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WARGNY, Christophe. **Haïti n'existe pas : 1804-2004 : deux cents ans de solitude**. Paris: Autrement Frontières, 2004.

WEBER, M. (1978). **Economy and Society**. Berkeley: University of California Press.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.